

**Proposta da
Administração
da
AGOE**

2024



Barueri/SP, 29 de fevereiro de 2024.

Prezados Acionistas,

A Administração da Odontoprev S.A. vem, com muita satisfação, convidá-los para participar das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária ("AGOÉ") da Odontoprev S.A. a serem realizadas, conjuntamente, em primeira convocação, no dia 03 de abril de 2024, às 14 horas, de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma eletrônica ALFM Easy Voting, nos termos do Edital de Convocação divulgado nesta data.

Serão submetidas, para exame e deliberação na AGOÉ, as seguintes propostas:

EM ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA:

- Apreciação das contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023**

Propomos que sejam aprovados, sem reservas, o Relatório da Administração relativo aos negócios sociais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, bem como as contas da Diretoria, as Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes da Companhia relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, apresentando, para tal fim, as informações constantes dos **Anexos IV a IX** à presente Proposta.

Nos termos do artigo 10, III, da RCMV 81/22, as informações dispostas no **Anexo III** à presente Proposta refletem nossos comentários sobre a situação financeira da Companhia. Adicionalmente, foram devidamente divulgados e publicados, em conjunto com as Demonstrações Financeiras, o relatório da administração e o parecer dos auditores independentes, nos termos da RCMV 81/22.

- Deliberação sobre a proposta de destinação dos resultados do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, incluindo a proposta de distribuição de dividendos**

Propomos que seja aprovada a destinação do lucro líquido da Companhia referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, nos termos indicados nas Demonstrações Financeiras, conforme informações detalhadas no **Anexo X** à presente Proposta, contendo as informações requeridas pelo Anexo A da RCMV 81/22, nos termos do art. 10, parágrafo único, II, da RCMV 81/22.

- Fixação do número de membros que deverão compor o Conselho de Administração no próximo mandato**

O art. 12 do Estatuto Social da Companhia prevê que o Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 8, e, no máximo, 11 membros efetivos e até o mesmo número de suplentes.

Propomos que o número de membros que irá compor o Conselho de Administração seja fixado em 8 membros efetivos e 3 membros suplentes para o próximo mandato que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária da Companhia que examinar, discutir e votar a respeito das contas dos administradores e das demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

- **Eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração**

Considerando a proposta de fixação da composição do Conselho de Administração em 8 membros efetivos e 3 membros suplentes, propomos que sejam eleitos, por meio de chapa, os seguintes candidatos ao Conselho de Administração, para ocuparem os respectivos cargos por um mandato que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária da Companhia que examinar, discutir e votar a respeito das contas dos administradores e das demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2025:

Membros Efetivos	Membros Suplentes
Luiz Carlos Trabuco Cappi	
Manoel Antônio Peres	Maurício Machado de Minas
Ivan Luiz Gontijo Junior	
Samuel Monteiro dos Santos Junior	
Thais Jorge de Oliveira e Silva	Américo Pinto Gomes
Octávio de Lazari Júnior	
Conselheiros Independentes	
César Suaki dos Santos	José Mauro Depes Lorga
Murilo César Lemos dos Santos Passos	

Propomos ainda, nos termos do art. 16 do Estatuto Social da Companhia, a indicação dos Srs. Luiz Carlos Trabuco Cappi e Manoel Antônio Peres para ocupar os cargos de Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração, respectivamente.

Em cumprimento ao art. 11, I, da RCVM 81/22, o **Anexo XI** contém as informações previstas pelos itens 7.3 a 7.6 do formulário referência, com relação aos candidatos indicados pela administração ao Conselho de Administração.

Conforme declarações de enquadramento em relação aos critérios de independência fornecidas pelos candidatos, o Conselho de Administração entende que os Srs. César Suaki dos Santos, Murilo César Lemos dos Santos Passos e José Mauro Depes Lorga se enquadram nos critérios de independência previstos no art. 6º, §§ 1º e 2º do Anexo K à RCVM 80/22 e art. 16, §§ 1º e 2º do Regulamento do Novo Mercado.

Para efeitos do que dispõe o art. 141 da Lei nº 6.404/76 e a Resolução CVM nº 70/22, o percentual mínimo do capital votante para solicitação de adoção do processo de voto múltiplo para eleição dos membros do Conselho de Administração é de 5%, devendo ser requerido no prazo de até 48 horas antes da realização da AGOE, nos termos do artigo 141, §1º, da Lei nº 6.404/76.

- Fixação do limite de valor da remuneração global anual dos administradores da Companhia**

Propomos a aprovação do limite de valor da remuneração global anual dos administradores da Companhia em até R\$ 35.900.000,00, contemplando neste montante a remuneração atribuída ao Conselho Fiscal mencionada abaixo, conforme informações detalhadas no **Anexo XIII** à presente Proposta, o qual, nos termos do art. 13, II, da RCFM 81/22, contém as informações indicadas no item 8 do formulário de referência e a Proposta de Remuneração Anual dos Administradores (**Anexo XII**).

Órgão	2021		2022		2023		2024 ¹
	Proposto	Efetivo	Proposto	Efetivo	Proposto	Efetivo	Proposto
Diretoria	R\$ 21.430.000	R\$ 19.022.809	R\$ 22.346.000	21.369.044	R\$ 28.431.627	26.219.081	R\$ 31.510.000
CA	R\$ 2.600.000	R\$ 2.767.167	R\$ 3.156.000	3.154.592	R\$ 3.640.500	3.580.000	R\$ 3.850.000
CF	R\$ 470.000	R\$ 469.473	R\$ 498.000	503.316	R\$ 539.400	522.000	R\$ 540.000
Total	R\$ 24.500.000	R\$ 22.259.449	R\$ 26.000.000	R\$ 25.026.952	R\$ 32.600.000	R\$ 30.321.081	R\$ 35.900.000

¹ a ser deliberado em AGO em 03.04.2024

- Fixação do número de membros que deverão compor o Conselho Fiscal no próximo mandato**

O art. 26 do Estatuto Social da Companhia prevê que o Conselho Fiscal será composto por, no mínimo, 3, e, no máximo, 5 membros efetivos e até o mesmo número de suplentes.

Propomos que o número de membros que irá compor o Conselho Fiscal seja fixado em 3 membros efetivos e igual número de suplentes para o próximo mandato que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária da Companhia que examinar, discutir e votar a respeito das contas dos administradores e das demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

- Eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal, bem como a fixação da sua remuneração**

Considerando a proposta de fixação da composição do Conselho Fiscal em 3 membros efetivos e igual número de suplentes, propomos que sejam eleitos, por meio de chapa, os seguintes candidatos ao Conselho de Administração, para ocuparem os respectivos cargos por um mandato que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária da Companhia que examinar, discutir e votar a respeito das contas dos administradores e das demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024:

Membros Efetivos	Membros Suplente
Ivan Maluf Júnior	Eduardo da Gama Godoy
Vanderlei Dominguez da Rosa	Paulo Roberto Franceschi
Sergio Moreno	Sibelli de Jesus Santana Facchin

Propomos ainda fixar a remuneração do Conselho Fiscal para o exercício de 2024 em R\$ 540.000,00, dentro do limite previsto no art. 162, §3º, da Lei das S.A., conforme quadro de remuneração dos órgãos da administração e do Conselho Fiscal disponibilizado acima.

As informações sobre os candidatos acima podem ser encontradas no **Anexo XI** e as informações acerca da remuneração do Conselho Fiscal podem ser encontradas no **Anexo XIII** à presente Proposta, nos termos do art. 11, I, e art. 13, II, da RCVN 81/22, respectivamente.

EM ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA:

- **Alteração do artigo 18, inciso XXIV, do Estatuto Social da Companhia, nos termos da Proposta da Administração, para atualização do valor de alçada de operações com partes relacionadas que deverão ser previamente aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia.**

Propomos a aprovação da alteração no Estatuto Social da Companhia, de modo a atualizar o valor de alçada de transações com partes relacionadas da Companhia que deverão ser previamente aprovados pelo Conselho de Administração, valor esse que, caso aprovado pelos acionistas, passará de R\$ 100.000,00 para R\$ 500.000,00.

A administração entende que a atualização desse valor é relevante, dado que o montante de R\$ 100.000,00 atualmente previsto no Estatuto Social é o mesmo desde o IPO da Companhia, fazendo com que operações pouco relevantes para a Companhia precisem ser analisadas pelo Conselho de Administração, sendo que o novo valor proposto reflete a variação do CDI – Certificado de Depósito Interbancário para o período em questão.

Em observância ao disposto no art. 12 da RCVN 81/22, o **Anexo XIV** à presente Proposta contém quadro comparativo com as alterações propostas acima, detalhando as respectivas origens e justificativas e analisando seus efeitos jurídicos e econômicos.

- **Alteração da estrutura da Diretoria Estatutária da Companhia, (a) excluindo a referência ao cargo de Diretor Clínico-Operacional no Estatuto Social da Companhia; e (b) alterando a denominação da Diretoria para “Diretoria Executiva” no Estatuto Social da Companhia, com a consequente alteração dos artigos e títulos do Estatuto Social da Companhia relacionados a tais disposições.**

Propomos a aprovação da alteração no Estatuto Social da Companhia, de modo a (i) excluir a referência ao cargo de Diretor Clínico-Operacional, de modo que esse deixará de ser um cargo estatutário fixo, sem prejuízo de indicação pelo Conselho de Administração de um dos Diretores Executivos para o exercício de função similar àquela hoje desempenhada pelo Diretor Clínico-Operacional, bem como sem prejuízo do cumprimento, pela Companhia, das obrigações regulatórias aplicáveis perante a Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, bem como (ii) atualizar, no Estatuto Social da Companhia, o termo “Diretoria” para “Diretoria Executiva”, com o ajuste das disposições relevantes.

Em observância ao disposto no art. 12 da RCVM 81/22, o **Anexo XIV** à presente Proposta contém quadro comparativo com as alterações propostas acima, detalhando as respetivas origens e justificativas e analisando seus efeitos jurídicos e econômicos.

- **Alteração dos artigos 15, parágrafo 5º, e 19, parágrafo 1º, do Estatuto Social da Companhia, nos termos da Proposta da Administração, para atualização de referência à normas da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, bem como já considerar futuras atualizações normativas.**

Propomos a aprovação da alteração no Estatuto Social da Companhia, de modo a refletir a substituição da Resolução Normativa nº 11, de 22 de julho de 2002, da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), pela Resolução nº 520, de 29 de abril de 2022, bem como para esclarecer que em, em caso de posterior atualização, será automaticamente aplicável a nova normativa editada pelo órgão regulador.

Em observância ao disposto no art. 12 da RCVM 81/22, o **Anexo XIV** à presente Proposta contém quadro comparativo com as alterações propostas acima, detalhando as respetivas origens e justificativas e analisando seus efeitos jurídicos e econômicos.

- **Alteração do artigo 28, parágrafos 1º e 2º, do Estatuto Social da Companhia, nos termos da Proposta da Administração, para refletir obrigação já existente da Companhia de elaborar demonstrações financeiras em conformidade com as regras expedidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), nos termos da Proposta da Administração.**

Propomos a aprovação da alteração no Estatuto Social da Companhia, de modo a refletir a obrigação já existente da Companhia de elaborar demonstrações financeiras em conformidade com as regras expedidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, órgão regulador responsável pelas atividades desenvolvidas pela Companhia.

Em observância ao disposto no art. 12 da RCVM 81/22, o **Anexo XIV** à presente Proposta contém quadro comparativo com as alterações propostas acima, detalhando as respetivas origens e justificativas e analisando seus efeitos jurídicos e econômicos.

- **Consolidação do Estatuto Social da Companhia, de modo a refletir as deliberações acima referidas.**

Propomos a aprovação da consolidação do Estatuto Social da Companhia refletindo as alterações mencionadas acima. A versão consolidada do Estatuto Social, nos termos do art. 12, da RCVM 81/22, se encontra no **Anexo XV** à presente Proposta.

Todos os documentos relativos à AGOE estão à disposição dos acionistas na sede social da Companhia, no seu site de Relações com Investidores (www.odontoprev.com.br/ri), bem como no site da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 S.A.- Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br).

ODONTOPREV S.A.

Sumário

Participação na AGOE

Anexo I – Edital de Convocação da AGOE

Anexo II – Boletins de Voto a Distância

Anexo III – Comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 2 do formulário de referência;

Anexo IV – Relatório Anual da Administração

Anexo V – Demonstrações Financeiras Padronizadas e Notas Explicativas

Anexo VI – Parecer do Conselho Fiscal sobre as demonstrações financeiras da Companhia

Anexo VII – Parecer do Comitê de Auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia

Anexo VIII – Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia

Anexo IX – Declarações da Diretoria Estatutária sobre as demonstrações financeiras e sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Anexo X – Proposta de destinação do lucro líquido, nos termos do Anexo A da RCVM 81

Anexo XI – Composição e experiência profissional dos candidatos a membros do Conselho de Administração e Fiscal apoiados pela administração, nos termos dos itens 7.3 a 7.6 do formulário de referência

Anexo XII –Proposta de Remuneração Anual dos Administradores

Anexo XIII – Remuneração dos administradores e membros do Conselho Fiscal, nos termos do item 8 do Formulário de Referência

Anexo XIV –Relatório detalhando a origem e justificativa das alterações propostas ao Estatuto Social da Companhia, analisando seus efeitos jurídicos e econômicos

Anexo XV – Estatuto Social da Companhia consolidado, considerando as alterações propostas

ODONTOPREV S.A.

CNPJ/MF nº 58.119.199/0001-51
NIRE 35.300.156.668
COMPANHIA ABERTA

**Edital de Convocação das
Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Companhia
a serem realizadas, conjuntamente, em 03 de abril de 2024**

Conforme deliberado pelo Conselho de Administração, ficam os senhores acionistas da **ODONTOPREV S.A.** ("Companhia") convocados para se reunirem nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Companhia ("Assembleias"), que se realizarão, conjuntamente, em primeira convocação, de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma eletrônica ALFM Easy Voting ("Plataforma"), com início às 14 horas do dia 03 de abril de 2024, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

Em Assembleia Geral Ordinária:

- (i) apreciação das contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023;
- (ii) deliberação sobre a proposta de destinação dos resultados do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, incluindo a proposta de distribuição de dividendos;
- (iii) fixação do número de membros que deverão compor o Conselho de Administração no próximo mandato;
- (iv) eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração, bem como indicação do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho de Administração;
- (v) fixação do limite de valor da remuneração global anual dos administradores da Companhia;
- (vi) fixação do número de membros que deverão compor o Conselho Fiscal no próximo mandato; e
- (vii) eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal, bem como a fixação de sua remuneração.

Em Assembleia Geral Extraordinária:

- (viii) alteração do artigo 18, inciso XXIV, do Estatuto Social da Companhia, para atualização do valor de alçada de transações com partes relacionadas que deverão ser previamente aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia, nos termos da Proposta da Administração;

- (ix) alteração do artigo 19, *caput*, do Estatuto Social da Companhia, e exclusão do artigo 24, *caput* e incisos I a X, com a renumeração de seu parágrafo único, que passará a ser numerado como artigo 24, *caput*, bem como a alteração do artigo 3º, artigo 11, inciso II, artigo 12, *caput*, artigo 18, incisos I, III, IV, VI e X e parágrafo único, artigo 19, *caput*, parágrafos 1º, 2º, 4º, 5º e 6º, artigo 20, *caput* e inciso II, artigo 21, *caput* e incisos I, II e III, artigo 24, *caput* e incisos II, IV e V, artigo 25, itens (a) e (b) e parágrafo único, artigo 28, parágrafo 1º, e artigo 29, parágrafo 5º, do Estatuto Social, bem como o título da Subseção III, do Capítulo III, do Estatuto Social, de modo a refletir a nova estrutura da Diretoria Estatutária da Companhia, bem como a mudança do termo "Diretoria" para "Diretoria Executiva" no Estatuto Social, nos termos da Proposta da Administração;
- (x) alteração dos artigos 15, parágrafo 5º, e 19, parágrafo 1º, do Estatuto Social da Companhia, para atualização de referência à normas da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, bem como já considerar futuras atualizações normativas, nos termos da Proposta da Administração;
- (xi) alteração do artigo 28, parágrafos 1º e 2º, do Estatuto Social da Companhia, para refletir a obrigação já existente da Companhia de elaborar demonstrações financeiras em conformidade com as regras expedidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, nos termos da Proposta da Administração; e
- (xii) consolidação do Estatuto Social da Companhia, de modo a refletir as deliberações acima referidas, nos termos da Proposta da Administração.

INFORMAÇÕES GERAIS:

Documentos relacionados às Assembleias: Encontram-se à disposição dos acionistas, na sede social da Companhia, no seu site de Relações com Investidores (www.odontoprev.com.br/ri), no site da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br), cópias dos documentos a serem discutidos nas Assembleias, incluindo aqueles exigidos pelas Resolução CVM nº 80/2022 e nº 81/2022, bem como o Manual de Participação para as Assembleias, contendo as orientações para participação nas Assembleias.

Participação pela Plataforma: As Assembleias serão realizadas de forma exclusivamente digital, sendo que os acionistas ou procuradores que desejarem participar das Assembleias por meio da Plataforma, deverão efetuar o pré-cadastro, impreterivelmente, até o dia 1 de abril de 2024, preenchendo todas as informações solicitadas e realizar o *upload* dos documentos que comprovem a sua qualificação e/ou respectivos poderes de representação, conforme descritos abaixo e no Manual de Participação, através do seguinte link:

https://easyvoting.alfm.adv.br/acionista.wpconsentimento.aspx?CtxW0jdnQS4JAgUx1hIBxT3Pgyd78aM_6QjALj3w57qAKwav-7x-QOJZUcjnrNGv

Após o cadastro, a Companhia fará a validação das informações e os acionistas ou procuradores receberão, em até 24 horas da conclusão de seu cadastro, um e-mail informando sobre o deferimento ou indeferimento do cadastro. Os cadastros recebidos nos finais de semana serão validados até as 18 horas do primeiro dia útil subsequente.

Será permitido ao acionista ou seu procurador que regularize as pendências dos documentos apresentados até as 14 horas do dia 02 de abril de 2024.

A Companhia enviará aos acionistas ou procuradores habilitados, até as 18 horas do dia 02 de abril de 2024, após a confirmação do deferimento de seu cadastro, um e-mail contendo o link, login e senha de acesso para a Plataforma e demais instruções necessárias para o acesso e a participação nas Assembleias. A Companhia informa, desde já, que as informações de acesso para as Assembleias são pessoais e intransferíveis e não poderão ser compartilhadas sob pena de responsabilização do acionista.

A Companhia informa que não será admitido o acesso à Plataforma dos acionistas ou procuradores que não apresentarem os documentos de participação necessários no prazo aqui previsto. Ressalta-se que não haverá a possibilidade de comparecer fisicamente às Assembleias, uma vez que essas serão realizadas exclusivamente de modo digital.

Votação à Distância: Os acionistas ainda poderão exercer seu direito de voto nas Assembleias por meio de boletim de voto a distância, nos termos da Resolução CVM nº 81/22, por meio de seus respectivos agentes de custódia, por meio da instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia ou mediante envio diretamente à Companhia, sendo certo que o boletim de voto a distância deverá ser preenchido e entregue conforme as orientações constantes do próprio boletim e do Manual de Participação, disponibilizado, nesta data, nos endereços acima indicados.

Voto Múltiplo: Para efeitos do que dispõe o art. 141 da Lei nº 6.404/76 e a Resolução CVM nº 70/2022, esclarece-se que o percentual mínimo do capital votante para solicitação de adoção do processo de voto múltiplo para eleição dos membros do Conselho de Administração é de 5%.

Representação: Nos termos do art. 126 da Lei das S.A., os acionistas deverão apresentar (i) documento de identidade; (ii) comprovante de depósito das ações da Companhia emitido pela instituição financeira depositária ou pela entidade de custódia das ações para comprovar a qualidade de acionista e participar das Assembleias; e (iii) se aplicável, instrumento de mandato para representação do acionista por procurador, bem como documento de identidade do procurador.

No caso de pessoas jurídicas ou fundos de investimento, deve também ser apresentada documentação comprobatória da sua adequada representação, como contrato social ou

estatuto social consolidado e atualizado, ato societário de eleição de seus administradores e regulamento do fundo consolidado e atualizado, conforme aplicável.

Conforme detalhado no Manual de Participação, o acionista pode ser representado em assembleia geral por procurador constituído há menos de um ano, que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado ou, ainda, por instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar os condôminos. Os acionistas pessoas jurídicas podem ser representados por meio de seus representantes legais ou procuradores devidamente constituídos, de acordo com os seus atos constitutivos, não precisando nesse caso o procurador ser acionista, administrador da Companhia ou advogado.

A Companhia exige o reconhecimento de firma em prourações, bem como a notarização, consularização (ou apostilamento, conforme o caso) de documentos assinados no exterior. A Companhia exigirá a tradução juramentada de documentos lavrados em língua estrangeira, exceto por aqueles redigidos na língua portuguesa, inglesa ou espanhola ou que venham acompanhados da respectiva tradução nessas mesmas línguas. Por fim, a Companhia não se opõe ao recebimento de prourações outorgadas por meio eletrônico, desde que devidamente comprovada idoneidade e validade do documento, nos termos da legislação específica.

A Companhia esclarece que, excepcionalmente para as Assembleias, dispensará a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação para a sede da Companhia, sendo que as versões digitalizadas de tais documentos deverão ser apresentadas por meio do link acima, até 01 de abril de 2024, data limite para disponibilização prévia dos documentos, ou até às 14 horas do dia 02 de abril de 2024, para os casos de regularização de cadastro, conforme descrito acima.

Barueri/SP, 29 de fevereiro de 2024

ODONTOPREV S.A.
Luiz Carlos Trabuco Cappi
Presidente do Conselho de Administração

Assembleia pendente de aprovação

BOLETIM DE VOTO A DISTÂNCIA

AGO - ODONTOPREV S.A. de 03/04/2024

Nome do Acionista
CNPJ ou CPF do acionista
E-mail
Orientações de preenchimento O acionista poderá exercer seu direito de voto à distância, conforme Resolução CVM nº 81/22 e suas alterações, através do preenchimento do presente Boletim de Voto a Distância ("Boletim"). Para que o Boletim seja considerado válido, é imprescindível: (i) o preenchimento de todos os campos manualmente e com letra de forma legível, incluindo a indicação do nome ou denominação social completa do acionista e o número do CPF ou CNPJ, bem como indicação de endereço de e-mail para eventuais contatos; (ii) rubricar todas as páginas do Boletim; (iii) a assinatura ao final do Boletim do acionista ou seu representante legal, conforme o caso e nos termos da legislação vigente. Os documentos relativos a AGO, incluindo o "Edital de Convocação", o "Manual para Participação" e a "Proposta da Administração", encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, no site de relações com investidores da Companhia (ri.odontoprev.com.br), bem como nos sites da B3 (www.b3.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.gov.br/cvm). Orientações de entrega, indicando a faculdade de enviar diretamente à companhia ou enviar instruções de preenchimento ao escriturador ou ao custodiante O acionista que optar por exercer direito de voto à distância por meio deste Boletim poderá preencher-las observadas as orientações acima e enviá-lo à Companhia, ou transmitir instruções de preenchimento a seus respectivos custodiantes ou ao escriturador das ações da Companhia, conforme abaixo: (a) se enviar diretamente à Companhia, encaminhar os seguintes documentos ao endereço indicado abaixo: (i) via física original do Boletim devidamente preenchido, rubricado e assinado; (ii) comprovante da instituição financeira depositária das ações escriturais ou em custódia (art. 41, Lei 6.404/76) para comprovar sua qualidade de acionista (será dispensada a apresentação do comprovante pelo titular de ações escriturais constante da relação de acionistas fornecida pela instituição financeira depositária); e (iii) cópia autenticada dos seguintes documentos: (1) Pessoa Física: documento de Identidade com foto do acionista/representante legal; (2) Pessoa Jurídica: documento de identidade do representante com foto, Contrato/Estatuto Social consolidado e atualizado, ato societário de eleição do administrador que comparecer à AGO como seu representante ou que assinar procuração para que terceiro represente a acionista pessoa jurídica; (3) Fundo de Investimento: todos os indicados no item (2) com relação ao seu administrador ou gestor, conforme aplicável, e regulamento consolidado e atualizado. A Companhia exigirá o reconhecimento da(s) firma(s) da(s) assinatura(s) constante(s) no Boletim, bem como notarização, consularização (ou apostilamento, conforme o caso) de documentos assinados no exterior. A Companhia exigirá a tradução juramentada de documentos lavrados em língua estrangeira, exceto por aqueles redigidos na língua portuguesa, inglesa ou espanhola ou que venham acompanhados da respectiva tradução nessas mesmas línguas. Serão aceitos os seguintes documentos de identidade, desde que com foto: RG, RNE, CNH, Passaporte ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas. O acionista deverá protocolar o Boletim e a documentação na Companhia até 7 dias antes da AGO, isto é, até 27/03/2024, inclusive (Art. 27, RCVM 81/22). Os documentos indicados acima poderão ser enviados de forma digitalizada ao e-mail do Departamento de Relações com Investidores da Companhia, sendo ainda possível o envio da via original do Boletim e cópia autenticada dos documentos, dentro do prazo acima referido. No prazo de 3 dias do recebimento do Boletim, a Companhia comunicará aos acionistas, por meio de envio de e-mail ao endereço eletrônico de correspondência informado no Boletim: (i) do recebimento da documentação pela Companhia, bem como confirmação de sua validade, nos termos da RCVM nº 81/22; ou (ii) a necessidade de retificação ou reenvio do Boletim ou dos documentos que o acompanham, descrevendo os procedimentos e prazos necessários à regularização do voto à distância. Os Boletins que tenham sido enviados fora do prazo serão desconsiderados e o respectivo acionista será comunicado.

BOLETIM DE VOTO A DISTÂNCIA
AGO - ODONTOPREV S.A. de 03/04/2024

(b) por prestadores de serviços: O acionista poderá optar por enviar as instruções de preenchimento do Boletim para os prestadores de serviço aptos a prestar serviços de coleta e transmissão de instruções de preenchimento do Boletim, desde que até o dia 27/03/2024, inclusive.

Assim, as instruções de voto poderão ser enviadas por intermédio do agente de custódia dos acionistas detentores de ações de emissão da Companhia que estejam depositadas em depositário central ou, caso as ações estejam em ambiente escritural, por intermédio do Banco Bradesco S.A.

Os acionistas deverão entrar em contato com os seus respectivos agentes de custódia e com o Banco Bradesco S.A. para verificar os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto, bem como os documentos e informações exigidos para tanto. Referidos prestadores de serviço comunicarão aos acionistas o recebimento das instruções de voto ou a necessidade de retificação ou reenvio, devendo prever os procedimentos e prazos aplicáveis.

Note-se que: (a) caso sejam identificadas instruções de voto conflitantes e o acionista não esclareça o conflito tempestivamente, a instrução de voto para a matéria considerada conflitante será desconsiderada; e (b) caso o acionista envie mais de um Boletim, para evitar que sua instrução de voto possa ser considerada conflitante, é recomendável que esse encaminhe sua eventual nova instrução para o mesmo prestador de serviço anteriormente utilizado.

Endereço postal e eletrônico para envio do boletim de voto a distância, caso o acionista deseje entregar o documento diretamente à companhia / Orientações sobre o sistema eletrônico de participação em assembleia, caso admita tal forma de participação.

Endereço postal e eletrônico para envio do Boletim, caso o acionista deseje entregar o documento diretamente à companhia / Orientações sobre o sistema eletrônico de participação em assembleia, caso admita tal forma de participação.

Odontoprev S.A. | Departamento de Relações com Investidores
Alameda Araguaia 2104, 21º andar, Alphaville, CEP: 06455-000
E-mail: ri@odontoprev.com.br

Os acionistas poderão, também, participar na AGO por meio da plataforma eletrônica ALFM Easy Voting ("Plataforma").

Conforme detalhado no Manual para Participação, os acionistas ou procuradores que desejarem participar por meio da Plataforma deverão realizar o pré-cadastro, impreterivelmente, até o dia 01 de abril de 2024, preenchendo todas as informações solicitadas e realizar o upload dos documentos que comprovem a sua qualificação e/ou respectivos poderes de representação, conforme descritos acima, através do seguinte link:

https://easyvoting.alfm.adv.br/acionista.wpconsentimento.aspx?CtxW0jdnQS4JAgUx1hIBxT3Pgyd78aM_6QjALj3w57qAKwav-7x-QOJZUcjnrNGv

Após o cadastro, a Companhia fará a validação das informações e os acionistas ou procuradores receberão, em até 24 horas da conclusão de seu cadastro, um e-mail informando sobre o deferimento ou indeferimento do cadastro. Será permitido ao acionista ou seu procurador que regularize as pendências dos documentos apresentados até as 14 horas do dia 2 de abril de 2024.

A Companhia enviará aos acionistas ou procuradores habilitados, até as 18 horas do dia 2 de abril de 2024, após a confirmação do deferimento de seu cadastro, um e-mail contendo o link, login e senha de acesso para a Plataforma e demais instruções necessárias para o acesso e a participação nas Assembleias. A Companhia informa, desde já, que as informações de acesso para as Assembleias são pessoais e intransferíveis e não poderão ser compartilhadas sob pena de responsabilização do acionista.

Ainda, a Companhia informa que não será admitido o acesso à Plataforma dos acionistas ou procuradores que não apresentarem os documentos de participação necessários no prazo aqui previsto.

Indicação da instituição contratada pela companhia para prestar o serviço de escrituração de valores mobiliários, com nome, endereço físico e eletrônico, telefone e pessoa para contato

BANCO BRADESCO S.A.
Cidade de Deus, s/nº, Vila Yara – São Paulo CEP 06029-900
Telefone: 3684-9441
O horário de atendimento é em dias úteis das 9h às 18h.
Falar com Deborah Cristina Leite de Lima
E-mail: deborah.lima@bradesco.com.br

Deliberações / Questões relacionadas à AGO

BOLETIM DE VOTO A DISTÂNCIA
AGO - ODONTOPREV S.A. de 03/04/2024

[Ativos elegíveis nesta deliberação: ODPV3]

1. Apreciar as contas dos administradores e examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Aprovar Rejeitar Abster-se

[Ativos elegíveis nesta deliberação: ODPV3]

2. Deliberar sobre a proposta de destinação dos resultados do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, incluindo a proposta de distribuição de dividendos, nos termos da Proposta da Administração.

Aprovar Rejeitar Abster-se

[Ativos elegíveis nesta deliberação: ODPV3]

3. Fixar em 8 o número de membros que deverão compor o Conselho de Administração no próximo mandato.

Aprovar Rejeitar Abster-se

[Ativos elegíveis nesta deliberação: ODPV3]

4. Deseja requerer a adoção do processo de voto múltiplo para eleição do conselho de administração, nos termos do art. 141 da Lei nº 6.404, de 1976? (Caso o acionista opte por “não” ou “abster-se”, suas ações não serão computadas para fins de requerimento do voto múltiplo).

Sim Não Abster-se

[Ativos elegíveis nesta deliberação: ODPV3]

Eleição do conselho de administração por chapa única

CA chapa única

Luiz Carlos Trabuco Cappi (Presidente) - efetivo / Maurício Machado de Minas (Suplente) / Américo Pinto Gomes (Suplente)

Manoel Antônio Peres (Vice Presidente) - Efetivo / Maurício Machado de Minas (Suplente) / Américo Pinto Gomes (Suplente)

Ivan Luiz Gontijo Junior (Efetivo) / Maurício Machado de Minas (Suplente) / Américo Pinto Gomes (Suplente)

Samuel Monteiro dos Santos Junior (Efetivo) / Maurício Machado de Minas (Suplente) / Américo Pinto Gomes (Suplente)

Thais Jorge de Oliveira e Silva (Efetivo) / Maurício Machado de Minas (Suplente) / Américo Pinto Gomes (Suplente)

Octávio de Lazari Júnior (Efetivo) / Maurício Machado de Minas (Suplente) / Américo Pinto Gomes (Suplente)

César Suaki dos Santos (Efetivo - Independente) / José Mauro Depes Lorga (Suplente - Independente)

Murilo César Lemos dos Santos Passos (Efetivo - Independente) / José Mauro Depes Lorga (Suplente - Independente)

5. Indicação de todos os nomes que compõem a chapa (Os votos indicados neste campo serão desconsiderados caso o acionista detentor de ações com direito a voto também preencha os campos presentes na eleição em separado de membro do conselho de administração e a eleição em separado de que tratam esses campos ocorra) - CA chapa única

Aprovar Rejeitar Abster-se

BOLETIM DE VOTO A DISTÂNCIA
AGO - ODONTOPREV S.A. de 03/04/2024

6. Caso um dos candidatos que compõem a chapa escolhida deixe de integrá-la, os votos correspondentes às suas ações podem continuar sendo conferidos à chapa escolhida?

[] Sim [] Não [] Abster-se

7. Em caso de adoção do processo de eleição por voto múltiplo, os votos correspondentes às suas ações devem ser distribuídos em percentuais igualitários pelos membros da chapa que você escolheu? [Caso o acionista opte por "sim" e também indique o tipo de resposta "aprovar" para candidatos específicos dentre os relacionados abaixo, seus votos serão distribuídos proporcionalmente entre estes candidatos. Caso o acionista opte por "abster-se" e a eleição ocorra pelo processo de voto múltiplo, seu voto deve ser computado como abstenção na respectiva deliberação da assembleia.]

[] Sim [] Não [] Abster-se

8. Visualização de todos os candidatos que compõem a chapa para indicação da distribuição do voto múltiplo.

Luiz Carlos Trabuco Cappi (Presidente) - efetivo / Maurício Machado de Minas (Suplente) / Américo Pinto Gomes (Suplente) [] Aprovar [] Rejeitar [] Abster-se / [] %

Manoel Antônio Peres (Vice Presidente) - Efetivo / Maurício Machado de Minas (Suplente) / Américo Pinto Gomes (Suplente) [] Aprovar [] Rejeitar [] Abster-se / [] %

Ivan Luiz Gontijo Junior (Efetivo) / Maurício Machado de Minas (Suplente) / Américo Pinto Gomes (Suplente) [] Aprovar [] Rejeitar [] Abster-se / [] %

Samuel Monteiro dos Santos Junior (Efetivo) / Maurício Machado de Minas (Suplente) / Américo Pinto Gomes (Suplente) [] Aprovar [] Rejeitar [] Abster-se / [] %

Thais Jorge de Oliveira e Silva (Efetivo) / Maurício Machado de Minas (Suplente) / Américo Pinto Gomes (Suplente) [] Aprovar [] Rejeitar [] Abster-se / [] %

Octávio de Lazari Júnior (Efetivo) / Maurício Machado de Minas (Suplente) / Américo Pinto Gomes (Suplente) [] Aprovar [] Rejeitar [] Abster-se / [] %

César Suaki dos Santos (Efetivo - Independente) / José Mauro Depes Lorga (Suplente - Independente) [] Aprovar [] Rejeitar [] Abster-se / [] %

Murilo César Lemos dos Santos Passos (Efetivo - Independente) / José Mauro Depes Lorga (Suplente - Independente) [] Aprovar [] Rejeitar [] Abster-se / [] %

[Ativos elegíveis nesta deliberação: ODPV3]

9. Deseja solicitar a eleição em separado de membro do conselho de administração, nos termos do art. 141, § 4º, I, da Lei nº 6.404, de 1976? (O acionista somente pode preencher este campo caso seja titular ininterruptamente das ações com as quais vota durante os 3 meses imediatamente anteriores à realização da assembleia geral. Caso o acionista opte por "não" ou "abster-se", suas ações não serão computadas para fins de requerimento da eleição em separado de membro do conselho de administração).

[] Sim [] Não [] Abster-se

[Ativos elegíveis nesta deliberação: ODPV3]

10. Fixar o limite do valor da remuneração global anual dos administradores da Companhia, nos termos da proposta da Administração.

[] Aprovar [] Rejeitar [] Abster-se

BOLETIM DE VOTO A DISTÂNCIA
AGO - ODONTOPREV S.A. de 03/04/2024

[Ativos elegíveis nesta deliberação: ODPV3]

11. Fixar em 3 (três) o número de membros efetivos que deverá compor o Conselho Fiscal, bem como igual número de suplentes.

Aprovar Rejeitar Abster-se

[Ativos elegíveis nesta deliberação: ODPV3]

Eleição do conselho fiscal por chapa única

CF chapa única

Ivan Maluf Júnior (efetivo) / Eduardo da Gama Godoy (suplente)

Vanderlei Dominguez da Rosa (efetivo) / Paulo Roberto Franceschi (suplente)

Sergio Moreno (efetivo) / Sibelli de Jesus Santana Facchin (suplente)

12. Indicação de todos os nomes que compõem a chapa - CF chapa única

Aprovar Rejeitar Abster-se

13. Caso um dos candidatos que compõem a chapa deixe de integrá-la para acomodar a eleição em separado de que trata os arts. 161, § 4º, e 240 da Lei nº 6.404, de 1976, os votos correspondentes às suas ações podem continuar sendo conferidos à chapa escolhida? -

Sim Não Abster-se

[Ativos elegíveis nesta deliberação: ODPV3]

14. Fixar a remuneração dos membros do Conselho Fiscal, conforme Proposta da Administração.

Aprovar Rejeitar Abster-se

Cidade : _____

Data : _____

Assinatura : _____

Nome do Acionista : _____

Telefone : _____

Assembleia pendente de aprovação

BOLETIM DE VOTO A DISTÂNCIA

AGE - ODONTOPREV S.A. de 03/04/2024

Nome do Acionista
CNPJ ou CPF do acionista
E-mail
Orientações de preenchimento O acionista poderá exercer seu direito de voto à distância, conforme Resolução CVM nº 81/22 e suas alterações, através do preenchimento do presente Boletim de Voto a Distância ("Boletim"). Para que o Boletim seja considerado válido, é imprescindível: (i) o preenchimento de todos os campos manualmente e com letra de forma legível, incluindo a indicação do nome ou denominação social completa do acionista e o número do CPF ou CNPJ, bem como indicação de endereço de e-mail para eventuais contatos; (ii) rubricar todas as páginas do Boletim; (iii) a assinatura ao final do Boletim do acionista ou seu representante legal, conforme o caso e nos termos da legislação vigente. Os documentos relativos a AGE, incluindo o "Edital de Convocação", o "Manual para Participação" e a "Proposta da Administração", encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, no site de relações com investidores da Companhia (ri.odontoprev.com.br), bem como nos sites da B3 (www.b3.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.gov.br/cvm). Orientações de entrega, indicando a faculdade de enviar diretamente à companhia ou enviar instruções de preenchimento ao escriturador ou ao custodiante O acionista que optar por exercer direito de voto à distância por meio deste Boletim poderá preencher-las observadas as orientações acima e enviá-lo à Companhia, ou transmitir instruções de preenchimento a seus respectivos custodiantes ou ao escriturador das ações da Companhia, conforme abaixo: (a) se enviar diretamente à Companhia, encaminhar os seguintes documentos ao endereço indicado abaixo: (i) via física original do Boletim devidamente preenchido, rubricado e assinado; (ii) comprovante da instituição financeira depositária das ações escriturais ou em custódia (art. 41, Lei 6.404/76) para comprovar sua qualidade de acionista (será dispensada a apresentação do comprovante pelo titular de ações escriturais constante da relação de acionistas fornecida pela instituição financeira depositária); e (iii) cópia autenticada dos seguintes documentos: (1) Pessoa Física: documento de Identidade com foto do acionista/representante legal; (2) Pessoa Jurídica: documento de identidade do representante, com foto, Contrato/Estatuto Social consolidado e atualizado, ato societário de eleição do administrador que comparecer à AGE como seu representante ou que assinar procuração para que terceiro represente a acionista pessoa jurídica; (3) Fundo de Investimento: todos os indicados no item (2) com relação ao seu administrador ou gestor, conforme aplicável, e regulamento consolidado e atualizado. A Companhia exigirá o reconhecimento da(s) firma(s) da(s) assinatura(s) constante(s) no Boletim, bem como notarização, consularização (ou apostilamento, conforme o caso) de documentos assinados no exterior. A Companhia exigirá a tradução juramentada de documentos lavrados em língua estrangeira, exceto por aqueles redigidos na língua portuguesa, inglesa ou espanhola ou que venham acompanhados da respectiva tradução nessas mesmas línguas. Serão aceitos os seguintes documentos de identidade, desde que com foto: RG, RNE, CNH, Passaporte ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas. O acionista deverá protocolar o Boletim e a documentação na Companhia até 7 dias antes da AGE, isto é, até 27/03/2024, inclusive (Art. 27, RCVM 81/22). Os documentos indicados acima poderão ser enviados de forma digitalizada ao e-mail do Departamento de Relações com Investidores da Companhia, sendo ainda possível o envio da via original do Boletim e cópia autenticada dos documentos, dentro do prazo acima referido. No prazo de 3 dias do recebimento do Boletim, a Companhia comunicará aos acionistas, por meio de envio de e-mail ao endereço eletrônico de correspondência informado no Boletim: (i) do recebimento da documentação pela Companhia, bem como confirmação de sua validade, nos termos da RCVM nº 81/22; ou (ii) a necessidade de retificação ou reenvio do Boletim ou dos documentos que o acompanham, descrevendo os procedimentos e prazos necessários à regularização do voto à distância. Os Boletins que tenham sido enviados fora do prazo serão desconsiderados e o respectivo acionista será comunicado.

BOLETIM DE VOTO A DISTÂNCIA
AGE - ODONTOPREV S.A. de 03/04/2024

(b) por prestadores de serviços: O acionista poderá optar por enviar as instruções de preenchimento do Boletim para os prestadores de serviço aptos a prestar serviços de coleta e transmissão de instruções de preenchimento do Boletim, desde que até o dia 27/03/2024, inclusive.

Assim, as instruções de voto poderão ser enviadas por intermédio do agente de custódia dos acionistas detentores de ações de emissão da Companhia que estejam depositadas em depositário central ou, caso as ações estejam em ambiente escritural, por intermédio do Banco Bradesco S.A.

Os acionistas deverão entrar em contato com os seus respectivos agentes de custódia e com o Banco Bradesco S.A. para verificar os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto, bem como os documentos e informações exigidos para tanto. Referidos prestadores de serviço comunicarão aos acionistas o recebimento das instruções de voto ou a necessidade de retificação ou reenvio, devendo prever os procedimentos e prazos aplicáveis.

Note-se que: (a) caso sejam identificadas instruções de voto conflitantes e o acionista não esclareça o conflito tempestivamente, a instrução de voto para a matéria considerada conflitante será desconsiderada; e (b) caso o acionista envie mais de um Boletim, para evitar que sua instrução de voto possa ser considerada conflitante, é recomendável que esse encaminhe sua eventual nova instrução para o mesmo prestador de serviço anteriormente utilizado.

Endereço postal e eletrônico para envio do boletim de voto a distância, caso o acionista deseje entregar o documento diretamente à companhia / Orientações sobre o sistema eletrônico de participação em assembleia, caso admita tal forma de participação.

Odontoprev S.A. | Departamento de Relações com Investidores
Alameda Araguaia 2104, 21º andar, Alphaville, CEP: 06455-000
E-mail: ri@odontoprev.com.br

Os acionistas poderão, também, participar na AGE por meio da plataforma eletrônica ALFM Easy Voting ("Plataforma").

Conforme detalhado no Manual para Participação, os acionistas ou procuradores que desejarem participar por meio da Plataforma deverão realizar o pré-cadastro, impreterivelmente, até o dia 01 de abril de 2024, preenchendo todas as informações solicitadas e realizar o upload dos documentos que comprovem a sua qualificação e/ou respectivos poderes de representação, conforme descritos acima, através do seguinte link:

https://easyvoting.alfm.adv.br/acionista.wpconsentimento.aspx?CtxW0jdnQS4JAgUx1hIBxT3Pgyd78aM_6QjALj3w57qAKwv-7x-QOJZUcjnrNGv

Após o cadastro, a Companhia fará a validação das informações e os acionistas ou procuradores receberão, em até 24 horas da conclusão de seu cadastro, um e-mail informando sobre o deferimento ou indeferimento do cadastro. Será permitido ao acionista ou seu procurador que regularize as pendências dos documentos apresentados até as 14 horas do dia 2 de abril de 2024.

A Companhia enviará aos acionistas ou procuradores habilitados, até as 18 horas do dia 2 de abril de 2024, após a confirmação do deferimento de seu cadastro, um e-mail contendo o link, login e senha de acesso para a Plataforma e demais instruções necessárias para o acesso e a participação nas Assembleias. A Companhia informa, desde já, que as informações de acesso para as Assembleias são pessoais e intransferíveis e não poderão ser compartilhadas sob pena de responsabilização do acionista.

Ainda, a Companhia informa que não será admitido o acesso à Plataforma dos acionistas ou procuradores que não apresentarem os documentos de participação necessários no prazo aqui previsto.

Indicação da instituição contratada pela companhia para prestar o serviço de escrituração de valores mobiliários, com nome, endereço físico e eletrônico, telefone e pessoa para contato

BANCO BRADESCO S.A.
Cidade de Deus, s/nº, Vila Yara – São Paulo CEP 06029-900
Telefone: 3684-9441
O horário de atendimento é em dias úteis das 9h às 18h.
Falar com Deborah Cristina Leite de Lima
E-mail: deborah.lima@bradesco.com.br

Deliberações / Questões relacionadas à AGE

[Ativos elegíveis nesta deliberação: ODPV3]

1. Alteração do artigo 18, inciso XXIV, do Estatuto Social da Companhia, para atualização do

BOLETIM DE VOTO A DISTÂNCIA
AGE - ODONTOPREV S.A. de 03/04/2024

valor de alcada de operações com partes relacionadas que deverão ser previamente aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia, nos termos da Proposta da Administração.

[] Aprovar [] Rejeitar [] Abster-se

[Ativos elegíveis nesta deliberação: ODPV3]

2. Alteração da estrutura da Diretoria Estatutária da Companhia, (a) excluindo a referência ao cargo de Diretor Clínico-Operacional no Estatuto Social da Companhia; e (b) alterando a denominação da Diretoria para "Diretoria Executiva" no Estatuto Social da Companhia, com a consequente alteração dos artigos e títulos do Estatuto Social da Companhia relacionados a tais disposições, nos termos da Proposta da Administração.

[] Aprovar [] Rejeitar [] Abster-se

[Ativos elegíveis nesta deliberação: ODPV3]

3. Alteração dos artigos 15, parágrafo 5º, e 19, parágrafo 1º, do Estatuto Social da Companhia, para atualização de referência à normas da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, bem como já considerar futuras atualizações normativas, nos termos da Proposta da Administração.

[] Aprovar [] Rejeitar [] Abster-se

[Ativos elegíveis nesta deliberação: ODPV3]

4. Alteração do artigo 28, parágrafos 1º e 2º, do Estatuto Social da Companhia, para refletir obrigação já existente da Companhia de elaborar demonstrações financeiras em conformidade com as regras expedidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), nos termos da Proposta da Administração.

[] Aprovar [] Rejeitar [] Abster-se

[Ativos elegíveis nesta deliberação: ODPV3]

5. Consolidar o Estatuto Social da Companhia, de modo a refletir as deliberações acima referidas, nos termos da Proposta da Administração.

[] Aprovar [] Rejeitar [] Abster-se

Cidade : _____

Data : _____

Assinatura : _____

Nome do Acionista : _____

Telefone : _____

2.1 Os diretores devem comentar sobre

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os comentários de desempenho abaixo mantêm a comparabilidade de dados das séries históricas, e não se baseiam na norma IFRS17, que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2023, nas Demonstrações Financeiras.

2023

O modelo de negócios da Odontoprev, sustentado por 36 anos de experiência, conta com foco **exclusivo em planos odontológicos**, objetivando economias de escala, eficiência de custo, máxima qualidade e confiabilidade dos serviços prestados.

Em 2023, a receita líquida atingiu R\$2.143 milhões, crescimento de 9,2% sobre o ano anterior, com tíquete médio de R\$21,37 por beneficiário/mês, comparado a R\$20,72 no ano anterior.

Ao final do exercício, a Companhia contava com 8.617.893 beneficiários, com 300 mil novos clientes no ano. A carteira foi composta por clientes corporativos em 71%, com os restantes 29% em planos massificados, para pequenas e médias empresas (PME) e individuais.

Os produtos massificados, destinados a pequenas e médias empresas (PME) e planos individuais, nos quais a Odontoprev conta com canais de distribuição exclusivos, representaram em 2023, 29% das vidas e 44% da receita consolidada, em tendência alinhada ao Planejamento Estratégico da Companhia.

O posicionamento único da Odontoprev com relação à liderança no desenvolvimento e expansão dos segmentos massificados, os quais apresentam tíquete superior, menor número de competidores, crescimento acelerado em relação ao mercado e margens de contribuição mais elevadas tem sido diferencial competitivo recente. Além disso, reforçando a estratégia, os produtos não corporativos apresentam significativas barreiras à entrada como escala e qualidade de distribuição, risco de crédito do cliente de pequeno porte ou individual, seleção adversa e tecnologia de gestão, diferenciais claros do modelo de negócios Odontoprev.

O custo de serviços, equivalente aos eventos de tratamento odontológico, representou 39,6% da receita líquida no ano, inferior aos 40,2% registrados em 2022.

As despesas administrativas, basicamente representadas pela estrutura de pessoal, foram de 15,4% da receita líquida em 2023, sendo que em 2022 também foram de 15,4%.

A geração de caixa, medida pelo critério LAJIDA ajustado, foi de R\$647 milhões em 2023, 12,4% acima em comparação a 2022, de R\$576 milhões. Em relação à receita, a margem LAJIDA foi de 30,2% superior aos 29,4% do ano anterior.

O lucro líquido atingiu R\$537 milhões em 2023, 19% acima do registrado em 2022, e alcançou margem líquida de 25,0%.

Desde o IPO, a Odontoprev apresentou geração de caixa de R\$4.809 milhões, tendo distribuído R\$3.545 milhões aos acionistas, terminando 2023 com caixa líquido de R\$992 milhões, sem endividamento.

O Patrimônio Líquido da Companhia ao final do exercício de 2023 foi de R\$1.432 milhões em função da prática de alocação de capital da Companhia, a qual privilegia o pagamento regular de Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio, além de Programas de Recompra de Ações.

A Odontoprev adota, desde a abertura de capital em 2006, os mais elevados padrões de Governança Corporativa, até mesmo superando as práticas do Novo Mercado.

A relação da Odontoprev com os seus *stakeholders* prima pela transparência. A Diretoria está comprometida em gerar valor aos acionistas, com visão de longo prazo, indispensável para a sustentabilidade do negócio.

Com o objetivo de avaliar a situação financeira e patrimonial da Companhia, a Diretoria utiliza vários indicadores, dentre os quais são destacados:

- Indicadores de liquidez: a Diretoria da Companhia entende que apresenta condições financeiras e patrimoniais adequadas para implementar o seu plano de negócio; e
- Dívida líquida: a Companhia, desde a sua fundação, por política, prioriza recursos próprios e geração interna de caixa, não tendo qualquer passivo junto a terceiros.

		INDICADORES	31 de dezembro de 2023		31 de dezembro de 2022		31 de dezembro de 2021		
Tipo		Fórmulas	Dados	Indicador	Dados	Indicador	Dados	Indicador	
Liquidez	Corrente	Ativo circulante Passivo circulante	605.743 669.792	0,90	498.898 717.704	0,70	582.488 591.361	0,98	
	Seca	Ativo circulante - estoques - despesas antecipadas Passivo circulante	564.563 669.792	0,84	454.772 717.704	0,63	542.548 591.361	0,92	
	Geral	Ativo circulante + realizável a longo prazo Passivo circulante + exigível a longo prazo	1.296.287 805.378	1,61	1.134.617 834.335	1,36	1.062.814 812.592	1,31	
PRAZO	Recebimento (PMR)	(Contraprestações pecuniárias - provisão para prêmios e contraprestações não-ganhas (PPCNG)x360 Contraprestações líquidas	50.311 2.171.058	-8,3	52.609 2.026.760	-9,3	39.950 1.898.595	-7,6	
	Estoque (PME)	Estoques x 360 Custo de serviços	1.423 828.086	0,6	4.767 791.706	2,2	4.421 731.477	2,2	
	Pagamento (PMP)	Provisão de eventos/sinistros a liquidar (PESL) x 360 Eventos indenizáveis	70.172 775.156	32,6	63.230 734.532	31,0	55.427 688.291	29,0	
	Ciclo de caixa	(PMR + PME) - PMP		-40,3		-38,2		-34,4	
COL	CCL (capital circulante líquido)	Ativo circulante (-) Passivo circulante	605.743 669.792	- 64.049	498.898 717.704	- 218.806	582.488 591.361	- 8.873	
NIG	NIG (necessidade de investimento em giro) é inferior a 0, logo não há necessidade de dinheiro oneroso para financeirar capital de giro, sem risco.	Ativo operacional: Créditos de operações com planos de assistência à saúde Títulos e créditos a receber Estoques Outros valores e bens (-) Passivo operacional: Provisões técnicas Obrigações trabalhistas Obrigações sociais Tributos e contribuições a recolher Fornecedores Outras obrigações	214.707 94.377 79.150 1.423 39.757 669.792		258.992 174.567 40.299 4.767 39.359 717.704		231.014 157.193 33.881 4.421 35.519 591.361		
SD	SD (saldo disponível, quando negativo significa que a empresa precisa de capital de giro/alavancagem)	CCL (-) NIG (ou: Ativo financeiro - passivo financeiro)		- 64.049 (455.085)	391.036 (458.712)	- 218.806 (458.712)	239.906 (360.347)	- 8.873 (360.347)	
NTFP	NTFP (necessidade total de financiamento)	NIG (+) Ativo permanente		(455.085) 940.982	485.897 885.236	(458.712) 426.524	(360.347) 871.027	510.680	
FCO / EBITDA	FCO (fluxo de caixa operacional)/EBITDA (taxa de conversão do resultado operacional em caixa)	FCO EBITDA ajustado		487.869 647.383	75,4%	515.033 575.972	89,4%	471.564 581.077	81,2%

Na avaliação do ciclo de caixa identificamos os ativos e passivos que melhor refletem as atividades da operadora e constatamos que:

PMR: prazo de 0 dias em 2021, 2022 e 2023.

PME: prazo de 2 dias em 2021 e 2022 e 1 dia em 2023. A Odontoprev mantém modesto estoque de materiais odontológicos em controlada.

PMP: 29 dias em 2021, 31 dias em 2022 e 33 dias em 2023.

As variações nos prazos mencionados acima podem impactar a Companhia gradativamente, implicando em eventuais necessidades de giro dado o deslocamento entre a liquidação do contas a receber e o pagamento à rede credenciada.

A gestão de curto prazo do capital está equilibrada. O perfil da Companhia é conservador, tendo em vista que a Companhia detém Necessidade de Investimento em Giro (NIG) negativa e Saldo Disponível (SD) positivo.

O EBITDA (no original em inglês, *earnings before interest, tax, depreciation and amortization*): é o lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social, despesas financeiras líquidas, despesas de depreciação e amortização. O FCO (Fluxo de Caixa Operacional) tem geração de caixa efetiva, converte mais de 80% do EBITDA em caixa.

Em 2021, o portfólio de aplicações financeiras da Companhia migrou, em parte, do Ativo circulante para títulos públicos de vencimento no longo-prazo, com taxas de juros pós-fixadas (70%) e pré-fixadas (30%) superiores à remuneração de curto-prazo, com mesmo perfil de risco de crédito. A Companhia mantém patamar de aplicações financeiras suficiente para a gestão operacional. Ao final de 2023, o caixa líquido atingiu R\$992 milhões, apresentando crescimento em comparação a R\$795 milhões em 2022. A Companhia não faz uso de derivativos.

b) Estrutura de capital

A Diretoria entende que a atual estrutura de capital, mensurada como relação entre capitais próprios e de terceiros é pouco alavancada, principalmente pelo fato de a Companhia não possuir empréstimos e/ou financiamentos, operando com recursos próprios e com passivos operacionais, em sua maioria de curto prazo.

O patrimônio líquido da Companhia passou de R\$1.186 milhões em 31 de dezembro de 2022 para R\$1.432 milhões em 31 de dezembro de 2023.

O capital social subscrito e integralizado da Companhia foi de R\$851 milhões em 2022, dividido em 568.465.803 ações ordinárias, sem valor nominal. Em 2023, esse valor é de R\$851 milhões, dividido em 552.495.663 ações ordinárias, sem valor nominal.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando o perfil do fluxo de caixa, acreditamos que temos liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora não possamos garantir que tal situação permanecerá inalterada.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Atualmente a Companhia utiliza como fonte de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes somente recursos próprios e a geração de caixa operacional.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Atualmente a Companhia possui recursos próprios e geração de caixa operacional suficientes para financiamento de capital de giro, sem necessidade de financiamento.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

A Companhia nunca deteve empréstimos e/ou financiamentos desde sua fundação.

g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

A Companhia nunca deteve empréstimos e/ou financiamentos desde sua fundação.

h) Alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e fluxo de caixa

Análise comparativa dos resultados operacionais: exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 e exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022.

	2023	AV¹ 2023	2022	AV¹ 2022	Δ %
	R\$ mil	%	R\$ mil	%	2023/2022
(+) Contraprestações líquidas	2.171.058	101,3	2.026.760	103,3	7,1
(+) Receita de vendas de bens e serviços	51.555	2,4	21.892	1,1	135,5
(+) Odontored (México)	34.010	1,6	18.679	1,0	82,1
Receita operacional bruta (ROB)	2.256.622	105,3	2.067.331	105,4	9,2
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde	97.346	4,5	90.833	4,6	7,2
(-) Impostos sobre vendas de bens e serviços	16.582	0,8	14.813	0,8	11,9
Receita operacional líquida (ROL)	2.142.695	100,0	1.961.685	100,0	9,2
(-) Custo de serviços	828.085	38,6	791.707	40,4	4,6
Eventos indenizáveis líquidos	775.156	36,2	734.532	37,4	5,5
Odontored (México)	7.672	0,4	5.769	0,3	33,0
Materiais odontológicos	15.834	0,7	6.349	0,3	149,4
Demais custos operacionais e provisões/reversões	50.641	2,4	42.695	2,2	18,6
Provisão para Eventos Ocorridos e não Avisados (PEONA)	(22.026)	(1,0)	2.342	0,1	(1.040,5)
Reservas técnicas de sinistro - Odontored (México)	808	-	20	-	3.941,4
Lucro bruto	1.314.609	61,4	1.169.979	59,6	12,4
(-) Despesas de comercialização	220.648	10,3	212.092	10,8	4,0
(+) Outras receitas operacionais	3.059	0,1	2.635	0,1	16,1
(-) Despesas administrativas	386.806	18,1	298.406	15,2	29,6
DA (base EBITDA ajustado)	330.982	15,4	301.121	15,4	9,9
Pessoal	184.535	8,6	158.072	8,1	16,7
Serviços de terceiros	72.401	3,4	63.917	3,3	13,3
Localização e funcionamento	43.925	2,0	35.019	1,8	25,4
Taxas e tributos	5.288	0,2	6.300	0,3	(16,1)
Publicidade e propaganda	18.451	0,9	15.994	0,8	15,4
Outras	6.383	0,3	21.819	1,1	(70,7)
DA (não base EBITDA ajustado)	55.824	2,6	(2.715)	(0,1)	(2.156,1)
Depreciação e amortização	49.226	2,3	32.395	1,7	52,0
Aquisições	0	0,0	346	0,0	(100,0)
Outros serviços de terceiros	0	0,0	381	0,0	(100,0)
Despesas de incorporação Mogidonto	0	0,0	177	0,0	(100,0)
Amortização de direito de uso	6.598	0,3	4.628	0,2	42,6
Reversão TSS / ANS	0	0,0	(40.642)	(2,1)	(100,0)
(-) Outras despesas operacionais	105.172	4,9	95.134	4,8	10,6
Provisão para perdas sobre créditos	50.000	2,3	47.951	2,4	4,3
Participações no resultado	34.294	1,6	26.106	1,3	31,4
Programa de Incentivo de longo prazo	20.878	1,0	21.077	1,1	(0,9)
(+) Resultado da equivalência patrimonial	3.142	0,1	6.609	0,3	(52,5)
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	608.184	28,4	573.591	29,2	6,0
(+/-) Resultado Financeiro líquido	82.220	3,8	72.667	3,7	13,1
Receitas financeiras	107.351	5,0	88.843	4,5	20,8
Despesas financeiras	25.130	1,2	16.176	0,8	55,4
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	690.404	32,2	646.258	32,9	6,8
(-) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	207.736	9,7	194.897	9,9	6,6
Imposto de renda e contribuição social corrente	190.068	8,9	176.014	9,0	8,0
Imposto de renda e contribuição social diferido	17.668	0,8	18.883	1,0	(6,4)
Resultado líquido das operações continuadas	482.668	22,5	451.361	23,0	6,9
Participação minoritária em controlada	196	-	(810)	-	(124,2)
Lucro líquido	536.554	25,0	452.171	23,1	18,7

Receita de vendas (ROL): em 2023, a receita líquida da Companhia atingiu R\$2.143 milhões, com aumento de 9,2% sobre o ano anterior. O tíquete médio, de R\$21,37 por beneficiário/mês, foi 3,1% maior em relação aos R\$20,72 observados em 2022, devido ao *mix* de vendas nos planos massificados no período. O número de beneficiários Odontoprev atingiu 8.617.893 em 2023, com adição líquida de 300 mil novas vidas. A carteira foi composta por clientes corporativos em 71% e 29% em PME e planos individuais, de maior tíquete médio.

Custo de serviços (sinistralidade): O custo de serviços representou 39,6% da ROL em 2023, em comparação aos 40,2% registrados em 2022, com gestão por meio de ferramentas eletrônicas capazes de atestar a máxima qualidade dos procedimentos odontológicos realizados, em todo o Brasil, por cerca de 27.000 cirurgiões dentistas credenciados.

Despesas de comercialização: No ano de 2023, as despesas de comercialização representaram 10,3% da ROL, em comparação aos 10,8% da ROL observados em 2022, 0,5 p.p. mais eficiente, com a crescente participação do canal bancário (de menor custo de aquisição) na carteira total de clientes. A Odontoprev conta com diversos canais de distribuição, entre corretores independentes, equipe própria de vendas, canais digitais e canais massificados visando clientes de varejo, notadamente PME e planos individuais.

Despesas administrativas (base de cálculo EBITDA ajustado): Basicamente representadas pela estrutura de pessoal, foram de 15,4% da receita líquida em 2022 e 2023.

Provisão para perdas sobre créditos: Em 2023 foi de 2,3% da ROL, versus 2,4% da ROL em 2022, como resultado da contínua bancarização na receita dos planos individuais, reduzindo risco de crédito.

EBITDA e EBITDA ajustado: Em 2023, o EBITDA ajustado atingiu R\$647 milhões, maior 12,4% em comparação aos R\$576 milhões em 2022. Em relação à receita, a margem EBITDA ajustado de 30,2%, superior aos 29,4% registrados no ano de 2022. Para fins de EBITDA ajustado, a PEONA (Provisão Para Eventos Ocorridos e Não Avisados) é excluída do Custo de Serviços, desde o IPO de 2006. A Diretoria aponta que os resultados observados na geração de caixa em 2023 são função direta da adequada estratégia comercial, qualidade diferenciada dos serviços prestados e foco exclusivo na cadeia de valor dental.

	2023		2022		Var. %
	R\$mil	% ROL	R\$mil	% ROL	
Lucro Líquido	536.554	25,0	452.171	23,1	18,7
(+) Imposto de renda e contribuição social corrente	190.068	8,9	176.014	9,0	8,0
(+) Imposto de renda e contribuição social diferido	17.668	0,8	18.883	1,0	(6,4)
(-) Receitas financeiras	107.351	5,0	88.843	4,5	20,8
(+) Despesas financeiras	25.130	1,2	16.176	0,8	55,4
(-) Participação minoritária em controlada	(196)	-	810	-	(124,2)
(+) Depreciação e amortização	49.226	2,3	32.395	1,7	52,0
(-) Resultado de equivalência patrimonial	3.142	0,1	6.609	0,3	(52,5)
(+) Amortização de direito de uso	6.598	0,3	4.628	0,2	42,6
EBITDA	714.948	33,4	604.004	30,8	18,4
(+/-) Provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	(22.026)	(1,0)	2.342	0,1	(1.040,5)
(+) Reservas técnicas de sinistro - Odontored (México)	808	-	20	-	3.941,4
(+) EBITDA Pro Forma Brasidental	7.734	0,4	9.343	0,5	(17,2)
(-) Reversão TSS / ANS	(36.724)	(1,7)	(40.642)	(2,1)	(9,6)
(+) Aquisições	-	-	346	0,0	(100,0)
(-) Outros serviços de terceiros	-	-	381	0,0	(100,0)
(-) Reversão INSS	(12.564)	(0,6)	-	-	-
(-) Reversão ISS	(4.794)	(0,2)	-	-	-
(+) Despesas de incorporação Mogidonto	-	-	177	-	(100,0)
EBITDA ajustado	647.383	30,2	575.973	29,4	12,4

Resultado financeiro líquido: foi de R\$82,2 milhões, 3,8% da ROL, em 2023 e apresentou crescimento de 13,1% em comparação ao resultado financeiro líquido de 2022 de R\$72,7, 3,7% da ROL. Em 2021, o portfólio de aplicações financeiras da Companhia migrou, em parte, do Ativo circulante para títulos públicos de vencimento no longo-prazo, com taxas de juros pós-fixadas (70%) e pré-fixadas (30%) superiores à remuneração de curto-prazo, com mesmo perfil de risco de crédito. A Companhia mantém patamar de aplicações financeiras suficiente para a gestão operacional. Ao final de 2023, o caixa líquido atingiu R\$992 milhões, apresentando uma alta em comparação a R\$795 milhões em 2022. A Companhia não faz uso de derivativos.

IRPJ e CSLL/ IRPJ e CSLL diferidos: Os valores correntes significaram despesa de R\$190,1 milhões em 2023, enquanto os diferidos representaram R\$17,7 milhões. A alíquota efetiva corrente apurada no resultado de 2023 foi de 29,0%, em comparação a 28,4% em 2022.

	2023	2022	Δ%
Resultado antes dos impostos e das participações	690.404	646.258	6,8
(-) Participações no resultado	34.294	26.106	31,4
(=) Base de cálculo IRPJ / CSLL	656.111	620.152	5,8
Despesa contabilizada			
(-) Imposto de renda e contribuição social corrente	190.068	176.014	8,0
(-) Imposto de renda e contribuição social diferido	17.668	18.883	(6,4)
Total da despesa contabilizada	207.736	194.897	6,6
Alíquota efetiva corrente	29,0%	28,4%	2,1

Lucro líquido: No ano, atingiu R\$537 milhões, 18,7% acima de 2022. A Diretoria acredita que os resultados atingidos no ano refletem o modelo de gestão, e tem demonstrado, no tempo, os diferenciais do modelo de negócio.

(em R\$ mil)	2023	2022	Δ	Δ %
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro líquido do período	536.750	451.361	85.389	18,9%
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais:	177.152	331.430	-154.278	-46,5%
CAIXA GERADO NAS OPERAÇÕES	713.902	782.791	-68.889	-8,8%
Redução (aumento) nos ativos operacionais	7.281	(71.533)	78.814	-110,2%
Aumento (redução) nos passivos operacionais	(233.314)	(196.225)	(37.089)	18,9%
CAIXA GERADO (APLICADO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	487.869	515.033	-27.164	-5,3%
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
Aquisição de imobilizado	(7.595)	(8.396)	801	-9,5%
Desenvolvimento de sistemas e licença de uso de software	(87.658)	(62.990)	(24.668)	39,2%
Dividendos recebidos de controladas e coligadas	8.500	5.169	3.331	64,4%
Aquisição de investimentos, incluindo ágio (líquido de caixa adquirido)	(21.307)	(44.819)	23.512	-52,5%
CAIXA GERADO (APLICADO) EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(108.060)	(111.036)	2.976	-2,7%
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS				
Dividendos pagos	(119.998)	(100.519)	(19.479)	19,4%
Juros sobre Capital próprio pagos	(62.893)	(69.258)	6.365	-9,2%
Recompra de ações - em tesouraria	-	(170.090)	170.090	-100,0%
CAIXA GERADO (APLICADO) EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(182.891)	(339.815)	156.924	-46,2%
AUMENTO (REDUÇÃO) EM CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APlicações FINANCEIRAS	196.918	64.182	132.736	206,8%
CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APlicações FINANCEIRAS				
Saldo inicial	795.231	731.049	64.182	8,8%
Saldo final	992.149	795.231	196.918	24,8%
AUMENTO (REDUÇÃO) EM CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APlicações FINANCEIRAS	196.918	64.182	132.736	206,8%

Fluxo de caixa: Em 2023, houve geração de caixa de R\$197 milhões, principalmente pela redução de caixa aplicado em atividades de financiamento (redução de R\$157 milhões).

Historicamente, os investimentos em ativo fixo (capex) não tem sido significativo em relação à geração interna de caixa, conforme demonstrado na tabela a seguir:

(em R\$ mil)	2023	2022	Δ %
Desenvolvimento de sistemas, aquisição e licença de uso de software	87.657	62.990	39,2
Equipamentos de computação	5.172	1.353	282,4
Equipamentos odontológicos, móveis e utensílios, máquinas e equipamentos	1.196	1.007	18,9
Benfeitorias em instalações	697	3.578	(80,5)
Outros	525	2.458	(78,6)
Total dos investimentos (CAPEX)	95.248	71.385	33,4

A Diretoria mantém a Companhia sem nenhum endividamento bancário, também não havendo nenhuma obrigação contratual que implique em pagamento pecuniário relevante.

Operações não registradas no balanço patrimonial: não efetuamos nenhuma operação não registrada em balanços patrimoniais.

2.2. Resultados operacionais e financeiros

Os comentários de desempenho abaixo mantêm a comparabilidade de dados das séries históricas, e não se baseiam na norma IFRS17, que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2023, nas Demonstrações Financeiras.

a) Resultados das operações do emissor, em especial:

i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A Receita Operacional Líquida ou Receita de Vendas da Companhia é composta de: (i) contraprestações líquidas, (ii) vendas de bens e serviços, (iii) tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde e (iv) impostos sobre vendas de bens e serviços.

As contraprestações líquidas são geradas a partir de mensalidades e pagamentos referentes aos planos odontológicos e, segundo o plano de contas da ANS, excluem as receitas com prestação de serviços, como as oriundas de consultórios próprios de atendimento.

As receitas de vendas de bens e serviços são provenientes das controladas da Companhia.

Os diretores da Companhia avaliam que nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, as principais fontes de receita foram decorrentes das contraprestações líquidas geradas das mensalidades e pagamentos referentes aos planos odontológicos.

ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Na opinião dos Diretores, as variações das receitas no exercício podem ser assim atribuídas aos seguintes fatores:

2023

A receita líquida cresceu 9,2% no período, passando de R\$1.962 milhões em 2022 para R\$2.143 milhões em 2023, conforme fatores descritos no item 2.1 (a)(i) acima.

Outros fatores que afetaram materialmente resultados operacionais da Companhia podem ser assim resumidos:

- Mix de produtos, na qual os segmentos massificados representaram 29,1% das vidas e 43,6% da receita.
- Crescimento de 3,1% do tíquete médio em 2023 e crescimento de 3,6% no número de beneficiários no ano, sendo 300 mil novas vidas.

b) Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

A Companhia não está exposta às variações das taxas de câmbio. As principais alterações das nossas receitas são afetadas principalmente pelo tíquete médio, pelo número de novos beneficiários e pela mudança de mix de produtos.

Caso as taxas de inflação venham a aumentar, eventual política anti-inflacionária adotada pelo Governo Federal poderá vir a resultar em desaceleração no nível de atividade econômica e poder aquisitivo da população, gerando consequências negativas para os nossos negócios, nossa condição financeira, os nossos resultados operacionais ou afetar adversamente o preço das nossas ações ordinárias. Além disso, caso o Brasil venha registrar altas taxas de inflação, poderemos não ser capazes de ajustar os nossos preços de forma a compensar os efeitos da inflação sobre os nossos custos.

Nos últimos três anos, reajustamos os preços das mensalidades dos contratos corporativos a um ritmo marginalmente inferior ao da inflação (IPCA). Quanto aos contratos individuais, o reajuste tem por base os índices de inflação de mercado, à escolha do cliente.

c) Impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

No último exercício social, a Companhia foi impactada por maior custo de serviços, ou seja, o montante dispendido junto aos cirurgiões dentistas credenciados, de forma não linear.

O custo de serviços é resultado de negociação individualizada de remuneração junto a cada profissional credenciado, levando em consideração sua especialização acadêmica, disponibilização de agenda para beneficiários Odontoprev e localização geográfica.

Em 2023, a parcela de custo de serviços representou 39,6% em relação à receita, abaixo dos 40,2% em 2022 e abaixo dos níveis históricos, devido ao mix de produtos, em que os segmentos massificados, de menor sinistralidade, representaram maior participação, em adição ao segmento corporativo, que apresentou sinistralidade em linha com a média histórica.

A política de preços da Companhia não está sujeita às alterações oriundas das variações da taxa de câmbio. Nossa atividade está totalmente voltada para o mercado interno. A Companhia não utiliza instrumentos derivativos de quaisquer ordens. Além disso, a maior parte dos custos relacionados à operação está atrelada ao uso da rede por parte de beneficiários, não sendo, portanto, impactada por variação de preços de insumos e produtos.

A Companhia também conta com a área de gestão de qualidade, responsável pelo controle de qualidade dos tratamentos realizados e autorização de pagamento, a qual auxilia na gestão de riscos e controle de sinistros, tornando a empresa menos sensível a efeitos da inflação em sua estrutura de custos.

A Companhia tem apresentado nos últimos anos uma posição de caixa adequada para conduzir suas operações, encerrando o ano de 2023 com disponibilidades líquidas de R\$992 milhões.

A carteira de aplicações financeiras da Companhia e de suas Controladas, composta, em sua maioria, por títulos públicos federais de longo prazo, está exposta à juros reais em instrumentos pós-fixados à inflação medida pelo IPCA.

Acreditamos que, mantida a estrutura de capital conservadora atual, a Companhia continuará apresentando resultado financeiro positivo, pouco representativo na composição total do lucro líquido anual.

2.3. Mudanças nas práticas contábeis

- a) Mudanças significativas nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2**

As principais novas normas e interpretações que afetam a Companhia e suas Controladas estão sumariadas a seguir:

1.1. Contratos de seguros

A IFRS 17 substituiu a IFRS 4 - Contratos de seguro entrou em vigor em 1º de janeiro de 2023.

Vale ressaltar que a Companhia é uma operadora do segmento odontológico regulada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), que lhe impõe limites regulatórios com a adoção obrigatória do modelo de capital baseado em riscos. Devido a isto, a base de cálculo para as destinações de lucros, incluindo dividendos mínimos obrigatórios e dividendo adicional proposto, segue as normas contábeis da ANS, ou seja, desconsiderando os efeitos do CPC 50 / IFRS 17, não aprovado por este regulador, assim como os comentários de desempenho descritos nos itens 2.1 e 2.2.

(a) Contratos no alcance da norma

- a. A norma define que todo contrato que atende à definição de seguro (seguro emitido, resseguro aceito e emitido e contratos de investimentos com participação discricionária) deve estar mensurado de acordo com suas diretrizes. A Odontoprev avaliou os seus contratos de seguros emitidos e considerou que os produtos de pré-pagamento da Companhia encontram-se dentro do alcance da norma CPC 50 / IFRS 17.

Produtos de pré-pagamento são aqueles em que o valor da mensalidade é calculado previamente com base nas coberturas contratadas pelo contratante (pessoa física ou jurídica) do plano odontológico e que, portanto, há transferência de risco de seguro para a Companhia.

- b. Com relação aos produtos de pós-pagamento, estes estão fora do alcance da CPC 50 / IFRS 17 pois não há risco de seguro e, por isso, são mensurados de acordo as regras estabelecidas pela CPC 47 / IFRS 15 como contrato de serviço.

(b) Nível de agregação dos contratos

A norma define que os contratos de seguro devem ser agrupados com base em riscos similares e gerenciamento em conjunto, os quais são segregados por safras (períodos anuais) e, em seguida, divididos em categorias: (i) grupos de contrato que são onerosos em seu reconhecimento inicial; (ii) grupos de contrato que, em seu reconhecimento inicial, não têm possibilidade significativa de se tornarem onerosos futuramente e (iii) grupos de contratos não onerosos que, em seu reconhecimento inicial, tem possibilidade significativa de se tornarem onerosos futuramente. Por fim, além dos grupos de contrato citados, ainda há os grupos de contrato remanescentes na carteira.

Contratos de seguro são considerados como onerosos na data de reconhecimento inicial, segundo a norma, se os fluxos de caixa de cumprimento alocados ao contrato, quaisquer fluxos de caixa de aquisição de seguro previamente reconhecidos e quaisquer fluxos de caixa decorrentes do contrato na data de reconhecimento inicial no total forem uma saída líquida, ou seja, representando uma perda que

deve ser reconhecida no resultado para o fluxo de saída líquido para o grupo de contratos onerosos, que resulte no valor contábil do passivo para o grupo sendo igual aos fluxos de caixa de cumprimento e a margem contratual de seguro do grupo sendo zero. Por representar uma perda no reconhecimento inicial, diferentemente dos contratos não onerosos, impactando negativamente o resultado, este deve ser considerado, segundo a norma, de maneira separada para que a organização possa gerenciá-los mais precisamente e saber exatamente o impacto individual da onerosidade dos contratos em suas demonstrações.

Cada contrato dentro do escopo da norma foi avaliado com o intuito de se classificar os grupos conforme as definições da nova norma. Não foi constatado onerosidade nos grupos de contratos da Companhia. Também não foram identificados contratos com possibilidade significativa de se tornarem onerosos no futuro. A Companhia e suas Controladas possuem uma carteira composta apenas de contratos não onerosos e sem possibilidade de se tornarem onerosos futuramente.

(c) Limites de contrato

Segundo a CPC 50 / IFRS 17, para contratos de seguro, os fluxos de caixa estão dentro do limite de contrato de seguro se resultarem de direitos e obrigações substantivos que existem durante o período de relatório em que a entidade pode exigir do titular do contrato o pagamento das contraprestações ou em que a entidade tem obrigação substantiva de prestar cobertura de seguro ao titular do contrato.

Desta forma, para as carteiras de Planos Pessoa Física (PF), o limite de contrato será o momento em que o segurado optar por deixar o plano contratado, visto que a empresa que emite contrato de seguro não possui a prerrogativa de cancelar o contrato unilateralmente. Esse limite é refletido no fluxo através da tábua de permanência. Já para as carteiras de Planos Pessoa Jurídica Coletivo Empresarial e Coletivo por adesão (CORP e PME), o limite de contrato pela projeção de contraprestações, é mensal, visto que o contrato é renovado mensalmente e pode ser cancelado por ambas as partes envolvidas.

(d) Separação dos componentes de contrato

A IFRS 17 distingue três tipos diferentes de componentes que devem ser contabilizados separadamente caso cumpridos certos critérios:

- Derivativos embutidos;
- Componente de investimentos; e
- Compromissos de transferência de bens ou serviços não seguros distintos.

Através da análise dos contratos de seguro da Companhia, não foram identificados componentes que precisariam ser tratados de forma apartada. Dentro do segmento pessoa jurídica coletivo empresarial, encontra-se um plano, o qual apresenta o componente de serviço chamado *Concierge*. O fluxo desse serviço está altamente relacionado ao fluxo de seguros, o que faz com que não seja necessária a separação desse componente e ele possa ser avaliado em CPC 50 / IFRS 17.

(e) Mensuração dos contratos

O Passivo para Cobertura Remanescente (PCR), representa a obrigação da entidade de investigar e pagar eventos válidos para eventos segurados que ainda não ocorreram. A PCR também abrange a obrigação

da entidade de pagar valores de acordo com contratos de seguro existentes que estejam relacionados com coberturas de contratos ainda não prestados (obrigações relacionadas com a prestação futura de serviços de contratos de seguro) e quaisquer componentes de investimentos ou outros montantes que estejam relacionados com a prestação de serviços do contrato de seguro e que não tenham sido transferidos para a responsabilidade por eventos incorridos. A reserva PCR pode ser calculada a partir de três metodologias: Modelo Geral (BBA), Modelo de Taxa Variável (VFA) e Modelo de Alocação de Contraprestação (PAA).

O Modelo Geral – BBA da CPC 50 / IFRS 17 requer que as empresas que emitem contratos de seguros e resseguros mensurem seus contratos de seguro, no momento inicial, pelo valor total estimado de fluxo de caixa esperado, ajustado pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco explícito relacionado com o risco não financeiro, além da margem contratual de seguros. A Odontoprev prevê a aplicação do modelo geral para os contratos dos Planos Pessoa Física - PF.

Além do Modelo Geral, a CPC 50 / IFRS 17 prevê, como forma de simplificar o processo de mensuração, o Modelo de Alocação de Contraprestação - PAA. Esse modelo simplificado é aplicável, segundo a norma, para contratos com período de cobertura de até um ano ou aqueles que tenham um reconhecimento do resultado similar ao Modelo Geral. A Odontoprev aplica o modelo simplificado PAA para os grupos de contratos de planos pessoa jurídica coletivo empresarial e coletivo por adesão (CORP e PME). Entretanto, tendo em vista que tais grupos de contratos possuem seus passivos com característica de curto prazo, porém com limites acima de 1 ano, de acordo com o requerido pela norma CPC 50 / IFRS 17, foi necessário aplicar o teste de aderência para que fosse permitida a aplicação da abordagem de mensuração simplificada. Neste teste, a Companhia avaliou se a mensuração, utilizando a abordagem simplificada PAA, resultaria em mensuração similar àquela considerada aplicando-se a modelagem padrão - BBA. Os testes de aderência são realizados anualmente.

(f) Estimativa de fluxos de caixa futuros

Os itens considerados como fluxos de caixa futuros tanto de entrada, quanto de saída pela Odontoprev dentro do limite são: (i) contraprestações, os cancelamentos são refletidos, nos contratos de longo prazo, através da taxa de permanência (tábua de permanência) da marca/produto; (ii) pagamentos, incluindo eventos, eventos ocorridos e não avisados, e todos os eventos futuros; (iii) alocação de fluxos de caixa de aquisições de seguro atribuível à carteira a qual pertence o contrato, que deve ser entendido como despesa comercial; (iv) custos de manutenção e administração de contratos, tais como custos de cobrança de contraprestações, processamento das alterações de contratos e custos de tramitação de eventos, que deve ser entendido como outros custos operacionais; e (v) alocação de gastos gerais fixos e variáveis (tais como custos de contabilidade, recursos humanos, tecnologia da informação e suporte, aluguel e manutenção), denominado despesas administrativas, diretamente atribuíveis ao cumprimento dos contratos e impostos baseados em transações.

(g) Taxa de desconto

Taxa de Desconto é a taxa utilizada para refletir o valor do dinheiro no tempo. Esta pode ser construída a partir de duas metodologias: *Top-Down* ou *Bottom-Up*. Na metodologia *Top-Down*, o cálculo da Taxa de Desconto se dá através da análise de comportamento do rendimento dos ativos sob a perspectiva do ALM

(*Asset Liability Management*) especificamente, a obtenção da TIR (Taxa Interna de Retorno) do ativo e, posteriormente, se constrói uma curva de desconto através da interpolação da TIR desses ativos. ALM representa uma técnica de gerenciamento de riscos que visa evitar o descasamento entre ativos e passivos. Já na metodologia *Bottom-Up*, o cálculo da Taxa de Desconto é realizado a partir de uma taxa livre de risco, que no Brasil considera-se a ETTJ PRE da SUSEP, sobre a qual se acrescenta o risco de iliquidez. O risco de iliquidez mede o risco exposto no caso de não recebimento de determinado cupom, ou seja, mede o quanto isso causa de impacto no cumprimento das obrigações da empresa que emite contratos de seguro.

A taxa de desconto utilizada pela Odontoprev para descontar os fluxos de caixa para todos os produtos é a *Bottom-Up*.

(h) Ajuste de risco (RA)

O Ajuste de Risco (RA – “Risk Adjustment”) é o ajuste feito pela entidade na estimativa do valor presente dos fluxos de caixa futuros para compensar a incerteza sobre o valor e o prazo dos fluxos de caixa que decorrem de risco não financeiro conforme a entidade cumpre o contrato de seguro. Segundo a CPC 50 / IFRS 17, a entidade deve divulgar o nível de confiança utilizado para determinar o ajuste de risco não financeiro. Entretanto, se a entidade utiliza uma técnica diferente da técnica de nível de confiança para calcular o ajuste de risco, ela deve divulgar qual a técnica utilizada e o nível de confiança equivalente desta técnica.

Levando em conta as disponibilidades de informação da Odontoprev, visto que a mesma não possui modelo interno de risco para aplicação da metodologia de nível de confiança, aplica-se para o cálculo do ajuste de risco não financeiro a metodologia Custo de Capital. Sob esta abordagem de cálculo de Custo de Capital, o RA é o custo de fornecer um montante de fundos elegíveis igual ao capital necessário para suportar os compromissos de seguro durante a vigência do contrato. Essa metodologia se destaca pela simplicidade no cálculo com a obtenção de capital regulatório e pelo fato de tal metodologia ser utilizada em diferentes países, que possuem regulamentações baseadas em risco. Entre as desvantagens do método de custo de capital, destacam-se a necessidade de cálculo do custo de capital para os riscos não financeiros e as complexidades tanto de projetar os requisitos de capital futuros, quanto para estimar o percentil equivalente. Neste sentido, o percentil que representa o nível de confiança equivalente ao custo

Carteira	PCR – RA	PSI – RA
PF	60,7%	60,7%
CORP	n/a	60,7%
PME	n/a	60,7%
Carteira	PSI Seguros - RA	PSI RESSEGUROS – RA
Odontored	61,4%	61,4%

de capital utilizado, é demonstrado abaixo:

O conceito do RA é um conceito novo trazido pela CPC 50 / IFRS 17 como parte da mensuração dos passivos de contratos de seguros, portanto a totalidade de seu efeito nesses passivos representa uma mudança em relação à norma anterior (CPC 11 / IFRS 4).

(i) Alocação da margem contratual de serviço (CSM)

O valor da margem contratual de seguro para cada grupo de contratos de seguro deve ser reconhecido no resultado em cada período para refletir os serviços de seguro prestados. O valor é determinado identificando as unidades de cobertura, alocando à margem contratual de seguro no final do período, igualmente para cada unidade de cobertura fornecida no período corrente e que se espera que seja fornecida no futuro e, reconhecendo no resultado o valor alocado a unidades de cobertura fornecidas no período.

Para os grupos de contrato mensurados pelo Modelo Geral (BBA), a entidade deve reconhecer a margem contratual de seguro ao longo da duração do grupo de contratos de forma sistemática que reflita a transferência dos benefícios do seguro de acordo com o contrato. Vale ressaltar que o CSM só é mensurado para os contratos que seguem a metodologia BBA ou VFA, desta forma, apenas os contratos pessoa física (PF) mensuram o CSM.

A Odontoprev aplicou julgamento e considerou todos os fatos e circunstâncias relevantes para determinar um método sistemático e racional para estimar os serviços de contratos de seguros prestados para cada grupo de contratos. As bases para determinar a quantidade de cobertura fornecida para cada produto para a apropriação do CSM são determinadas com base nos fluxos de entrada, número de segurados ou volume de provisões, a depender do grupo de contrato. Os juros sobre o CSM serão reconhecidos usando a curva de desconto no reconhecimento inicial.

Com relação a CPC 11 / IFRS 4, assim como o RA, houve alterações significativas em comparação a CPC 50 / IFRS 17, sendo que a partir de agora a receita será apropriada ao resultado de forma mais lenta, pois sua apropriação será baseada na prestação do serviço.

(j) Reconhecimento inicial

A Odontoprev aplica a Abordagem Retrospectiva Total para os grupos de contratos de seguro emitidos a partir de 2021 e para os grupos de contratos de seguro emitidos até 2020 é aplicada a abordagem do Valor Justo, devido a impraticabilidade das demais abordagens. Abaixo tem-se detalhado as duas formas de mensuração:

Abordagem Retrospectiva Total

O método retrospectivo completo consiste na mensuração dos contratos de seguros desde a sua emissão, necessitando que a companhia tenha dados disponíveis para realizar as projeções de fluxo de caixa, cálculo da taxa de desconto e *Risk Adjustment* desde o reconhecimento inicial dos contratos. A entidade, segundo a CPC 50 / IFRS 17, deve:

- Identificar, reconhecer e mensurar cada grupo de contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com a participação discricionária como se a IFRS 17 sempre tivesse sido aplicada;
- Identificar, reconhecer e mensurar quaisquer ativos para fluxos de caixa de aquisição de seguros como se a IFRS 17 sempre tivesse sido aplicada (exceto se a entidade não é obrigada a aplicar a avaliação de recuperabilidade antes da data de transição);

- Desreconhecer quaisquer saldos existentes que não existiriam caso a CPC 50 / IFRS 17 sempre tivesse sido aplicada (incluindo alguns custos de aquisição diferidos, provisões para taxas atribuíveis a contratos de seguro existentes e ativos intangíveis relacionados a clientes de contratos de seguro adquiridos); e
- Reconhecer qualquer diferença líquida resultante no patrimônio líquido.

Em resumo, tem-se que:

- Agrupamento de contratos: agrupamento por ano de subscrição e características do momento de reconhecimento inicial (onerosos, não onerosos e não onerosos com possibilidade de se converter em onerosos);
- Fluxos esperados de caixa iniciais: estimativa dos fluxos de caixa esperados no momento da venda do contrato, com base na hipótese desse momento;
- Taxa de desconto: utilização da curva de desconto obtida de acordo com os requisitos da CPC 50 / IFRS 17 (*Top Down x Bottom-Up*) com informação do momento de reconhecimento inicial; e
- *Risk Adjustment*: cálculo baseado nas hipóteses vigentes no momento de reconhecimento inicial.

Abordagem do valor justo (*Fair Value*)

A Abordagem do valor justo possui as seguintes características na transição:

- **Agrupamento de contratos:** permite-se o agrupamento de contratos de distintos anos de subscrição;
- **Fluxos esperados de caixa iniciais:** permite-se obter os fluxos futuros de caixa com base em hipóteses realistas correspondentes ao momento da avaliação;
- **Taxa de desconto:** utilização da curva de desconto obtida de acordo com os requisitos da CPC 50 / IFRS 17 (*Top-Down X Bottom-Up*) com informação do momento de transição;
- ***Risk Adjustment*:** cálculo baseado nas hipóteses vigentes no momento da transição; e
- **Aplicação ORA (Outros Resultados Abrangentes):** as receitas e gastos acumulados no ORA na data de transição.

Para os grupos de contrato mensurados através do modelo simplificado (PAA), grupos CORP e PME, a metodologia de transição será a Retrospectiva Total.

Já para o grupo PF, mensurado por BBA, a metodologia utilizada será a *Fair Value*, especificamente, para os contratos emitidos até 2020. Para os contratos emitidos a partir de 2021, a metodologia de transição será Retrospectiva Total. A metodologia *Fair Value* será aplicada no período indicado devido à ausência de dados consistentes disponíveis para aplicação da metodologia Retrospectiva Total por grupo de contratos. Desse modo, a metodologia Retrospectiva Total é aplicada a partir do período em que os contratos emitidos possuem todas as informações necessárias para sua mensuração e contabilização por grupo de contratos.

É importante destacar que a partir da metodologia *fair value*, a margem contratual de seguro (CSM) representa a diferença entre o Valor Justo determinado pela organização e os fluxos de caixa de cumprimento em CPC 50 / IFRS 17 nesta data, somados ao ajuste de risco não financeiro (RA).

Segue abaixo um resumo dos grupos de contrato e metodologias de transição utilizadas:

Transição	
Grupo de Contrato	Metodologia da Transição
Planos Pessoa Física - PF (emissão até 2020)	Fair Value
Planos Pessoa Física - PF (emissão a partir de 2021)	Retrospectiva Total
Planos Coletivos CORP	Retrospectiva Total
Planos Coletivos PME/SPG/MPE	Retrospectiva Total

Os valores de transferência do *fair value* serão obtidos através da abordagem de receita da CPC 46 / IFRS 13.

(k) Apresentação

Carteiras de contratos de seguro que são ativos e aqueles que são passivos, são apresentados separadamente no balanço patrimonial. Quaisquer ativos ou passivos reconhecidos para fluxos de caixa antes do reconhecimento do grupo de contratos de seguros são incluídos no valor contábil das carteiras de contratos relacionadas. As despesas e receitas de seguro excluem quaisquer componentes de investimento e são reconhecidas como segue.

(i) Receita de seguros - Contratos calculados por BBA

A Odontoprev reconhece a receita de seguros à medida que satisfaz suas obrigações de desempenho, ou seja, à medida que presta serviços sob grupos de contratos de seguros. Para os contratos mensurados pelo BBA, a receita de seguros relativa aos serviços prestados para cada ano representa o total das variações no passivo por cobertura remanescente que se relacionam aos serviços atuais pelos quais a Odontoprev espera receber contraprestação e compreende os itens a seguir:

- As despesas com serviços de seguros incorridas no período;
- As mudanças no ajuste de risco para risco não financeiro;
- O valor a ser liberado de CSM pelas coberturas prestadas no período; e
- Outros valores, como ajustes de experiência para recebimentos de contraprestações relacionadas ao período atual ou passado, se houver.

Além disso, a Odontoprev aloca uma parcela das contraprestações referentes à recuperação dos fluxos de caixa de aquisição de seguros a cada período de forma sistemática com base na passagem do tempo. A Companhia reconhece o valor alocado, ajustado pelo acréscimo de juros às taxas de desconto determinadas no reconhecimento inicial do grupo de contratos relacionados, como receita de seguros e igual valor como despesas de serviços de seguros.

(ii) Receita de seguros - Contratos calculados por PAA

Para os contratos mensurados pelo PAA, a receita de seguro de cada período é o valor dos recebimentos de contraprestações esperadas pela prestação de serviços no período.

(iii) Despesas de seguros

As despesas com serviços de seguros decorrentes de contratos de seguros são reconhecidas no resultado geralmente à medida que são incorridas. Excluem amortizações de componentes de investimento e compreendem os seguintes itens:

- Alterações na provisão de eventos incorridos relacionados a eventos e despesas incorridas no período;
- Alterações na provisão de eventos incorridos relacionados a eventos e despesas incorridas em períodos anteriores (relacionados a serviços passados);
- Outras despesas de serviço de seguro diretamente atribuíveis incorridas no período;
- Amortização dos fluxos de caixa de aquisição de seguros;
- Componente de perda de grupos onerosos de contratos inicialmente reconhecidos no período; e
- Mudanças no PCR relacionadas ao serviço futuro que não ajustam o CSM, pois são mudanças no componente de perda nos grupos de contratos onerosos.

(iv) Receitas e despesas financeiras de seguros

As receitas e despesas financeiras de seguros incluem variações nos valores contábeis de grupos de contratos de seguro decorrentes dos efeitos do valor monetário temporal, do risco financeiro e das variações de taxas e hipóteses. A Companhia adota a segregação das receitas e despesas financeiras em observância ao parágrafo 118 da IFRS 17 (CPC 50) sendo reconhecido na DRE, o resultado de juros referente aos contratos de seguros e, em outros resultados abrangentes o valor referente a variação nas taxas e hipóteses financeiras. O objetivo da apresentação segregada das receitas e despesas financeiras da entidade tem como finalidade evitar maior volatilidade nos resultados do período.

b) Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

No exercício de 2023, não existiram ressalvas ou ênfases nos relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.

2.4. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não ocorreram efeitos relevantes de introdução ou alienação de segmento operacional no último exercício social.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 01 de fevereiro de 2023, a Odontoprev concluiu a aquisição de controle das ações ordinárias representativas de 51% do capital social da Papaiz Associados Diagnósticos por Imagem S.A. (“Papaiz”), por meio da sua controlada Clidec Participações S.A. (“Transação”), após o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE ter aprovado, sem qualquer restrição, a consumação da Transação.

A Papaiz, localizada em São Paulo, foi constituída em 1989 e é uma das empresas mais conceituadas no segmento de radiologia odontológica.

Para a realização do cálculo do ágio da Transação, foram adotadas as premissas de acordo com o item 32 do CPC 15, totalizando R\$5.269. A Administração espera que o ágio reconhecido seja dedutível para fins de imposto de renda, na sequência da reestruturação societária envolvendo controladora e controlada, nos termos da legislação tributária vigente.

Preço de aquisição, intangíveis e goodwill - Papaiz:

A tabela a seguir resume as transações, os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos e reconhecidos na data da aquisição, bem como o valor justo na data da aquisição da Papaiz:

Em 01 de fevereiro de 2023	Saldos
Contraprestação transferida	19.181
Total da contraprestação	19.181
Valor patrimonial	6.612
Ágio + valor justo de ativos adquiridos e passivos assumidos	12.569
Ativos intangíveis	7.300
Marcas	3.824
<i>Non Compete</i>	1.842
Ganho de reavaliação patrimonial	1.634
Ágio	5.269

O total da transação da Papaiz no valor de R\$19.181, foi pago à vista mediante transferência bancária.

	Participação no capital social (%)							
	31 de dezembro de 2023				31 de dezembro de 2022			
	Controladas	Coligada	Controle	Conjunto	Controladas	Coligada	Indireta	Conjunto
EMPRESAS:								
Odontoprev Serviços Ltda. (Odontoprev Serviços) ¹	100,0	-	-	-	100,0	-	-	-
Easy Software S.A. (Easy Software)	-	51,0	-	-	-	51,0	-	-
Dental Partner Comércio de Produtos e Equipamentos Odontológicos Ltda. (Dental Partner) ²	-	100,0	-	-	-	100,0	-	-
SF 210 Participações Sociedades S.A. (SF 210)	-	-	18,1	-	-	-	18,1	-
Cidec Participações S.A. (Cidec Participações)	-	100,0	-	-	-	90,8	-	-
Machiron Desenvolvimento de Sistemas S.A. (MaChiron) ³	-	-	20,0	-	-	-	20,0	-
OPERADORA ODONTOLOGÍCA SEGMENTO TERCIÁRIO - RN 531 ANS:								
Brasidental Operadora de Planos Odontológicos S.A. (Brasidental)	-	-	-	25,0	-	-	-	25,0
REDE DE CLÍNICAS ODONTOLÓGICAS E RADIOLÓGICAS:								
Cidec - Clínica Dentária Especializada Cura D'ars Ltda. (Cidec)	100,0	-	-	-	99,9	-	-	-
Boutique Dental Ltda. (Boutique Dental)	-	100,0	-	-	-	100,0	-	-
Clínicas Radiológicas Papaiz (Papaiz) ⁴	-	100,0	-	-	-	-	-	49,0
Lúmax Radiobiologia e Tomografia Odontológica Ltda (Lúmax) ⁴	-	100,0	-	-	-	-	-	-
EMPRESAS NO MÉXICO:								
Odontor CV Sociedad Anônima de Capital Variable (Odontorev)	100,0	-	-	-	100,0	-	-	-
Oprev Administradora Sociedad Anônima de Capital Variable (Oprev)	-	100,0	-	-	-	100,0	-	-

¹ Em 06 de setembro de 2022, passou a ser sociedade unipessoal tendo como sua controladora a Odontoprev.

² Em 24 de maio de 2022, passou a ser sociedade unipessoal, tendo como sua controladora a controlada Cidec.

³ Coligada indireta adquirida pela Odontoprev Serviços em 16 de agosto de 2022.

⁴ Controlada adquirida pela Cidec Participações em 01 de fevereiro de 2023.

c) Eventos ou operações não usuais

Não houve eventos ou operações não usuais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

2.5. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

a) Informar o valor das medições não contábeis

No último exercício social, a Companhia divulgou as seguintes medições não contábeis: EBITDA e EBITDA ajustado. O EBITDA foi de R\$714.948 mil e o EBITDA ajustado foi de R\$647.383 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

b) Fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

	2023		2022		Var. %
	R\$mil	% ROL	R\$mil	% ROL	
Lucro líquido	536.554	25,0	452.171	23,1	18,7
(+) Imposto de renda e contribuição social corrente	190.068	8,9	176.014	9,0	8,0
(+) Imposto de renda e contribuição social diferido	17.668	0,8	18.883	1,0	(6,4)
(-) Receitas financeiras	107.351	5,0	88.843	4,5	20,8
(+) Despesas financeiras	25.130	1,2	16.176	0,8	55,4
(-) Participação minoritária em controlada	(196)	-	810	-	(124,2)
(+) Depreciação e amortização	49.226	2,3	32.395	1,7	52,0
(-) Resultado de equivalência patrimonial	3.142	0,1	6.609	0,3	(52,5)
(+) Amortização de direito de uso	6.598	0,3	4.628	0,2	42,6
EBITDA	714.948	33,4	604.004	30,8	18,4
(+/-) Provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	(22.026)	(1,0)	2.342	0,1	(1.040,5)
(+) Reservas técnicas de sinistro - Odontored (México)	808	-	20	-	3.941,4
(+) EBITDA Pro Forma Brasildental	7.734	0,4	9.343	0,5	(17,2)
(-) Reversão TSS / ANS	(36.724)	(1,7)	(40.642)	(2,1)	(9,6)
(+) Aquisições	-	-	346	0,0	(100,0)
(-) Outros serviços de terceiros	-	-	381	0,0	(100,0)
(-) Reversão INSS	(12.564)	(0,6)	-	-	-
(-) Reversão ISS	(4.794)	(0,2)	-	-	-
(+) Despesas de incorporação Mogidonto	-	-	177	-	(100,0)
EBITDA ajustado	647.383	30,2	575.973	29,4	12,4

c) Explicar o motivo pelo qual se entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da condição financeira e do resultado das operações de suas operações:

EBITDA é o lucro líquido adicionado do imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) corrente e diferido, dos tributos incidentes sobre receitas financeiras (PIS/COFINS) contabilizados como despesas administrativas, da depreciação e amortização e da variação das provisões técnicas, deduzidas do resultado financeiro líquido, outorga de opções de ações e outras despesas. A Companhia divulgou o EBITDA com o fim de apresentar uma informação adicional e uma medida prática para aferir a sua capacidade de pagamentos, manutenção de investimentos e capacidade de cobrir necessidades de capital de giro a partir de suas obrigações,

razão pela qual entende ser importante sua inclusão no Formulário de Referência. O EBITDA não é linha das demonstrações financeiras pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados. O EBITDA não tem significado padronizado e a nossa definição de EBITDA pode não ser comparável à utilizada por outras companhias.

EBITDA ajustado é o EBITDA adicionado das despesas não recorrentes relacionadas, principalmente, a: (i) serviços profissionais relativos a aquisições; (ii) custos relacionados a absorção de empresas adquiridas; (iii) empresa coligada no México; (iv) patrocínio por incentivo fiscal; (v) associações com Bradesco e Banco do Brasil e (vi) ajustes contábeis determinados pela ANS. O EBITDA ajustado não é linha de demonstrações financeiras pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados. O EBITDA ajustado não tem significado padronizado, e a nossa definição de EBITDA ajustado pode não ser comparável à utilizada por outras companhias.

Em razão de não serem consideradas para seus cálculos as despesas e receitas financeiras, o IRPJ, a CSLL, a depreciação, amortização e despesas não recorrentes, o EBITDA ajustado funciona como indicador de nosso desempenho econômico geral, que não é afetado por flutuações das taxas de juros, alterações das alíquotas do IRPJ e da CSLL, ou dos níveis de depreciação e amortização. Consequentemente, acreditamos que o EBITDA ajustado funcione como ferramenta significativa para comparar periodicamente nosso desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. Acreditamos que o EBITDA ajustado permita uma melhor compreensão não só sobre o nosso desempenho financeiro, como também sobre a nossa capacidade de cumprir com nossas obrigações passivas e de obter recursos para nossas despesas de capital e para nosso capital de giro.

2.6. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Eventos subsequentes

As demonstrações contábeis da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração (“RCA”) realizada em 28 de fevereiro de 2024. Constam das referidas demonstrações contábeis, os seguintes eventos subsequentes:

(i) Dividendos complementares ao mínimo obrigatório

Na RCA realizada em 28 de fevereiro de 2024, foi aprovada proposta da Administração para destinação do lucro do exercício de 2023, a ser posteriormente submetida para aprovação dos acionistas em Assembleia Geral Ordinária que ocorrerá no dia 03 de abril de 2024. A Companhia informou aos seus acionistas sobre a distribuição de dividendos no montante total de R\$242.000, dos quais, uma vez aprovados, R\$15.000 serão pagos em 21 de agosto de 2024 e R\$237.000 serão pagos em 18 de dezembro de 2024.

(ii) Atualização sobre devolução de valores pagos relacionados à Taxa de Saúde Suplementar (TSS) pela ANS

Conforme Fato Relevante publicado em 25 de janeiro de 2024, a Companhia tomou conhecimento do depósito judicial realizado pela União Federal relativo ao crédito retroativo relacionado a não exigibilidade da Taxa de Saúde Suplementar (TSS) pela ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar, adotando as medidas necessárias para seu levantamento.

Em 2017, e em linha com outras operadoras e seguradoras do segmento de saúde suplementar, a Companhia ingressou com ação judicial visando afastar a obrigatoriedade de recolhimento da TSS, e devolução de valores pagos nos últimos cinco anos anteriores à entrada do processo.

O valor de R\$45.934, integralmente provisionado, foi revertido nessas demonstrações financeiras (nota 10).

Em 06 de fevereiro de 2024, o valor atualizado de R\$46.052 foi transferido para a conta bancária da Companhia.

2.7. Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais

		2023
a) Regras sobre a retenção de lucros		Além das reservas legais, o estatuto social da Companhia prevê que até 5% do lucro líquido do exercício pode ser destinado para a constituição da reserva legal, até atingir 20% do capital social suscrito, e que o valor necessário pode ser destinado, quando for o caso, para a constituição da reserva estatutária de capital regulatório e reserva de investimentos e expansão. Ademais, a Companhia manterá a reserva de lucros estatutária.
a.i. Valores de Retenções de Lucros (R\$ mil)	Lucro líquido do exercício	R\$ 536.554.266,83
	Reserva legal	R\$ 26.827.713,34
	Reservas Estatutárias	-
	Reserva de Investimento e Expansão	-
	Juros sobre o Capital Próprio	R\$ 82.473.046,94
	Dividendos	R\$ 427.253.506,55
a.ii Percentuais em relação aos lucros totais declarados	Reserva legal	5%
	Reservas Estatutárias	0%
	Reserva de Investimento e Expansão	0%
b) Regras sobre a distribuição de dividendos		Os acionistas terão direito a receber a título de dividendos, em cada exercício, um percentual obrigatório de 50% sobre o lucro líquido ¹ do exercício, com os seguintes ajustes: (i) dedução da reserva legal e de reservas para contingências; e (ii) o acréscimo da reversão, no exercício, de reservas para contingências anteriormente formadas.
c) Periodicidade das distribuições de dividendos		JCP: trimestral / Dividendos: mínimo anual
d) Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou por regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.		Não aplicável à Companhia.
e) se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado		A Companhia não possui política de destinação de resultados.

¹ a base de cálculo para as destinações de lucros, incluindo dividendos mínimos obrigatórios e dividendo adicional proposto, segue as normas contábeis da ANS

2.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

- a) **Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off - balance sheet items*).**

Item não aplicável, haja vista que não há ativos e passivos não evidenciados em nossas demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

- b) **Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Item não aplicável, haja vista que não há ativos e passivos não evidenciados em nossas demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

- a) **Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Não aplicável.

- b) **Natureza e o propósito da operação**

Não aplicável.

- c) **Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não aplicável.

2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a) Investimentos

(em R\$ mil)	2023	2022	Δ %
Desenvolvimento de sistemas, aquisição e licença de uso de software	87.657	62.990	39,2
Equipamentos de computação	5.172	1.353	282,4
Equipamentos odontológicos, móveis e utensílios, máquinas e equipamentos	1.196	1.007	18,9
Benfeitorias em instalações	697	3.578	(80,5)
Outros	525	2.458	(78,6)
Total dos investimentos (CAPEX)	95.248	71.385	33,4

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

No último exercício social, a Companhia realizou, principalmente, investimentos de expansão em desenvolvimento de sistemas e aquisição de softwares.

i. fontes de financiamento dos investimentos

Os investimentos feitos pela Companhia são realizados com seus recursos próprios, sendo certo que a Companhia possui dívida zero desde a sua fundação.

ii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há nenhum desinvestimento relevante em andamento ou previsto para o exercício social corrente.

b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Item não aplicável, considerando que não há aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor já divulgada.

c) Novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Item não aplicável, haja vista que não há pesquisas em andamento já divulgadas.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Item não aplicável, haja vista que não há pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços já divulgadas.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Item não aplicável, haja vista que não há projetos em desenvolvimento já divulgados.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Item não aplicável, haja vista que não há novos produtos ou serviços em desenvolvimento.

d) Oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

A Odontoprev entende a sustentabilidade como um processo contínuo de criação de valor, que busca o equilíbrio entre as esferas econômica, social e ambiental, com investimentos em inovação, visando a impactar positivamente a sociedade e o setor. A busca pela sustentabilidade ocorre de forma colaborativa com clientes, beneficiários, rede de dentistas, corretores, fornecedores e colaboradores, sempre pautados pela inovação e melhoria contínua dos serviços. O principal compromisso, porém, continua o de ser um agente de propagação do acesso à Odontologia de qualidade, incentivando o cuidado com a boca e garantindo o sorriso dos brasileiros.

A Companhia possui iniciativas relacionadas à inovação tecnológica que também desempenham resultados em questões ASG.

(i) A Companhia tornou-se Carbono Neutro, em 2021, sendo a primeira operadora de saúde com 100% das suas emissões neutralizadas. Desde então assumimos o compromisso de se manter carbono neutro ano após ano. Os estudos para lançamento do projeto tiveram início em 2020, a partir de um estudo para estimar as emissões históricas das operações da Odontoprev desde 1987, ano de sua fundação;

(ii) A Companhia possui investimentos visando inovação, alterando fluxo de envio de fichas, prontuários e imagens para aplicativos, com objetivo de reduzir a produção de materiais descartáveis;

(iii) Além disso, a Companhia monitora os índices de satisfação de seus stakeholders, bem como o estabelecimento de metas corporativas visando melhoria desses índices.

A Odontoprev reconhece a importância do tema e estuda incorporar questões específicas sobre ASG em sua estratégia e planos de negócio.

2.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Todos as informações foram descritas nos itens anteriores.

Senhores Acionistas,

A Administração da Odontoprev S.A. (Odontoprev ou Companhia) submete as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Visão Geral da Companhia e Mercado de Atuação

A Odontoprev tem por objeto social a operação de planos privados de assistência odontológica.

Fundada em 1987, a Odontoprev é líder no setor desde os anos noventa, atendendo mais de 8,6 milhões de brasileiros, que contam com diferenciadas soluções de saúde bucal em plataforma tecnológica proprietária exclusiva, reconhecida internacionalmente. A Companhia dispõe de rede credenciada com cerca de 27 mil cirurgiões-dentistas, em aproximadamente 2.500 cidades, em todo o país.

Desempenho Financeiro

Em 2023, a receita líquida cresceu 9,2% atingindo R\$2.143 milhões (R\$2.119 milhões em IFRS17), com tíquete médio de R\$21 por beneficiário/mês e 8.617.893 beneficiários, adição líquida de 300 mil novas vidas no ano. A carteira foi composta por clientes corporativos em 71%, com os restantes 29% em planos para pequenas e médias empresas (PME) e individuais.

O custo de serviços representou 39,6% da receita no exercício, versus 40,2% em 2022. As despesas de comercialização e administrativas foram de 25,7% da receita, versus 26,2% no ano anterior.

A geração de caixa operacional, medida pelo critério EBITDA ajustado, atingiu R\$647 milhões em 2023, com margem de 30,2%.

O lucro líquido foi de R\$537 milhões (R\$511 milhões em IFRS17), 18,7% maior que 2022, tendo a Companhia encerrado 2023 com caixa líquido de R\$992 milhões, e dívida zero.

O conjunto dos resultados mostra posicionamento estratégico único da Odontoprev, com atuação especializada para cada segmento de cliente, otimizando a captura de oportunidades de expansão e geração de valor.

Distribuição de dividendos

De acordo com o Estatuto Social são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 50% calculados sobre o lucro líquido anual passível de distribuição. A Companhia propõe dividendos de R\$427 milhões a serem deliberados na Assembleia Geral de 03 de abril de 2024.

Mercado de Capitais

Em 2023 a Odontoprev completou 17 anos de sua oferta pública inicial no Novo Mercado da B3, tendo atingido, ao final do exercício, valor de mercado de R\$6,4 bilhões. O retorno total aos acionistas desde o IPO acumula 12% ao ano, versus 9% ao ano do IBX-100.

Desde 2020 a Odontoprev integra a carteira do Bloomberg GEI, índice global de empresas abertas comprometidas em apoiar a igualdade de gênero por meio do desenvolvimento de políticas, representação e transparência. A Companhia também foi incluída no IDIVERSA, índice da B3 criado em 2023, que mede o desempenho das ações das empresas listadas que se destacam no critério de diversidade, baseado no Score de Diversidade, desenvolvido pela B3.

Governança Corporativa

A Companhia é participante do Novo Mercado, listagem de mais alto padrão de Governança Corporativa da B3. Em adição às características do segmento, a Odontoprev apresenta práticas diferenciadas, como o Presidente do Conselho de Administração distinto do Diretor Presidente, Conselho de Administração sem função executiva e elevado percentual de distribuição de dividendos.

Declaração da Diretoria Estatutária

Em observância às disposições constantes em instruções CVM, a Diretoria Estatutária da Odontoprev declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, autorizando a sua divulgação.

Relacionamento com Auditores Independentes

A KPMG Auditores Independentes é contratada pela Companhia para serviços de auditoria externa das demonstrações financeiras e, para efeito da Instrução Normativa CVM 381/03, foi contratada em 2023 para outros serviços (revisão ECF, prova de solvência dinâmica, auditoria das reservas técnicas, Lei do Bem e revisão do Programa de Alimentação) com honorários que totalizaram R\$528 mil, ou 26% do valor dos honorários de auditoria das demonstrações financeiras. Os auditores entendem que os serviços adicionais mencionados não configuram perda de independência com o trabalho de auditoria das demonstrações financeiras. Serviços não relacionados à auditoria externa são submetidos, previamente, à autorização do Comitê de Auditoria.

Barueri, 28 de fevereiro de 2024.

A Diretoria

São Paulo, 28 de fevereiro de 2024

A Odontoprev (B3: ODPV3 BZ), maior operadora de planos odontológicos do Brasil, anuncia hoje os resultados consolidados do quarto trimestre de 2023 (4T23).

As informações constantes nas Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP), divulgado para a CVM/B3, incluem as normas IFRS 17, CPC 50 – Contratos de Seguros e a IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros também foram aplicadas.

Os comentários de desempenho mantêm a comparabilidade dos dados das séries históricas, desde 2006, e não se baseiam no IFRS 17.

Abaixo encontram-se tabelas de conciliação dos demonstrativos financeiros (Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício e o Fluxo de Caixa) 4T23 para o IFRS 17 e cálculo da solvência.

Balanço patrimonial

(em milhares de reais)

	Consolidado		
ATIVO	Saldo em 31 de dezembro de 2023	Efeitos (CPC 50/IFRS 17)	Saldo em 31 de dezembro de 2023
Circulante	605.743	(88.568)	517.175
Disponível (caixa e equivalentes de caixa)	14.391	-	14.391
Aplicações Financeiras	357.633	-	357.633
Contas a Receber	173.527	(53.941)	119.586
Contraprestações Pecuniárias/Prêmios a Receber	87.581	(87.581)	-
Provisão para Perdas sobre Créditos	(23.557)	23.557	-
Participação de Beneficiários em Eventos/Sinistros Indenizáveis	1.404	(1.404)	-
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde	9.145	(9.145)	-
Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	19.804	(19.804)	-
Ativos de Contratos de Seguro e Resseguro	-	32.912	32.912
Outras Contas a Receber	79.150	7.524	86.674
Estoque	1.423	-	1.423
Tributos a Recuperar	12.922	-	12.922
Despesas Antecipadas	39.757	(34.627)	5.130
Outros Ativos Circulantes	6.090	-	6.090
Não circulante	1.631.526	15.272	1.646.798
Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	620.125	-	620.125
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-	15.192	15.192
Outros Ativos Não Circulantes	70.419	-	70.419
Investimentos (participações societárias pelo método de equivalência patrimonial)	6.270	80	6.350
Imobilizado	55.060	-	55.060
Intangível	879.652	-	879.652
TOTAL DO ATIVO	2.237.269	(73.296)	2.163.973
PASSIVO	Consolidado		
	Saldo em 31 de dezembro de 2023	Efeitos (CPC 50/IFRS 17)	Saldo em 31 de dezembro de 2023
Circulante	669.792	(21.460)	648.332
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	303.112	(303.112)	-
Passivos de Contratos de Seguro e Resseguro	-	277.561	277.561
Débitos de operações de assistência à saúde	8.450	(1.282)	7.168
Tributos e encargos a recolher	34.733	-	34.733
Débitos diversos	323.497	5.373	328.870
Não circulante	135.586	(7.619)	127.967
Provisões para ações judiciais (contingências)	36.966	-	36.966
Tributos e encargos sociais a recolher	33.860	(7.619)	26.241
Débitos diversos	64.760	-	64.760
Patrimônio líquido	1.431.891	(44.217)	1.387.674
Capital Social Realizado	1.093.509	-	1.093.509
Reservas de Capital	(35.610)	-	(35.610)
Reserva Legal	100.749	-	100.749
Reserva de Incentivos Fiscais	129	-	129
Reserva Estatutária de Investimentos e Expansão	271.844	(111.471)	160.373
Reserva de Primeira Aplicação	-	57.936	57.936
Lucro e prejuízos acumulados	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	(800)	-	(800)
Ajustes Acumulados de Conversão	1.390	619	2.009
Outros Resultados Abrangentes	-	8.699	8.699
Participação dos Acionistas Não Controladores	680	-	680
TOTAL DO PASSIVO	2.237.269	(73.296)	2.163.973

Demonstração do resultado

(em milhares de reais)

	Saldo em 31 de dezembro de 2023	Efeitos (CPC 50/IFRS 17)	Consolidado Saldo em 31 de dezembro de 2023
Contraprestações Líquidas/Prêmios Retidos	2.139.720	(2.139.720)	-
Receita de seguros (PAA)	-	1.599.088	1.599.088
Receita de seguros (BBA)	-	484.606	484.606
RECEITAS DE SEGUROS E RESSEGUROS	2.139.720	(56.026)	2.083.694
Eventos indenizáveis líquidos/sinistros retidos	(719.536)	719.536	-
Variação da Provisão de Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados (PEONA)	22.026	(22.026)	-
Despesas de comercialização	(220.648)	220.648	-
Tributos Diretos de Operações com Planos de Assistência à Saúde da Operadora	(97.346)	97.346	-
Materiais Odontológicos	(15.834)	15.834	-
Demais Custos Operacionais	(50.641)	50.641	-
Despesas com seguros	-	(1.463.937)	(1.463.937)
DESPESAS DE SEGUROS E RESSEGUROS	(1.081.979)	(381.958)	(1.463.937)
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS	1.057.741	(437.984)	619.757
Vendas de Bens e Serviços	51.555	-	51.555
Impostos sobre Vendas de Bens e Serviços	(16.582)	-	(16.582)
Provisão para Perdas sobre Créditos	(50.000)	49.104	(896)
Outras receitas (despesas) operacionais	46.867	38.805	85.672
RESULTADO BRUTO	1.089.581	(350.075)	739.506
Despesas administrativas	(386.806)	324.704	(62.102)
Programa de incentivo de longo prazo (ILP)	(20.878)	19.669	(1.209)
Participações no resultado	(34.294)	-	(34.294)
Resultado financeiro líquido	111.894	(33.553)	78.341
Receitas financeiras	126.192	-	126.192
Despesas financeiras	(14.298)	(33.553)	(47.851)
Despesas financeiras	(14.298)	(33.553)	(47.851)
Resultado de equivalência patrimonial	3.142	1.008	4.150
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	762.639	(38.247)	724.392
Imposto de renda e contribuição social	(225.889)	13.087	(212.802)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	536.750	(25.160)	511.590
Atribuível a:			
Acionistas da Companhia	536.554	(25.160)	511.394
Participação dos não controladores	196	-	196
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	536.750	(25.160)	511.590

Demonstração do Fluxo de Caixa

(em milhares de reais)

	Saldo em 31 de dezembro de 2023	Efeitos (CPC 50/IFRS 17)	Consolidado Saldo em 31 de dezembro de 2023
Caixa Líquido Atividades Operacionais	414.558	-	414.558
Caixa Gerado nas Operações	713.902	74.941	788.843
Lucro (Prejuízo) Líquido do Período	536.750	(25.160)	511.590
Depreciações e Amortizações	49.226	-	49.226
Variações Monetárias Líquidas	(39.862)	-	(39.862)
Provisões para Ações Judiciais (Contingências)	2.096	-	2.096
Resultado na Alienação de Ativo Não Circulante e Outros	1.981	-	1.981
Resultado de Equivalência Patrimonial	(3.142)	(1.008)	(4.150)
Provisão para Perdas Sobre Créditos	50.000	-	50.000
Variação da Provisão de Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados (PEONA)	(22.026)	22.026	-
Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social	225.889	(13.087)	212.802
Provisão de Prêmios/Contraprestações Não Ganhas (PPCNG)	(92.978)	92.978	-
Amortização do Direito de Uso (CPC 06 (R2)/IFRS 16)	6.598	-	6.598
Aluguéis (CPC 06 (R2)/IFRS 16)	(4.697)	-	(4.697)
Ajuste a valor presente (AVP) do passivo de arrendamento (CPC 06 (R2)/IFRS 16)	2.846	-	2.846
Receita a apropriar (CPC 47/IFRS 15)	413	-	413
Variação reservas técnicas de sinistros	808	(808)	-
Variações nos Ativos e Passivos	(299.344)	(74.941)	(374.285)
Aplicações Financeiras (Ativos Financeiros ao Valor Justo através do Resultado)	(73.311)	-	(73.311)
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde (Clientes)	30.190	(30.190)	-
Outras Contas a Receber, Tributos a Recuperar, Despesas Antecipadas e Outros Ativos Circulantes	(47.276)	(7.928)	(55.204)
Estoques	3.344	-	3.344
Realizável a Longo Prazo (Não Circulante)	21.023	-	21.023
Ativos e Passivos de Contratos de Seguro e Resseguro	-	(33.079)	(33.079)
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para Outros Prestadores de Serviços Assistenciais (PESL)	6.942	(6.942)	-
Obrigações fiscais (tributos a recolher)	(8.805)	-	(8.805)
Obrigações Trabalhistas, Fornecedores, Adto. de Clientes e Outras Contas a Pagar (Débitos Diversos)	(47.931)	6.323	(41.608)
Exigível a Longo Prazo (Passivo Não Circulante)	23.458	-	23.458
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(213.411)	55	(213.356)
Obrigações Sociais (Encargos a Recolher)	1.625	-	1.625
Comercialização sobre Operações	2.031	(403)	1.628
Outras Provisões Técnicas (OUTRAS)	2.777	(2.777)	-
Caixa Líquido Atividades Investimento	(233.113)	-	(233.113)
Aquisições de Imobilizado	(7.595)	-	(7.595)
Desenvolvimento de Sistemas e Licenças de Uso de Softwares	(87.658)	-	(87.658)
Aquisição de investimento	(21.307)	-	(21.307)
Dividendos recebidos de Controladas e Controladas em Conjunto	8.500	-	8.500
Aplicações Financeiras (Ativos Financeiros Avaliados ao Custo Amortizado)	(125.053)	-	(125.053)
Caixa Líquido Atividades Financiamento	(182.891)	-	(182.891)
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos	(182.891)	-	(182.891)
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	(1.446)	-	(1.446)
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	15.837	-	15.837
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	14.391	-	14.391

A ANS estabelece as regras para constituição de provisões técnicas e critérios de manutenção de patrimônio líquido mínimo de acordo com a RN 569/2022. Até 2022, a apuração do capital regulatório deveria considerar o maior entre os seguintes valores: (i) o capital base; (ii) a margem de solvência de 75% fixo; e (iii) capital baseado em riscos.

A partir de 2023, a apuração do capital regulatório deverá considerar o maior entre (i) e (iii).

O modelo de capital regulatório baseado em riscos leva em consideração cinco categorias de riscos, sendo elas:

- (a) O risco de subscrição é a medida de incerteza relacionada a uma situação econômica adversa que contraria as expectativas da operadora no momento da elaboração de sua política de subscrição quanto às incertezas existentes na estimativa das provisões técnicas e relativas à precificação.
- (b) O risco de crédito é a medida de incerteza relacionada à probabilidade da contraparte de uma operação, ou de um emissor de dívida, não honrar, total ou parcialmente, seus compromissos financeiros, ou de ter alterada sua classificação de risco de crédito.
- (c) O risco operacional é a medida de incerteza que compreende os riscos relacionados aos procedimentos internos (perda resultante de inadequações ou falhas em processos internos, pessoas e sistemas).
- (d) O risco legal é a medida de incerteza relacionada a falta de um completo embasamento legal; é o risco de não cumprimento de leis, regras, regulamentações, acordos, práticas vigentes ou padrões éticos aplicáveis, considerando, inclusive o risco de que a natureza do produto/serviço prestado possa tornar a operadora particularmente vulnerável a litígios.
- (e) O risco de mercado é a medida de incerteza relacionada à exposição a perdas decorrentes da volatilidade dos preços de ativos, tais como cotações de ações, taxas de juros, taxas cambiais preços de commodities e preços de imóveis.

Para efeito de comparabilidade a Sobra de Solvência passou de R\$28 milhões em 31 de dezembro de 2022 para R\$213 milhões em 31 de dezembro de 2023, após contabilização de R\$185 milhões em dividendos mínimos obrigatórios (que somados aos R\$83 milhões de JCP em 2023 já deliberados compõem o mínimo obrigatório de 50% conforme Estatuto Social).

(em milhares de reais)	Companhia: cálculo de PMA, PLA, MS e CBR	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Capital de referência	11.227	10.883
(x) Fator K ¹	3,23%	3,23%
Patrimônio mínimo ajustado (PMA)	363	352
Patrimônio líquido contábil	1.431.211	1.184.159
Participações societárias em entidades reguladas	(4.388)	(7.161)
Despesas de comercialização diferidas	(34.627)	(34.418)
Despesas antecipadas	(4.239)	(4.158)
Intangível	(856.743)	(811.046)
Goodwill das participações indiretas	(14.532)	(6.662)
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	516.682	320.714
MS exigida (R\$)	n/a	292.544
Suficiência exigida (PLA ANS - MS exigida) - até 2022	n/a	28.170
Capital baseado em risco (CBR)²	303.470	232.286
Suficiência exigida (PLA ANS - CBR) - à partir de 2023	213.212	88.428

¹Fator K corresponde a classificação: odontologia em grupo, segmento terciário e região 1 conforme anexo RN 526/2022

²CBR: 31 de março de 2023 (RN 569) = risco de subscrição (CRS) + crédito (CRC) + operacional e legal (CRO) + mercado (CRM);

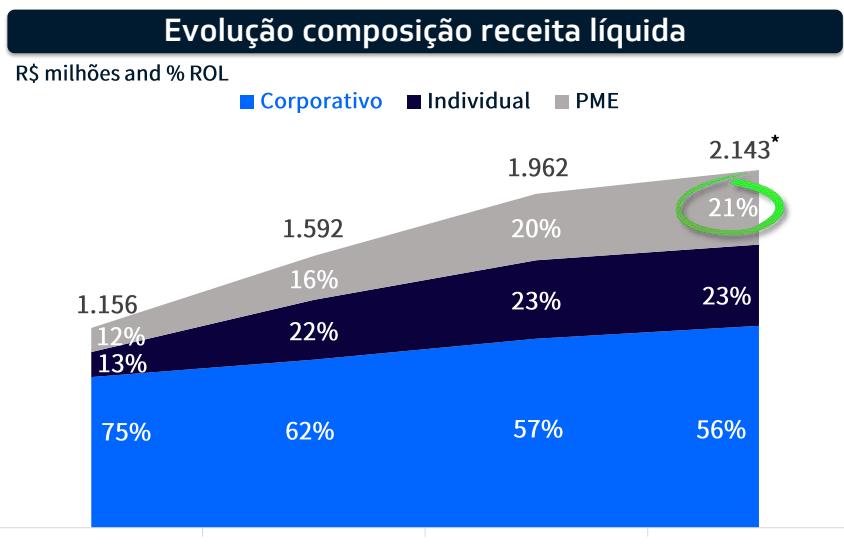
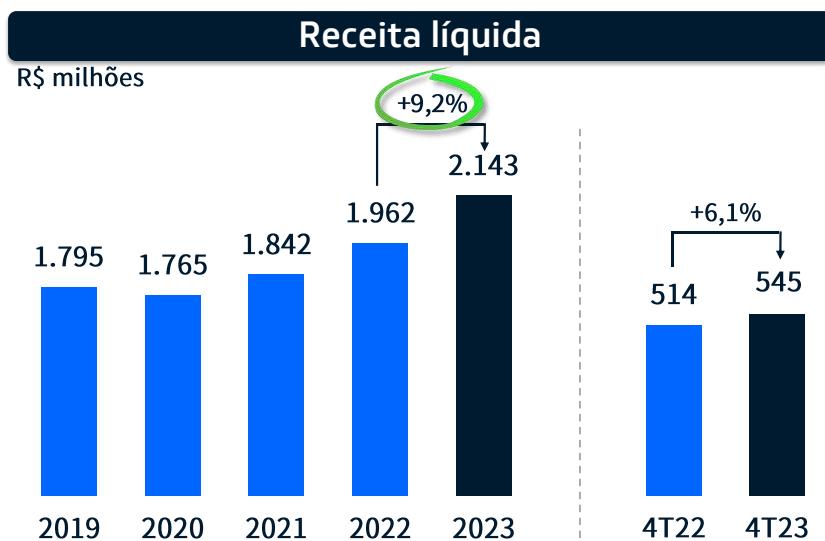
31 de dezembro de 2022 (RN 526) = risco de subscrição (CRS) + crédito (CRC) + operacional e legal (CRO).

Desempenho operacional e financeiro

Receita operacional líquida (ROL)

	Receita operacional líquida (ROL)									
	4T23		4T22		Δ%	2023		2022		Δ%
	R\$mil	% ROL	R\$mil	% ROL		R\$mil	% ROL	R\$mil	% ROL	
(+) Contraprestações líquidas	551.223	101,1	529.648	103,1	4,1	2.171.058	101,3	2.026.760	103,3	7,1
(+) Receita de vendas de bens e serviços	14.131	2,6	5.477	1,1	158,0	51.555	2,4	21.892	1,1	135,5
(+) Odontored (México)	7.755	1,4	4.830	0,9	60,6	34.010	1,6	18.679	1,0	82,1
Receita operacional bruta (ROB)	573.109	105,1	539.955	105,1	6,1	2.256.622	105,3	2.067.331	105,4	9,2
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde	23.810	4,4	22.709	4,4	4,8	97.346	4,5	90.833	4,6	7,2
(-) Impostos sobre vendas de bens e serviços	4.092	0,8	3.513	0,7	16,5	16.582	0,8	14.813	0,8	11,9
Receita operacional líquida (ROL)	545.207	100,0	513.733	100,0	6,1	2.142.695	100,0	1.961.685	100,0	9,2

Em 2023, a receita líquida consolidada cresceu 9,2%: (i) +7,0% decorrente de Contraprestações líquidas, (ii) +1,3% relativo ao crescimento inorgânico via Papaabaiz, na linha de Receita de vendas de bens e serviços e (iii) +0,8% de receitas da operação México.

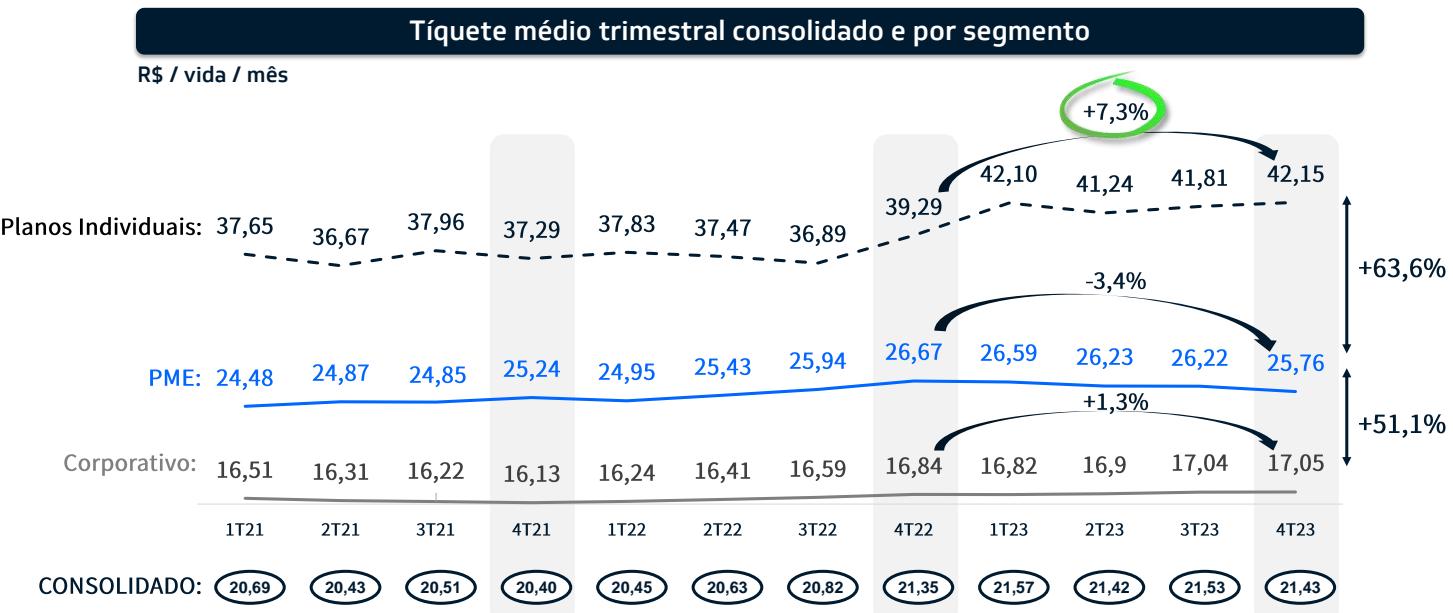


*Inclui R\$69 milhões de outras receitas.

(i) Tíquete médio consolidado

Cálculo do Tíquete Médio	4T23	4T22	Δ%	2023	2022	Δ%
Contraprestações líquidas R\$ mil (A)	551.223	529.648	4,1	2.171.058	2.026.760	7,1
Número médio de beneficiários (B)	8.572.100	8.268.703	3,7	8.467.929	8.151.129	3,9
Tíquete médio R\$/vida/mês (A/B)/nº de meses	21,43	21,35	0,4	21,37	20,72	3,1

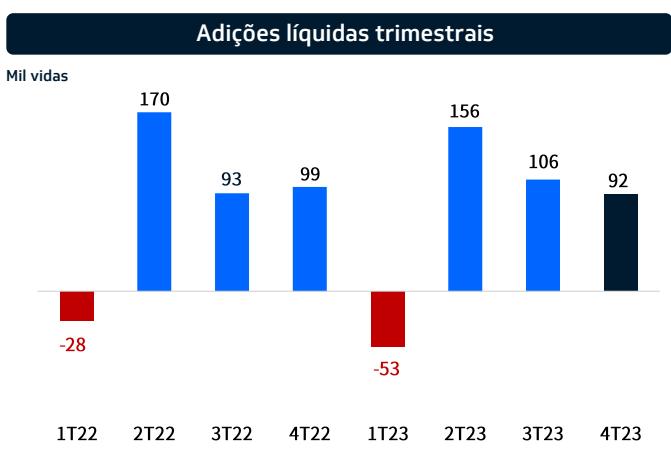
O tíquete médio consolidado no 4T23 foi de R\$21,43, com destaque para Planos Individuais, com tíquete médio maior 7,3% em relação ao 4T22.



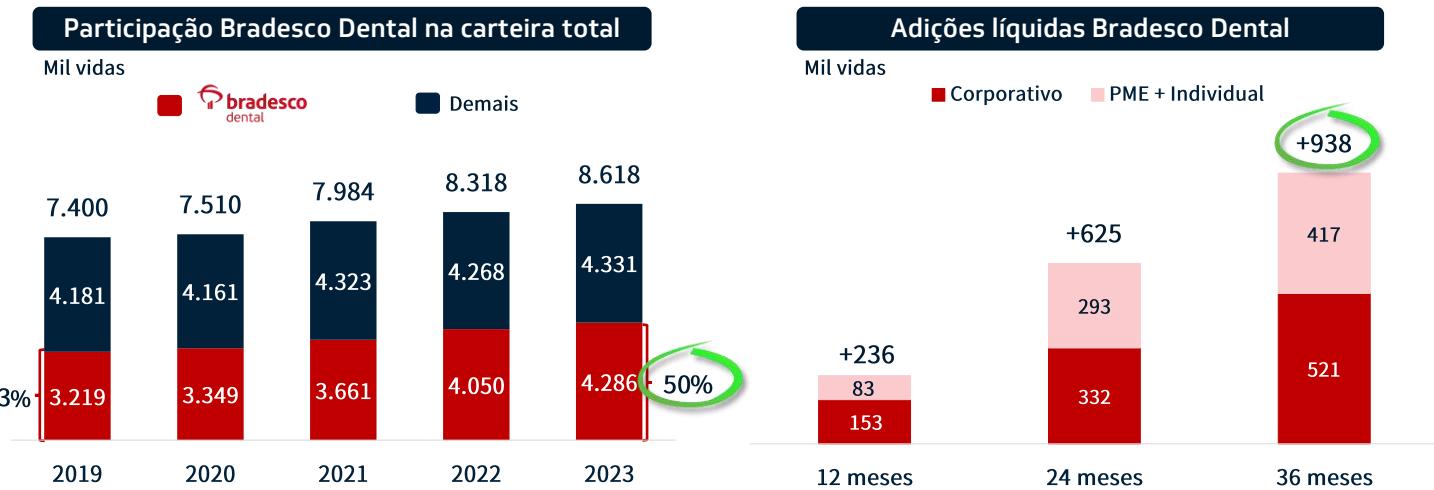
(ii) Carteira total de beneficiários

A Odontoprev registrou 8.617.893 beneficiários ao final de 2023, com adição líquida de 92 mil membros no trimestre e 300 mil vidas no ano.

O segmento corporativo apresentou adição líquida de 53 mil beneficiários no trimestre e 219 mil no ano, enquanto os segmentos massificados adicionaram 39 mil vidas no trimestre e 81 mil no ano.



A marca Bradesco Dental é a marca mais vendida dos últimos anos, atingindo 50% do total de beneficiários, sendo responsável por 44% da carteira corporativa, 74% do PME e 45% do Individual. As adições líquidas Bradesco Dental foram de 78 mil no 4T23, 236 mil nos últimos 12 meses e 938 mil nos últimos 36 meses.



	Adições líquidas													
	1T22	2T22	3T22	4T22	2022	Portfolio 2022	% Marca no segmento	1T23	2T23	3T23	4T23	2023	Portfolio 2023	% Marca no segmento
Corporativo	11	50,410	47,834	120,286	218,541	5,888,572	100%	(25,111)	110,248	81,271	52,864	219,272	6,107,844	100%
Bradesco Dental	31,860	38,415	33,579	74,989	178,843	2,546,508	43%	5,471	48,792	50,320	48,201	152,784	2,699,292	44%
BRASIDENTAL	(18,648)	(187)	(6,308)	(4,080)	(29,223)	362,494	6%	(5,534)	(1,928)	1,569	378	(5,515)	356,979	6%
Demais¹	(13,201)	12,182	20,563	49,377	68,921	2,979,570	51%	(25,048)	63,384	29,382	4,285	72,003	3,051,573	50%
PME	4,696	60,653	49,496	33,954	148,799	1,400,272	100%	(5,905)	48,448	49,650	58,801	150,994	1,551,266	100%
Bradesco Dental	12,023	51,464	52,804	37,009	153,300	1,058,184	76%	11,992	17,704	28,410	37,017	95,123	1,153,307	74%
BRASIDENTAL	(669)	(661)	(84)	(434)	(1,848)	56,103	4%	(2,164)	(535)	(1,571)	(1,021)	(5,291)	50,812	3%
Demais¹	(6,658)	9,850	(3,224)	(2,621)	(2,653)	285,985	20%	(15,733)	31,279	22,811	22,805	61,162	347,147	22%
Planos Individuais	(32,556)	59,152	(4,548)	(55,717)	(33,669)	1,029,120	100%	(22,364)	(2,761)	(25,133)	(20,079)	(70,337)	958,783	100%
Bradesco Dental	11,662	16,763	18,000	10,030	56,455	445,268	43%	3,155	(1,702)	(5,743)	(7,171)	(11,461)	433,807	45%
BRASIDENTAL	(1,817)	830	(2,445)	(3,822)	(7,254)	66,066	6%	(3,922)	(865)	(2,460)	(2,302)	(9,549)	56,517	6%
Demais¹	(42,401)	41,559	(20,103)	(61,925)	(82,870)	517,786	50%	(21,597)	(194)	(16,930)	(10,606)	(49,327)	468,459	49%
Total	(27,849)	170,215	92,782	98,523	333,671	8,317,964	100%	(53,380)	155,935	105,788	91,586	299,929	8,617,893	100%
Bradesco Dental	55,545	106,642	104,383	122,028	388,598	4,049,960	49%	20,618	64,794	72,987	78,047	236,446	4,286,406	50%
BRASIDENTAL	(21,134)	(18)	(8,837)	(8,336)	(38,325)	484,663	6%	(11,620)	(3,328)	(2,462)	(2,945)	(20,355)	464,308	5%
Demais¹	(62,260)	63,591	(2,764)	(15,169)	(16,602)	3,783,341	45%	(62,378)	94,469	35,263	16,484	83,838	3,867,179	45%

¹Inclui, no Corporativo e PME, Odontoprev, Odonto System e Mogidonto. Nos planos individuais inclui, também, canais varejistas.

Custo de Serviços e Sinistralidade

(R\$ mil)	Custo de serviços (ex PEONA) e índice de sinistralidade (% ROL)								Δ% p.p. ROL	
	4T23		4T22		Δ% p.p. ROL	2023		2022		
	R\$mil	% ROL	R\$mil	% ROL		R\$mil	% ROL	R\$mil	% ROL	
Custo de serviços (ex PEONA)	219.585	40,3	211.089	41,1	(0,8)	849.303	39,6	789.345	40,2	(0,6)
Eventos indenizáveis líquidos	192.535	35,3	197.658	38,5	(3,2)	775.156	36,2	734.532	37,4	(1,2)
Encargos sociais sobre serviços	(3)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Materiais odontológicos	6.796	1,2	807	0,2	1,0	15.834	0,7	6.349	0,3	0,4
Demais custos operacionais e provisões/reversões	18.204	3,3	11.218	2,2	1,1	50.641	2,4	42.695	2,2	0,2
Odontored (México)	2.053	0,4	1.406	0,3	0,1	7.672	0,4	5.769	0,3	0,1

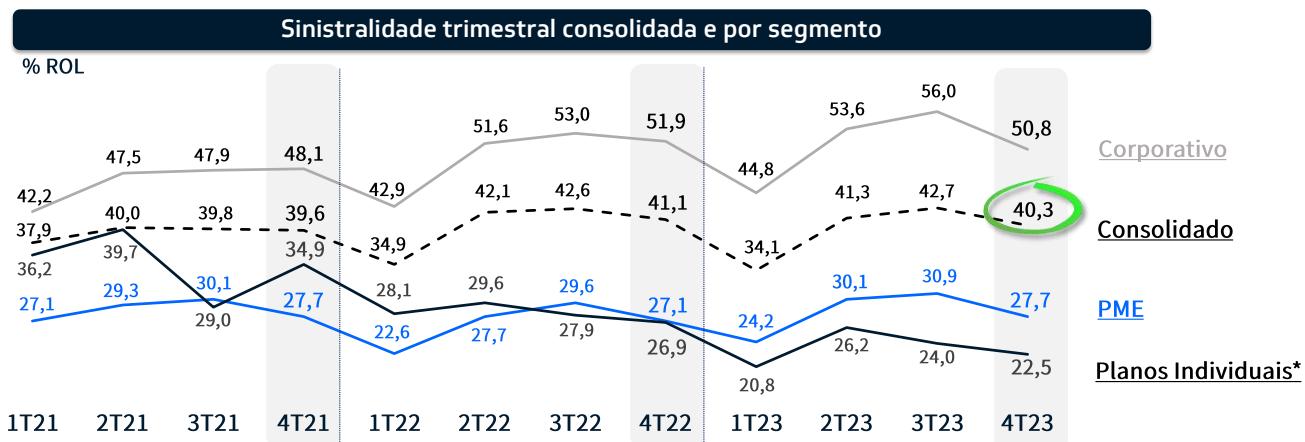
Para efeito de comparação e análise, a PEONA (Provisão para Eventos Ocorridos e não Avisados) e Reservas Técnicas de Sinistro (Odontored) são excluídas do Custo de Serviços.

No 4T23, o custo de serviços representou 40,3% da ROL, abaixo dos 41,1% do 4T22. Em 2023, o custo de serviços representou 39,6% da ROL, inferior aos 40,2% em 2022.

Desde 2020, a sinistralidade consolidada tem permanecido no nível de 40%, inferior ao patamar histórico de 45%, no período de 2014 a 2020, dada a crescente participação de planos PME e individuais, de menor custo relativo.

Sinistralidade %	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Corporativo	50,2	51,4	56,3	52,5	50,7	50,9	42,1	46,5	49,9	51,4
Média do período	← 50,5% →						← 49,4% →			
PME	39,0	40,6	45,5	42,4	40,2	37,9	28,4	28,5	26,9	28,3
Média do período	← 38,4% →						← 27,9% →			
Planos individuais*	28,3	25,6	25,2	27,5	30,0	35,6	40,9	34,9	28,1	23,3
Média do período	← 32,1% →						← 28,7% →			
Consolidado	46,2	46,6	49,1	45,7	44,1	44,5	40,6	39,3	40,2	39,6
Média do período	← 45,0% →						← 39,7% →			

*Exclui provisões/reversões de planos de livre escolha

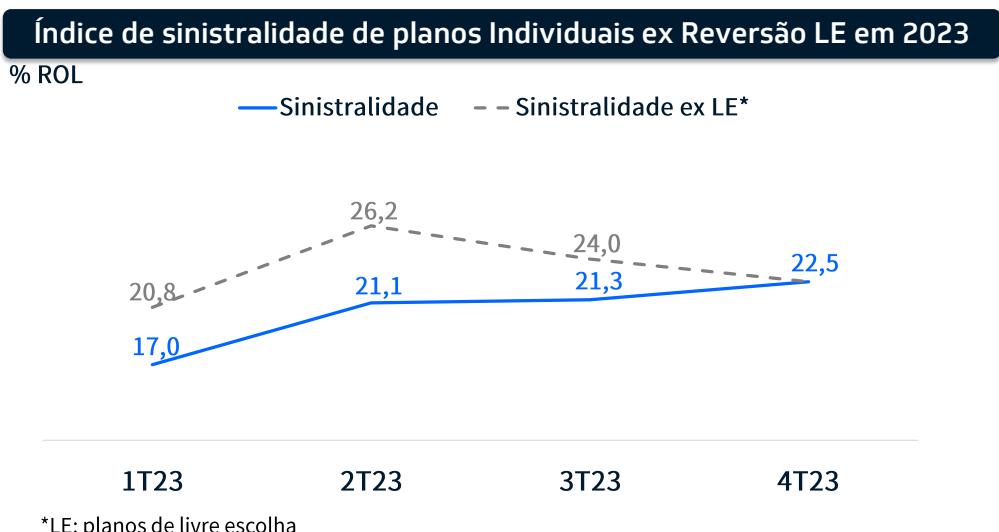


*Exclui provisões/reversões de planos de livre escolha

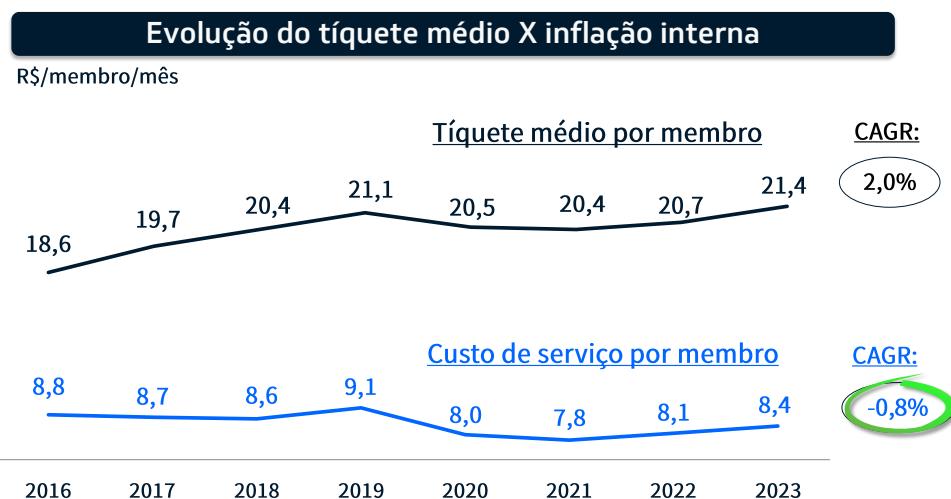
A sinistralidade no segmento Corporativo foi de 50,8% no 4T23, e de 51,4% em 2023, em linha com o patamar histórico.

No segmento PME, a sinistralidade foi de 27,7% no trimestre, e de 28,3% no ano.

Nos planos individuais, a sinistralidade no 4T23 foi de 22,5%, e de 20,4% em 2023. No ano, houve reversão de provisões remanescentes de planos com livre escolha de credenciados de R\$13,7 milhões. Excluindo-se essa reversão, a sinistralidade teria sido de 23,3% no ano.



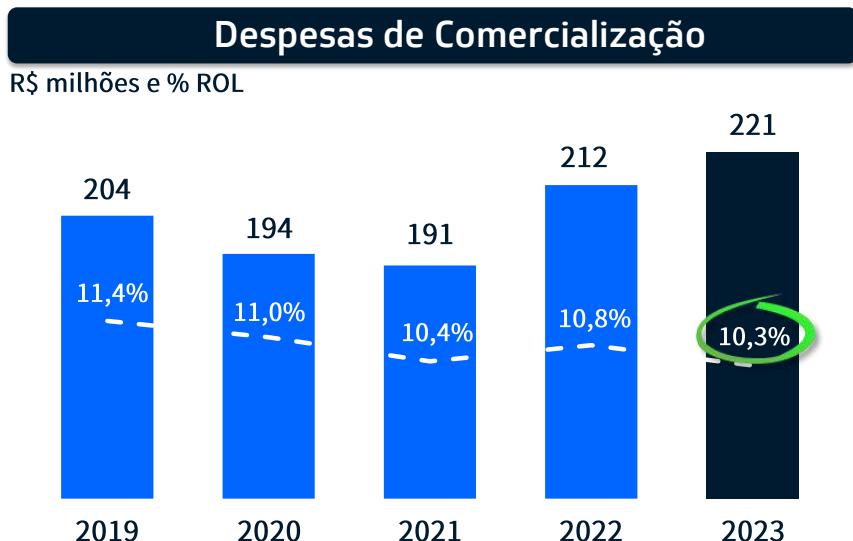
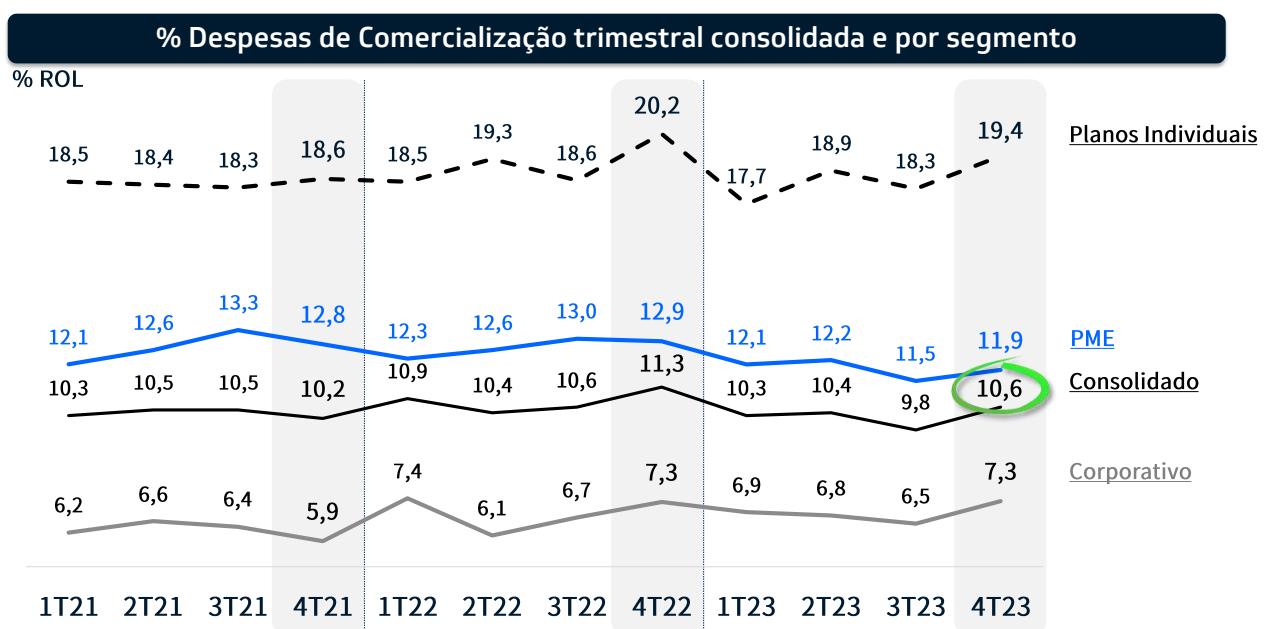
Em 2023, o custo de serviço por membro por mês foi de R\$8,4, abaixo dos R\$9,1 em 2019. A deflação observada no custo de serviços nos últimos anos é justificada por permanente segmentação de rede de prestadores, melhoria contínua nos processos de auditoria digital e gestão de banco de imagens (visando maximização da qualidade técnica dos serviços prestados e auditoria operacional por meios eletrônicos), bem como novo perfil e frequência de clientes PME e Individuais.



Despesas de Comercialização (DC)

(R\$ mil)	4T23	4T22	Δ%	2023	2022	Δ%
(-) Despesas de comercialização	57.962	58.119	(0,3)	220.648	212.092	4,0
Desp. Comercialização (% ROL)	10,6	11,3	(0,7 p.p.)	10,3	10,8	(0,5 p.p.)

As despesas de comercialização foram de R\$57.962 no 4T23, 10,6% da ROL, 0,7 p.p. menor comparada ao 4T22, e 0,5 p.p. mais eficiente no acumulado do ano, com a crescente participação do canal bancário (de menor custo de aquisição) na carteira total de clientes.



Dados por segmento de negócio

Principais Métricas - Corporativo	Corporativo					
	4T23	4T22	Δ%	2023	2022	Δ%
Receita operacional líquida (ROL)	300.065	284.295	5,5	1.170.027	1.095.851	6,8
Tíquete Médio (R\$/vida/mês)	17,05	16,84	1,3	16,88	16,39	3,0
Número de beneficiários (mil)	6.108	5.889	3,7	6.108	5.889	3,7
Adições líquidas (mil)	53	120	-	219	219	-
Custo de Serviços	152.400	147.483	3,3	601.100	546.930	9,9
Índice de sinistralidade (%)	50,8	51,9	(1,1 p.p.)	51,4	49,9	1,5 p.p.
Custo de Serviços / membro / mês (R\$)	8,35	8,43	(1,0)	8,35	7,89	5,9
Despesas de Comercialização	21.945	20.682	6,1	80.581	75.532	6,7
Índice Despesas de Comercialização (%)	7,3	7,3	-	6,9	6,9	-
Lucro bruto	147.665	136.812	7,9	568.927	548.921	3,6
Margem bruta (%)	49,2	48,1	1,1 p.p.	48,6	50,1	(1,5 p.p.)

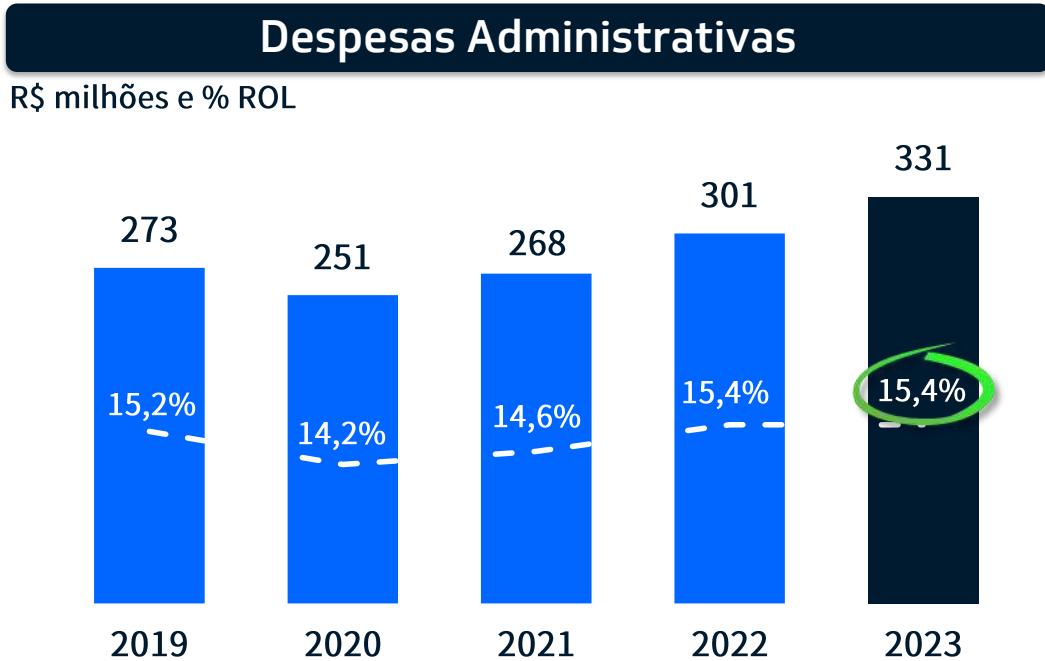
Principais Métricas - PME	PME					
	4T23	4T22	Δ%	2023	2022	Δ%
Receita operacional líquida (ROL)	111.723	104.934	6,5	432.488	385.191	12,3
Tíquete Médio (R\$/vida/mês)	25,76	26,67	(3,4)	25,76	25,59	0,7
Número de beneficiários (mil)	1.551	1.400	10,8	1.551	1.400	10,8
Adições líquidas (mil)	59	34	-	151	149	-
Custo de Serviços	30.978	28.456	8,9	122.195	103.512	18,0
Índice de sinistralidade (%)	27,7	27,1	0,6 p.p.	28,3	26,9	1,4 p.p.
Custo de Serviços / membro / mês (R\$)	6,79	6,86	(1,0)	6,90	6,51	6,1
Despesas de Comercialização	13.292	13.548	(1,9)	51.612	48.949	5,4
Índice Despesas de Comercialização (%)	11,9	12,9	(1,0 p.p.)	11,9	12,7	(0,8 p.p.)
Lucro bruto	80.745	76.478	5,6	310.293	281.679	10,2
Margem bruta (%)	72,3	72,9	(0,6 p.p.)	71,7	73,1	(1,4 p.p.)

Principais Métricas - Individual	Individual					
	4T23	4T22	Δ%	2023	2022	Δ%
Receita operacional líquida (ROL)	115.626	117.710	(1,8)	471.197	454.885	3,6
Tíquete Médio (R\$/vida/mês)	42,15	39,29	7,3	41,90	38,47	8,9
Número de beneficiários (mil)	959	1.029	(6,8)	959	1.029	(6,8)
Adições líquidas (mil)	(20)	(56)	-	(70)	(34)	-
Custo de Serviços	26.008	33.201	(21,7)	96.321	131.571	(26,8)
Índice de sinistralidade (%)	22,5	28,2	(5,7 p.p.)	20,4	28,9	(8,5 p.p.)
Custo de Serviços / membro / mês (R\$)	8,95	10,47	(14,5)	8,08	10,48	(23,0)
Despesas de Comercialização	22.385	23.751	(5,7)	87.407	87.107	-
Índice Despesas de Comercialização (%)	19,4	20,2	(0,8 p.p.)	18,5	19,1	(0,6 p.p.)
Lucro bruto	89.618	84.509	6,0	374.876	323.314	15,9
Margem bruta (%)	77,5	71,8	5,7 p.p.	79,6	71,1	8,5 p.p.

Despesas Administrativas (DA)

(R\$ mil)	4T23		4T22		Δ%	Δ% p.p. ROL	2023		2022		Δ%	Δ% p.p. ROL
	R\$mil	% ROL	R\$mil	% ROL			R\$mil	% ROL	R\$mil	% ROL		
Pessoal	54.369	10,0	44.193	8,6	23,0	1,4	184.535	8,6	158.072	8,1	16,7	0,5
Serviços de terceiros	21.889	4,0	18.204	3,5	20,2	0,5	72.401	3,4	63.917	3,3	13,3	0,1
Localização e funcionamento	14.515	2,7	11.281	2,2	28,7	0,5	43.925	2,0	35.019	1,8	25,4	0,2
Publicidade e propaganda	8.629	1,6	6.480	1,3	33,2	0,3	18.451	0,9	15.994	0,8	15,4	0,1
Taxas e tributos	2.155	0,4	2.378	0,5	(9,3)	(0,1)	5.288	0,2	6.300	0,3	(16,1)	(0,1)
Outras	3.906	0,7	5.257	1,0	(25,7)	(0,3)	6.383	0,3	21.819	1,1	(70,7)	(0,8)
DA (base EBITDA ajustado)	105.463	19,3	87.793	17,1	20,1	2,2	330.982	15,4	301.121	15,4	9,9	-
Depreciação e amortização	14.261	2,6	9.940	1,9	43,5	0,7	49.226	2,3	32.395	1,7	52,0	0,6
Amortização de direito de uso	2.808	0,5	1.113	0,2	152,3	0,3	6.598	0,3	4.628	0,2	42,6	0,1
(+) Despesas de incorporação Mogidonto	-	-	-	-	-	-	-	-	177	-	-	-
(+) Aquisições	-	-	-	-	-	-	-	-	346	-	-	-
(+) Outros serviços de terceiros	-	-	-	-	-	-	-	-	381	-	-	-
DA (não base EBITDA ajustado)	17.069	3,1	11.053	2,2	54,4	0,9	55.824	2,6	(2.715)	(0,1)	-	2,7
Despesas administrativas (DA)	122.532	22,5	98.846	19,2	24,0	3,3	386.806	18,1	298.406	15,2	29,6	2,9

As despesas administrativas (DA base EBITDA ajustado) foram de 19,3% da ROL, 2,2 p.p. acima do 4T22. No trimestre, houve maiores despesas relacionadas a (i) baixa pontual de R\$3.923 em depósitos judiciais trabalhistas, na linha de "Pessoal" e (ii) R\$5.389 em serviços e manutenção de tecnologia, sendo R\$2.954 na linha de "Serviços de terceiros" e R\$2.436 em "Localização e funcionamento".



Provisões para perdas sobre créditos

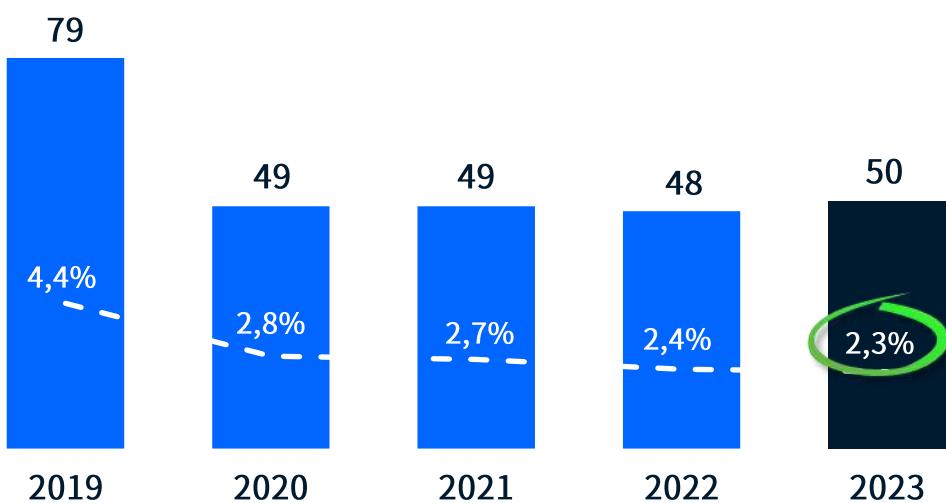
(R\$ mil)	4T23	4T22	Δ%	2023	2022	Δ%
R\$ mil	10.409	14.071	(26,0)	50.000	47.951	4,3
% ROL	1,9	2,7	(0,8 p.p.)	2,3	2,4	(0,1 p.p.)

A provisão para perdas sobre créditos (PDD) é constituída considerando faturas vencidas (60 dias para contratos individuais e 90 dias para contratos coletivos), acrescida de um percentual médio de perda histórica.

No trimestre, a provisão para perdas sobre créditos foi de 1,9% da ROL, 0,8 p.p. abaixo do 4T22, em função de reversão pontual de processos junto à marca Bradesco no segmento PME. Em 2023, a PDD foi de 2,3%, pouco abaixo do patamar histórico.

Provisão para perdas sobre créditos (PDD)

R\$ milhões e % ROL

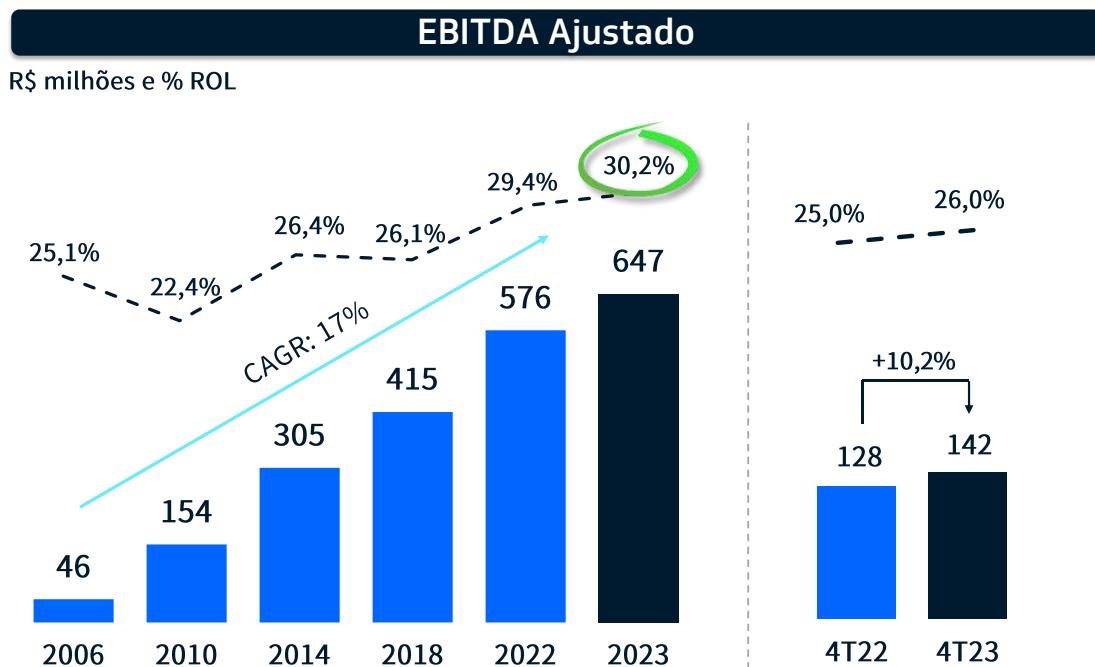


EBITDA e EBITDA Ajustado

(R\$ mil)	4T23		4T22		Δ%	Δ% p.p. ROL	2023		2022		Δ%	Δ% p.p. ROL
	R\$mil	% ROL	R\$mil	% ROL			R\$mil	% ROL	R\$mil	% ROL		
Lucro líquido	126.296	23,2	94.951	18,5	33,0	4,7	536.554	25,0	452.171	23,1	18,7	1,9
(+) Imposto de renda e contribuição social corrente	43.746	8,0	42.291	8,2	3,4	(0,2)	190.068	8,9	176.014	9,0	8,0	(0,1)
(+) Imposto de renda e contribuição social diferido	3.269	0,6	(3.255)	(0,6)	(200,4)	1,2	17.668	0,8	18.883	1,0	(6,4)	(0,2)
(-) Receitas financeiras	29.928	5,5	20.617	4,0	45,2	1,5	107.351	5,0	88.843	4,5	20,8	0,5
(+) Despesas financeiras	11.456	2,1	3.781	0,7	203,0	1,4	25.130	1,2	16.176	0,8	55,4	0,4
(-) Participação minoritária em controlada	(44)	-	(40)	--	9,9	-	(196)	-	810	0,0	(124,2)	-
(+) Depreciação e amortização	14.261	2,6	9.940	1,9	43,5	0,7	49.226	2,3	32.395	1,7	52,0	0,6
(+) Amortização de direito de uso (IFRS 16)	2.808	0,5	1.113	0,2	152,3	0,3	6.598	0,3	4.628	0,2	42,6	0,1
(-) Resultado de equivalência patrimonial	(1.396)	(0,3)	358	0,1	(490,1)	(0,4)	3.142	0,1	6.609	0,3	(52,5)	(0,2)
EBITDA	173.347	31,8	127.886	24,9	35,5	6,9	714.948	33,4	604.004	30,8	18,4	2,6
(+) Provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	2.401	0,4	(1.640)	(0,3)	(246,4)	0,7	(22.026)	(1,0)	2.342	0,1	(1.040,5)	(1,1)
(+) Reservas técnicas de sinistro - Odontored (México)	532	0,1	166	-	219,7	0,1	808	-	20	-	3.941,4	-
(+) EBITDA Pro Forma Brasidental	2.085	0,4	2.066	0,4	0,9	-	7.734	0,4	9.343	0,5	(17,2)	(0,1)
(-) Reversão ISS	-	-	-	-	-	-	(4.794)	(0,2)	-	-	-	(0,2)
(+) Aquisições	-	-	-	-	-	-	-	-	346	-	-	-
(+) Outros serviços de terceiros	-	-	-	-	-	-	-	-	381	-	-	-
(-) Reversão TSS / ANS	(36.724)	(6,7)	--	--	-	(6,7)	(36.724)	(1,7)	(40.642)	(2,1)	(9,6)	0,4
(-) Reversão INSS	-	-	-	-	-	-	(12.564)	(0,6)	-	-	-	-
(+) Despesas de incorporação Mogidonto	-	-	-	-	-	-	-	-	177	-	-	-
EBITDA ajustado	141.641	26,0	128.479	25,0	10,2	1,0	647.383	30,2	575.973	29,4	12,4	0,8

O EBITDA ajustado atingiu R\$141.641 no 4T23, em alta de 10,2%, com margem expandindo para 26,0%. Em 2023, o EBITDA ajustado foi de R\$647.383, 12,4% acima do ano anterior, com margem de 30,2% acima dos 29,4% em 2022.

Desde o IPO, em 2006, o EBITDA ajustado apresenta CAGR de 17%.



Resultado Financeiro

	4T23		4T22		Δ%	2023		2022		Δ%
	R\$mil	% ROL	R\$mil	% ROL		R\$mil	% ROL	R\$mil	% ROL	
Resultado financeiro líquido	18.472	3,4	16.836	3,3	9,7	82.220	3,8	72.667	3,7	13,1
(+) Receitas financeiras	29.928	5,5	20.617	4,0	45,2	107.351	5,0	88.843	4,5	20,8
(-) Despesas financeiras	11.456	2,1	3.781	0,7	203,0	25.130	1,2	16.176	0,8	55,4

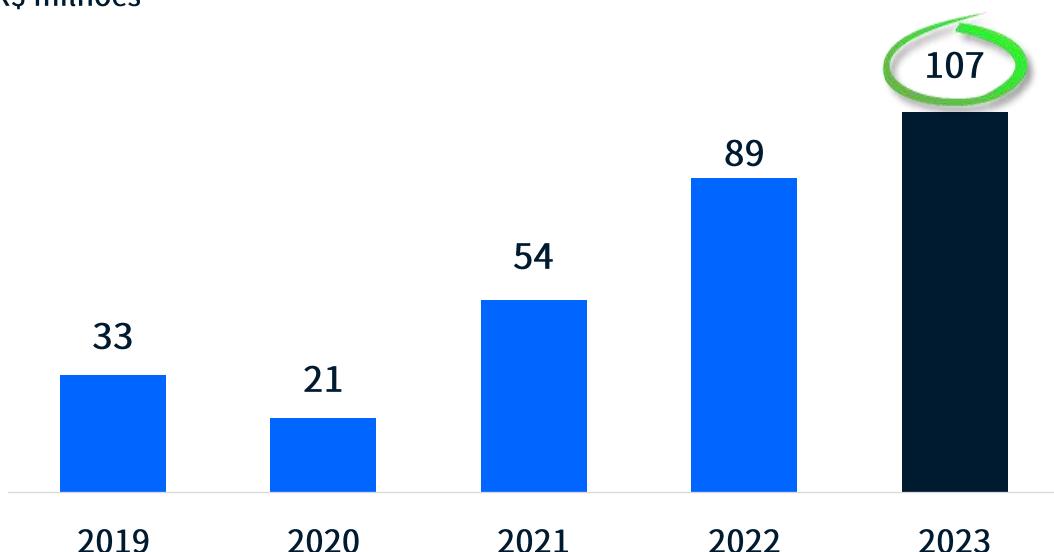
O resultado financeiro líquido foi de R\$18.472 no 4T23, maior 9,7% na variação anual. No trimestre, houve baixa pontual de depósitos judiciais com impacto positivo de R\$5.790 em Receitas financeiras e negativo de R\$7.540 em Despesas financeiras. Excluindo-se os efeitos dos depósitos judiciais, o Resultado financeiro líquido trimestral teria sido de R\$20.223 ao invés de R\$18.472, +20,1% se comparado com o 4T22.

Em 2023, o resultado financeiro líquido foi de R\$82.220, 13,1% acima de 2022. Em 2022 (no 1T22), houve reversão da TSS de R\$4.659 na linha de “Despesas financeiras”. Excluindo-se esta reversão, a despesa financeira em 2022 teria sido de R\$20.835, ao invés de R\$16.176.

Ao longo do primeiro semestre de 2021, o portfólio de aplicações financeiras da Companhia migrou, em parte, do Ativo circulante para títulos públicos de vencimento no longo-prazo, com taxas de juros pós-fixadas (79%) e pré-fixadas (21%), visando retornos plurianuais, com mesmo perfil de risco de crédito. Os novos instrumentos são contabilizados na curva, minimizando a volatilidade da carteira consolidada, e serão mantidos até vencimento. A Companhia não faz uso de derivativos.

Evolução anual da receita financeira bruta

R\$ milhões



Imposto de Renda e Contribuição Social

	4T23		4T22		Δ%	2023		2022		Δ%
	R\$mil	% ROL	R\$mil	% ROL		R\$mil	% ROL	R\$mil	% ROL	
IRPJ e CSLL	47.015	8,6	39.036	7,6	20,4	207.736	9,7	194.897	9,9	6,6
(-) Imposto de renda e contribuição social corrente	43.746	8,0	42.291	8,2	3,4	190.068	8,9	176.014	9,0	8,0
(-) Imposto de renda e contribuição social diferido	3.269	0,6	(3.255)	(0,6)	(200,4)	17.668	0,8	18.883	1,0	(6,4)

Alíquota efetiva

	4T23	4T22	2023	2022
Resultado antes dos impostos e das participações	136.632	134.027	690.404	646.258
(-) Participações no resultado	6.938	8.293	34.294	26.106
(=) Base de cálculo IRPJ / CSLL	129.695	125.735	656.111	620.152
<u>Despesa contabilizada</u>				
(-) Imposto de renda e contribuição social corrente	43.746	42.291	190.068	176.014
(-) Imposto de renda e contribuição social diferido	3.269	(3.255)	17.668	18.883
Total da despesa contabilizada	47.015	39.036	207.736	194.897
Alíquota efetiva corrente	33,7%	33,6%	29,0%	28,4%

No 4T23, a alíquota efetiva foi de 33,7%, mesmo nível dos 33,6% observados no 4T22.

Ágio

Parcelas a amortizar a partir de 2024*	
Período	Valor do ágio (R\$ mil)
2024	5.728
2025	5.728
2026	3.256
Total	14.712

*Contempla a diferença entre todos os valores pagos e o valor justo dos ativos e passivos dos investimentos adquiridos e avaliados através de laudo Purchase Price Allocation (PPA).

Lucro líquido

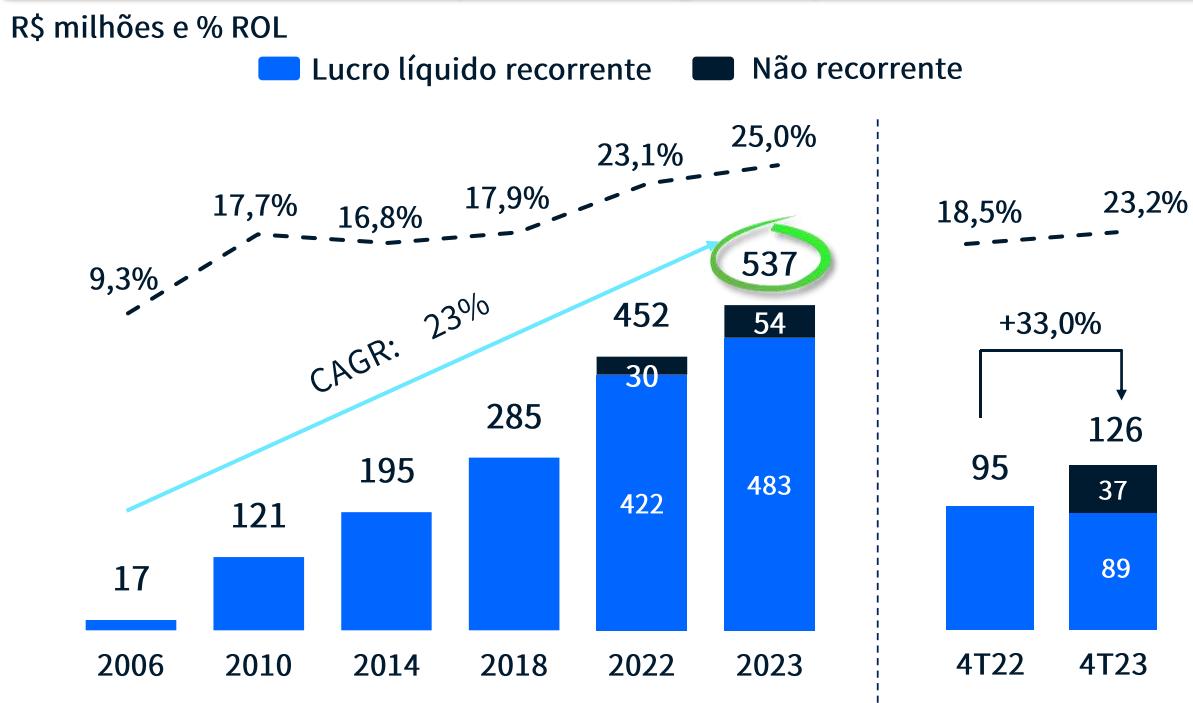
Lucro líquido	4T23	4T22	Δ%	2023	2022	Δ%
R\$ mil	126.296	94.951	33,0	536.554	452.171	18,7
% ROL	23,2	18,5	4,7 p.p.	25,0	23,1	1,9 p.p.

O lucro líquido atingiu R\$126.296 no 4T23, 33,0% acima do 4T22. No trimestre houve reversão bruta de R\$45.934 referentes à decisão favorável em processo judicial sobre cobrança da Taxa de Saúde Suplementar (TSS) pela Agência Nacional de Saúde – ANS. Excluindo-se tal efeito, o Lucro líquido teria sido de R\$89.573.

Evento não recorrente R\$ mil, exceto onde especificado	4T23	TSS	4T23 ex-TSS
Receita operacional líquida (ROL)	545.207	-	545.207
PDD	(34.501)	44.910	10.409
Resultado financeiro líquido	19.496	1.024	18.472
LAIR	182.566	45.934	136.632
Lucro líquido	126.296	36.723	89.573

Em 2023, o lucro líquido atingiu o R\$536.554. Desde o IPO, o lucro líquido apresenta CAGR de 23%.

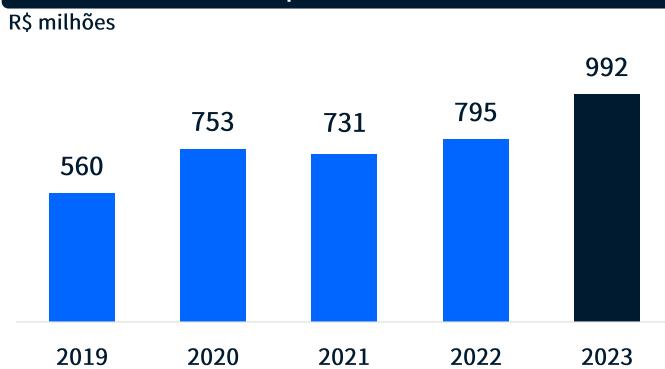
Lucro líquido e Margem líquida



Fluxo de Caixa

(em R\$ mil)	4T23	4T22	2023	2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro líquido do período	126.339	94.991	536.750	451.361
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais:	22.235	55.129	177.152	331.430
CAIXA GERADO NAS OPERAÇÕES	148.574	150.120	713.902	782.791
Redução (aumento) nos ativos operacionais	17.522	(14.489)	7.281	(71.533)
Aumento (redução) nos passivos operacionais	(27.891)	(16.018)	(233.314)	(196.225)
CAIXA GERADO (APLICADO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	138.205	119.613	487.869	515.033
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
Aquisição de imobilizado	(566)	(887)	(7.595)	(8.396)
Desenvolvimento de sistemas e licença de uso de software	(23.938)	(10.790)	(87.658)	(62.990)
Dividendos recebidos de controladas e coligadas	2.250	600	8.500	5.169
Aquisição de investimentos, incluindo ágio (líquido de caixa adquirido)	(2.581)	(43.763)	(21.307)	(44.819)
CAIXA GERADO (APLICADO) EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(24.835)	(54.840)	(108.060)	(111.036)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS				
Dividendos pagos	-	(100.519)	(119.998)	(100.519)
Juros sobre Capital próprio pagos	(62.893)	(52.899)	(62.893)	(69.258)
Recompra de ações - em tesouraria	-	(7.289)	-	(170.090)
CAIXA GERADO (APLICADO) EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(62.893)	(160.707)	(182.891)	(339.815)
AUMENTO (REDUÇÃO) EM CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	50.478	(95.934)	196.918	64.182
CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS				
Saldo inicial	941.671	891.165	795.231	731.049
Saldo final	992.149	795.231	992.149	795.231
AUMENTO (REDUÇÃO) EM CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	50.478	(95.934)	196.918	64.182

Caixa líquido, dívida zero



Fluxo de caixa 2023



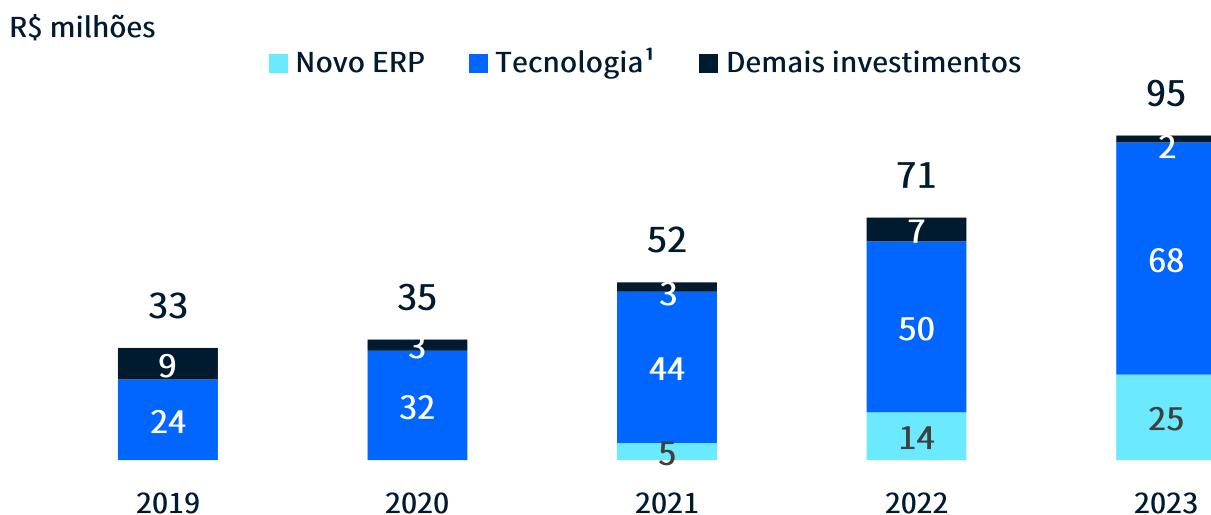
Investimentos

O desenvolvimento de sistemas representa, historicamente, o maior item de investimentos da Odontoprev.

(em R\$ mil)	2023	2022	4T23	4T22
Desenvolvimento de sistemas, aquisição e licença de uso de software	87.657	62.990	24.160	10.790
Equipamentos de computação	5.172	1.353	63	90
Equipamentos odontológicos, móveis e utensílios, máquinas e equipamentos	1.196	1.007	251	112
Benfeitorias em instalações	697	3.578	57	(0)
Outros	525	2.458	190	684
Total dos investimentos (CAPEX)	95.248	71.385	24.722	11.676

O patamar anual de CAPEX reflete investimentos em iniciativas digitais da Companhia, com maturação em 2023 e 2024. No ano, os investimentos em tecnologia representaram R\$92.829, com destaque para a implantação do novo sistema ERP, identificado no gráfico abaixo.

CAPEX: Tecnologia representa a prioridade dos investimentos



^¹ Desenvolvimento de sistemas, aquisição e licença de uso de software e equipamentos de computação

Remuneração aos Acionistas

Pagamento	Aprovação	Posição acionária	Tipo	Competência	Valor bruto pago R\$	Valor líquido pago R\$	Valor líquido por ação R\$				Total anual bruto	Lucro do exercício	Payout
							DIV	JCP	RC	Total			
Total pago em 2011:					85.806	82.280	0,117433965	0,037609361	-	0,155043326	159.686	145.311	110%
Total pago em 2012:					207.467	200.027	0,297921693	0,079521710	-	0,377443402	159.526	145.566	110%
Total pago em 2013:					181.975	178.072	0,294378958	0,041725875	-	0,336104833	206.322	188.091	110%
Total pago em 2014:					216.658	211.822	0,347440879	0,051619184	-	0,399060063	213.582	194.709	110%
Total pago em 2015:					223.205	217.921	0,356336989	0,056787711	-	0,413124700	220.945	220.946	100%
Total pago em 2016:					185.559	178.759	0,265208801	0,072859879	-	0,338068680	172.791	215.990	80%
Total pago em 2017:					279.012	271.887	0,436065493	0,076050963	-	0,512116456	246.668	244.571 ¹	101%
Total pago em 2018:					86.716	78.340	0,058430479	0,089647129	-	0,148077608	173.357	284.793	61% ²
Total pago em 2019:					250.712	241.097	0,351910051	0,095206558	-	0,447116609	199.334	284.762	70%
Total pago em 2020:					270.219	262.006	0,406237632	0,087765775	-	0,494003407	333.213	361.128	92%
Total pago em 2021:					261.159	251.455	0,372061480	0,104762084	-	0,476823564	188.506	380.357	50% ³
06/07/2022	21/03/2022	24/03/2022	JCP	1T22	16.359	13.905	-	0,027130620	-	0,027130620			
05/10/2022	04/04/2022	04/04/2022	DIV	4T21	40.520	40.520	0,071872189	-	-	0,071872189			
05/10/2022	27/04/2022	06/05/2022	DIV	1T22	60.000	60.000	0,107203568	-	-	0,107203568			
21/12/2022	20/06/2022	23/06/2022	JCP	2T22	17.633	14.988	-	0,026932989	-	0,026932989			
27/12/2022	15/09/2022	20/09/2022	JCP	3T22	17.534	14.904	-	0,026933866	-	0,026933866	249.258	452.171	55% ⁴
27/12/2022	12/12/2022	15/12/2022	JCP	4T22	17.732	15.072	-	0,027279708	-	0,027279708			
Total pago em 2022:					169.778	159.389	0,179075757	0,108277182	-	0,287352939			
12/07/2023	05/04/2023	20/04/2023	DIV	4T22	120.000	120.000	0,217196275	-	-	0,217196275			
19/12/2023	14/03/2023	17/03/2023	JCP	1T23	21.239	18.053	-	0,032675339	-	0,032675339			
19/12/2023	26/06/2023	29/06/2023	JCP	2T23	21.111	17.944	-	0,032478425	-	0,032478425			
19/12/2023	19/09/2023	22/09/2023	JCP	3T23	20.544	17.462	-	0,031606078	-	0,031606078			
Total pago em 2023:					182.894	173.460	0,217196275	0,096759842	-	0,313956117			
16/02/2024	13/12/2023	18/12/2023	JCP	4T23	19.580	16.643	-	0,030122765	-	0,030122765			
Total pago em 2024:					19.580	16.643	-	0,030122765	-	0,030122765			
Total					3.207.446	3.099.514							

¹ Lucro do exercício desconsidera INSS Bradesco Dental e Odontoprev;

² Aquisição Odonto System concluída em 07/08/2018;

³ Em 2021, houve, em adição, R\$177 milhões desembolsados em Programa de Recompra, elevando o payout a 96%.

⁴ Em 2022, houve, em adição, R\$163 milhões desembolsados em Programa de Recompra, elevando o payout a 91%.

Programas de Recompra de Ações

A Companhia, oportunamente, realiza Programas de Recompra de Ações, que somados aos pagamentos regulares de juros sobre capital próprio, dividendos intercalares e aquisições seletivas na cadeia de valor dental, demonstram o objetivo de maximizar a geração de valor para os acionistas.

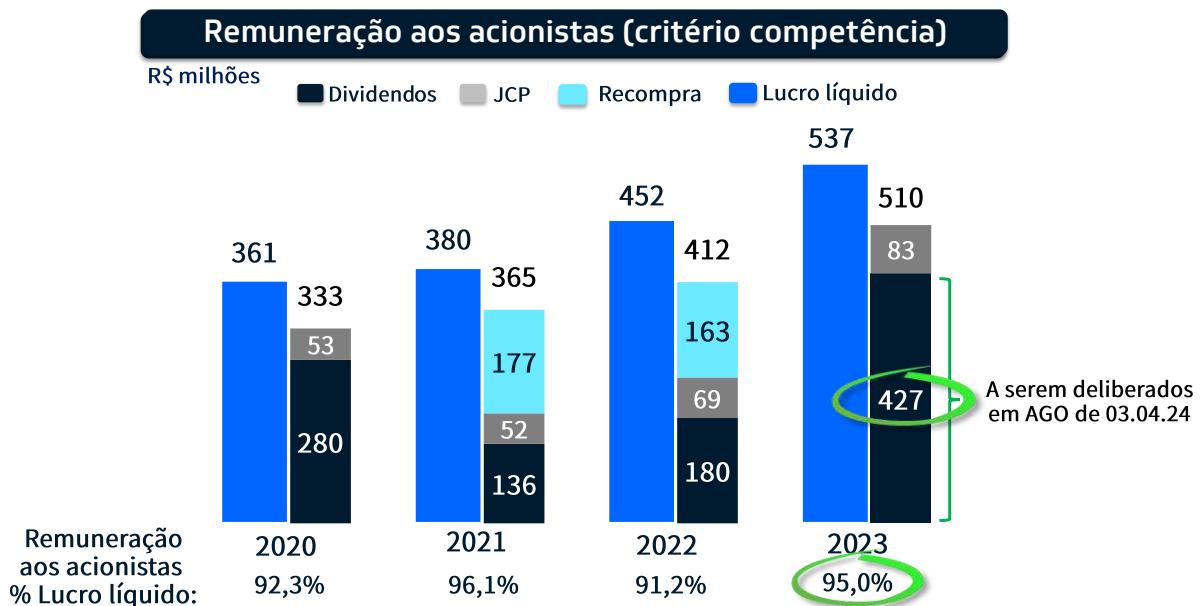
O histórico de execução dos Programas de Recompra de Ações encontra-se abaixo:

2021	Ações recompradas	Valor (R\$)	Custo médio Programa (R\$)	Custo médio total acumulado (R\$)
1º Programa (A)	10.000.000	130.595.319	13,06	13,06
2022	Ações recompradas	Valor (R\$)	Custo médio Programa (R\$)	Custo médio total acumulado (R\$)
2º Programa (B)	10.000.000	119.818.086	11,98	12,52
3º Programa (C)	9.272.800	89.681.458	9,67	11,62
Total Geral (A) + (B) + (C)	29.272.800	340.094.863		11,62

Em 05 de abril de 2023, Assembleia Anual cancelou 15.970.140 ações em Tesouraria, passando o capital total de 568.465.803 para as atuais 552.495.663 ações.

Em reunião de 28 de fevereiro de 2024, o Conselho de Administração aprovou novo Programa de Recompra de até 10 milhões de ações, representativo de 3,9% das ações em circulação no mercado, no prazo de até 18 meses, com início em 29 de fevereiro de 2024 e término em 29 de agosto de 2025, inclusive.

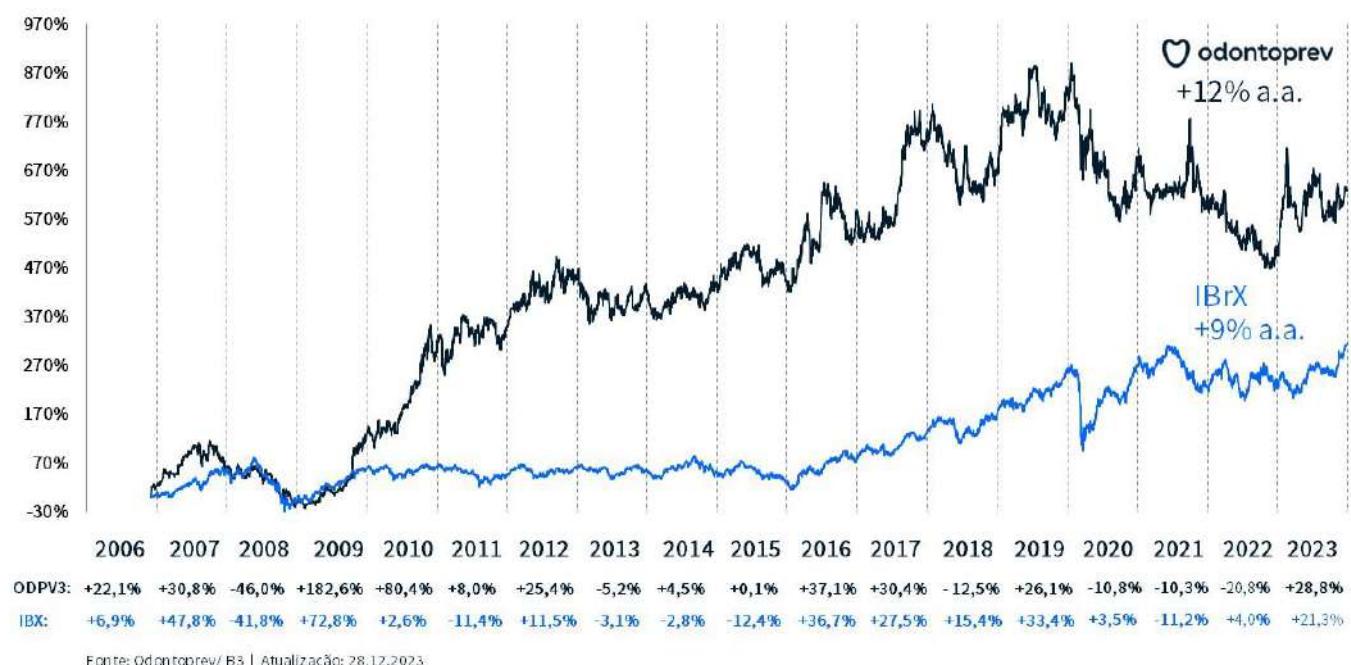
O histórico de distribuição de resultados aos acionistas registra percentual médio anual sobre o Lucro líquido de mais de 90%.



Mercado de Capitais

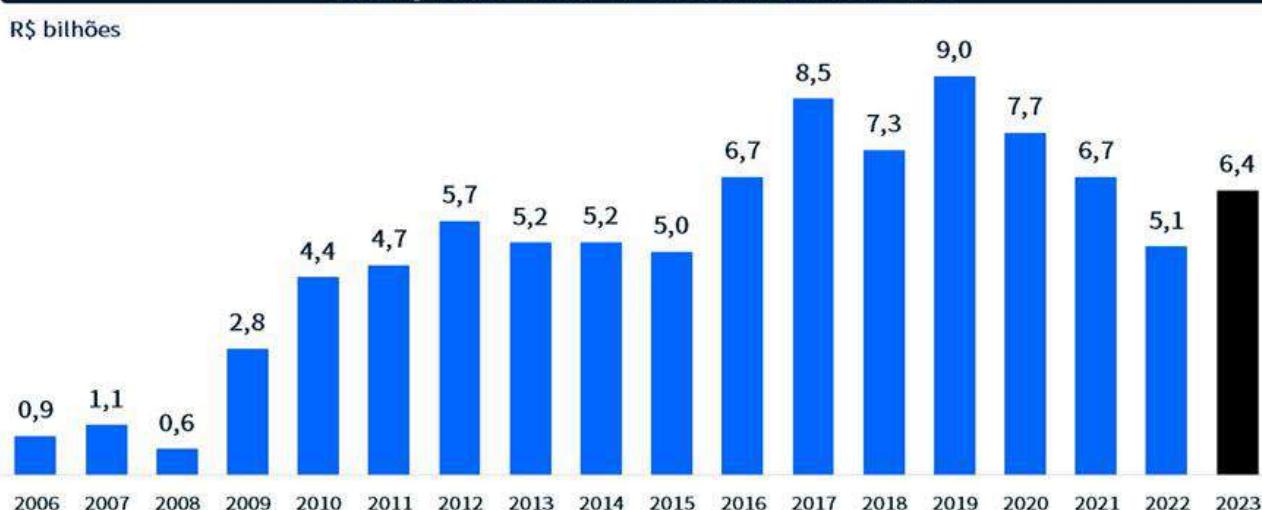
No ano, o retorno total aos acionistas acumulou 29%, em comparação a 21% do IBrX, com crescimento anual de 12% desde a abertura de capital, versus variação anual de 9% do IBrX.

Retorno total aos acionistas Odontoprev desde o IPO x IBrX



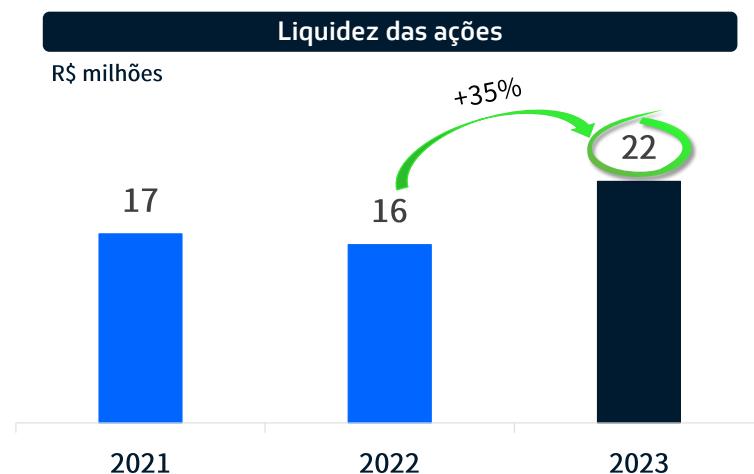
A capitalização em mercado em 2023 atingiu R\$6,4 bilhões, superior ao patamar de R\$5,1 bilhões de 2022.

Evolução do valor de mercado desde IPO



Em 2023, o volume financeiro médio diário negociado foi de R\$22 milhões, 35,2% acima de 2022. O número médio de negócios por pregão foi de 5.195, 0,2% acima do ano anterior.

Liquidez de ODPV3	2022	2023	Δ %
Volume financeiro médio diário (R\$ mil)	16.348	22.104	35,2
Número de negócios diário	5.182	5.195	0,2

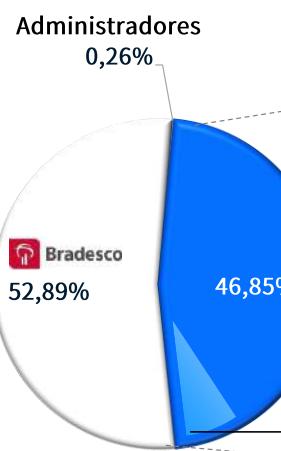


O número de investidores institucionais foi de 528 em 2023, abaixo dos 543 observados no ano anterior.

Odontoprev no Mercado de Capitais	2022	2023	Δ %
Quantidade total de Acionistas	57.415	47.685	(16,9)
Pessoas físicas	56.872	47.157	(17,1)
Investidores Institucionais	543	528	(2,8)
Capital total (mil ações)	568.466	552.496	(2,8)
Preço da ação (R\$)	9,03	11,62	28,7
Valor de mercado (R\$ milhões)	5.133	6.420	25,1

Estrutura acionária globalizada: investidores em mais de 30 países

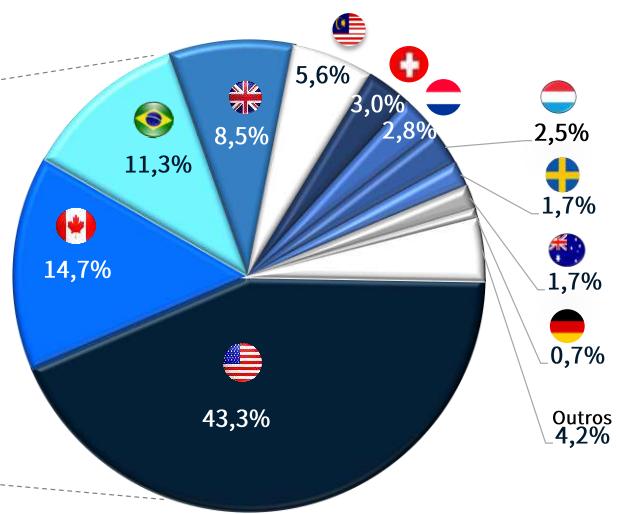
DEZ/23



Capital total

552.495.663 ações ordinárias

1832
ASSET MANAGEMENT.



Free float

258.860.067 ações ordinárias

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	9
DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	10
Demonstração de Valor Adicionado	11

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	12
Balanço Patrimonial Passivo	13
Demonstração do Resultado	15
Demonstração do Resultado Abrangente	16
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	17

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	18
DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	19
Demonstração de Valor Adicionado	20

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	21
---	----

Notas Explicativas	49
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	95
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	98
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	101
Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)	102
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	103
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	104

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidade)	Último Exercício Social 31/12/2023
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	552.495.663
Preferenciais	0
Total	552.495.663
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022
1	Ativo Total	2.113.074	1.835.495
1.01	Ativo Circulante	451.215	259.799
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	13.615	14.815
1.01.02	Aplicações Financeiras	329.646	184.123
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	180.916	104.614
1.01.02.01.04	Aplicações Livres	180.916	104.614
1.01.02.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	148.730	79.509
1.01.02.03.01	Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas	20.060	4.952
1.01.02.03.02	Aplicações Livres	128.670	74.557
1.01.03	Contas a Receber	98.921	55.093
1.01.03.01	Clientes	31.125	31.256
1.01.03.01.06	Ativos de Contratos de Seguro e Resseguro	31.125	31.256
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	67.796	23.837
1.01.03.02.01	Adiantamentos a Fornecedores e Outros	127	1.608
1.01.03.02.02	Adiantamentos a Funcionários	9.095	7.471
1.01.03.02.03	Demais Créditos a Receber	58.574	14.758
1.01.06	Tributos a Recuperar	4.794	1.610
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	4.794	1.610
1.01.06.01.01	Créditos Tributários e Previdenciários	4.794	1.610
1.01.07	Despesas Antecipadas	4.239	4.158
1.01.07.20	Outras	4.239	4.158
1.02	Ativo Não Circulante	1.661.859	1.575.696
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	696.933	659.255
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	620.125	564.293
1.02.01.03.01	Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas	173.839	191.042
1.02.01.03.03	Aplicações Livres	446.286	373.251
1.02.01.07	Tributos Diferidos	8.762	35.355
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8.762	35.355
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	68.046	59.607
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais e Fiscais	29.203	24.237
1.02.01.10.04	Outros Créditos a Receber	14.885	18.423
1.02.01.10.06	Créditos Tributários e Previdenciários (Tributos a Recuperar)	23.958	16.947
1.02.02	Investimentos	80.550	77.841
1.02.02.01	Participações Societárias	80.550	77.841
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	76.082	72.343
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	4.468	5.498
1.02.03	Imobilizado	27.633	27.554
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	15.261	14.788
1.02.03.01.01	Imobilizado de Uso Próprio	10.899	9.045
1.02.03.01.02	Outras Imobilizações	4.362	5.743
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	12.372	12.766
1.02.03.02.01	Direito de Uso (CPC 06 (R2)/IFRS 16)	12.372	12.766
1.02.04	Intangível	856.743	811.046
1.02.04.01	Intangíveis	856.743	811.046

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022
1.02.04.01.02	Ágio na Aquisição de Investimentos	654.948	654.948
1.02.04.01.03	Desenvolvimento de Sistemas, Licenças de Uso de Softwares	178.067	125.145
1.02.04.01.05	Ativos Intangíveis Alocados	23.728	30.953

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022
2	Passivo Total	2.113.074	1.835.495
2.01	Passivo Circulante	614.528	599.031
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	58.250	52.842
2.01.01.01	Obrigações Sociais	6.465	5.546
2.01.01.01.01	Encargos a Recolher	6.465	5.546
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	51.785	47.296
2.01.01.02.01	Salários, Férias e Honorários	51.785	47.296
2.01.02	Fornecedores	20.292	18.341
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	20.292	18.341
2.01.02.01.01	Comercialização sobre Operações	7.094	5.466
2.01.02.01.02	Fornecedores de Bens e Serviços	11.388	11.755
2.01.02.01.04	Contraprestações/Prêmios a Restituir	53	40
2.01.02.01.05	Passivo de Arrendamento (CPC 06 (R2)/IFRS 16)	2.716	2.059
2.01.02.01.06	Ajuste a Valor Presente (AVP) do Passivo de Arrendamento (CPC 06 (R2)/IFRS 16)	-959	-979
2.01.03	Obrigações Fiscais	20.957	32.489
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	17.824	22.861
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	4.344	8.458
2.01.03.01.02	Demais Obrigações Fiscais Federais	13.480	14.403
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	3.133	9.628
2.01.05	Outras Obrigações	239.105	178.569
2.01.05.02	Outros	239.105	178.569
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	16.731	7
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	184.761	95.913
2.01.05.02.04	Adiantamentos de Clientes	601	527
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	31.930	62.329
2.01.05.02.08	Investimentos a Pagar	5.082	15.968
2.01.05.02.09	Contraprestações Contingentes	0	3.825
2.01.06	Provisões	275.924	316.790
2.01.06.02	Outras Provisões	275.924	316.790
2.01.06.02.09	Passivos de Contratos de Seguro e Resseguro	275.924	316.790
2.02	Passivo Não Circulante	111.552	108.673
2.02.02	Outras Obrigações	51.802	56.081
2.02.02.02	Outros	51.802	56.081
2.02.02.02.03	Outras Exigibilidades	16.063	18.957
2.02.02.02.04	Honorários a Pagar	97	489
2.02.02.02.06	Investimentos a Pagar	3.563	4.751
2.02.02.02.07	Passivo de Arrendamento (CPC 06 (R2)/IFRS 16)	16.304	17.753
2.02.02.02.08	Ajuste a Valor Presente (AVP) do Passivo de Arrendamento (CPC 06 (R2)/IFRS 16)	-2.954	-3.743
2.02.02.02.09	Incentivo de Longo Prazo (ILP)	18.729	17.874
2.02.04	Provisões	59.750	52.592
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	33.884	34.037
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	598	1.455
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	1.231	1.369
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	32.055	31.213

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022
2.02.04.02	Outras Provisões	25.866	18.555
2.02.04.02.04	Parcelamentos de tributos e contribuições	0	894
2.02.04.02.05	Tributos e Encargos a Recolher	25.866	17.661
2.03	Patrimônio Líquido	1.386.994	1.127.791
2.03.01	Capital Social Realizado	851.017	851.017
2.03.02	Reservas de Capital	-35.610	-36.979
2.03.02.09	Opção de Vendas em Controladas	0	-987
2.03.02.10	Ágio/deságio em transação de capital	-35.610	-35.992
2.03.04	Reservas de Lucros	561.679	341.606
2.03.04.01	Reserva Legal	100.749	73.921
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	129	129
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	242.492	24.087
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	0	-163.046
2.03.04.10	Reserva Estatutária de Capital Regulatório	100.000	174.568
2.03.04.11	Reserva de Investimentos e Expansão	60.373	174.011
2.03.04.12	Reserva de Primeira Aplicação	57.936	57.936
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-800	-351
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	2.009	483
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	8.699	-27.985

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.058.108	1.825.386
3.01.07	Receita de seguros (PAA)	1.573.502	1.454.437
3.01.08	Receita de seguros (BBA)	484.606	370.949
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.430.696	-1.346.400
3.02.08	Despesas de seguros	-1.430.696	-1.346.400
3.03	Resultado Bruto	627.412	478.986
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	14.536	-9.348
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-47.645	-45.017
3.04.02.01	Despesas Administrativas	-45.491	-38.535
3.04.02.05	Resultado na Alienação ou Baixa de Bens do Ativo Não Circulante e Outros	-2.154	-6.482
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	82.422	36.012
3.04.04.01	Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde	81.980	35.544
3.04.04.02	Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora	442	468
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-29.542	-24.009
3.04.05.02	Provisão para Perdas sobre Créditos	32	-404
3.04.05.03	Participações no Resultado	-29.574	-23.605
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	9.301	23.666
3.06	Resultado Financeiro	76.502	35.495
3.06.01	Receitas Financeiras	119.760	85.116
3.06.02	Despesas Financeiras	-43.258	-49.621
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-42.208	-49.020
3.06.02.02	Ajuste a valor presente (AVP) do passivo de arrendamento (CPC 06 (R2)/IFRS 16)	-1.050	-601
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	718.450	505.133
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-207.056	-139.273
3.08.01	Corrente	-198.980	-165.685
3.08.02	Diferido	-8.076	26.412
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	511.394	365.860
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	511.394	365.860
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,92561	0,66169
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,92561	0,66169

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
4.01	Lucro Líquido do Período	511.394	365.860
4.02	Outros Resultados Abrangentes	9.908	-27.853
4.02.01	Ajuste Acumulado de Conversão	2.009	483
4.02.03	Outros resultados abrangentes de empresas investidas reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial	123	-614
4.02.04	Outros Resultados Abrangentes	8.576	-27.371
4.02.05	Ajustes de avaliação patrimonial de empresas investidas reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial	-800	-351
4.03	Resultado Abrangente do Período	521.302	338.007

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	390.071	687.539
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	768.317	634.599
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) Líquido do Período	511.394	365.860
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	42.636	29.781
6.01.01.03	Variações Monetárias Líquidas	-39.961	7.230
6.01.01.05	Provisões para Ações Judiciais (Contingências)	4.856	16.247
6.01.01.06	Resultado na Alienação de Ativo Não Circulante e Outros	2.154	6.482
6.01.01.07	Resultado de Equivalência Patrimonial	-9.301	-23.666
6.01.01.08	Provisão para Perdas sobre Créditos	49.072	47.477
6.01.01.11	Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social	207.056	184.416
6.01.01.13	Amortização Direito de Uso (CPC 06 (R2)/IFRS 16)	1.872	2.557
6.01.01.14	Alugueis (CPC 06 (R2)/IFRS 16)	-2.511	-2.386
6.01.01.15	Ajuste a Valor Presente (AVP) do Passivo de Arrendamento (CPC 06 (R2)/IFRS 16)	1.050	601
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-378.246	52.940
6.01.02.01	Aplicações Financeiras (Ativos Financeiros ao Valor Justo através do Resultado)	-76.302	184.689
6.01.02.03	Outras Contas a Receber, Tributos a Recuperar, Despesas Antecipadas	-45.369	11.458
6.01.02.05	Realizável a Longo Prazo (Não Circulante)	20.945	-20.635
6.01.02.06	Ativos e Passivos de Contratos de Seguro e Resseguro	-35.339	59.527
6.01.02.09	Obrigações Fiscais (Tributos a Recolher)	-10.355	-8.237
6.01.02.10	Obrigações Trabalhistas, Fornecedores, Adtos de Clientes e Outras Contas a Pagar (Débitos Diversos)	-41.276	22.597
6.01.02.11	Exigível a Longo Prazo (Passivo Não Circulante)	9.999	-43.384
6.01.02.13	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-203.096	-158.245
6.01.02.14	Obrigações Sociais (Encargos a Recolher)	919	152
6.01.02.15	Comercialização sobre Operações	1.628	5.018
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-208.380	-348.493
6.02.01	Aquisição de Imobilizado	-5.547	-6.799
6.02.02	Desenvolvimento de Sistemas e Licenças de Uso de Softwares e Outros	-87.554	-62.637
6.02.05	Baixa de Investimentos por Incorporação	0	4.483
6.02.06	Aquisição de Investimento	-18.726	-44.394
6.02.07	Dividendos recebidos de Controladas, Coligadas e Controladas em Conjunto	28.500	5.169
6.02.11	Aplicações Financeiras (Ativos Financeiros Avaliados ao Custo Amortizado)	-125.053	-244.315
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-182.891	-339.815
6.03.01	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-182.891	-169.777
6.03.02	Aquisição de Ações Próprias - em Tesouraria	0	-170.090
6.03.04	Recebimento de Outorga de Opções de Ações	0	52
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-1.200	-769
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	14.815	15.584
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	13.615	14.815

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	851.017	-200.025	504.652	0	-27.853	1.127.791
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	851.017	-200.025	504.652	0	-27.853	1.127.791
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	164.415	55.359	-509.726	0	-289.952
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-82.473	0	-82.473
5.04.08	Ágio/deságio em transação de capital	0	382	0	0	0	382
5.04.17	Dividendo complementar para o mínimo obrigatório	0	0	0	-184.761	0	-184.761
5.04.18	Dividendo adicional proposto	0	0	218.405	-242.492	0	-24.087
5.04.19	Opção de Venda em Controlada	0	987	0	0	0	987
5.04.20	Cancelamento de Ações em Tesouraria	0	163.046	-163.046	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	-25.160	536.554	37.761	549.155
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	511.394	0	511.394
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	-25.160	25.160	37.761	37.761
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	1.526	1.526
5.05.02.06	Ajustes de avaliação patrimonial de empresas investidas reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial	0	0	0	0	-449	-449
5.05.02.07	Ajuste Lucro Líquido do Período (diferença de prática contábil)	0	0	-25.160	25.160	0	0
5.05.02.08	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	35.949	35.949
5.05.02.09	Outros resultados abrangentes de empresas investidas reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial	0	0	0	0	735	735
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	26.828	-26.828	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	26.828	-26.828	0	0
5.07	Saldos Finais	851.017	-35.610	561.679	0	9.908	1.386.994

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	851.017	-251.028	515.815	0	0	1.115.804
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	57.936	0	0	57.936
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	851.017	-251.028	573.751	0	0	1.173.740
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	51.003	-185.702	-249.257	0	-383.956
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-163.046	0	0	0	-163.046
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	52	0	0	0	52
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-60.000	0	-60.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-69.257	0	-69.257
5.04.08	Ágio/deságio em transação de capital	0	-35.992	0	0	0	-35.992
5.04.09	Absorção da reserva de outorga de opções de ações	0	19.984	-19.984	0	0	0
5.04.17	Dividendo complementar para o mínimo obrigatório	0	0	0	-95.913	0	-95.913
5.04.18	Dividendo adicional proposto (destinação reserva de lucros)	0	0	24.087	-24.087	0	0
5.04.19	Opção de Venda em Controlada	0	40.200	0	0	0	40.200
5.04.20	Cancelamento de Ações em Tesouraria	0	189.805	-189.805	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	365.860	-27.853	338.007
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	365.860	0	365.860
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-27.853	-27.853
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	132	132
5.05.02.08	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-27.985	-27.985
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	116.603	-116.603	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	116.603	-116.603	0	0
5.07	Saldos Finais	851.017	-200.025	504.652	0	-27.853	1.127.791

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
7.01	Receitas	2.058.140	1.824.982
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.107.212	1.872.459
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-49.072	-47.477
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.094.323	-1.119.127
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-922.425	-901.294
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-18.238	-15.607
7.02.04	Outros	-153.660	-202.226
7.02.04.01	Outras Receitas (Despesas) Operacionais	37.164	-19.418
7.02.04.03	Despesas Administrativas	-190.824	-182.808
7.03	Valor Adicionado Bruto	963.817	705.855
7.04	Retenções	-44.508	-32.338
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-42.636	-29.781
7.04.02	Outras	-1.872	-2.557
7.04.02.01	Amortização Direito de Uso (CPC 06 (R2)/IFRS 16)	-1.872	-2.557
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	919.309	673.517
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.838.618	1.347.034
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	9.301	23.666
7.06.02	Receitas Financeiras	119.760	85.116
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.048.370	782.299
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.886.988	2.129.333
7.08.01	Pessoal	157.925	141.877
7.08.01.01	Remuneração Direta	128.083	117.283
7.08.01.02	Benefícios	23.029	19.641
7.08.01.03	F.G.T.S.	6.813	4.953
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	336.125	224.860
7.08.02.01	Federais	303.988	193.904
7.08.02.02	Estaduais	82	69
7.08.02.03	Municipais	32.055	30.887
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	42.926	49.702
7.08.03.02	Aluguéis	-332	81
7.08.03.03	Outras	43.258	49.621
7.08.03.03.01	Despesas Financeiras	43.258	49.621
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	511.394	365.860
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	82.473	69.257
7.08.04.02	Dividendos	427.253	180.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.668	116.603

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022
1	Ativo Total	2.163.973	1.872.893
1.01	Ativo Circulante	517.175	325.303
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	14.391	15.837
1.01.02	Aplicações Financeiras	357.633	215.101
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	208.903	135.592
1.01.02.01.04	Aplicações Livres	208.903	135.592
1.01.02.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	148.730	79.509
1.01.02.03.01	Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas	20.060	4.952
1.01.02.03.02	Aplicações Livres	128.670	74.557
1.01.03	Contas a Receber	119.586	75.689
1.01.03.01	Clientes	32.912	36.003
1.01.03.01.06	Ativos de Contratos de Seguro e Resseguro	32.912	36.003
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	86.674	39.686
1.01.03.02.01	Adiantamentos a Fornecedores e Outros	839	5.503
1.01.03.02.02	Adiantamentos a Funcionários	10.485	9.557
1.01.03.02.03	Demais Créditos a Receber	75.350	24.626
1.01.04	Estoques	1.423	4.767
1.01.06	Tributos a Recuperar	12.922	8.968
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	12.922	8.968
1.01.06.01.01	Créditos Tributários e Previdenciários	12.922	8.968
1.01.07	Despesas Antecipadas	5.130	4.941
1.01.07.20	Outras	5.130	4.941
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	6.090	0
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	6.090	0
1.02	Ativo Não Circulante	1.646.798	1.547.590
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	705.736	664.017
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	620.125	564.293
1.02.01.03.01	Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas	173.839	191.042
1.02.01.03.02	Aplicações livres	446.286	373.251
1.02.01.07	Tributos Diferidos	15.192	37.511
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	15.192	37.511
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	70.419	62.213
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais e Fiscais	30.481	26.559
1.02.01.10.04	Outros Créditos a Receber	15.751	18.707
1.02.01.10.06	Créditos Tributários e Previdenciários (Tributos a Recuperar)	24.187	16.947
1.02.02	Investimentos	6.350	16.197
1.02.02.01	Participações Societárias	6.350	16.197
1.02.03	Imobilizado	55.060	44.743
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	28.477	25.002
1.02.03.01.01	Imobilizado de Uso Próprio	20.799	17.890
1.02.03.01.02	Outras Imobilizações	7.678	7.112
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	26.583	19.741
1.02.03.02.01	Direito de Uso (CPC 06 (R2)/IFRS 16)	26.583	19.741
1.02.04	Intangível	879.652	822.633

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022
2	Passivo Total	2.163.973	1.872.893
2.01	Passivo Circulante	648.332	627.112
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	72.688	63.977
2.01.01.01	Obrigações Sociais	9.163	7.538
2.01.01.01.01	Encargos a Recolher	9.163	7.538
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	63.525	56.439
2.01.01.02.01	Salários, Férias e Honorários	63.525	56.439
2.01.02	Fornecedores	29.289	26.955
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	29.289	26.955
2.01.02.01.01	Comercialização sobre Operações	7.115	5.487
2.01.02.01.02	Fornecedores de Bens e Serviços	16.475	19.102
2.01.02.01.04	Contraprestações/Prêmios a Restituir	53	40
2.01.02.01.05	Passivo de Arrendamento (CPC 06 (R2)/IFRS 16)	7.905	3.659
2.01.02.01.06	Ajuste a Valor Presente (AVP) do Passivo de Arrendamento (CPC 06 (R2)/IFRS 16)	-2.259	-1.333
2.01.03	Obrigações Fiscais	25.570	35.792
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	21.719	25.869
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	4.590	8.944
2.01.03.01.02	Demais Obrigações Fiscais Federais	17.129	16.925
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	148	105
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	3.703	9.818
2.01.05	Outras Obrigações	243.224	182.189
2.01.05.02	Outros	243.224	182.189
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	16.813	7
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	184.761	95.913
2.01.05.02.04	Adiantamentos de Clientes	826	634
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	35.616	65.842
2.01.05.02.08	Investimentos a Pagar	5.208	15.968
2.01.05.02.09	Contraprestações Contingentes	0	3.825
2.01.06	Provisões	277.561	318.199
2.01.06.02	Outras Provisões	277.561	318.199
2.01.06.02.09	Passivos de Contratos de Seguro e Resseguro	277.561	318.199
2.02	Passivo Não Circulante	127.967	116.631
2.02.02	Outras Obrigações	64.760	62.672
2.02.02.02	Outros	64.760	62.672
2.02.02.02.03	Outras Exigibilidades	16.683	18.957
2.02.02.02.04	Honorários a Pagar	97	489
2.02.02.02.05	Opção de Venda em Controlada	0	987
2.02.02.02.06	Investimentos a Pagar	4.063	4.759
2.02.02.02.07	Passivo de Arrendamento (CPC 06 (R2)/IFRS 16)	28.481	22.679
2.02.02.02.08	Ajuste a Valor Presente (AVP) do Passivo de Arrendamento (CPC 06 (R2)/IFRS 16)	-4.832	-4.584
2.02.02.02.09	Incentivo de Longo Prazo (ILP)	20.268	19.385
2.02.04	Provisões	63.207	53.959
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	36.966	35.404
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	1.917	2.613

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	2.993	1.578
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	32.056	31.213
2.02.04.02	Outras Provisões	26.241	18.555
2.02.04.02.04	Parcelamentos de Tributos e Contribuições	375	894
2.02.04.02.05	Tributos e Encargos A Recolher	25.866	17.661
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.387.674	1.129.150
2.03.01	Capital Social Realizado	851.017	851.017
2.03.02	Reservas de Capital	-35.610	-36.979
2.03.02.09	Outras Reservas de Capital	0	-987
2.03.02.10	Ágio/deságio em transação de capital	-35.610	-35.992
2.03.04	Reservas de Lucros	561.679	341.606
2.03.04.01	Reserva Legal	100.749	73.921
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	129	129
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	242.492	24.087
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	0	-163.046
2.03.04.10	Reserva Estatutária de Capital Regulatório	100.000	174.568
2.03.04.11	Reserva de Investimentos e Expansão	60.373	174.011
2.03.04.12	Reserva de Primeira Aplicação	57.936	57.936
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-800	-351
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	2.009	483
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	8.699	-27.985
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	680	1.359

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.118.667	1.854.392
3.01.02	Vendas de Bens e Serviços	51.555	21.892
3.01.05	Impostos sobre Vendas de Bens e Seviços	-16.582	-14.813
3.01.07	Receita de seguros (PAA)	1.599.088	1.476.364
3.01.08	Receita de seguros (BBA)	484.606	370.949
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.463.937	-1.353.346
3.02.08	Despesas de seguros	-1.463.937	-1.353.346
3.03	Resultado Bruto	654.730	501.046
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-8.679	-21.426
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-62.102	-36.781
3.04.02.01	Despesas Administrativas	-55.441	-27.580
3.04.02.02	Amortização do Direito de Uso (CPC 06 (R2)/IFRS 16)	-4.726	-2.071
3.04.02.03	Alugueis	-2.140	-3.129
3.04.02.04	Alugueis (CPC 06 (R2)/IFRS 16)	2.186	2.641
3.04.02.05	Resultado na Alienação ou Baixa de Bens do Ativo Não Circulante e Outros	-1.981	-6.642
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	85.672	37.206
3.04.04.01	Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde	84.241	36.738
3.04.04.02	Receitas de Assistência à Saúde não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora	1.431	468
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-36.399	-27.980
3.04.05.02	Provisão para Perdas sobre Créditos	-896	-878
3.04.05.03	Participações no Resultado	-34.294	-26.106
3.04.05.04	Programa de Incentivo de Longo Prazo (ILP)	-1.209	-996
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	4.150	6.129
3.06	Resultado Financeiro	78.341	37.674
3.06.01	Receitas Financeiras	126.192	88.843
3.06.01.01	Receitas Financeiras	126.192	88.843
3.06.02	Despesas Financeiras	-47.851	-51.169
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-45.005	-49.847
3.06.02.02	Ajuste a valor presente (AVP) do passivo de arrendamento (CPC 06 (R2)/IFRS 16)	-2.846	-1.322
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	724.392	517.294
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-212.802	-151.045
3.08.01	Corrente	-208.221	-176.014
3.08.02	Diferido	-4.581	24.969
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	511.590	366.249
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	511.590	366.249
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	511.394	365.860
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	196	389
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,92561	0,66169
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,92561	0,66169

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	511.590	366.249
4.02	Outros Resultados Abrangentes	9.908	-27.853
4.02.01	Ajuste Acumulado de Conversão	2.133	483
4.02.02	Outros	-924	-351
4.02.03	Outros resultados abrangentes de empresas investidas reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial	123	-614
4.02.04	Outros Resultados Abrangentes	8.576	-27.371
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	521.498	338.396
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	521.302	338.007
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	196	389

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	414.558	694.581
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	788.843	622.445
6.01.01.01	Lucro (Prejuizo) Líquido do Período	511.590	366.249
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	49.226	32.395
6.01.01.03	Variações Monetárias Líquidas	-39.862	7.318
6.01.01.05	Provisões para Ações Judiciais (Contingências)	2.096	16.439
6.01.01.06	Resultado na Alienação de Ativo não Circulante e Outros	1.981	6.642
6.01.01.07	Resultado de Equivalência Patrimonial	-4.150	-6.129
6.01.01.08	Provisão para Perdas sobre Créditos	50.000	47.951
6.01.01.11	Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social	212.802	151.045
6.01.01.13	Amortização Direito de Uso (CPC 06 (R2)/IFRS 16)	6.598	4.628
6.01.01.14	Alugueis (CPC 06 (R2)/IFRS 16)	-4.697	-5.027
6.01.01.15	Ajuste a Valor Presente (AVP) do Passivo de Arrendamento (CPC 06 (R2)/IFRS 16)	2.846	1.322
6.01.01.16	Receita a Apropriar (CPC 47/IFRS 15)	413	-388
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-374.285	72.136
6.01.02.01	Aplicações Financeiras (Ativos Financeiros ao Valor Justo através do Resultado)	-73.311	179.548
6.01.02.03	Outras Contas a Receber, Tributos a Recuperar e Despesas Antecipadas	-55.204	686
6.01.02.04	Estoques	3.344	-346
6.01.02.05	Realizável a Longo Prazo (Não Circulante)	21.023	-6.548
6.01.02.06	Ativos e Passivos de Contratos de Seguro e Resseguro	-33.079	104.777
6.01.02.09	Obrigações Fiscais (Tributos a Recolher)	-8.805	-8.652
6.01.02.10	Obrigações Trabalhistas, Fornecedores, Adtos de Clientes e Outras Contas a Pagar (Débitos Diversos)	-41.608	23.182
6.01.02.11	Exigível a Longo Prazo (Passivo Não Circulante)	23.458	-56.996
6.01.02.13	Imposto de Renda e Contibuição Social Pagos	-213.356	-168.537
6.01.02.14	Obrigações Sociais (Encargos a Recolher)	1.625	-282
6.01.02.15	Comercialização Sobre Operações	1.628	5.304
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-233.113	-355.351
6.02.01	Aquisições de Imobilizado	-7.595	-8.396
6.02.02	Desenvolvimento de Sistemas e Licenças de Uso de Softwares e Outros	-87.658	-62.990
6.02.06	Aquisição de Investimento	-21.307	-44.819
6.02.07	Dividendos Recebidos de Controladas, Coligadas e Controladas em Conjunto	8.500	5.169
6.02.11	Aplicações Financeiras (Ativos Financeiros Avaliados ao Custo Amortizado)	-125.053	-244.315
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-182.891	-339.815
6.03.01	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-182.891	-169.777
6.03.02	Aquisição de Ações Próprias - em Tesouraria	0	-170.090
6.03.04	Recebimento de Outorga de Opções de Ações	0	52
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-1.446	-585
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	15.837	16.422
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	14.391	15.837

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	851.017	-200.025	504.652	0	-27.853	1.127.791	1.359	1.129.150
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	851.017	-200.025	504.652	0	-27.853	1.127.791	1.359	1.129.150
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	164.415	55.359	-509.726	0	-289.952	0	-289.952
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-82.473	0	-82.473	0	-82.473
5.04.08	Ágio/deságio em transação de capital	0	382	0	0	0	382	0	382
5.04.17	Dividendo complementar para o mínimo obrigatório	0	0	0	-184.761	0	-184.761	0	-184.761
5.04.18	Dividendo adicional proposto	0	0	218.405	-242.492	0	-24.087	0	-24.087
5.04.19	Opção de Venda em Controlada	0	987	0	0	0	987	0	987
5.04.20	Cancelamento de Ações em Tesouraria	0	163.046	-163.046	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	-25.160	536.554	37.761	549.155	-679	548.476
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	511.394	0	511.394	196	511.590
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	-25.160	25.160	37.761	37.761	-875	36.886
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	1.526	1.526	0	1.526
5.05.02.06	Ganho e perdas de variação de participação acionária	0	0	0	0	-449	-449	0	-449
5.05.02.07	Ajuste Lucro Líquido do Período (diferença de prática contábil)	0	0	-25.160	25.160	0	0	0	0
5.05.02.08	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	35.949	35.949	-875	35.074
5.05.02.09	Outros resultados abrangentes de empresas investidas reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial	0	0	0	0	735	735	0	735
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	26.828	-26.828	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	26.828	-26.828	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	851.017	-35.610	561.679	0	9.908	1.386.994	680	1.387.674

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	851.017	-251.028	515.815	0	0	1.115.804	5.445	1.121.249
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	57.936	0	0	57.936	0	57.936
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	851.017	-251.028	573.751	0	0	1.173.740	5.445	1.179.185
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	51.003	-185.702	-249.257	0	-383.956	0	-383.956
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-163.046	0	0	0	-163.046	0	-163.046
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	52	0	0	0	52	0	52
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-60.000	0	-60.000	0	-60.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-69.257	0	-69.257	0	-69.257
5.04.08	Ágio/deságio em transação de capital	0	-35.992	0	0	0	-35.992	0	-35.992
5.04.09	Absorção da reserva de outorga de opções de ações	0	19.984	-19.984	0	0	0	0	0
5.04.17	Dividendo complementar para o mínimo obrigatório	0	0	0	-95.913	0	-95.913	0	-95.913
5.04.18	Dividendo adicional proposto (destinação reserva de lucros)	0	0	24.087	-24.087	0	0	0	0
5.04.19	Opção de Venda em Controlada	0	40.200	0	0	0	40.200	0	40.200
5.04.20	Cancelamento de Ações em Tesouraria	0	189.805	-189.805	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	365.860	-27.853	338.007	-4.086	333.921
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	365.860	0	365.860	389	366.249
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-27.853	-27.853	-4.475	-32.328
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	132	132	-4.475	-4.343
5.05.02.08	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-27.985	-27.985	0	-27.985
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	116.603	-116.603	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	116.603	-116.603	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	851.017	-200.025	504.652	0	-27.853	1.127.791	1.359	1.129.150

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
7.01	Receitas	2.134.353	1.868.327
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.132.798	1.894.386
7.01.02	Outras Receitas	51.555	21.892
7.01.02.02	Vendas de Bens e Serviços	51.555	21.892
7.01.04	Provisão/Reversão de Crêds. Liquidação Duvidosa	-50.000	-47.951
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.046.368	-1.054.064
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-915.832	-895.829
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-19.644	-9.487
7.02.04	Outros	-110.892	-148.748
7.02.04.01	Outras Receitas (Despesas) Operacionais	52.027	-21.188
7.02.04.03	Despesas Administrativas	-162.919	-127.560
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.087.985	814.263
7.04	Retenções	-55.824	-37.023
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-49.226	-32.395
7.04.02	Outras	-6.598	-4.628
7.04.02.01	Amortização Direito de Uso (CPC 06 (R2)/IFRS 16)	-6.598	-4.628
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.032.161	777.240
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	2.064.322	1.554.480
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	4.150	6.129
7.06.02	Receitas Financeiras	126.192	88.843
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.162.503	872.212
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	3.226.825	2.426.692
7.08.01	Pessoal	232.681	193.922
7.08.01.01	Remuneração Direta	186.111	157.267
7.08.01.02	Benefícios	35.978	28.816
7.08.01.03	F.G.T.S.	10.592	7.839
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	370.759	260.303
7.08.02.01	Federais	331.378	222.786
7.08.02.02	Estaduais	2.111	2.488
7.08.02.03	Municipais	37.270	35.029
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	47.473	51.738
7.08.03.02	Aluguéis	-378	569
7.08.03.03	Outras	47.851	51.169
7.08.03.03.01	Despesas Financeiras	47.851	51.169
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	511.590	366.249
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	82.473	69.257
7.08.04.02	Dividendos	427.253	180.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.668	116.603
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	196	389

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Senhores Acionistas,

A Administração da Odontoprev S.A. (Odontoprev ou Companhia) submete as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Visão Geral da Companhia e Mercado de Atuação

A Odontoprev tem por objeto social a operação de planos privados de assistência odontológica.

Fundada em 1987, a Odontoprev é líder no setor desde os anos noventa, atendendo mais de 8,6 milhões de brasileiros, que contam com diferenciadas soluções de saúde bucal em plataforma tecnológica proprietária exclusiva, reconhecida internacionalmente. A Companhia dispõe de rede credenciada com cerca de 27 mil cirurgiões-dentistas, em aproximadamente 2.500 cidades, em todo o país.

Desempenho Financeiro

Em 2023, a receita líquida cresceu 9,2% atingindo R\$2.143 milhões (R\$2.119 milhões em IFRS17), com tíquete médio de R\$21 por beneficiário/mês e 8.617.893 beneficiários, adição líquida de 300 mil novas vidas no ano. A carteira foi composta por clientes corporativos em 71%, com os restantes 29% em planos para pequenas e médias empresas (PME) e individuais.

O custo de serviços representou 39,6% da receita no exercício, versus 40,2% em 2022. As despesas de comercialização e administrativas foram de 25,7% da receita, versus 26,2% no ano anterior.

A geração de caixa operacional, medida pelo critério EBITDA ajustado, atingiu R\$647 milhões em 2023, com margem de 30,2%.

O lucro líquido foi de R\$537 milhões (R\$511 milhões em IFRS17), 18,7% maior que 2022, tendo a Companhia encerrado 2023 com caixa líquido de R\$992 milhões, e dívida zero.

O conjunto dos resultados mostra posicionamento estratégico único da Odontoprev, com atuação especializada para cada segmento de cliente, otimizando a captura de oportunidades de expansão e geração de valor.

Distribuição de dividendos

De acordo com o Estatuto Social são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 50% calculados sobre o lucro líquido anual passível de distribuição. A Companhia propõe dividendos de R\$427 milhões a serem deliberados na Assembleia Geral de 03 de abril de 2024.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Mercado de Capitais

Em 2023 a Odontoprev completou 17 anos de sua oferta pública inicial no Novo Mercado da B3, tendo atingido, ao final do exercício, valor de mercado de R\$6,4 bilhões. O retorno total aos acionistas desde o IPO acumula 12% ao ano, versus 9% ao ano do IBX-100.

Desde 2020 a Odontoprev integra a carteira do Bloomberg GEI, índice global de empresas abertas comprometidas em apoiar a igualdade de gênero por meio do desenvolvimento de políticas, representação e transparência. A Companhia também foi incluída no IDIVERSA, índice da B3 criado em 2023, que mede o desempenho das ações das empresas listadas que se destacam no critério de diversidade, baseado no Score de Diversidade, desenvolvido pela B3.

Governança Corporativa

A Companhia é participante do Novo Mercado, listagem de mais alto padrão de Governança Corporativa da B3. Em adição às características do segmento, a Odontoprev apresenta práticas diferenciadas, como o Presidente do Conselho de Administração distinto do Diretor Presidente, Conselho de Administração sem função executiva e elevado percentual de distribuição de dividendos.

Declaração da Diretoria Estatutária

Em observância às disposições constantes em instruções CVM, a Diretoria Estatutária da Odontoprev declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, autorizando a sua divulgação.

Relacionamento com Auditores Independentes

A KPMG Auditores Independentes é contratada pela Companhia para serviços de auditoria externa das demonstrações financeiras e, para efeito da Instrução Normativa CVM 381/03, foi contratada em 2023 para outros serviços (revisão ECF, prova de solvência dinâmica, auditoria das reservas técnicas, Lei do Bem e revisão do Programa de Alimentação) com honorários que totalizaram R\$528 mil, ou 26% do valor dos honorários de auditoria das demonstrações financeiras. Os auditores entendem que os serviços adicionais mencionados não configuram perda de independência com o trabalho de auditoria das demonstrações financeiras. Serviços não relacionados à auditoria externa são submetidos, previamente, à autorização do Comitê de Auditoria.

Barueri, 28 de fevereiro de 2024.

A Diretoria

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

São Paulo, 28 de fevereiro de 2024

A Odontoprev (B3: ODPV3 BZ), maior operadora de planos odontológicos do Brasil, anuncia hoje os resultados consolidados do quarto trimestre de 2023 (4T23).

As informações constantes nas Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP), divulgado para a CVM/B3, incluem as normas IFRS 17, CPC 50 – Contratos de Seguros e a IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros também foram aplicadas.

Os comentários de desempenho mantêm a comparabilidade dos dados das séries históricas, desde 2006, e não se baseiam no IFRS 17.

Abaixo encontram-se tabelas de conciliação dos demonstrativos financeiros (Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício e o Fluxo de Caixa) 4T23 para o IFRS 17 e cálculo da solvência.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Balanço patrimonial

(em milhares de reais)

ATIVO	Consolidado		
	Saldo em 31 de dezembro de 2023	Efeitos (CPC 50/IFRS 17)	Saldo em 31 de dezembro de 2023
Circulante			
Disponível (caixa e equivalentes de caixa)	605.743	(88.568)	517.175
Aplicações Financeiras	14.391	-	14.391
Contas a Receber	357.633	-	357.633
Contraprestações Pecuniárias/Prêmios a Receber	173.527	(53.941)	119.586
Provisão para Perdas sobre Créditos	87.581	(87.581)	-
Participação de Beneficiários em Eventos/Sinistros Indenizáveis	(23.557)	23.557	-
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde	1.404	(1.404)	-
Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	9.145	(9.145)	-
Ativos de Contratos de Seguro e Resseguro	19.804	(19.804)	-
Outras Contas a Receber	-	32.912	32.912
Estoque	79.150	7.524	86.674
Tributos a Recuperar	1.423	-	1.423
Despesas Antecipadas	12.922	-	12.922
Outros Ativos Circulantes	39.757	(34.627)	5.130
Não circulante	6.090	-	6.090
Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	1.631.526	15.272	1.646.798
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	620.125	-	620.125
Outros Ativos Não Circulantes	-	15.192	15.192
Investimentos (participações societárias pelo método de equivalência patrimonial)	70.419	-	70.419
Imobilizado	6.270	80	6.350
Intangível	55.060	-	55.060
TOTAL DO ATIVO	2.237.269	(73.296)	2.163.973
PASSIVO	Consolidado		
	Saldo em 31 de dezembro de 2023	Efeitos (CPC 50/IFRS 17)	Saldo em 31 de dezembro de 2023
Circulante			
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	669.792	(21.460)	648.332
Passivos de Contratos de Seguro e Resseguro	303.112	(303.112)	-
Débitos de operações de assistência à saúde	-	277.561	277.561
Tributos e encargos a recolher	8.450	(1.282)	7.168
Débitos diversos	34.733	-	34.733
Não circulante	323.497	5.373	328.870
Provisões para ações judiciais (contingências)	135.586	(7.619)	127.967
Tributos e encargos sociais a recolher	36.966	-	36.966
Débitos diversos	33.860	(7.619)	26.241
Patrimônio líquido	64.760	-	64.760
Capital Social Realizado	1.431.891	(44.217)	1.387.674
Reservas de Capital	1.093.509	-	1.093.509
Reserva Legal	(35.610)	-	(35.610)
Reserva de Incentivos Fiscais	100.749	-	100.749
Reserva Estatutária de Investimentos e Expansão	129	-	129
Reserva de Primeira Aplicação	271.844	(111.471)	160.373
Lucro e prejuízos acumulados	-	57.936	57.936
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-
Ajustes Acumulados de Conversão	(800)	-	(800)
Outros Resultados Abrangentes	1.390	619	2.009
Participação dos Acionistas Não Controladores	-	8.699	8.699
TOTAL DO PASSIVO	680	-	680
	2.237.269	(73.296)	2.163.973

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Demonstração do resultado

(em milhares de reais)

	Saldo em 31 de dezembro de 2023	Efeitos (CPC 50/IFRS 17)	Consolidado Saldo em 31 de dezembro de 2023
Contraprestações Líquidas/Prêmios Retidos	2.139.720	(2.139.720)	-
Receita de seguros (PAA)	-	1.599.088	1.599.088
Receita de seguros (BBA)	-	484.606	484.606
RECEITAS DE SEGUROS E RESSEGUROS	2.139.720	(56.026)	2.083.694
Eventos indenizáveis líquidos/sinistros retidos	(719.536)	719.536	-
Variação da Provisão de Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados (PEONA)	22.026	(22.026)	-
Despesas de comercialização	(220.648)	220.648	-
Tributos Diretos de Operações com Planos de Assistência à Saúde da Operadora	(97.346)	97.346	-
Materiais Odontológicos	(15.834)	15.834	-
Demais Custos Operacionais	(50.641)	50.641	-
Despesas com seguros	-	(1.463.937)	(1.463.937)
DESPESAS DE SEGUROS E RESSEGUROS	(1.081.979)	(381.958)	(1.463.937)
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS	1.057.741	(437.984)	619.757
Vendas de Bens e Serviços	51.555	-	51.555
Impostos sobre Vendas de Bens e Serviços	(16.582)	-	(16.582)
Provisão para Perdas sobre Créditos	(50.000)	49.104	(896)
Outras receitas (despesas) operacionais	46.867	38.805	85.672
RESULTADO BRUTO	1.089.581	(350.075)	739.506
Despesas administrativas	(386.806)	324.704	(62.102)
Programa de incentivo de longo prazo (ILP)	(20.878)	19.669	(1.209)
Participações no resultado	(34.294)	-	(34.294)
Resultado financeiro líquido	111.894	(33.553)	78.341
Receitas financeiras	126.192	-	126.192
Despesas financeiras	(14.298)	(33.553)	(47.851)
Despesas financeiras	(14.298)	(33.553)	(47.851)
Resultado de equivalência patrimonial	3.142	1.008	4.150
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	762.639	(38.247)	724.392
Imposto de renda e contribuição social	(225.889)	13.087	(212.802)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	536.750	(25.160)	511.590
Atribuível a:			
Acionistas da Companhia	536.554	(25.160)	511.394
Participação dos não controladores	196	-	196
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	536.750	(25.160)	511.590

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Demonstração do Fluxo de Caixa

(em milhares de reais)

	Saldo em 31 de dezembro de 2023	Efeitos (CPC 50/IFRS 17)	Consolidado Saldo em 31 de dezembro de 2023
Caixa Líquido Atividades Operacionais	414.558	-	414.558
Caixa Gerado nas Operações	713.902	74.941	788.843
Lucro (Prejuízo) Líquido do Período	536.750	(25.160)	511.590
Depreciações e Amortizações	49.226	-	49.226
Variações Monetárias Líquidas	(39.862)	-	(39.862)
Provisões para Ações Judiciais (Contingências)	2.096	-	2.096
Resultado na Alienação de Ativo Não Circulante e Outros	1.981	-	1.981
Resultado de Equivalência Patrimonial	(3.142)	(1.008)	(4.150)
Provisão para Perdas Sobre Créditos	50.000	-	50.000
Variação da Provisão de Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados (PEONA)	(22.026)	22.026	-
Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social	225.889	(13.087)	212.802
Provisão de Prêmios/Contraprestações Não Ganhas (PPCNG)	(92.978)	92.978	-
Amortização do Direito de Uso (CPC 06 (R2)/IFRS 16)	6.598	-	6.598
Aluguéis (CPC 06 (R2)/IFRS 16)	(4.697)	-	(4.697)
Ajuste a valor presente (AVP) do passivo de arrendamento (CPC 06 (R2)/IFRS 16)	2.846	-	2.846
Receita a apropriar (CPC 47/IFRS 15)	413	-	413
Variação reservas técnicas de sinistros	808	(808)	-
Variações nos Ativos e Passivos	(299.344)	(74.941)	(374.285)
Aplicações Financeiras (Ativos Financeiros ao Valor Justo através do Resultado)	(73.311)	-	(73.311)
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde (Clientes)	30.190	(30.190)	-
Outras Contas a Receber, Tributos a Recuperar, Despesas Antecipadas e Outros Ativos Circulantes	(47.276)	(7.928)	(55.204)
Estoques	3.344	-	3.344
Realizável a Longo Prazo (Não Circulante)	21.023	-	21.023
Ativos e Passivos de Contratos de Seguro e Resseguro	-	(33.079)	(33.079)
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para Outros Prestadores de Serviços Assistenciais (PESL)	6.942	(6.942)	-
Obrigações fiscais (tributos a recolher)	(8.805)	-	(8.805)
Obrigações Trabalhistas, Fornecedores, Adto. de Clientes e Outras Contas a Pagar (Débitos Diversos)	(47.931)	6.323	(41.608)
Exigível a Longo Prazo (Passivo Não Circulante)	23.458	-	23.458
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(213.411)	55	(213.356)
Obrigações Sociais (Encargos a Recolher)	1.625	-	1.625
Comercialização sobre Operações	2.031	(403)	1.628
Outras Provisões Técnicas (OUTRAS)	2.777	(2.777)	-
Caixa Líquido Atividades Investimento	(233.113)	-	(233.113)
Aquisições de Imobilizado	(7.595)	-	(7.595)
Desenvolvimento de Sistemas e Licenças de Uso de Softwares	(87.658)	-	(87.658)
Aquisição de investimento	(21.307)	-	(21.307)
Dividendos recebidos de Controladas e Controladas em Conjunto	8.500	-	8.500
Aplicações Financeiras (Ativos Financeiros Avaliados ao Custo Amortizado)	(125.053)	-	(125.053)
Caixa Líquido Atividades Financiamento	(182.891)	-	(182.891)
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos	(182.891)	-	(182.891)
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	(1.446)	-	(1.446)
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	15.837	-	15.837
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	14.391	-	14.391

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A ANS estabelece as regras para constituição de provisões técnicas e critérios de manutenção de patrimônio líquido mínimo de acordo com a RN 569/2022. Até 2022, a apuração do capital regulatório deveria considerar o maior entre os seguintes valores: (i) o capital base; (ii) a margem de solvência de 75% fixo; e (iii) capital baseado em riscos.

A partir de 2023, a apuração do capital regulatório deverá considerar o maior entre (i) e (iii).

O modelo de capital regulatório baseado em riscos leva em consideração cinco categorias de riscos, sendo elas:

- (a) O risco de subscrição é a medida de incerteza relacionada a uma situação econômica adversa que contraria as expectativas da operadora no momento da elaboração de sua política de subscrição quanto às incertezas existentes na estimativa das provisões técnicas e relativas à precificação.
- (b) O risco de crédito é a medida de incerteza relacionada à probabilidade da contraparte de uma operação, ou de um emissor de dívida, não honrar, total ou parcialmente, seus compromissos financeiros, ou de ter alterada sua classificação de risco de crédito.
- (c) O risco operacional é a medida de incerteza que compreende os riscos relacionados aos procedimentos internos (perda resultante de inadequações ou falhas em processos internos, pessoas e sistemas).
- (d) O risco legal é a medida de incerteza relacionada a falta de um completo embasamento legal; é o risco de não cumprimento de leis, regras, regulamentações, acordos, práticas vigentes ou padrões éticos aplicáveis, considerando, inclusive o risco de que a natureza do produto/serviço prestado possa tornar a operadora particularmente vulnerável a litígios.
- (e) O risco de mercado é a medida de incerteza relacionada à exposição a perdas decorrentes da volatilidade dos preços de ativos, tais como cotações de ações, taxas de juros, taxas cambiais preços de commodities e preços de imóveis.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Para efeito de comparabilidade a Sobra de Solvência passou de R\$28 milhões em 31 de dezembro de 2022 para R\$213 milhões em 31 de dezembro de 2023, após contabilização de R\$185 milhões em dividendos mínimos obrigatórios (que somados aos R\$83 milhões de JCP em 2023 já deliberados compõem o mínimo obrigatório de 50% conforme Estatuto Social).

(em milhares de reais)	Companhia: cálculo de PMA, PLA, MS e CBR	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Capital de referência	11.227	10.883
(x) Fator K ¹	3,23%	3,23%
Patrimônio mínimo ajustado (PMA)	363	352
Patrimônio líquido contábil	1.431.211	1.184.159
Participações societárias em entidades reguladas	(4.388)	(7.161)
Despesas de comercialização diferidas	(34.627)	(34.418)
Despesas antecipadas	(4.239)	(4.158)
Intangível	(856.743)	(811.046)
Goodwill das participações indiretas	(14.532)	(6.662)
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	516.682	320.714
MS exigida (R\$)	n/a	292.544
Suficiência exigida (PLA ANS - MS exigida) - até 2022	n/a	28.170
Capital baseado em risco (CBR)²	303.470	232.286
Suficiência exigida (PLA ANS - CBR) - à partir de 2023	213.212	88.428

¹Fator K corresponde a classificação: odontologia em grupo, segmento terciário e região 1 conforme anexo RN 526/2022

²CBR: 31 de março de 2023 (RN 569) = risco de subscrição (CRS) + crédito (CRC) + operacional e legal (CRO) + mercado (CRM);

31 de dezembro de 2022 (RN 526) = risco de subscrição (CRS) + crédito (CRC) + operacional e legal (CRO).

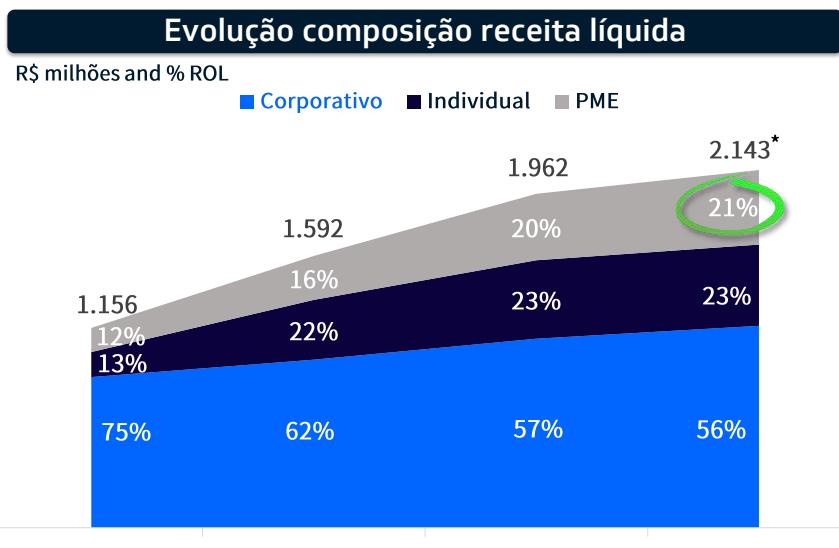
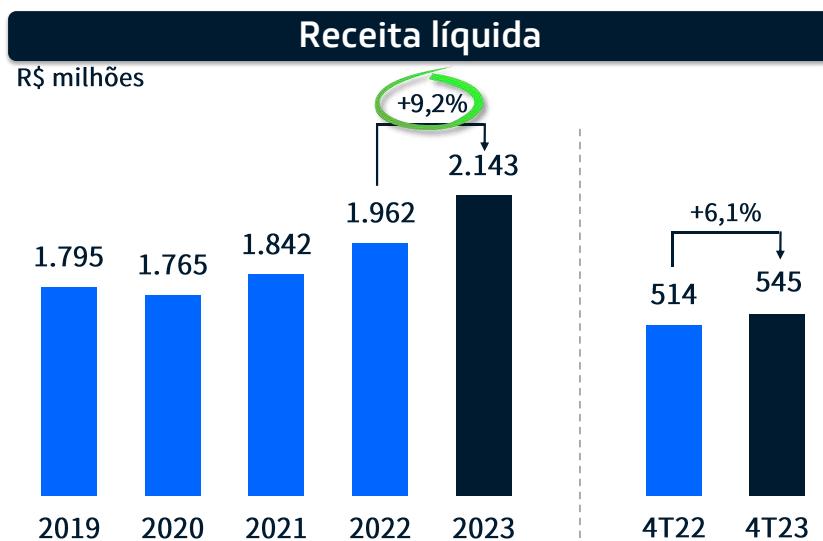
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Desempenho operacional e financeiro

Receita operacional líquida (ROL)

	Receita operacional líquida (ROL)								Δ%	
	4T23		4T22		Δ%	2023		2022		
	R\$mil	% ROL	R\$mil	% ROL		R\$mil	% ROL	R\$mil	% ROL	
(+) Contraprestações líquidas	551.223	101,1	529.648	103,1	4,1	2.171.058	101,3	2.026.760	103,3	7,1
(+) Receita de vendas de bens e serviços	14.131	2,6	5.477	1,1	158,0	51.555	2,4	21.892	1,1	135,5
(+) Odontored (México)	7.755	1,4	4.830	0,9	60,6	34.010	1,6	18.679	1,0	82,1
Receita operacional bruta (ROB)	573.109	105,1	539.955	105,1	6,1	2.256.622	105,3	2.067.331	105,4	9,2
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde	23.810	4,4	22.709	4,4	4,8	97.346	4,5	90.833	4,6	7,2
(-) Impostos sobre vendas de bens e serviços	4.092	0,8	3.513	0,7	16,5	16.582	0,8	14.813	0,8	11,9
Receita operacional líquida (ROL)	545.207	100,0	513.733	100,0	6,1	2.142.695	100,0	1.961.685	100,0	9,2

Em 2023, a receita líquida consolidada cresceu 9,2%: (i) +7,0% decorrente de Contraprestações líquidas, (ii) +1,3% relativo ao crescimento inorgânico via Papaabaia, na linha de Receita de vendas de bens e serviços e (iii) +0,8% de receitas da operação México.



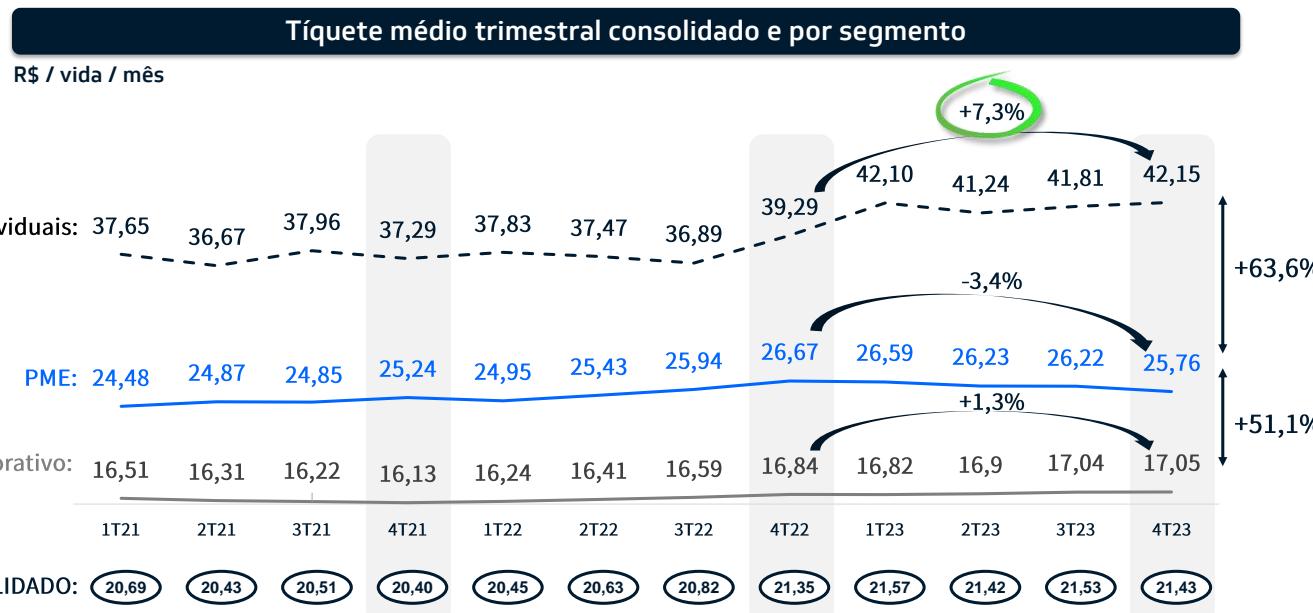
*Inclui R\$69 milhões de outras receitas.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

(i) Tíquete médio consolidado

Cálculo do Tíquete Médio	4T23	4T22	Δ%	2023	2022	Δ%
Contraprestações líquidas R\$ mil (A)	551.223	529.648	4,1	2.171.058	2.026.760	7,1
Número médio de beneficiários (B)	8.572.100	8.268.703	3,7	8.467.929	8.151.129	3,9
Tíquete médio R\$/vida/mês (A/B)/nº de meses	21,43	21,35	0,4	21,37	20,72	3,1

O tíquete médio consolidado no 4T23 foi de R\$21,43, com destaque para Planos Individuais, com tíquete médio maior 7,3% em relação ao 4T22.

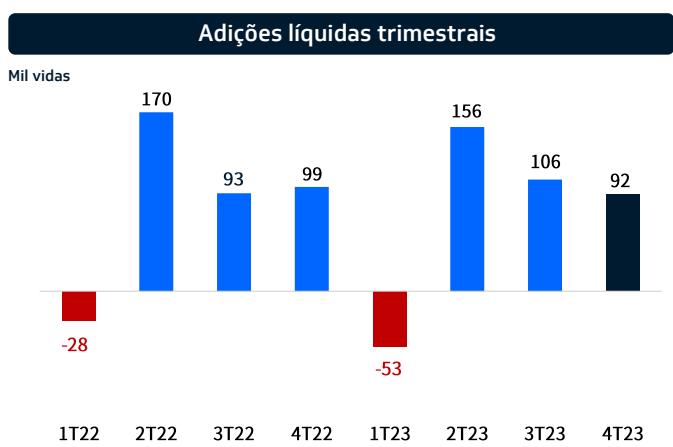


Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

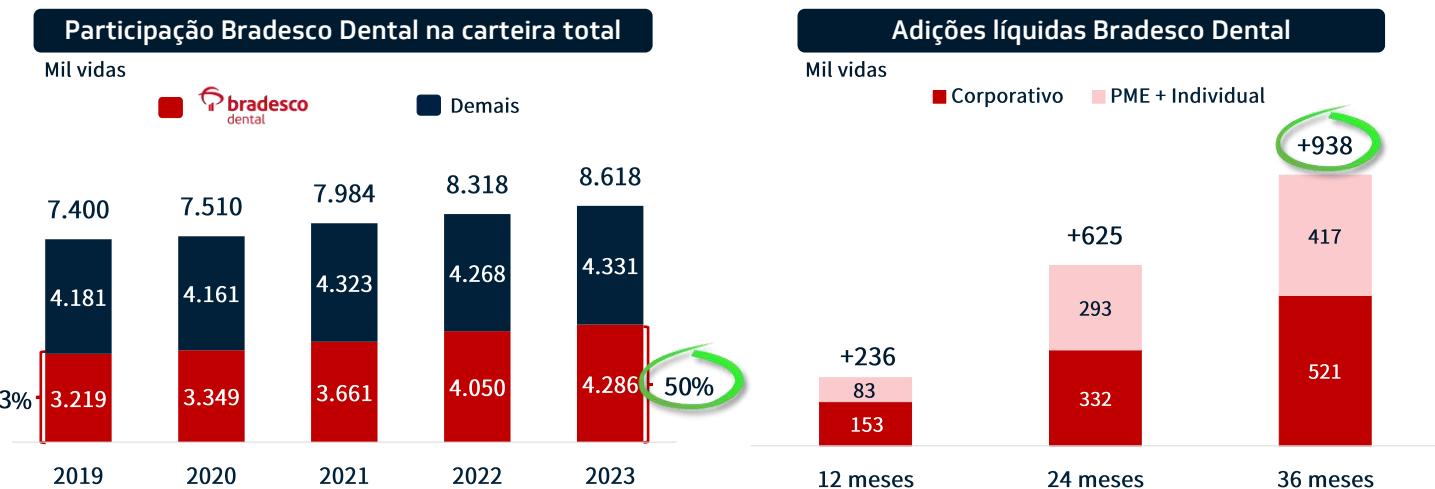
(ii) Carteira total de beneficiários

A Odontoprev registrou 8.617.893 beneficiários ao final de 2023, com adição líquida de 92 mil membros no trimestre e 300 mil vidas no ano.

O segmento corporativo apresentou adição líquida de 53 mil beneficiários no trimestre e 219 mil no ano, enquanto os segmentos massificados adicionaram 39 mil vidas no trimestre e 81 mil no ano.



A marca Bradesco Dental é a marca mais vendida dos últimos anos, atingindo 50% do total de beneficiários, sendo responsável por 44% da carteira corporativa, 74% do PME e 45% do Individual. As adições líquidas Bradesco Dental foram de 78 mil no 4T23, 236 mil nos últimos 12 meses e 938 mil nos últimos 36 meses.



	Adições líquidas													
	1T22	2T22	3T22	4T22	2022	Portfolio 2022	% Marca no segmento	1T23	2T23	3T23	4T23	2023	Portfolio 2023	% Marca no segmento
Corporativo	11	50,410	47,834	120,286	218,541	5,888,572	100%	(25,111)	110,248	81,271	52,864	219,272	6,107,844	100%
Bradesco dental	31,860	38,415	33,579	74,989	178,843	2,546,508	43%	5,471	48,792	50,320	48,201	152,784	2,699,292	44%
BRASIDENTAL	(18,648)	(187)	(6,308)	(4,080)	(29,223)	362,494	6%	(5,534)	(1,928)	1,569	378	(5,515)	356,979	6%
Demais¹	(13,201)	12,182	20,563	49,377	68,921	2,979,570	51%	(25,048)	63,384	29,382	4,285	72,003	3,051,573	50%
PME	4,696	60,653	49,496	33,954	148,799	1,400,272	100%	(5,905)	48,448	49,650	58,801	150,994	1,551,266	100%
Bradesco dental	12,023	51,464	52,804	37,009	153,300	1,058,184	76%	11,992	17,704	28,410	37,017	95,123	1,153,307	74%
BRASIDENTAL	(669)	(661)	(84)	(434)	(1,848)	56,103	4%	(2,164)	(535)	(1,571)	(1,021)	(5,291)	50,812	3%
Demais¹	(6,658)	9,850	(3,224)	(2,621)	(2,653)	285,985	20%	(15,733)	31,279	22,811	22,805	61,162	347,147	22%
Planos Individuais	(32,556)	59,152	(4,548)	(55,717)	(33,669)	1,029,120	100%	(22,364)	(2,761)	(25,133)	(20,079)	(70,337)	958,783	100%
Bradesco dental	11,662	16,763	18,000	10,030	56,455	445,268	43%	3,155	(1,702)	(5,743)	(7,171)	(11,461)	433,807	45%
BRASIDENTAL	(1,817)	830	(2,445)	(3,822)	(7,254)	66,066	6%	(3,922)	(865)	(2,460)	(2,302)	(9,549)	56,517	6%
Demais¹	(42,401)	41,559	(20,103)	(61,925)	(82,870)	517,786	50%	(21,597)	(194)	(16,930)	(10,606)	(49,327)	468,459	49%
Total	(27,849)	170,215	92,782	98,523	333,671	8,317,964	100%	(53,380)	155,935	105,788	91,586	299,929	8,617,893	100%
Bradesco dental	55,545	106,642	104,383	122,028	388,598	4,049,960	49%	20,618	64,794	72,987	78,047	236,446	4,286,406	50%
BRASIDENTAL	(21,134)	(18)	(8,837)	(8,336)	(38,325)	484,663	6%	(11,620)	(3,328)	(2,462)	(2,945)	(20,355)	464,308	5%
Demais¹	(62,260)	63,591	(2,764)	(15,169)	(16,602)	3,783,341	45%	(62,378)	94,469	35,263	16,484	83,838	3,867,179	45%

¹Inclui, no Corporativo e PME, Odontoprev, Odonto System e Mogidonto. Nos planos individuais inclui, também, canais varejistas.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Custo de Serviços e Sinistralidade

(R\$ mil)	Custo de serviços (ex PEONA) e índice de sinistralidade (% ROL)								Δ% p.p. ROL	
	4T23		4T22		Δ% p.p. ROL	2023		2022		
	R\$mil	% ROL	R\$mil	% ROL		R\$mil	% ROL	R\$mil	% ROL	
Custo de serviços (ex PEONA)	219.585	40,3	211.089	41,1	(0,8)	849.303	39,6	789.345	40,2	(0,6)
Eventos indenizáveis líquidos	192.535	35,3	197.658	38,5	(3,2)	775.156	36,2	734.532	37,4	(1,2)
Encargos sociais sobre serviços	(3)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Materiais odontológicos	6.796	1,2	807	0,2	1,0	15.834	0,7	6.349	0,3	0,4
Demais custos operacionais e provisões/reversões	18.204	3,3	11.218	2,2	1,1	50.641	2,4	42.695	2,2	0,2
Odontored (México)	2.053	0,4	1.406	0,3	0,1	7.672	0,4	5.769	0,3	0,1

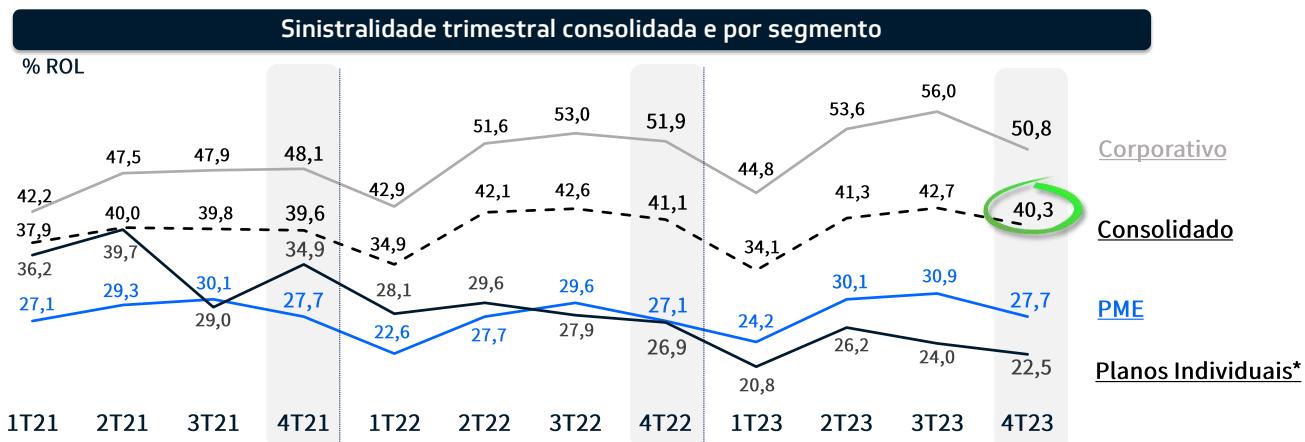
Para efeito de comparação e análise, a PEONA (Provisão para Eventos Ocorridos e não Avisados) e Reservas Técnicas de Sinistro (Odontored) são excluídas do Custo de Serviços.

No 4T23, o custo de serviços representou 40,3% da ROL, abaixo dos 41,1% do 4T22. Em 2023, o custo de serviços representou 39,6% da ROL, inferior aos 40,2% em 2022.

Desde 2020, a sinistralidade consolidada tem permanecido no nível de 40%, inferior ao patamar histórico de 45%, no período de 2014 a 2020, dada a crescente participação de planos PME e individuais, de menor custo relativo.

Sinistralidade %	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Corporativo	50,2	51,4	56,3	52,5	50,7	50,9	42,1	46,5	49,9	51,4
Média do período	← 50,5% →					← 49,4% →				
PME	39,0	40,6	45,5	42,4	40,2	37,9	28,4	28,5	26,9	28,3
Média do período	← 38,4% →					← 27,9% →				
Planos individuais*	28,3	25,6	25,2	27,5	30,0	35,6	40,9	34,9	28,1	23,3
Média do período	← 32,1% →					← 28,7% →				
Consolidado	46,2	46,6	49,1	45,7	44,1	44,5	40,6	39,3	40,2	39,6
Média do período	← 45,0% →					← 39,7% →				

*Exclui provisões/reversões de planos de livre escolha



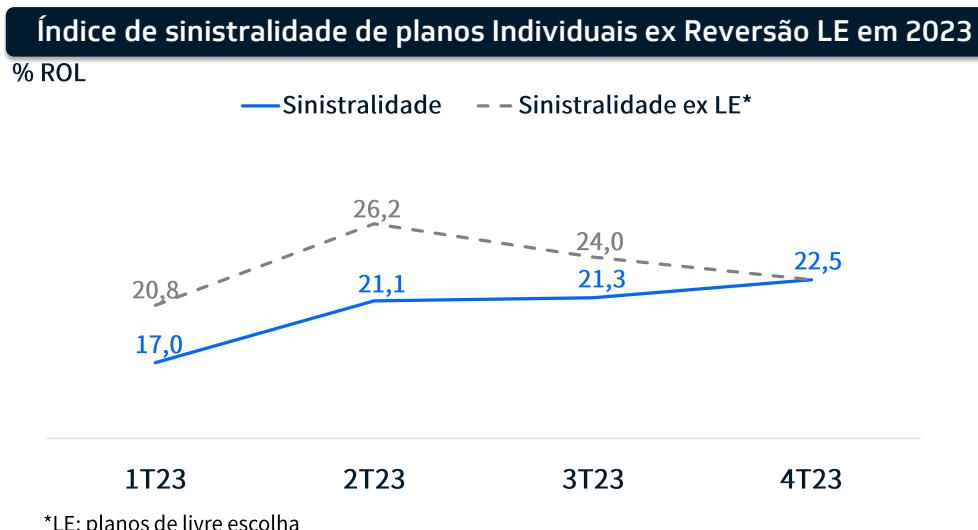
*Exclui provisões/reversões de planos de livre escolha

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

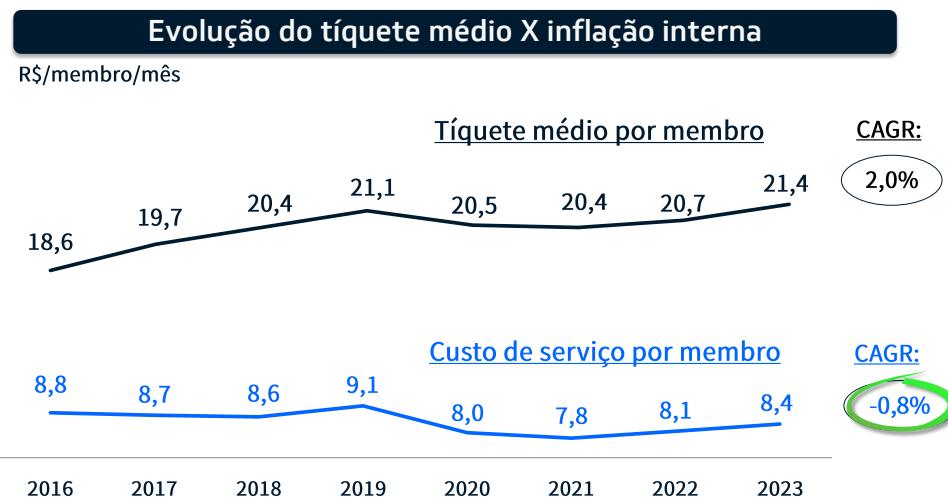
A sinistralidade no segmento Corporativo foi de 50,8% no 4T23, e de 51,4% em 2023, em linha com o patamar histórico.

No segmento PME, a sinistralidade foi de 27,7% no trimestre, e de 28,3% no ano.

Nos planos individuais, a sinistralidade no 4T23 foi de 22,5%, e de 20,4% em 2023. No ano, houve reversão de provisões remanescentes de planos com livre escolha de credenciados de R\$13,7 milhões. Excluindo-se essa reversão, a sinistralidade teria sido de 23,3% no ano.



Em 2023, o custo de serviço por membro por mês foi de R\$8,4, abaixo dos R\$9,1 em 2019. A deflação observada no custo de serviços nos últimos anos é justificada por permanente segmentação de rede de prestadores, melhoria contínua nos processos de auditoria digital e gestão de banco de imagens (visando maximização da qualidade técnica dos serviços prestados e auditoria operacional por meios eletrônicos), bem como novo perfil e frequência de clientes PME e Individuais.

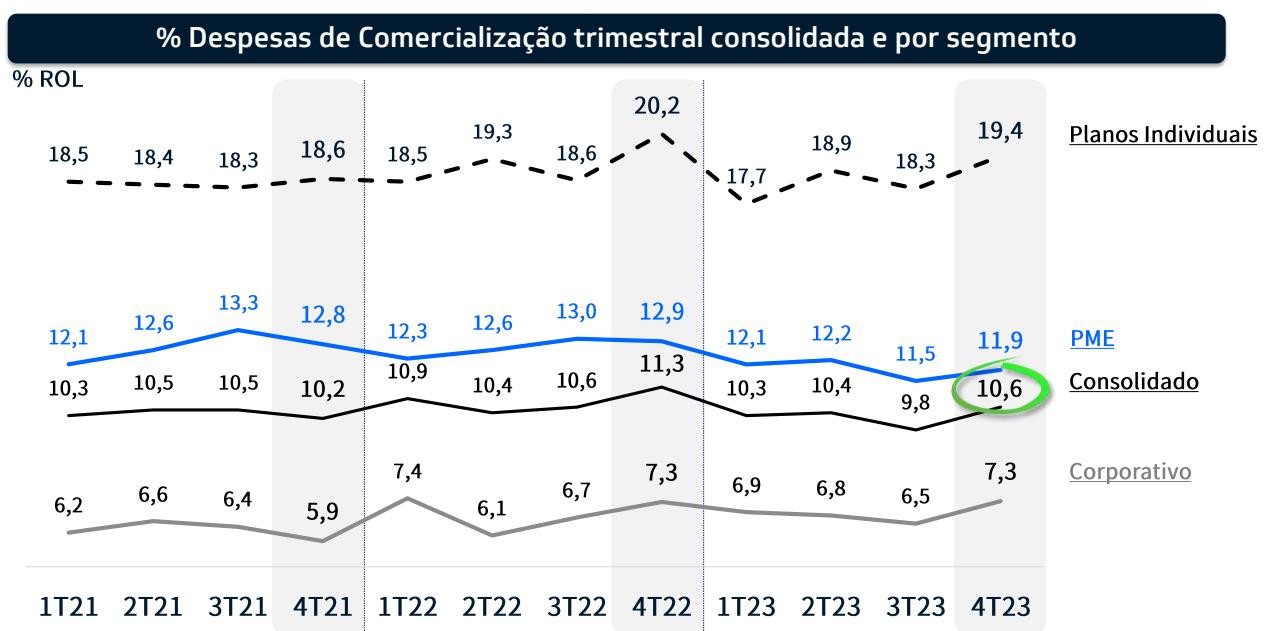


Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Despesas de Comercialização (DC)

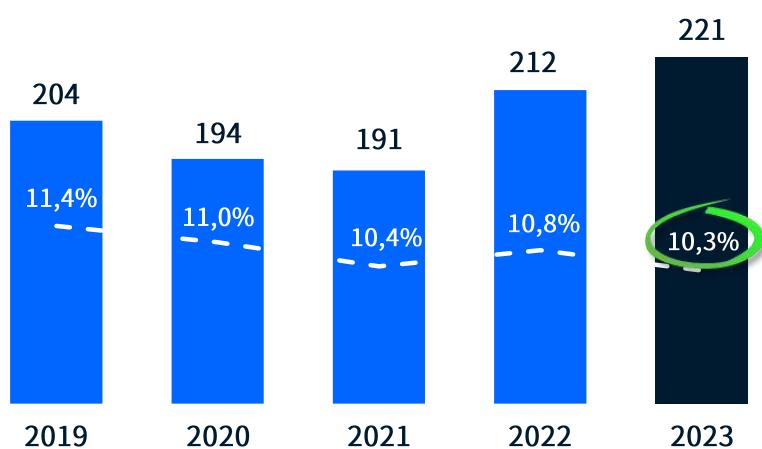
(R\$ mil)	4T23	4T22	Δ%	2023	2022	Δ%
(-) Despesas de comercialização	57.962	58.119	(0,3)	220.648	212.092	4,0
Desp. Comercialização (% ROL)	10,6	11,3	(0,7 p.p.)	10,3	10,8	(0,5 p.p.)

As despesas de comercialização foram de R\$57.962 no 4T23, 10,6% da ROL, 0,7 p.p. menor comparada ao 4T22, e 0,5 p.p. mais eficiente no acumulado do ano, com a crescente participação do canal bancário (de menor custo de aquisição) na carteira total de clientes.



Despesas de Comercialização

R\$ milhões e % ROL



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Dados por segmento de negócio

Principais Métricas - Corporativo	Corporativo					
	4T23	4T22	Δ%	2023	2022	Δ%
Receita operacional líquida (ROL)	300.065	284.295	5,5	1.170.027	1.095.851	6,8
Tíquete Médio (R\$/vida/mês)	17,05	16,84	1,3	16,88	16,39	3,0
Número de beneficiários (mil)	6.108	5.889	3,7	6.108	5.889	3,7
Adições líquidas (mil)	53	120	-	219	219	-
Custo de Serviços	152.400	147.483	3,3	601.100	546.930	9,9
Índice de sinistralidade (%)	50,8	51,9	(1,1 p.p.)	51,4	49,9	1,5 p.p.
Custo de Serviços / membro / mês (R\$)	8,35	8,43	(1,0)	8,35	7,89	5,9
Despesas de Comercialização	21.945	20.682	6,1	80.581	75.532	6,7
Índice Despesas de Comercialização (%)	7,3	7,3	-	6,9	6,9	-
Lucro bruto	147.665	136.812	7,9	568.927	548.921	3,6
Margem bruta (%)	49,2	48,1	1,1 p.p.	48,6	50,1	(1,5 p.p.)

Principais Métricas - PME	PME					
	4T23	4T22	Δ%	2023	2022	Δ%
Receita operacional líquida (ROL)	111.723	104.934	6,5	432.488	385.191	12,3
Tíquete Médio (R\$/vida/mês)	25,76	26,67	(3,4)	25,76	25,59	0,7
Número de beneficiários (mil)	1.551	1.400	10,8	1.551	1.400	10,8
Adições líquidas (mil)	59	34	-	151	149	-
Custo de Serviços	30.978	28.456	8,9	122.195	103.512	18,0
Índice de sinistralidade (%)	27,7	27,1	0,6 p.p.	28,3	26,9	1,4 p.p.
Custo de Serviços / membro / mês (R\$)	6,79	6,86	(1,0)	6,90	6,51	6,1
Despesas de Comercialização	13.292	13.548	(1,9)	51.612	48.949	5,4
Índice Despesas de Comercialização (%)	11,9	12,9	(1,0 p.p.)	11,9	12,7	(0,8 p.p.)
Lucro bruto	80.745	76.478	5,6	310.293	281.679	10,2
Margem bruta (%)	72,3	72,9	(0,6 p.p.)	71,7	73,1	(1,4 p.p.)

Principais Métricas - Individual	Individual					
	4T23	4T22	Δ%	2023	2022	Δ%
Receita operacional líquida (ROL)	115.626	117.710	(1,8)	471.197	454.885	3,6
Tíquete Médio (R\$/vida/mês)	42,15	39,29	7,3	41,90	38,47	8,9
Número de beneficiários (mil)	959	1.029	(6,8)	959	1.029	(6,8)
Adições líquidas (mil)	(20)	(56)	-	(70)	(34)	-
Custo de Serviços	26.008	33.201	(21,7)	96.321	131.571	(26,8)
Índice de sinistralidade (%)	22,5	28,2	(5,7 p.p.)	20,4	28,9	(8,5 p.p.)
Custo de Serviços / membro / mês (R\$)	8,95	10,47	(14,5)	8,08	10,48	(23,0)
Despesas de Comercialização	22.385	23.751	(5,7)	87.407	87.107	-
Índice Despesas de Comercialização (%)	19,4	20,2	(0,8 p.p.)	18,5	19,1	(0,6 p.p.)
Lucro bruto	89.618	84.509	6,0	374.876	323.314	15,9
Margem bruta (%)	77,5	71,8	5,7 p.p.	79,6	71,1	8,5 p.p.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

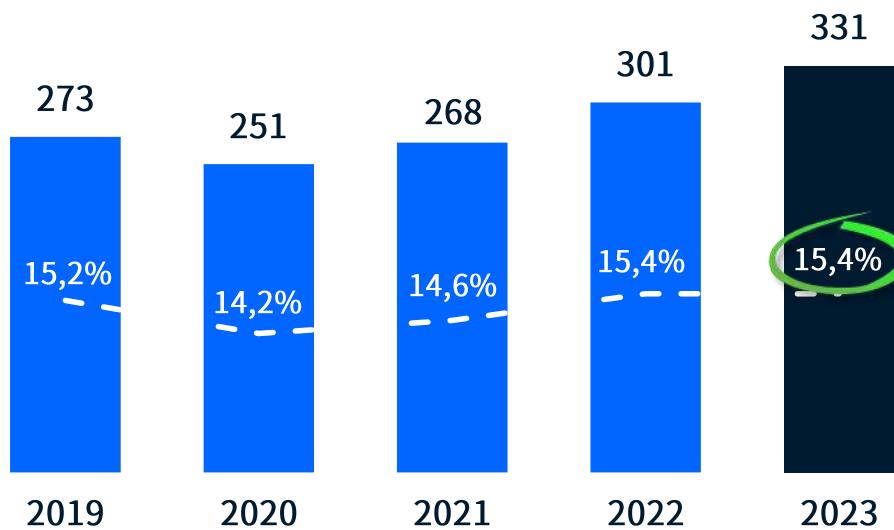
Despesas Administrativas (DA)

(R\$ mil)	4T23		4T22		Δ%	Δ% p.p. ROL	2023		2022		Δ%	Δ% p.p. ROL
	R\$mil	% ROL	R\$mil	% ROL			R\$mil	% ROL	R\$mil	% ROL		
Pessoal	54.369	10,0	44.193	8,6	23,0	1,4	184.535	8,6	158.072	8,1	16,7	0,5
Serviços de terceiros	21.889	4,0	18.204	3,5	20,2	0,5	72.401	3,4	63.917	3,3	13,3	0,1
Localização e funcionamento	14.515	2,7	11.281	2,2	28,7	0,5	43.925	2,0	35.019	1,8	25,4	0,2
Publicidade e propaganda	8.629	1,6	6.480	1,3	33,2	0,3	18.451	0,9	15.994	0,8	15,4	0,1
Taxas e tributos	2.155	0,4	2.378	0,5	(9,3)	(0,1)	5.288	0,2	6.300	0,3	(16,1)	(0,1)
Outras	3.906	0,7	5.257	1,0	(25,7)	(0,3)	6.383	0,3	21.819	1,1	(70,7)	(0,8)
DA (base EBITDA ajustado)	105.463	19,3	87.793	17,1	20,1	2,2	330.982	15,4	301.121	15,4	9,9	-
Depreciação e amortização	14.261	2,6	9.940	1,9	43,5	0,7	49.226	2,3	32.395	1,7	52,0	0,6
Amortização de direito de uso	2.808	0,5	1.113	0,2	152,3	0,3	6.598	0,3	4.628	0,2	42,6	0,1
(+) Despesas de incorporação Mogidonto	-	-	-	-	-	-	-	-	177	-	-	-
(+) Aquisições	-	-	-	-	-	-	-	-	346	-	-	-
(+) Outros serviços de terceiros	-	-	-	-	-	-	-	-	381	-	-	-
DA (não base EBITDA ajustado)	17.069	3,1	11.053	2,2	54,4	0,9	55.824	2,6	(2.715)	(0,1)	-	2,7
Despesas administrativas (DA)	122.532	22,5	98.846	19,2	24,0	3,3	386.806	18,1	298.406	15,2	29,6	2,9

As despesas administrativas (DA base EBITDA ajustado) foram de 19,3% da ROL, 2,2 p.p. acima do 4T22. No trimestre, houve maiores despesas relacionadas a (i) baixa pontual de R\$3.923 em depósitos judiciais trabalhistas, na linha de "Pessoal" e (ii) R\$5.389 em serviços e manutenção de tecnologia, sendo R\$2.954 na linha de "Serviços de terceiros" e R\$2.436 em "Localização e funcionamento".

Despesas Administrativas

R\$ milhões e % ROL



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Provisões para perdas sobre créditos

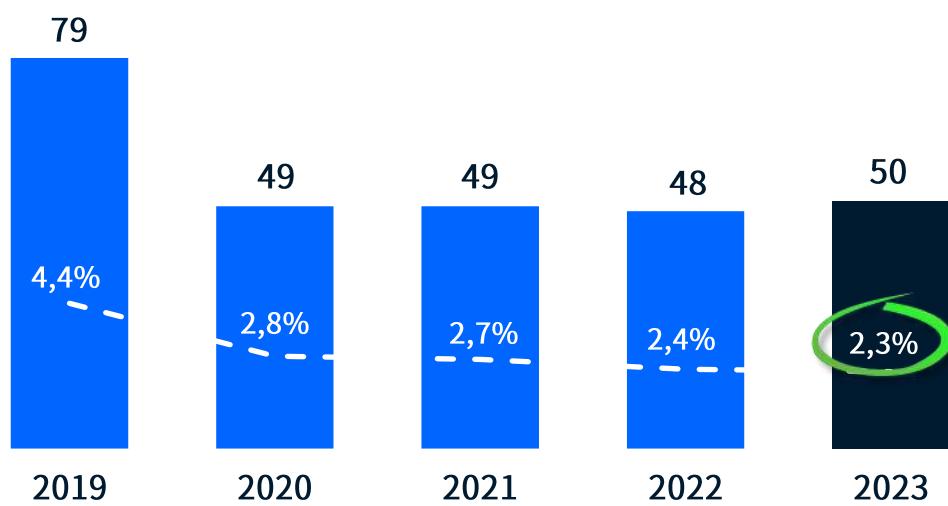
(R\$ mil)	4T23	4T22	Δ%	2023	2022	Δ%
R\$ mil	10.409	14.071	(26,0)	50.000	47.951	4,3
% ROL	1,9	2,7	(0,8 p.p.)	2,3	2,4	(0,1 p.p.)

A provisão para perdas sobre créditos (PDD) é constituída considerando faturas vencidas (60 dias para contratos individuais e 90 dias para contratos coletivos), acrescida de um percentual médio de perda histórica.

No trimestre, a provisão para perdas sobre créditos foi de 1,9% da ROL, 0,8 p.p. abaixo do 4T22, em função de reversão pontual de processos junto à marca Bradesco no segmento PME. Em 2023, a PDD foi de 2,3%, pouco abaixo do patamar histórico.

Provisão para perdas sobre créditos (PDD)

R\$ milhões e % ROL



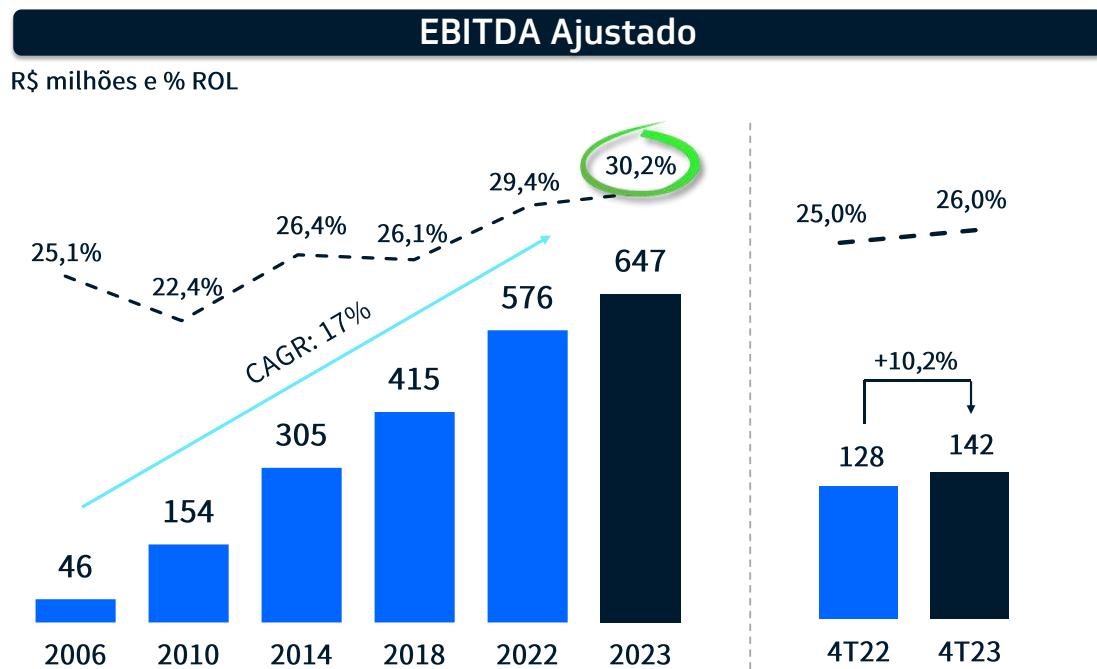
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

EBITDA e EBITDA Ajustado

(R\$ mil)	4T23		4T22		Δ%	Δ% p.p. ROL	2023		2022		Δ%	Δ% p.p. ROL
	R\$mil	% ROL	R\$mil	% ROL			R\$mil	% ROL	R\$mil	% ROL		
Lucro líquido	126.296	23,2	94.951	18,5	33,0	4,7	536.554	25,0	452.171	23,1	18,7	1,9
(+) Imposto de renda e contribuição social corrente	43.746	8,0	42.291	8,2	3,4	(0,2)	190.068	8,9	176.014	9,0	8,0	(0,1)
(+) Imposto de renda e contribuição social diferido	3.269	0,6	(3.255)	(0,6)	(200,4)	1,2	17.668	0,8	18.883	1,0	(6,4)	(0,2)
(-) Receitas financeiras	29.928	5,5	20.617	4,0	45,2	1,5	107.351	5,0	88.843	4,5	20,8	0,5
(+) Despesas financeiras	11.456	2,1	3.781	0,7	203,0	1,4	25.130	1,2	16.176	0,8	55,4	0,4
(-) Participação minoritária em controlada	(44)	-	(40)	--	9,9	-	(196)	-	810	0,0	(124,2)	-
(+) Depreciação e amortização	14.261	2,6	9.940	1,9	43,5	0,7	49.226	2,3	32.395	1,7	52,0	0,6
(+) Amortização de direito de uso (IFRS 16)	2.808	0,5	1.113	0,2	152,3	0,3	6.598	0,3	4.628	0,2	42,6	0,1
(-) Resultado de equivalência patrimonial	(1.396)	(0,3)	358	0,1	(490,1)	(0,4)	3.142	0,1	6.609	0,3	(52,5)	(0,2)
EBITDA	173.347	31,8	127.886	24,9	35,5	6,9	714.948	33,4	604.004	30,8	18,4	2,6
(+) Provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	2.401	0,4	(1.640)	(0,3)	(246,4)	0,7	(22.026)	(1,0)	2.342	0,1	(1.040,5)	(1,1)
(+) Reservas técnicas de sinistro - Odontored (México)	532	0,1	166	-	219,7	0,1	808	-	20	-	3.941,4	-
(+) EBITDA Pro Forma Brasidental	2.085	0,4	2.066	0,4	0,9	-	7.734	0,4	9.343	0,5	(17,2)	(0,1)
(-) Reversão ISS	-	-	-	-	-	-	(4.794)	(0,2)	-	-	-	(0,2)
(+) Aquisições	-	-	-	-	-	-	-	-	346	-	-	-
(+) Outros serviços de terceiros	-	-	-	-	-	-	-	-	381	-	-	-
(-) Reversão TSS / ANS	(36.724)	(6,7)	--	--	-	(6,7)	(36.724)	(1,7)	(40.642)	(2,1)	(9,6)	0,4
(-) Reversão INSS	-	-	-	-	-	-	(12.564)	(0,6)	-	-	-	-
(+) Despesas de incorporação Mogidonto	-	-	-	-	-	-	-	-	177	-	-	-
EBITDA ajustado	141.641	26,0	128.479	25,0	10,2	1,0	647.383	30,2	575.973	29,4	12,4	0,8

O EBITDA ajustado atingiu R\$141.641 no 4T23, em alta de 10,2%, com margem expandindo para 26,0%. Em 2023, o EBITDA ajustado foi de R\$647.383, 12,4% acima do ano anterior, com margem de 30,2% acima dos 29,4% em 2022.

Desde o IPO, em 2006, o EBITDA ajustado apresenta CAGR de 17%.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Resultado Financeiro

	4T23		4T22		Δ%	2023		2022		Δ%
	R\$mil	% ROL	R\$mil	% ROL		R\$mil	% ROL	R\$mil	% ROL	
Resultado financeiro líquido	18.472	3,4	16.836	3,3	9,7	82.220	3,8	72.667	3,7	13,1
(+) Receitas financeiras	29.928	5,5	20.617	4,0	45,2	107.351	5,0	88.843	4,5	20,8
(-) Despesas financeiras	11.456	2,1	3.781	0,7	203,0	25.130	1,2	16.176	0,8	55,4

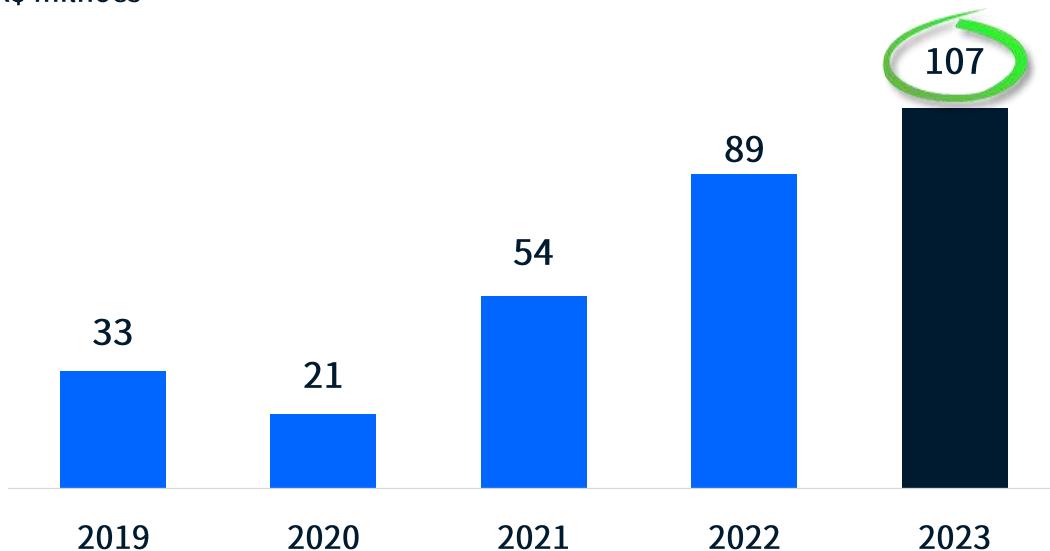
O resultado financeiro líquido foi de R\$18.472 no 4T23, maior 9,7% na variação anual. No trimestre, houve baixa pontual de depósitos judiciais com impacto positivo de R\$5.790 em Receitas financeiras e negativo de R\$7.540 em Despesas financeiras. Excluindo-se os efeitos dos depósitos judiciais, o Resultado financeiro líquido trimestral teria sido de R\$20.223 ao invés de R\$18.472, +20,1% se comparado com o 4T22.

Em 2023, o resultado financeiro líquido foi de R\$82.220, 13,1% acima de 2022. Em 2022 (no 1T22), houve reversão da TSS de R\$4.659 na linha de “Despesas financeiras”. Excluindo-se esta reversão, a despesa financeira em 2022 teria sido de R\$20.835, ao invés de R\$16.176.

Ao longo do primeiro semestre de 2021, o portfólio de aplicações financeiras da Companhia migrou, em parte, do Ativo circulante para títulos públicos de vencimento no longo-prazo, com taxas de juros pós-fixadas (79%) e pré-fixadas (21%), visando retornos plurianuais, com mesmo perfil de risco de crédito. Os novos instrumentos são contabilizados na curva, minimizando a volatilidade da carteira consolidada, e serão mantidos até vencimento. A Companhia não faz uso de derivativos.

Evolução anual da receita financeira bruta

R\$ milhões



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Imposto de Renda e Contribuição Social

	4T23		4T22		Δ%	2023		2022		Δ%
	R\$mil	% ROL	R\$mil	% ROL		R\$mil	% ROL	R\$mil	% ROL	
	IRPJ e CSLL	47.015	8,6	39.036	7,6	207.736	9,7	194.897	9,9	6,6
(-) Imposto de renda e contribuição social corrente	43.746	8,0	42.291	8,2	3,4	190.068	8,9	176.014	9,0	8,0
(-) Imposto de renda e contribuição social diferido	3.269	0,6	(3.255)	(0,6)	(200,4)	17.668	0,8	18.883	1,0	(6,4)

Alíquota efetiva

	4T23	4T22	2023	2022
Resultado antes dos impostos e das participações	136.632	134.027	690.404	646.258
(-) Participações no resultado	6.938	8.293	34.294	26.106
(=) Base de cálculo IRPJ / CSLL	129.695	125.735	656.111	620.152
<u>Despesa contabilizada</u>				
(-) Imposto de renda e contribuição social corrente	43.746	42.291	190.068	176.014
(-) Imposto de renda e contribuição social diferido	3.269	(3.255)	17.668	18.883
Total da despesa contabilizada	47.015	39.036	207.736	194.897
Alíquota efetiva corrente	33,7%	33,6%	29,0%	28,4%

No 4T23, a alíquota efetiva foi de 33,7%, mesmo nível dos 33,6% observados no 4T22.

Ágio

Parcelas a amortizar a partir de 2024*	
Período	Valor do ágio (R\$ mil)
2024	5.728
2025	5.728
2026	3.256
Total	14.712

*Contempla a diferença entre todos os valores pagos e o valor justo dos ativos e passivos dos investimentos adquiridos e avaliados através de laudo Purchase Price Allocation (PPA).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Lucro líquido

Lucro líquido	4T23	4T22	Δ%	2023	2022	Δ%
R\$ mil	126.296	94.951	33,0	536.554	452.171	18,7
% ROL	23,2	18,5	4,7 p.p.	25,0	23,1	1,9 p.p.

O lucro líquido atingiu R\$126.296 no 4T23, 33,0% acima do 4T22. No trimestre houve reversão bruta de R\$45.934 referentes à decisão favorável em processo judicial sobre cobrança da Taxa de Saúde Suplementar (TSS) pela Agência Nacional de Saúde – ANS. Excluindo-se tal efeito, o Lucro líquido teria sido de R\$89.573.

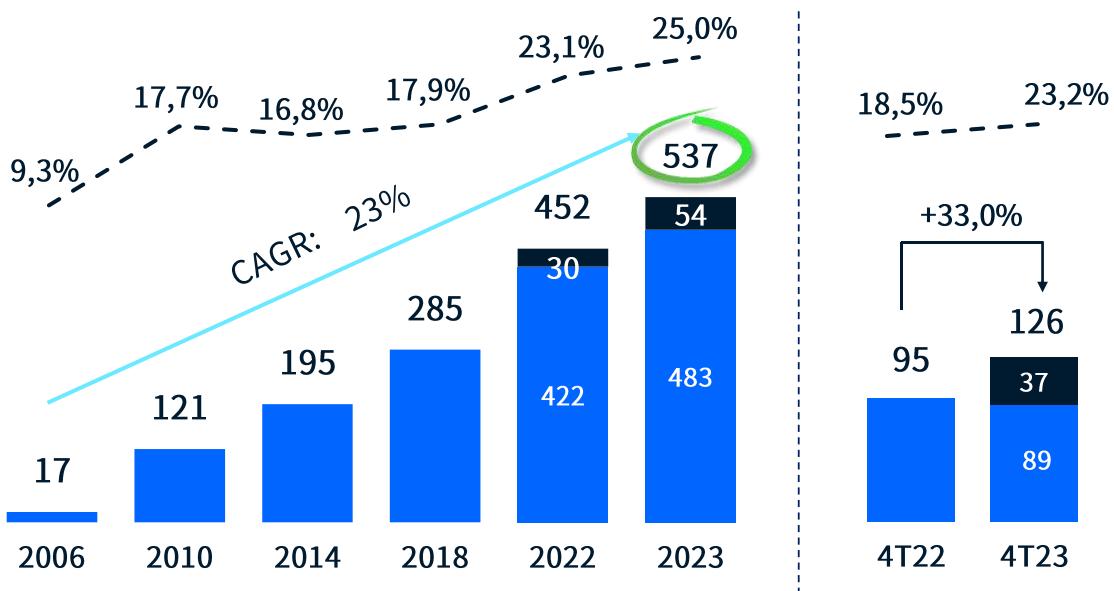
Evento não recorrente R\$ mil, exceto onde especificado	4T23	TSS	4T23 ex-TSS
Receita operacional líquida (ROL)	545.207	-	545.207
PDD	(34.501)	44.910	10.409
Resultado financeiro líquido	19.496	1.024	18.472
LAIR	182.566	45.934	136.632
Lucro líquido	126.296	36.723	89.573

Em 2023, o lucro líquido atingiu o R\$536.554. Desde o IPO, o lucro líquido apresenta CAGR de 23%.

Lucro líquido e Margem líquida

R\$ milhões e % ROL

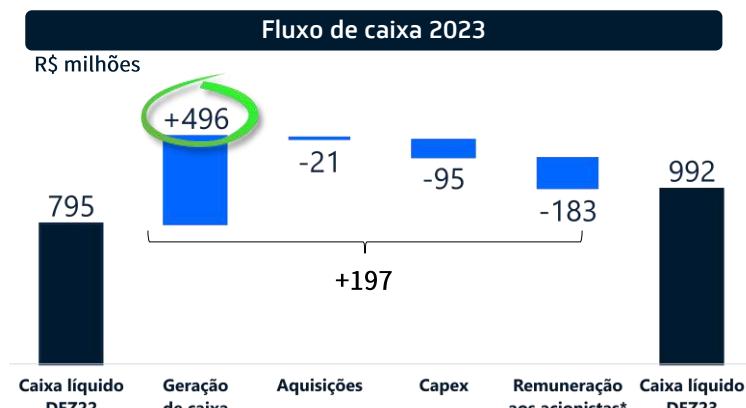
■ Lucro líquido recorrente ■ Não recorrente



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Fluxo de Caixa

(em R\$ mil)	4T23	4T22	2023	2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro líquido do período	126.339	94.991	536.750	451.361
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais:	22.235	55.129	177.152	331.430
CAIXA GERADO NAS OPERAÇÕES	148.574	150.120	713.902	782.791
Redução (aumento) nos ativos operacionais	17.522	(14.489)	7.281	(71.533)
Aumento (redução) nos passivos operacionais	(27.891)	(16.018)	(233.314)	(196.225)
CAIXA GERADO (APLICADO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	138.205	119.613	487.869	515.033
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
Aquisição de imobilizado	(566)	(887)	(7.595)	(8.396)
Desenvolvimento de sistemas e licença de uso de software	(23.938)	(10.790)	(87.658)	(62.990)
Dividendos recebidos de controladas e coligadas	2.250	600	8.500	5.169
Aquisição de investimentos, incluindo ágio (líquido de caixa adquirido)	(2.581)	(43.763)	(21.307)	(44.819)
CAIXA GERADO (APLICADO) EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(24.835)	(54.840)	(108.060)	(111.036)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS				
Dividendos pagos	-	(100.519)	(119.998)	(100.519)
Juros sobre Capital próprio pagos	(62.893)	(52.899)	(62.893)	(69.258)
Recompra de ações - em tesouraria	-	(7.289)	-	(170.090)
CAIXA GERADO (APLICADO) EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(62.893)	(160.707)	(182.891)	(339.815)
AUMENTO (REDUÇÃO) EM CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	50.478	(95.934)	196.918	64.182
CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS				
Saldo inicial	941.671	891.165	795.231	731.049
Saldo final	992.149	795.231	992.149	795.231
AUMENTO (REDUÇÃO) EM CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	50.478	(95.934)	196.918	64.182



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

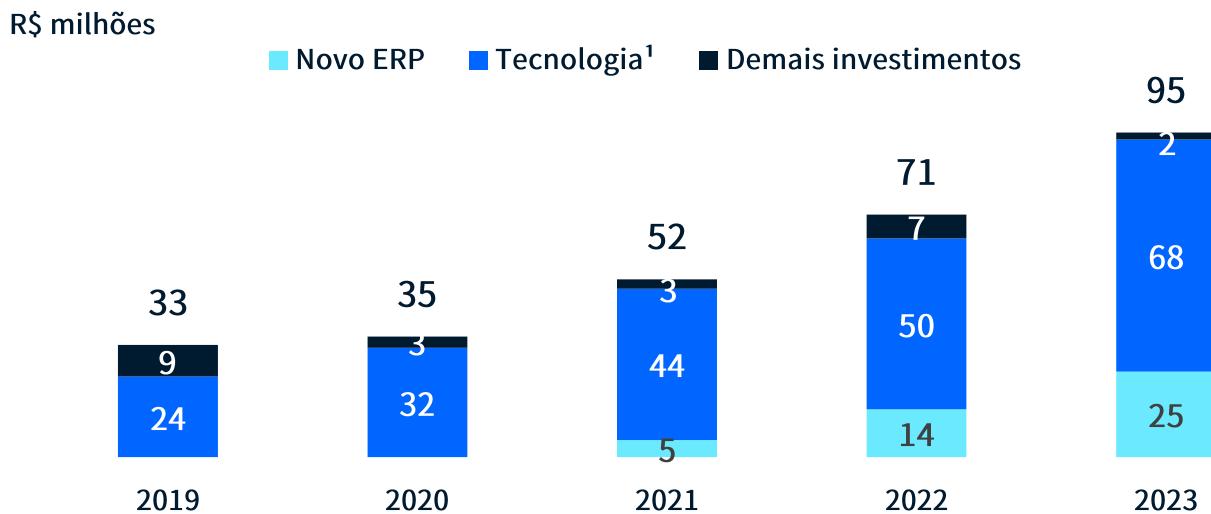
Investimentos

O desenvolvimento de sistemas representa, historicamente, o maior item de investimentos da Odontoprev.

(em R\$ mil)	2023	2022	4T23	4T22
Desenvolvimento de sistemas, aquisição e licença de uso de software	87.657	62.990	24.160	10.790
Equipamentos de computação	5.172	1.353	63	90
Equipamentos odontológicos, móveis e utensílios, máquinas e equipamentos	1.196	1.007	251	112
Benfeitorias em instalações	697	3.578	57	(0)
Outros	525	2.458	190	684
Total dos investimentos (CAPEX)	95.248	71.385	24.722	11.676

O patamar anual de CAPEX reflete investimentos em iniciativas digitais da Companhia, com maturação em 2023 e 2024. No ano, os investimentos em tecnologia representaram R\$92.829, com destaque para a implantação do novo sistema ERP, identificado no gráfico abaixo.

CAPEX: Tecnologia representa a prioridade dos investimentos



^¹ Desenvolvimento de sistemas, aquisição e licença de uso de software e equipamentos de computação

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Remuneração aos Acionistas

Pagamento	Aprovação	Posição acionária	Tipo	Competência	Dividendos (DIV), juros sobre capital próprio (JCP) e restituição de capital (RC) - R\$ mil				Total anual bruto	Lucro do exercício	Payout		
					Valor bruto pago R\$	Valor líquido pago R\$	Valor líquido por ação R\$						
					DIV	JCP	RC	Total					
Total pago em 2011:					85.806	82.280	0,117433965	0,037609361	-	0,155043326	159.686	145.311	110%
Total pago em 2012:					207.467	200.027	0,297921693	0,079521710	-	0,377443402	159.526	145.566	110%
Total pago em 2013:					181.975	178.072	0,294378958	0,041725875	-	0,336104833	206.322	188.091	110%
Total pago em 2014:					216.658	211.822	0,347440879	0,051619184	-	0,399060063	213.582	194.709	110%
Total pago em 2015:					223.205	217.921	0,356336989	0,056787711	-	0,413124700	220.945	220.946	100%
Total pago em 2016:					185.559	178.759	0,265208801	0,072859879	-	0,338068680	172.791	215.990	80%
Total pago em 2017:					279.012	271.887	0,436065493	0,076050963	-	0,512116456	246.668	244.571 ¹	101%
Total pago em 2018:					86.716	78.340	0,058430479	0,089647129	-	0,148077608	173.357	284.793	61% ²
Total pago em 2019:					250.712	241.097	0,351910051	0,095206558	-	0,447116609	199.334	284.762	70%
Total pago em 2020:					270.219	262.006	0,406237632	0,087765775	-	0,494003407	333.213	361.128	92%
Total pago em 2021:					261.159	251.455	0,372061480	0,104762084	-	0,476823564	188.506	380.357	50% ³
06/07/2022	21/03/2022	24/03/2022	JCP	1T22	16.359	13.905	-	0,027130620	-	0,027130620			
05/10/2022	04/04/2022	04/04/2022	DIV	4T21	40.520	40.520	0,071872189	-	-	0,071872189			
05/10/2022	27/04/2022	06/05/2022	DIV	1T22	60.000	60.000	0,107203568	-	-	0,107203568			
21/12/2022	20/06/2022	23/06/2022	JCP	2T22	17.633	14.988	-	0,026932989	-	0,026932989			
27/12/2022	15/09/2022	20/09/2022	JCP	3T22	17.534	14.904	-	0,026933866	-	0,026933866			
27/12/2022	12/12/2022	15/12/2022	JCP	4T22	17.732	15.072	-	0,027279708	-	0,027279708			
Total pago em 2022:					169.778	159.389	0,179075757	0,108277182	-	0,287352939			
12/07/2023	05/04/2023	20/04/2023	DIV	4T22	120.000	120.000	0,217196275	-	-	0,217196275			
19/12/2023	14/03/2023	17/03/2023	JCP	1T23	21.239	18.053	-	0,032675339	-	0,032675339			
19/12/2023	26/06/2023	29/06/2023	JCP	2T23	21.111	17.944	-	0,032478425	-	0,032478425			
19/12/2023	19/09/2023	22/09/2023	JCP	3T23	20.544	17.462	-	0,031606078	-	0,031606078			
Total pago em 2023:					182.894	173.460	0,217196275	0,096759842	-	0,313956117			
16/02/2024	13/12/2023	18/12/2023	JCP	4T23	19.580	16.643	-	0,030122765	-	0,030122765			
Total pago em 2024:					19.580	16.643	-	0,030122765	-	0,030122765			
Total					3.207.446	3.099.514							

¹ Lucro do exercício desconsidera INSS Bradesco Dental e Odontoprev;² Aquisição Odonto System concluída em 07/08/2018;³ Em 2021, houve, em adição, R\$177 milhões desembolsados em Programa de Recompra, elevando o payout a 96%.⁴ Em 2022, houve, em adição, R\$163 milhões desembolsados em Programa de Recompra, elevando o payout a 91%.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Programas de Recompra de Ações

A Companhia, oportunamente, realiza Programas de Recompra de Ações, que somados aos pagamentos regulares de juros sobre capital próprio, dividendos intercalares e aquisições seletivas na cadeia de valor dental, demonstram o objetivo de maximizar a geração de valor para os acionistas.

O histórico de execução dos Programas de Recompra de Ações encontra-se abaixo:

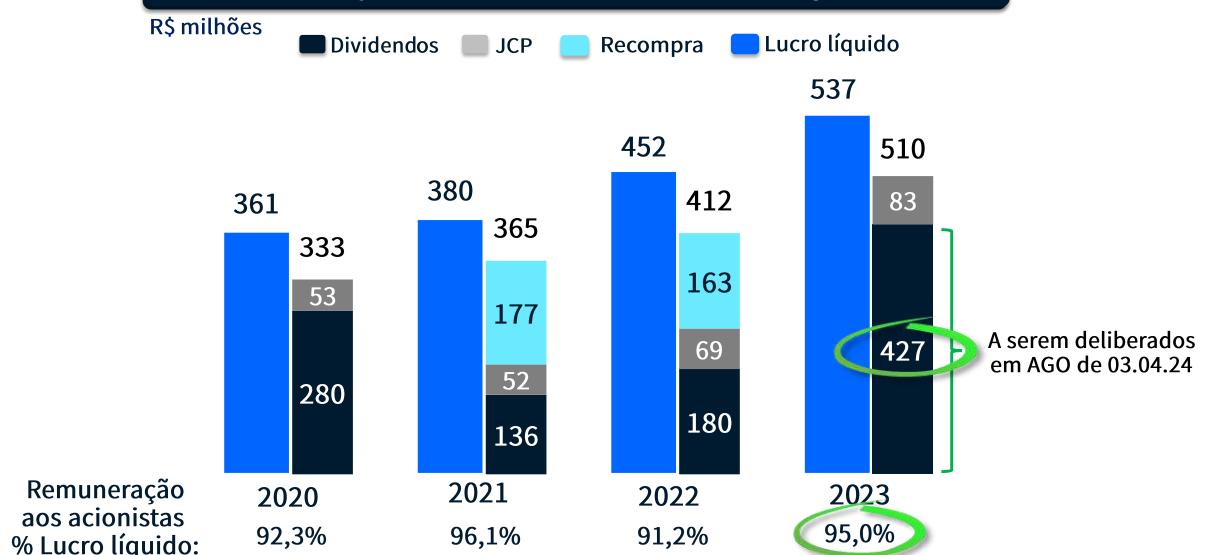
2021	Ações recompradas	Valor (R\$)	Custo médio Programa (R\$)	Custo médio total acumulado (R\$)
1º Programa (A)	10.000.000	130.595.319	13,06	13,06
2022	Ações recompradas	Valor (R\$)	Custo médio Programa (R\$)	Custo médio total acumulado (R\$)
2º Programa (B)	10.000.000	119.818.086	11,98	12,52
3º Programa (C)	9.272.800	89.681.458	9,67	11,62
Total Geral (A) + (B) + (C)	29.272.800	340.094.863		11,62

Em 05 de abril de 2023, Assembleia Anual cancelou 15.970.140 ações em Tesouraria, passando o capital total de 568.465.803 para as atuais 552.495.663 ações.

Em reunião de 28 de fevereiro de 2024, o Conselho de Administração aprovou novo Programa de Recompra de até 10 milhões de ações, representativo de 3,9% das ações em circulação no mercado, no prazo de até 18 meses, com início em 29 de fevereiro de 2024 e término em 29 de agosto de 2025, inclusive.

O histórico de distribuição de resultados aos acionistas registra percentual médio anual sobre o Lucro líquido de mais de 90%.

Remuneração aos acionistas (critério competência)



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Mercado de Capitais

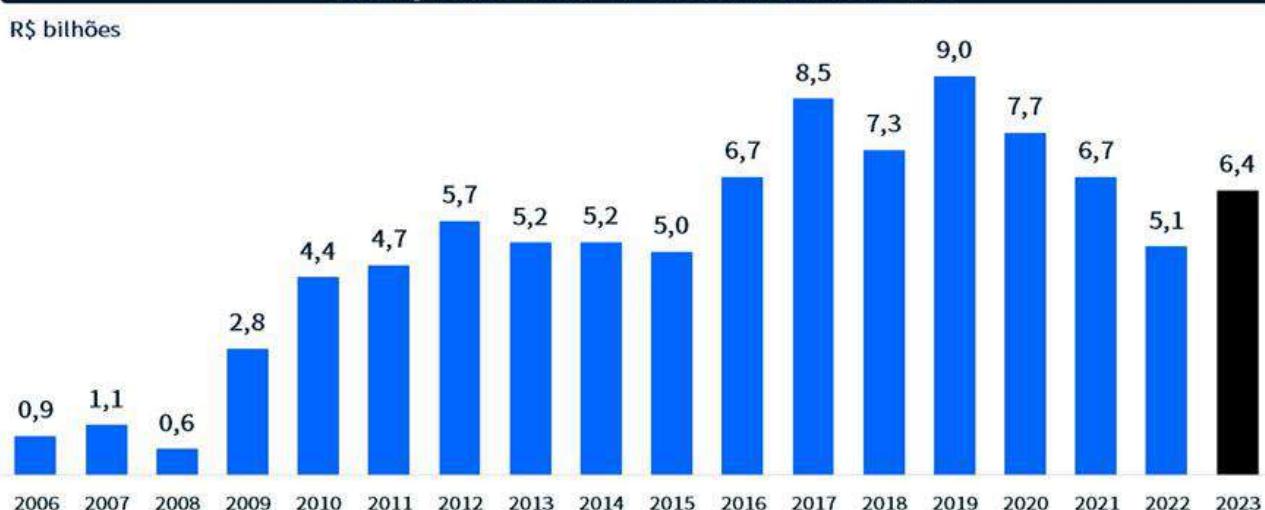
No ano, o retorno total aos acionistas acumulou 29%, em comparação a 21% do IBrX, com crescimento anual de 12% desde a abertura de capital, versus variação anual de 9% do IBrX.

Retorno total aos acionistas Odontoprev desde o IPO x IBrX



A capitalização em mercado em 2023 atingiu R\$6,4 bilhões, superior ao patamar de R\$5,1 bilhões de 2022.

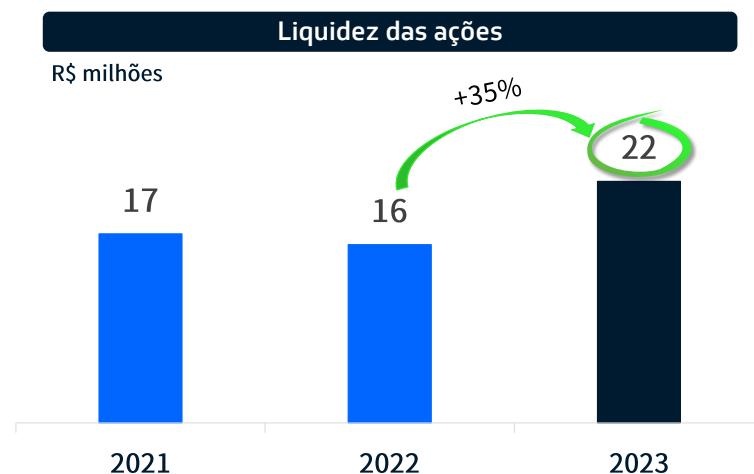
Evolução do valor de mercado desde IPO



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Em 2023, o volume financeiro médio diário negociado foi de R\$22 milhões, 35,2% acima de 2022. O número médio de negócios por pregão foi de 5.195, 0,2% acima do ano anterior.

Liquidez de ODPV3	2022	2023	Δ %
Volume financeiro médio diário (R\$ mil)	16.348	22.104	35,2
Número de negócios diário	5.182	5.195	0,2



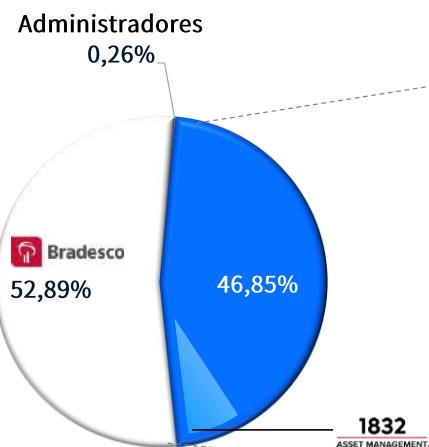
O número de investidores institucionais foi de 528 em 2023, abaixo dos 543 observados no ano anterior.

Odontoprev no Mercado de Capitais	2022	2023	Δ %
Quantidade total de Acionistas	57.415	47.685	(16,9)
Pessoas físicas	56.872	47.157	(17,1)
Investidores Institucionais	543	528	(2,8)
Capital total (mil ações)	568.466	552.496	(2,8)
Preço da ação (R\$)	9,03	11,62	28,7
Valor de mercado (R\$ milhões)	5.133	6.420	25,1

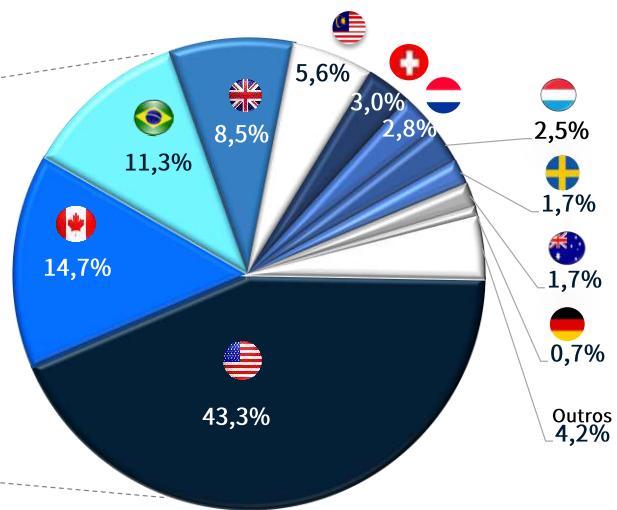
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Estrutura acionária globalizada: investidores em mais de 30 países

DEZ/23



Capital total
552.495.663 ações ordinárias



Free float
258.860.067 ações ordinárias

Odontoprev S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional e informações gerais

A Odontoprev S.A. (Companhia ou Odontoprev), sociedade anônima de capital aberto, está localizada na Alameda Araguaia, 2104, 21º andar, Alphaville – Barueri, São Paulo – Brasil.

A Companhia iniciou suas operações em 28 de agosto de 1987 e tem por objeto social a atividade de operação de planos privados de assistência odontológica, administração, comercialização ou disponibilização dos referidos planos destinados a pessoas jurídicas e/ou físicas, bem como a participação, como sócia, acionista ou cotista em outras sociedades civis ou comerciais, em empreendimentos comerciais de qualquer natureza no Brasil e/ou no exterior e a administração de bens próprios e/ou de terceiros.

A Companhia enquadra-se como operadora odontológica no segmento terciário de acordo com a Resolução Normativa (RN) nº 531 de 02 de maio de 2022 da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

A Odontoprev tem suas ações negociadas na B3 sob o código “ODPV3” e está listada, desde 01 de dezembro de 2006, no segmento de governança corporativa denominado Novo Mercado.

A Companhia, em 31 de dezembro de 2023, declara ter condições de levar até o vencimento as aplicações financeiras classificadas na categoria “custo amortizado”.

A Companhia possui participação direta e indireta em outras entidades conforme quadro a seguir:

	Participação no capital social (%)						
	31 de dezembro de 2023			31 de dezembro de 2022			
	Controladas	Coligada	Controle Conjunto	Controladas	Coligada	Controle Conjunto	
Direta	Indireta	Indireta	Conjunto	Direta	Indireta	Indireta	Conjunto
EMPRESAS:							
Odontoprev Serviços Ltda. (Odontoprev Serviços) ¹	100,0	-	-	-	100,0	-	-
Easy Software S.A. (Easy Software)	-	51,0	-	-	-	51,0	-
Dental Partner Comércio de Produtos e Equipamentos Odontológicos Ltda. (Dental Partner) ²	-	100,0	-	-	-	100,0	-
SF 210 Participações Societárias S.A. (SF 210)	-	-	18,1	-	-	-	18,1
Clidec Participações S.A. (Clidec Participações)	-	100,0	-	-	-	90,6	-
Machiron Desenvolvimento de Sistemas S.A. (MaChiron) ³	-	-	20,0	-	-	-	20,0
OPERADORA ODONTOLOGÍCA SEGMENTO TERCIÁRIO - RN 531 ANS:							
Brasidental Operadora de Planos Odontológicos S.A. (Brasidental)	-	-	-	25,0	-	-	25,0
REDE DE CLÍNICAS ODONTOLOGÍCAS E RADIOLÓGICAS:							
Clidec - Clínica Dentária Especializada Cura D'ars Ltda. (Clidec)	100,0	-	vou ab	-	99,9	-	-
Boutique Dental Ltda. (Boutique Dental)	-	100,0	-	-	-	100,0	-
Papaiz Associados Diagnóstico por Imagem S.A. (Papaiz) ⁴	-	100,0	-	-	-	-	49,0
Lúmax Radiologia e Tomografia Odontológica Ltda (Lúmax) ⁴	-	100,0	-	-	-	-	-
EMPRESAS NO MÉXICO:							
Odontored CV Sociedad Anónima de Capital Variable (Odontored)	100,0	-	-	-	100,0	-	-
Oprev Administradora Sociedad Anónima de Capital Variable (Oprev)	-	100,0	-	-	-	100,0	-

¹ Em 06 de setembro de 2022, passou a ser sociedade unipessoal tendo como sua controladora a Odontoprev.

² Em 24 de maio de 2022, passou a ser sociedade unipessoal, tendo como sua controladora a controlada Clidec.

³ Coligada indireta adquirida pela Odontoprev Serviços em 16 de agosto de 2022.

⁴ Controlada adquirida pela Clidec Participações em 01 de fevereiro de 2023.

Odontoprev Serviços: constituída em 03 de dezembro de 1999 para prestação de serviços de assessoria comercial, consultoria e gestão de negócios, bem como participar de outras sociedades como sócia ou acionista.

Easy Software: constituída em 03 de novembro de 1993, Controlada da Odontoprev Serviços, para o desenvolvimento e licenciamento de programas de computador, bem como participar de outras sociedades como sócia ou acionista.

Dental Partner: constituída em 14 de novembro de 2008 para o comércio atacadista e varejista de produtos e equipamentos, saneantes, drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, bem como o comércio atacadista de medicamentos e drogas de consumo humano, prestação de serviços de armazenamento, depósito, carga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie, prestação de serviços de: (i) programação e organização técnica e

Odontoprev S.A.**Notas Explicativas****Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas****Em 31 de dezembro de 2023**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

administrativa; (ii) administração em geral de bens e negócios; e (iii) coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos ou bens.

SF 210: constituída em 29 de outubro de 2020, tem por objeto social a participação em outras sociedades, na qualidade de acionista ou quotista. A antiga participação da Odontoprev Serviços junto à G2D foi convertida para esta empresa, mantendo-se como Coligada.

Clidec Participações: constituída em 11 de junho de 2012, Controlada da Clidec, tem como objetivo a participação em outras sociedades, como acionista ou quotista e tem como acionista a Clidec.

MaChiron: fundada em São Paulo, em 2017, é especializada em integrar tecnologias por meio de aplicação de inteligência artificial e *machine learning* para desenvolver soluções inovadoras no campo da Odontologia.

Em 16 de agosto de 2022 a Odontoprev através da controlada Odontoprev Serviços, exerceu direito de conversão de mútuo em participação societária de 10% nos termos do Instrumento Particular de Mútuo Conversível e Outras Avenças celebrado em 05 de fevereiro de 2020, elevando a participação societária a 20%.

Brasildental: constituída em 12 de março de 2014, Controlada em Conjunto com a BB Seguros Participações S.A., para operação de planos privados de assistência odontológica na administração, comercialização ou disponibilização dos referidos planos destinados a pessoas jurídicas e/ou físicas.

Clidec: constituída em 02 de julho de 1970, tem por objeto a prestação de serviços clínicos odontológicos.

Boutique Dental: constituída em 21 de outubro de 2011, Controlada da Clidec, com o objetivo a prestação de serviços odontológicos, participar de outras sociedades como sócia ou acionista.

Papaiz: participação em clínicas radiológicas adquirida em 31 de janeiro de 2013, por intermédio da Clidec Participações, Controlada em Conjunto com o Grupo Fleury.

Em 01 de fevereiro de 2023, foi concluída a aquisição de controle das ações ordinárias representativas de 51% do capital social da Papaiz por meio da sua Controlada Clidec Participações. Desta forma, a Clidec Participações passou a deter 100% do capital social e controle desta empresa.

Lúmax: constituída em 02 de fevereiro de 1990, Controlada da Papaiz, tem como objetivo a prestação de serviços em radiologia, eletroterapia e tomografia para fins odontológicos e a participação em outras sociedades como cotista ou acionista do capital de outras empresas.

Odontored: constituída em 13 de agosto de 2009, localizada no México para o desenvolvimento de planos de assistência odontológica incluindo a operação, administração e comercialização, bem como a prestação de serviços de assistência odontológica direta ou indiretamente através de terceiros. Foi autorizada a operar como seguradora especializada em saúde pela Secretaria de Saúde em 06 de junho de 2013 e em 15 de julho de 2013 a Comissão Nacional de Seguros e Fianças (CNSF) permitiu operacionalizar seguros de acidentes e enfermidades nos ramos de saúde e gastos médicos.

Oprev: constituída em 12 de dezembro de 2019, Controlada da Odontoprev Serviços e localizada no México para prestação de serviços especializados relacionados à acidentes e enfermidades, além de serviços atuariais, financeiros, administrativos, comerciais e de administração de riscos.

Aprovação das demonstrações financeiras

A autorização e a aprovação para emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ocorreram na reunião do Conselho de Administração (CA) em 28 de fevereiro de 2024.

Odontoprev S.A.**Notas Explicativas****Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas****Em 31 de dezembro de 2023**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Descrição das principais políticas contábeis**2.1. Base de preparação**

As demonstrações financeiras individuais da Companhia foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as consolidadas em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Ainda, todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com os requisitos da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A Administração declara também que estas demonstrações financeiras estão sendo elaboradas seguindo a premissa de continuidade de suas operações.

2.1.1. Base de consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas:

(a) Controladas

São todas as empresas nas quais a Companhia tem controle direto ou indireto na administração financeira e operacional. A Companhia exerce controle sobre uma investida quando ela possui: (i) poder sobre a investida; (ii) exposição a, ou direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e (iii) a capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor de seus retornos. As Controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é transferido à Odontoprev.

É adotado o método de contabilização da aquisição para registro contábil das combinações de negócios, sendo o registro efetuado pelo valor justo de transferência dos ativos, passivos e patrimônio líquido apurados no momento da aquisição. Os custos relacionados às aquisições são contabilizados no resultado do exercício quando incorridos. Nas demonstrações financeiras consolidadas, a participação de não controladores nas empresas Controladas é reconhecida proporcionalmente tomando por base o valor justo no momento da aquisição.

O excesso entre o valor pago e o valor justo dos ativos e dos passivos assumidos na data da aquisição de qualquer participação patrimonial é registrado como ágio (*goodwill*), após a alocação em itens tangíveis e/ou intangíveis.

Nas demonstrações financeiras consolidadas foram eliminados os investimentos das empresas Controladas, bem como os resultados de equivalência patrimonial, além dos saldos ativos, passivos e de resultado decorrentes de transações entre tais empresas.

(b) Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos do Grupo em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*).

Coligadas: são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa e exerce o poder de participar nas decisões das políticas financeira ou operacional sem deter o controle. Os investimentos em Coligadas são inicialmente reconhecidos pelo seu valor de custo e posteriormente avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Controle conjunto (*joint venture*): são todas as entidades nas quais há o compartilhamento, contratualmente convencionado, do controle do negócio, que existe somente quando decisões sobre as atividades relevantes exigem o

Odontoprev S.A.**Notas Explicativas****Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas****Em 31 de dezembro de 2023**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

consentimento unânime das partes que compartilham o controle. Tais investimentos são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

(c) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-grupo e quaisquer receitas ou despesas são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

(d) Participação de acionistas não-controladores

A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição.

Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

2.2. Contratos de seguros

A IFRS 17 substituiu a IFRS 4 - Contratos de seguro entrou em vigor em 1º de janeiro de 2023.

(a) Definição de contratos de seguros

A Companhia define como contrato de seguros o contrato com o qual uma parte aceita o risco de seguro significativo da outra parte, concordando em indenizar o titular da apólice caso determinado evento futuro incerto afete adversamente o titular da apólice.

A definição da companhia está em linha com a orientação normativa, sendo assim, os contratos que atendem a definição de seguros (seguro emitido, resseguro aceito e emitido e contratos de investimentos com participação discricionária) devem estar mensurados de acordo com as diretrizes do CPC 50 / IFRS 17. A Odontoprev avaliou os seus contratos de seguros emitidos e considerou que os produtos de pré-pagamento da Companhia atendem às definições de contratos de seguros, e encontram-se dentro do alcance da norma CPC 50 / IFRS 17.

Produtos de pré-pagamento são aqueles em que o valor da mensalidade é calculado previamente com base nas coberturas contratadas pelo contratante (pessoa física ou jurídica) do plano odontológico e que, portanto, há transferência de risco de seguro para a Companhia.

Com relação aos produtos de pós-pagamento, estes estão fora do alcance da CPC 50 / IFRS 17 pois não há risco de seguro e, por isso, são mensurados de acordo as regras estabelecidas pela CPC 47 / IFRS 15 como contrato de serviço.

(b) Nível de agregação dos contratos

Os contratos de seguro são agrupados com base em riscos similares e gerenciamento em conjunto, os quais são segregados por safras (períodos anuais) e, em seguida, divididos em categorias: (i) grupos de contrato que são onerosos em seu reconhecimento inicial; (ii) grupos de contrato que, em seu reconhecimento inicial, não têm possibilidade significativa de se tornarem onerosos futuramente e (iii) grupos de contratos não onerosos que, em seu reconhecimento inicial, tem possibilidade significativa de se tornarem onerosos futuramente. Por fim, além dos grupos de contrato citados, ainda há os grupos de contrato remanescentes na carteira.

Odontoprev S.A.**Notas Explicativas****Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas****Em 31 de dezembro de 2023**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Contratos de seguro são considerados como onerosos na data de reconhecimento inicial, segundo a norma, se os fluxos de caixa de cumprimento alocados ao contrato, quaisquer fluxos de caixa de aquisição de seguro previamente reconhecidos e quaisquer fluxos de caixa decorrentes do contrato na data de reconhecimento inicial no total forem uma saída líquida, ou seja, representando uma perda que deve ser reconhecida no resultado para o fluxo de saída líquido para o grupo de contratos onerosos, que resulte no valor contábil do passivo para o grupo sendo igual aos fluxos de caixa de cumprimento e a margem contratual de seguro do grupo sendo zero. Por representar uma perda no reconhecimento inicial, diferentemente dos contratos não onerosos, impactando negativamente o resultado, estes são mensurados de maneira separada para que a organização possa gerenciá-los mais precisamente e saber exatamente o impacto individual da onerosidade dos contratos em suas demonstrações.

Não foi constatado onerosidade nos grupos de contratos da Companhia. Também não foram identificados contratos com possibilidade significativa de se tornarem onerosos no futuro. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas Controladas possuem uma carteira composta apenas de contratos não onerosos e sem possibilidade de se tornarem onerosos futuramente.

(c) Limites de contrato

Os fluxos de caixa estão dentro do limite de contrato de seguro se resultarem de direitos e obrigações substantivos que existem durante o período de relatório em que a entidade pode exigir do titular do contrato o pagamento das contraprestações ou em que a entidade tem obrigação substantiva de prestar cobertura de seguro ao titular do contrato.

Desta forma, para as carteiras de Planos Pessoa Física (PF), o limite de contrato será o momento em que o segurado optar por deixar o plano contratado, visto que a empresa que emite contrato de seguro não possui a prerrogativa de cancelar o contrato unilateralmente. Esse limite é refletido no fluxo através da tábua de permanência. Já para as carteiras de Planos Pessoa Jurídica Coletivo Empresarial e Coletivo por Adesão (CORP e PME), o limite de contrato pela projeção de contraprestações, é mensal, visto que o contrato é renovado mensalmente e pode ser cancelado por ambas as partes envolvidas.

(d) Separação dos componentes de contrato

Os contratos de seguros são classificados em três tipos diferentes de componentes que devem ser contabilizados separadamente caso cumpridos certos critérios:

- Derivativos embutidos;
- Componente de investimentos; e
- Compromissos de transferência de bens ou serviços não seguros distintos.

Através da análise dos contratos de seguro da Companhia, não foram identificados componentes que precisariam ser tratados de forma apartada. Dentro do segmento pessoa jurídica coletivo empresarial, encontra-se um plano, o qual apresenta o componente de serviço chamado *Concierge*. O fluxo desse serviço está altamente relacionado ao fluxo de seguros, o que faz com que não seja necessária a separação desse componente e ele possa ser avaliado como um contrato de seguro.

(e) Mensuração dos contratos

O Passivo para Cobertura Remanescente (PCR), representa a obrigação da entidade de investigar e pagar eventos válidos para eventos segurados que ainda não ocorreram. A PCR também abrange a obrigação da entidade de pagar valores de acordo com contratos de seguro existentes que estejam relacionados com coberturas de contratos ainda não prestados (obrigações relacionadas com a prestação futura de serviços de contratos de seguro) e quaisquer

Odontoprev S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

componentes de investimentos ou outros montantes que estejam relacionados com a prestação de serviços do contrato de seguro e que não tenham sido transferidos para a responsabilidade por eventos incorridos. A reserva PCR pode ser calculada a partir de três metodologias: Modelo Geral (BBA), Modelo de Taxa Variável (VFA) e Modelo de Alocação de Contraprestação (PAA).

O Modelo Geral – BBA da CPC 50 / IFRS 17 requer que as empresas que emitem contratos de seguros e resseguros mensurem seus contratos de seguro, no momento inicial, pelo valor total estimado de fluxo de caixa esperado, ajustado pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco explícito relacionado com o risco não financeiro, além da margem contratual de seguros. A Companhia prevê a aplicação do modelo geral para os contratos dos Planos Pessoa Física - PF.

Além do Modelo Geral, a CPC 50 / IFRS 17 prevê, como forma de simplificar o processo de mensuração, o Modelo de Alocação de Contraprestação (PAA – “*Premium Allocation Approach*”). Esse modelo simplificado é aplicável, segundo a norma, para contratos com período de cobertura de até um ano ou aqueles que tenham um reconhecimento do resultado similar ao Modelo Geral. A Odontoprev aplica o modelo simplificado PAA para os grupos de contratos de planos pessoa jurídica coletivo empresarial e coletivo por adesão (CORP e PME). Entretanto, tendo em vista que tais grupos de contratos possuem seus passivos com característica de curto prazo, porém com limites acima de 1 ano, de acordo com o requerido pela norma CPC 50 / IFRS 17, foi necessário aplicar o teste de aderência para que fosse permitida a aplicação da abordagem de mensuração simplificada. Neste teste, a Companhia avaliou se a mensuração, utilizando a abordagem simplificada PAA, resultaria em mensuração similar àquela considerada aplicando-se a modelagem padrão - BBA. Os testes de aderência são realizados anualmente.

A Companhia não mensurou contratos pelo Modelo de Taxa Variável (VFA).

(f) Estimativa de fluxos de caixa futuros

Os itens considerados como fluxos de caixa futuros tanto de entrada, quanto de saída pela Odontoprev dentro do limite são: (i) contraprestações, os cancelamentos são refletidos, nos contratos de longo prazo, através da taxa de permanência (tábua de permanência) da marca/produto; (ii) pagamentos, incluindo eventos avisados, eventos ocorridos e não pagos, e todos os pagamentos futuros relacionados a eventos (PDR - Provisão de despesas relacionadas); (iii) alocação de fluxos de caixa de aquisições de seguro atribuível à carteira a qual pertence o contrato, que deve ser entendido como despesa comercial; (iv) custos de manutenção e administração de contratos, tais como custos de cobrança de contraprestações, processamento das alterações de contratos e custos de tramitação de eventos, que deve ser entendido como outros custos operacionais; e (v) alocação de gastos gerais fixos e variáveis (tais como custos de contabilidade, recursos humanos, tecnologia da informação e suporte, aluguel e manutenção), denominado despesas administrativas, diretamente atribuíveis ao cumprimento dos contratos e impostos baseados em transações.

(g) Taxa de desconto

Taxa de Desconto é a taxa utilizada para refletir o valor do dinheiro no tempo. Esta pode ser construída a partir de duas metodologias: *Top-Down* ou *Bottom-Up*. Na metodologia *Top-Down*, o cálculo da Taxa de Desconto se dá através da análise de comportamento do rendimento dos ativos sob a perspectiva do ALM (*Asset Liability Management*) especificamente, a obtenção da TIR (Taxa Interna de Retorno) do ativo e, posteriormente, se constrói uma curva de desconto através da interpolação da TIR desses ativos. ALM representa uma técnica de gerenciamento de riscos que visa evitar o descasamento entre ativos e passivos. Já na metodologia *Bottom-Up*, o cálculo da Taxa de Desconto é realizado a partir de uma taxa livre de risco, que no Brasil considera-se a ETTJ PRE da SUSEP, sobre a qual se acrescenta o risco de iliquidez. O risco de iliquidez mede o risco exposto no caso de não recebimento de determinado cupom, ou seja, mede o quanto isso causa de impacto no cumprimento das obrigações da empresa que emite contratos de seguro.

A taxa de desconto utilizada pela Odontoprev para descontar os fluxos de caixa para todos os produtos é a *Bottom-Up*.

Odontoprev S.A.**Notas Explicativas****Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas****Em 31 de dezembro de 2023**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(h) Ajuste de risco (RA)

O Ajuste de Risco (RA – “*Risk Adjustment*”) é o ajuste feito pela entidade na estimativa do valor presente dos fluxos de caixa futuros para compensar a incerteza sobre o valor e o prazo dos fluxos de caixa que decorrem de risco não financeiro conforme a entidade cumpre o contrato de seguro.

Levando em conta as disponibilidades de informação da Odontoprev, visto que a mesma não possui modelo interno de risco para aplicação da metodologia de nível de confiança, aplica-se para o cálculo do ajuste de risco não financeiro a metodologia Custo de Capital. Sob esta abordagem de cálculo de Custo de Capital, o RA é o custo de fornecer um montante de fundos elegíveis igual ao capital necessário para suportar os compromissos de seguro durante a vigência do contrato. Essa metodologia se destaca pela simplicidade no cálculo com a obtenção de capital regulatório e pelo fato de tal metodologia ser utilizada em diferentes países, que possuem regulamentações baseadas em risco. Entre as desvantagens do método de custo de capital, destacam-se a necessidade de cálculo do custo de capital para os riscos não financeiros e as complexidades tanto de projetar os requisitos de capital futuros, quanto para estimar o percentil equivalente. Neste sentido, o percentil que representa o nível de confiança equivalente ao custo de capital utilizado, é demonstrado abaixo:

Carteira	PCR – RA	PSI – RA
PF	60,7%	60,7%
CORP	n/a	60,7%
PME	n/a	60,7%

Carteira	PSI Seguros - RA	PSI RESSEGUROS – RA
Odontored	61,4%	61,4%

(i) Alocação da margem contratual de serviço (CSM)

O valor da margem contratual de seguro para cada grupo de contratos de seguro deve ser reconhecido no resultado em cada período para refletir os serviços de seguro prestados. O valor é determinado identificando as unidades de cobertura, alocando à margem contratual de seguro no final do período, igualmente para cada unidade de cobertura fornecida no período corrente e que se espera que seja fornecida no futuro e, reconhecendo no resultado o valor alocado a unidades de cobertura fornecidas no período.

Para os grupos de contrato mensurados pelo Modelo Geral (BBA), a entidade deve reconhecer a margem contratual de seguro ao longo da duração do grupo de contratos de forma sistemática que reflita a transferência dos benefícios do seguro de acordo com o contrato. Vale ressaltar que o CSM só é mensurado para os contratos que seguem a metodologia BBA ou VFA, desta forma, apenas os contratos pessoa física (PF) mensuram o CSM.

A Odontoprev aplicou julgamento e considerou todos os fatos e circunstâncias relevantes para determinar um método sistemático e racional para estimar os serviços de contratos de seguros prestados para cada grupo de contratos. As bases para determinar a quantidade de cobertura fornecida para cada produto para a apropriação do CSM são determinadas com base nos fluxos de entrada, número de segurados ou volume de provisões, a depender do grupo de contrato. Os juros sobre o CSM serão reconhecidos usando a curva de desconto no reconhecimento inicial.

(j) Reconhecimento inicial

A Odontoprev aplica a Abordagem Retrospectiva Total para os grupos de contratos de seguro emitidos a partir de 2021 e para os grupos de contratos de seguro emitidos até 2020 é aplicada a abordagem do Valor Justo, devido a impraticabilidade das demais abordagens. Abaixo tem-se detalhado as duas formas de mensuração:

Odontoprev S.A.**Notas Explicativas****Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas****Em 31 de dezembro de 2023**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Abordagem Retrospectiva Total

O método retrospectivo completo consiste na mensuração dos contratos de seguros desde a sua emissão, necessitando que a companhia tenha dados disponíveis para realizar as projeções de fluxo de caixa, cálculo da taxa de desconto e *Risk Adjustment* desde o reconhecimento inicial dos contratos. A Companhia deve:

- Identificar, reconhecer e mensurar cada grupo de contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com a participação discricionária como se a CPC 50 / IFRS 17 sempre tivesse sido aplicada;
- Identificar, reconhecer e mensurar quaisquer ativos para fluxos de caixa de aquisição de seguros como se a CPC 50 / IFRS 17 sempre tivesse sido aplicada (exceto se a entidade não é obrigada a aplicar a avaliação de recuperabilidade antes da data de transição);
- Desreconhecer quaisquer saldos existentes que não existiriam caso a CPC 50 / IFRS 17 sempre tivesse sido aplicada (incluindo alguns custos de aquisição diferidos, provisões para taxas atribuíveis a contratos de seguro existentes e ativos intangíveis relacionados a clientes de contratos de seguro adquiridos); e
- Reconhecer qualquer diferença líquida resultante no patrimônio líquido.

Em resumo, tem-se que:

- Agrupamento de contratos: agrupamento por ano de subscrição e características do momento de reconhecimento inicial (onerosos, não onerosos e não onerosos com possibilidade de se converter em onerosos);
- Fluxos esperados de caixa iniciais: estimativa dos fluxos de caixa esperados no momento da venda do contrato, com base na hipótese desse momento;
- Taxa de desconto: utilização da curva de desconto obtida de acordo com os requisitos da CPC 50 / IFRS 17 (*Top Down x Bottom-Up*) com informação do momento de reconhecimento inicial; e
- *Risk Adjustment*: cálculo baseado nas hipóteses vigentes no momento de reconhecimento inicial.

Abordagem do valor justo (*Fair Value*)

A Abordagem do valor justo possui as seguintes características na transição:

- **Agrupamento de contratos:** permite-se o agrupamento de contratos de distintos anos de subscrição;
- **Fluxos esperados de caixa iniciais:** permite-se obter os fluxos futuros de caixa com base em hipóteses realistas correspondentes ao momento da avaliação;
- **Taxa de desconto:** utilização da curva de desconto obtida de acordo com os requisitos da CPC 50 / IFRS 17 (*Top-Down X Bottom-Up*) com informação do momento de transição;
- ***Risk Adjustment*:** cálculo baseado nas hipóteses vigentes no momento da transição; e
- **Aplicação ORA (Outros Resultados Abrangentes):** as receitas e gastos acumulados no ORA na data de transição.

Para os grupos de contrato mensurados através do modelo simplificado (PAA), grupos CORP e PME, a metodologia de transição será a Retrospectiva Total.

Já para o grupo PF, mensurado por BBA, a metodologia utilizada será a *Fair Value*, especificamente, para os contratos emitidos até 2020. Para os contratos emitidos a partir de 2021, a metodologia de transição será Retrospectiva Total. A metodologia *Fair Value* será aplicada no período indicado devido à ausência de dados consistentes disponíveis para aplicação da metodologia Retrospectiva Total por grupo de contratos. Desse modo, a

Odontoprev S.A.**Notas Explicativas****Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas****Em 31 de dezembro de 2023**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

metodologia Retrospectiva Total é aplicada a partir do período em que os contratos emitidos possuem todas as informações necessárias para sua mensuração e contabilização por grupo de contratos.

É importante destacar que a partir da metodologia *fair value*, a margem contratual de seguro (CSM) representa a diferença entre o Valor Justo determinado pela organização e os fluxos de caixa de cumprimento em CPC 50 / IFRS 17 nesta data, somados ao ajuste de risco não financeiro (RA).

Segue abaixo um resumo dos grupos de contrato e metodologias de transição utilizadas:

Transição	
Grupo de Contrato	Metodologia da Transição
Planos Pessoa Física - PF (emissão até 2020)	Fair Value
Planos Pessoa Física - PF (emissão a partir de 2021)	Retrospectiva Total
Planos Coletivos CORP	Retrospectiva Total
Planos Coletivos PME/SPG/MPE	Retrospectiva Total

Os valores de transferência do *fair value* serão obtidos através da abordagem de receita da CPC 46 / IFRS 13.

(k) Apresentação

Carteiras de contratos de seguro que são ativos e aqueles que são passivos, são apresentados separadamente no balanço patrimonial. Quaisquer ativos ou passivos reconhecidos para fluxos de caixa antes do reconhecimento do grupo de contratos de seguros são incluídos no valor contábil das carteiras de contratos relacionadas. As despesas e receitas de seguro excluem quaisquer componentes de investimento e são reconhecidas como segue.

(i) Receita de seguros - Contratos calculados por BBA

A Odontoprev reconhece a receita de seguros à medida que satisfaz suas obrigações de desempenho, ou seja, à medida que presta serviços sob grupos de contratos de seguros. Para os contratos mensurados pelo BBA, a receita de seguros relativa aos serviços prestados para cada ano representa o total das variações no passivo por cobertura remanescente que se relacionam aos serviços atuais pelos quais a Odontoprev espera receber contraprestação e compreende os itens a seguir:

- As despesas com serviços de seguros incorridas no período;
- As mudanças no ajuste de risco para risco não financeiro;
- O valor a ser liberado de CSM pelas coberturas prestadas no período; e
- Outros valores, como ajustes de experiência para recebimentos de contraprestações relacionadas ao período atual ou passado, se houver.

Além disso, a Odontoprev aloca uma parcela das contraprestações referentes à recuperação dos fluxos de caixa de aquisição de seguros a cada período de forma sistemática com base na passagem do tempo. A Companhia reconhece o valor alocado, ajustado pelo acréscimo de juros às taxas de desconto determinadas no reconhecimento inicial do grupo de contratos relacionados, como receita de seguros e igual valor como despesas de serviços de seguros.

(ii) Receita de seguros - Contratos calculados por PAA

Para os contratos mensurados pelo PAA, a receita de seguro de cada período é o valor dos recebimentos de contraprestações esperadas pela prestação de serviços no período.

Odontoprev S.A.**Notas Explicativas****Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas****Em 31 de dezembro de 2023**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(iii) Despesas de seguros

As despesas com serviços de seguros decorrentes de contratos de seguros são reconhecidas no resultado geralmente à medida que são incorridas. Excluem amortizações de componentes de investimento e compreendem os seguintes itens:

- Alterações na provisão de eventos incorridos relacionados a eventos e despesas incorridas no período;
- Alterações na provisão de eventos incorridos relacionados a eventos e despesas incorridas em períodos anteriores (relacionados a serviços passados);
- Outras despesas de serviço de seguro diretamente atribuíveis incorridas no período;
- Amortização dos fluxos de caixa de aquisição de seguros;
- Componente de perda de grupos onerosos de contratos inicialmente reconhecidos no período; e
- Mudanças no PCR relacionadas ao serviço futuro que não ajustam o CSM, pois são mudanças no componente de perda nos grupos de contratos onerosos.

(iv) Receitas e despesas financeiras de seguros

As receitas e despesas financeiras de seguros incluem variações nos valores contábeis de grupos de contratos de seguro decorrentes dos efeitos do valor monetário temporal, do risco financeiro e das variações de taxas e hipóteses. A Companhia reconhece na DRE, o resultado de juros referente aos contratos de seguros e, em outros resultados abrangentes o valor referente a variação nas taxas e hipóteses financeiras. O objetivo da apresentação segregada das receitas e despesas financeiras da entidade tem como finalidade evitar maior volatilidade nos resultados do período.

2.3. Segmentos operacionais

As informações são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais e estratégicas da Companhia, a Diretoria Estatutária, que é responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais (nota 22).

2.4. Moeda funcional e conversão em moeda estrangeira

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são avaliados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (moeda funcional) e tais demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais (R\$).

Para as Controladas Odontored e Oprev (nota 1) a moeda funcional é o peso mexicano, a qual é convertida para a moeda funcional da Companhia para fins de apresentação, utilizando-se a taxa de câmbio de fechamento na data do respectivo balanço (ativos e passivos circulantes), da data das transações (ativos e passivos não circulantes e patrimônio líquido) e média mensal (receitas e despesas). Ganhos ou perdas de conversão de saldos denominados em moeda estrangeira resultantes da liquidação de tais transações e da conversão de saldos na data de fechamento de balanço são reconhecidos no patrimônio líquido.

2.5. Ativo circulante**2.5.1. Classificação****(a) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa corresponde às disponibilidades que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da Companhia sem restrições para o uso imediato (nota 6).

Odontoprev S.A.**Notas Explicativas****Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas****Em 31 de dezembro de 2023**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Equivalentes de caixa são ativos de alta liquidez mantidos para atender a compromissos de curto prazo, os quais possuem vencimentos originais em até três meses de sua aquisição com risco insignificante de mudança de valor (nota 6).

(b) Aplicações financeiras (ativos financeiros ao valor justo através do resultado)

De acordo com a norma CPC 48 / IFRS 9, o ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo através do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, a entidade pode, no reconhecimento inicial, designar de modo irrevogável o ativo financeiro como mensurado ao valor justo por meio do resultado se, ao fazê-lo, puder eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração (descasamentos contábeis).

Os ativos financeiros mensurados a valor justo através do resultado da Companhia são classificados dessa forma visto que não são aprovados no teste de SPPI (“*Solely Payments of Principal and Interest*”) de acordo com as orientações do CPC 48 / IFRS 9. Para esses ativos, a Companhia toma decisões de compra e venda baseadas em seus respectivos modelos de negócios, que por sua vez, são baseados no apetite para riscos, necessidade de fluxos de caixa e objetivos da Companhia. Tais ativos financeiros correspondem a aplicações financeiras contabilizadas no ativo circulante (nota 4.1.1 e nota 7) e mudanças em seu valor justo são reconhecidas no resultado do exercício.

(c) Aplicações financeiras (ativos financeiros ao custo amortizado)

Os ativos financeiros mensurados a custo amortizado são avaliados pelo teste de SPPI e com base no modelo de negócios. Os ativos apresentam fluxos de caixa que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Além disso, são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para a manutenção em carteira até o vencimento. São mensurados no ativo não circulante quando o vencimento é superior a 12 meses e são registrados pelo custo na respectiva data de aquisição acrescidos dos rendimentos (nota 4.1.1 e nota 7).

(d) Ativos Financeiros a custo amortizado (Recebíveis)

São ativos financeiros mantidos pela Companhia a fim de receber fluxos de caixa contratuais que representam o pagamento de principal e juros. São classificados no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados no ativo não circulante).

2.5.2. Reconhecimento e mensuração

Os ativos financeiros são reconhecidos pelo valor justo e custo amortizado, sendo que os custos, os ganhos e perdas decorrentes da transação são contabilizados em contrapartida à conta específica do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os riscos e benefícios da propriedade tenham sido transferidos significativamente pela Companhia.

Odontoprev S.A.**Notas Explicativas****Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas****Em 31 de dezembro de 2023**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.5.3. Estimativa do valor justo

A Companhia aplica o CPC 46/IFRS 13 – Mensuração do valor justo para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação destas mensurações de acordo com o nível hierárquico destacados a seguir, e tem como política de gestão de risco financeiro a contratação de produtos financeiros disponíveis no mercado brasileiro, cujo valor de mercado pode ser mensurado com confiabilidade, visando alta liquidez para honrar suas obrigações futuras (nota 4.1.1).

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados operantes para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis de mercado.
- Nível 3: informações para o ativo ou passivo que não são baseadas em variáveis observáveis de mercado.

2.5.4. Recuperabilidade (*impairment*) de ativos financeiros

A Companhia e suas Controladas avaliam no final de cada período se há evidência de que a qualidade de crédito de um ativo ou grupo de ativos está deteriorada e os prejuízos de *impairment* são incorridos como resultado, o qual tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados.

A Companhia e suas Controladas reconhecem na provisão de cobertura remanescente de seguros uma parcela referente a redução ao valor recuperável sobre contraprestações a receber considerando as faturas em atraso acima de 60 dias para contratos individuais e 90 dias para contratos coletivos, acrescida de um percentual médio de perda apurado em um estudo de comportamento histórico da carteira. As perdas com clientes são registradas no resultado de seguros.

Os valores até R\$15 vencidos acima de 180 dias e os acima de R\$15 vencidos acima de 365 dias, para os quais não há mais expectativa da Administração para recuperação, são contabilizados como perda efetiva no resultado de seguros.

Mediante a avaliação da existência de evidência objetiva de perda por *impairment*, a Companhia e suas Controladas mensuram a provisão, reduzindo o saldo contábil ao seu valor recuperável e reconhecendo o valor da provisão. Caso, num período subsequente, ocorrer a diminuição do valor da perda por *impairment* e esta puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após ter sido reconhecida, a recuperação e reversão são reconhecidas na demonstração do resultado.

As demais classes de ativos financeiros classificadas a custo amortizado não contêm ativos classificados como *impaired*. A exposição máxima de risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada anteriormente.

2.6. Ativos e Passivos Não Circulante**2.6.1. Realizável a longo prazo****(a) Imposto de Renda e Contribuição Social (IRPJ/CSLL) diferidos – ativo e passivo**

Os ativos fiscais diferidos cuja dedutibilidade seja provável são reconhecidos com relação às diferenças temporárias tributáveis, ou seja, sobre as diferenças que resultarão em valores a serem excluídos no cálculo do resultado tributável do imposto de renda e da contribuição social de exercícios futuros (nota 11.1).

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem realizadas ou revertidas.

Odontoprev S.A.**Notas Explicativas****Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas****Em 31 de dezembro de 2023**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, sejam referentes a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária e sobre a mesma entidade sujeita à tributação, ou sobre entidades tributáveis distintas, mas que exista a intenção de liquidar os impostos correntes passivos e ativos em uma base líquida ou os ativos e passivos fiscais serão realizados simultaneamente.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de elaboração das demonstrações financeiras e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

(b) Depósitos judiciais cíveis, fiscais e trabalhistas

Referem-se a processos fiscais e cíveis atualizados monetariamente pelo índice Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) e trabalhistas atualizados monetariamente pela poupança (nota 11.2).

(c) Investimentos (participações societárias)

Representados por investimentos em Controladas, Coligadas e Controladas em Conjunto, avaliados pelo método de equivalência patrimonial com base em seus respectivos balanços patrimoniais (nota 12).

(d) Imobilizado**(i) Imobilizado em operação (imobilizações)**

Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear às taxas anuais (nota 13).

Os ganhos e perdas de alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos no resultado.

(ii) Direito de uso (CPC 06 (R2) / IFRS 16)

Reconhecimento da estimativa do valor presente dos pagamentos dos passivos de arrendamento (notas 13 e 20).

(e) Intangível**(i) Ágio (*goodwill*) na aquisição de investimentos**

Refere-se ao ágio fundamentado na geração de lucros futuros, pagos na aquisição de investimentos (notas 14.1 e 14.2). É representado pela diferença positiva entre o valor pago pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da Controlada adquirida e da alocação de itens intangíveis.

O *goodwill* é testado no mínimo anualmente para avaliar a existência de possíveis perdas (nota 14.2) sendo contabilizado pelo seu valor de custo deduzido das perdas acumuladas por *impairment*, se houver, as quais não são revertidas.

(ii) Desenvolvimento de sistemas e licenças de uso de softwares

Os gastos com desenvolvimento de sistemas e licenças de uso de softwares que são diretamente atribuíveis a projetos e aos testes de produtos de softwares identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis até que estejam prontos para serem utilizados. São amortizados pelo método linear, no prazo máximo de 60 meses (nota 14.1). Após a conclusão dos projetos, os gastos de manutenção são reconhecidos como despesa.

Odontoprev S.A.**Notas Explicativas****Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas****Em 31 de dezembro de 2023**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(iii) Ativos intangíveis alocados

Valores atribuídos à marca, carteira de clientes e acordo de não concorrência oriundos de aquisição de controle em investidas, os quais são amortizados pelo método linear de acordo com os prazos identificados em laudo de avaliação (nota 14.1).

2.7. Recuperabilidade (*impairment*) de ativos não financeiros

A Companhia efetua análise anual do valor de recuperação dos ativos, com a finalidade de: (i) verificar se há indicativo de perda por redução ao valor de recuperação de ativos e; (ii) medir a eventual perda por redução ao valor de recuperação de ativos existentes, com o objetivo de complementar ou reverter provisão para perdas, quando aplicável, por redução ao valor de recuperação de ativos.

Os ativos que estão sujeitos à depreciação/amortização são revisados anualmente para a verificação de *impairment* ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor contábil do ativo que excede seu valor recuperável (maior valor entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso).

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment* (nota 14.1).

2.8. Tributos e encargos sociais a recolher

(a) IRPJ e CSLL: são calculados com base nos critérios estabelecidos pela legislação vigente. A provisão para IRPJ é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescido de adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R\$240 ao ano e engloba a parcela correspondente aos incentivos fiscais (notas 16 e 25). A CSLL é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro real (notas 16 e 26).

(b) Demais obrigações fiscais: compostas, principalmente, pelas provisões para o Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), as quais são calculadas com base nos critérios estabelecidos pela legislação vigente e constituídas às alíquotas de 0,65% e de 4% respectivamente, ambas sobre o faturamento (notas fiscais emitidas) deduzido de eventos indenizáveis pagos (nota 16).

(c) Obrigações fiscais municipais: corresponde à provisão para o Imposto Sobre Serviços (ISS) calculado com base nos critérios estabelecidos pela legislação vigente, constituída a alíquotas que variam de 2% a 5% (nota 16).

(d) Obrigações sociais: encargos sociais a recolher, contribuições ao Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS) e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

2.9. Comercialização sobre operações

Compromissos com prestadores de serviços de intermediação de planos, comissões e agenciamentos a pagar, que são, em sua maioria, liquidados mensalmente.

2.10. Outras obrigações e obrigações trabalhistas

Incluem-se obrigações a liquidar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios que são classificados no passivo circulante, exceto se o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados no passivo não circulante, obrigações trabalhistas (salários, férias e honorários), adiantamentos de clientes, dividendos e juros sobre capital próprio (nota 21.5), investimentos a pagar (nota 19.4) e passivo de arrendamento e ajuste a valor presente (CPC 06 (R2) / IFRS 16) (nota 20).

Odontoprev S.A.**Notas Explicativas****Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas****Em 31 de dezembro de 2023**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.11. Provisões para ações judiciais (contingências)

A Companhia e suas Controladas avaliam suas contingências de acordo com as determinações emanadas pelo pronunciamento contábil CPC 25/IAS 37 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, no qual apenas os processos estimados como “perdas prováveis”, baseados na opinião dos assessores jurídicos internos e externos sobre a causa das ações, na similaridade com processos anteriores, na complexidade da causa e na jurisprudência em casos semelhantes, 100% dos valores pretendidos são provisionados (nota 19.1).

Os processos perante ANS, os processos perante os órgãos de proteção ao consumidor e perante os órgãos de classe, seguem a mesma regra de provisionamento acima, onde apenas os processos estimados como “perdas prováveis”, baseados na opinião dos assessores jurídicos internos e externos sobre a causa das ações, na similaridade com processos anteriores e na complexidade da causa, são provisionados 100% dos valores envolvidos.

Os processos judiciais relacionados a obrigações tributárias (legais, fiscais e previdenciárias), cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, têm os seus montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras, com eventual constituição de provisão, e atualizados monetariamente de acordo com a legislação fiscal (taxa Selic).

2.12. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido (nota 21.1).

A Companhia recompra ações visando maximizar a geração de valor para os acionistas.

2.13. Reconhecimento das receitas**(a) Vendas de bens e serviços**

As receitas de vendas de bens e serviços são apropriadas ao resultado conforme regime de competência e atendendo ao cumprimento das obrigações de *performance* (notas 22 (d) e 23). Na modalidade de planos odontológicos administrados, a Odontoprev administra as despesas odontológicas em favor de seus clientes e é integralmente reembolsada pelos clientes, registrando como receita da operação somente sua taxa de administração.

(b) Financeiras

Receitas oriundas dos rendimentos das aplicações financeiras e atualizações monetárias (nota 25).

2.14. Benefícios a empregados e administradores

Em relação aos benefícios a empregados e administradores, mesmo na forma de instrumentos financeiros, a Companhia e suas Controladas classificam em despesas administrativas as participações no resultado e programa de incentivo de longo prazo (ILP), conforme determinações do CPC 33 (R1)/IAS 19 – Benefícios a Empregados.

2.15. Dividendos e juros sobre o capital próprio (JCP)

A distribuição de dividendos e JCP para os acionistas da Odontoprev é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras, com base no Estatuto Social da Companhia que prevê um dividendo mínimo obrigatório de 50% sobre o lucro líquido. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório, desde que não pago, é mantido no patrimônio líquido na conta “dividendo adicional proposto” até a sua aprovação pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária (AGO) (nota 21.6).

Odontoprev S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.16. Lucro por ação

A Companhia calcula os lucros básico e o diluído por ação em conformidade com o CPC 41/IAS 33 – Resultado por Ação (nota 27).

2.17. Normas e interpretações

Emenda Constitucional 132 de 20 de dezembro de 2023

Em 20 de dezembro de 2023 foi promulgada a Emenda Constitucional 132 que estabelece as bases para a Reforma Tributária. O principal efeito da aprovação é a unificação, a partir de 2033, de cinco tributos — ICMS, ISS, IPI, PIS e Cofins — em uma cobrança única, que será dividida entre os níveis federal (CBS: Contribuição sobre Bens e Serviços) e estadual/municipal (IBS: Imposto sobre Bens e Serviços). O texto aprovado necessita de regulamentação que se dará através da emissão de Leis Complementares que serão avaliadas pela Administração quando divulgadas pela Receita Federal do Brasil.

2.18. Retificação para fins de comparabilidade

O IASB emitiu a CPC 50 / IFRS 17, em substituição à CPC 11 / IFRS 4 – Contratos de Seguro, que estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguros dentro do escopo da norma. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade.

Em decorrência da adoção inicial do CPC 50 “Contatos de Seguros” e do IFRS 17 “*Insurance Contracts*”, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo retificados como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e no IAS 8 - *Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors*.

O resumo dos efeitos da retificação do Balanço Patrimonial findo em 01 de janeiro de 2022 e 31 de dezembro de 2022 e a Demonstração dos Resultados do Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 está apresentado abaixo:

(a) Efeitos da aplicação inicial

Balanço patrimonial
(em milhares de reais)

ATIVO	Companhia			Consolidado		
	Saldo em 01 de janeiro de 2022	Efeitos (CPC 50/IFRS 17)	Saldo em 01 de janeiro de 2022 Retificado	Saldo em 01 de janeiro de 2022	Efeitos (CPC 50/IFRS 17)	Saldo em 01 de janeiro de 2022 Retificado
Circulante	515.928	(116.754)	399.174	582.488	(127.174)	455.314
Disponível (caixa e equivalentes de caixa)	15.584	-	15.584	16.422	-	16.422
Aplicações Financeiras	289.303	-	289.303	315.140	-	315.140
Contas a Receber	164.971	(86.462)	78.509	191.074	(96.882)	94.192
Contraprestações Pecuniárias/Prêmios a Receber	160.514	(160.514)	-	161.420	(161.420)	-
Provisão para Perdas sobre Créditos	(24.449)	24.449	-	(24.800)	24.800	-
Participação de Beneficiários em Eventos/Sinistros Indenizáveis	811	(811)	-	811	(811)	-
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde	8.455	(8.455)	-	8.455	(8.455)	-
Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	-	-	-	11.307	(11.307)	-
Ativos de Contratos de Seguro e Resseguro	-	47.488	47.488	-	48.911	48.911
Outras Contas a Receber	19.640	11.381	31.021	33.881	11.400	45.281
Estoque	-	-	-	4.421	-	4.421
Tributos a Recuperar	11.250	-	11.250	19.912	-	19.912
Despesas Antecipadas	34.820	(30.292)	4.528	35.519	(30.292)	5.227
Não circulante	1.344.970	(24.595)	1.320.375	1.351.353	(27.467)	1.323.886
Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	399.487	-	399.487	399.487	-	399.487
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	24.762	(24.762)	-	28.097	(28.097)	-
Outros Ativos Não Circulantes	35.995	-	35.995	52.742	-	52.742
Investimentos (participações societárias pelo método de equivalência patrimonial)	60.279	167	60.446	14.493	630	15.123
Imobilizado	50.091	-	50.091	70.235	-	70.235
Intangível	774.356	-	774.356	786.299	-	786.299
TOTAL DO ATIVO	1.860.898	(141.349)	1.719.549	1.933.841	(154.641)	1.779.200

Odontoprev S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

PASSIVO	Companhia			Consolidado		
	Saldo em 01 de janeiro de 2022	Efeitos (CPC 50/IFRS 17)	Saldo em 01 de janeiro de 2022	Saldo em 01 de janeiro de 2022	Efeitos (CPC 50/IFRS 17)	Saldo em 01 de janeiro de 2022
			Retificado			Retificado
Circulante	551.084	(204.752)	346.332	591.361	(214.070)	377.291
Provisão técnica de operações de assistência à saúde	354.617	(354.617)	-	365.971	(365.971)	-
Passivos de Contratos de Seguro e Resseguro	-	148.919	148.919	-	151.051	151.051
Débitos de operações de assistência à saúde	627	-	627	1.241	(589)	652
Tributos e encargos a recolher	28.291	-	28.291	34.399	-	34.399
Débitos diversos	167.549	946	168.495	189.750	1.439	191.189
Não circulante	194.010	5.158	199.168	221.231	1.492	222.723
Provisão para ações judiciais (contingências)	64.792	-	64.792	67.857	-	67.857
Tributos e encargos sociais a recolher	15.854	-	15.854	15.854	-	15.854
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-	5.158	5.158	-	1.492	1.492
Débitos diversos	113.364	-	113.364	137.520	-	137.520
Patrimônio líquido	1.115.804	58.245	1.174.049	1.121.249	57.937	1.179.186
Patrimônio líquido	1.115.804	-	1.115.804	1.121.249	-	1.121.249
Reserva de Primeira Aplicação	-	58.245	58.245	-	58.245	58.245
Participação dos Acionistas Não Controladores	-	-	-	(308)	-	(308)
TOTAL DO PASSIVO	1.860.898	(141.349)	1.719.549	1.933.841	(154.641)	1.779.200

(b) Efeitos retificação em 31 de dezembro de 2022**Balanço patrimonial**

(em milhares de reais)

ATIVO	Companhia			Consolidado		
	Saldo em 31 de dezembro de 2022	Efeitos (CPC 50/IFRS 17)	Saldo em 31 de dezembro de 2022	Saldo em 31 de dezembro de 2022	Efeitos (CPC 50/IFRS 17)	Saldo em 31 de dezembro de 2022
			Retificado			Retificado
Circulante	424.473	(164.674)	259.799	498.898	(173.595)	325.303
Disponível (caixa e equivalentes de caixa)	14.815	-	14.815	15.837	-	15.837
Aplicações Financeiras	184.123	-	184.123	215.101	-	215.101
Contas a Receber	185.349	(130.256)	55.093	214.866	(139.177)	75.689
Contraprestações Pecuniárias/Prêmios a Receber	184.042	(184.042)	-	178.261	(178.261)	-
Provisão para Perdas sobre Créditos	(23.466)	23.466	-	(23.253)	23.253	-
Participação de Beneficiários em Eventos/Sinistros Indenizáveis	1.313	(1.313)	-	1.313	(1.313)	-
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde	9.394	(9.394)	-	5.191	(5.191)	-
Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	-	-	-	13.055	(13.055)	-
Ativos de Contratos de Seguro e Resseguro	-	31.256	31.256	-	36.003	36.003
Outras Contas a Receber	14.066	9.771	23.837	40.299	(613)	39.686
Estoque	-	-	-	4.767	-	4.767
Tributos a Recuperar	1.610	-	1.610	8.968	-	8.968
Despesas Antecipadas	38.576	(34.418)	4.158	39.359	(34.418)	4.941
Não circulante	1.545.816	29.880	1.575.696	1.520.955	26.635	1.547.590
Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	564.293	-	564.293	564.293	-	564.293
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	6.031	29.324	35.355	9.213	28.298	37.511
Outros Ativos Não Circulantes	59.607	-	59.607	62.213	-	62.213
Investimentos (participações societárias pelo método de equivalência patrimonial)	77.285	556	77.841	17.860	(1.663)	16.197
Imobilizado	27.554	-	27.554	44.743	-	44.743
Intangível	811.046	-	811.046	822.633	-	822.633
TOTAL DO ATIVO	1.970.289	(134.794)	1.835.495	2.019.853	(146.960)	1.872.893

Odontoprev S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

PASSIVO	Companhia			Consolidado		
	Saldo em 31 de dezembro de 2022	Efeitos (CPC 50/IFRS 17)	Saldo em 31 de dezembro de 2022	Saldo em 31 de dezembro de 2022	Efeitos (CPC 50/IFRS 17)	Saldo em 31 de dezembro de 2022
	Retificado		Retificado	Retificado		Retificado
Circulante	677.457	(78.426)	599.031	717.704	(90.592)	627.112
Provisão técnica de operações de assistência à saúde	400.183	(400.183)	-	407.589	(407.589)	-
Passivos de Contratos de Seguro e Resseguro	-	316.790	316.790	-	318.199	318.199
Débitos de operações de assistência à saúde	5.506	-	5.506	6.406	(879)	5.527
Tributos e encargos a recolher	38.035	-	38.035	43.330	-	43.330
Débitos diversos	233.733	4.967	238.700	260.379	(323)	260.056
Não circulante	108.673	-	108.673	116.631	-	116.631
Provisão para ações judiciais (contingências)	34.037	-	34.037	35.404	-	35.404
Tributos e encargos sociais a recolher	18.555	-	18.555	18.555	-	18.555
Débitos diversos	56.081	-	56.081	62.672	-	62.672
Patrimônio líquido	1.184.159	(56.368)	1.127.791	1.185.518	(56.368)	1.129.150
Patrimônio líquido	1.184.159	-	1.184.159	1.185.518	-	1.185.518
Reserva de Primeira Aplicação	-	57.936	57.936	-	57.936	57.936
Lucro e prejuízos acumulados	-	(86.311)	(86.311)	-	(86.311)	(86.311)
Ajustes Acumulados de Conversão	-	(8)	(8)	-	(8)	(8)
Outros Resultados Abrangentes	-	(27.985)	(27.985)	-	(27.985)	(27.985)
TOTAL DO PASSIVO	1.970.289	(134.794)	1.835.495	2.019.853	(146.960)	1.872.893

Demonstração do resultado

(em milhares de reais)

	Companhia			Consolidado		
	Saldo em 31 de dezembro de 2022	Efeitos (CPC 50/IFRS 17)	Saldo em 31 de dezembro de 2022	Saldo em 31 de dezembro de 2022	Efeitos (CPC 50/IFRS 17)	Saldo em 31 de dezembro de 2022
	Retificado		Retificado	Retificado		Retificado
Contraprestações Líquidas/Prêmios Retidos	1.967.571	(1.967.571)	-	1.986.176	(1.986.176)	-
Receita de seguros (PAA)	-	1.454.437	1.454.437	-	1.476.364	1.476.364
Receita de seguros (BBA)	-	370.949	370.949	-	370.949	370.949
RECEITAS DE SEGUROS E RESSEGUROS	1.967.571	(142.185)	1.825.386	1.986.176	(138.863)	1.847.313
Eventos indenizáveis líquidos/sinistros retidos	(689.778)	689.778	-	(683.399)	683.399	-
Despesas de comercialização	(210.137)	210.137	-	(212.092)	212.092	-
Tributos Diretos de Operações com Planos de Assistência à Saúde da Operadora	(90.833)	90.833	-	(90.833)	90.833	-
Materiais Odontológicos	(12.466)	12.466	-	(6.349)	6.349	-
Demais Custos Operacionais	(24.167)	24.167	-	(42.695)	42.695	-
Despesas com seguros	-	(1.346.400)	(1.346.400)	-	(1.353.346)	(1.353.346)
DESPESAS DE SEGUROS E RESSEGUROS	(1.027.381)	(319.019)	(1.346.400)	(1.035.368)	(317.978)	(1.353.346)
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS	940.190	(461.204)	478.986	950.808	(456.841)	493.967
Vendas de Bens e Serviços	-	-	-	21.892	-	21.892
Impostos sobre Vendas de Bens e Serviços	-	-	-	(14.813)	-	(14.813)
Outras receitas (despesas) operacionais	(46.036)	81.644	35.608	(45.316)	81.644	36.328
RESULTADO BRUTO	894.154	(379.560)	514.594	912.571	(375.197)	537.374
Despesas administrativas	(306.716)	261.699	(45.017)	(298.406)	261.625	(36.781)
Programa de incentivo de longo prazo (ILP)	(20.081)	20.081	-	(21.077)	20.081	(996)
Participações no resultado	(23.605)	-	(23.605)	(26.106)	-	(26.106)
Resultado financeiro líquido	70.488	(34.993)	35.495	72.667	(34.993)	37.674
Receitas financeiras	85.116	-	85.116	88.843	-	88.843
Despesas financeiras	(14.628)	(34.993)	(49.621)	(16.176)	(34.993)	(51.169)
Resultado de equivalência patrimonial	22.347	1.319	23.666	6.609	(480)	6.129
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	636.587	(131.454)	505.133	646.258	(128.964)	517.294
Imposto de renda e contribuição social	(184.416)	45.143	(139.273)	(194.897)	43.852	(151.045)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	452.171	(86.311)	365.860	451.361	(85.112)	366.249
Atribuível a:						
Acionistas da Companhia	452.171	(86.311)	365.860	452.171	(86.311)	365.860
Participação dos não controladores	-	-	-	(810)	1.199	389
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	452.171	(86.311)	365.860	451.361	(85.112)	366.249

3. Estimativas e julgamentos contábeis

Na preparação das demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e Consolidado e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas, porém, os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua sendo os impactos de suas revisões reconhecidos prospectivamente em conformidade com o disposto no CPC 23/IAS 8 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro.

Odontoprev S.A.**Notas Explicativas****Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas****Em 31 de dezembro de 2023**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras incluem: (i) avaliação de passivos de seguros (nota 2.2 e 16) e (ii) avaliação de provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas (notas 2.11 e 19.1).

(b) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material incluem: (i) cálculo de recuperabilidade (*impairment*) de ativos financeiros (notas 2.5.4 e 7), (ii) avaliação de ativos fiscais diferidos (notas 2.6.1 (a) e 11.1), (iii) cálculo de recuperabilidade (*impairment*) de ativos não financeiros (notas 2.6.1 (e), 2.7 e 14.1), (iv) cálculo do direito de uso, passivo de arrendamento e respectivo ajuste a valor presente (notas 2.6.1 (d), 2.11 e 20 e (v) premissas utilizadas na mensuração dos contratos de seguros com base no CPC 50 / IFRS17 (nota 2.2).

4. Gerenciamento de riscos

Os principais riscos decorrentes dos negócios da Companhia e de suas Controladas mencionados a seguir são gerenciados pelos Gestores de Riscos e avaliados e monitorados pelas áreas de Gestão de Riscos e Controles Internos, Compliance e Segurança da Informação e Privacidade de Dados e contemplam políticas e estratégias de gerenciamento de riscos consideradas adequadas pela Administração.

As políticas e estratégias de gerenciamento de riscos, que contemplam a identificação, categorização, avaliação, tratamento e monitoração dos riscos, são acompanhadas pelo Comitê de Auditoria, criado e instalado em 26 de março de 2010, por determinação do Conselho de Administração e em conformidade com o Estatuto Social da Companhia. Desde outubro de 2022, a Companhia implementou o Comitê de Gestão de Riscos, órgão subordinado à Presidência e que avalia e monitora as exposições de risco, apoiando o Comitê de Auditoria.

4.1. Fatores de risco financeiro**4.1.1. Risco de mercado (taxa de juros)**

Advém da possibilidade da Companhia e de suas Controladas diretas e indiretas estarem sujeitas a alterações nas taxas de juros que possam trazer impactos ao valor justo do portfólio das aplicações financeiras.

A Companhia e suas Controladas adotam a política de aplicação obedecendo a critérios de avaliação interna e limites estabelecidos com base em informações qualitativas e quantitativas e incluem a necessidade de alocação de recursos em conformidade com a RN 521/2022 da ANS, para a garantia das provisões técnicas. A carteira de aplicações financeiras da Companhia e de suas Controladas, composta, em sua maioria, por títulos públicos federais de longo prazo, está exposta à juros reais em instrumentos pós-fixados à inflação medida pelo IPCA.

Em 31 de dezembro de 2023, dos recursos totais da Companhia e Consolidado, 81,0% e 79,6% (86% e 83,7% em 31 de dezembro de 2022) estão aplicados em títulos públicos federais, 19% e 20,4% (14% e 16,3% em 31 de dezembro de 2022) estão aplicados em fundos de investimentos, impactados substancialmente pela variação da taxa Selic/CDI.

Odontoprev S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em atendimento ao CPC 40 (R1) / IFRS 7 – Instrumentos financeiros: evidenciação, a Companhia e suas Controladas realizaram análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros conforme destacado no quadro a seguir:

Nível hierárquico ²	Companhia									
	Indexados à					Rendimentos				
	SELIC/CDI		IPCA + pré-fixado			Pré-fixados			Total de aplicações financeiras	
SELIC/CDI (a.a) ¹	Fl renda fixa ²	Pré fixado ³	IPCA (a.a) ¹	NTN-B ²	Pré fixado ³	NTN-F ²	Pré fixado ³	LTN	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplicações	180.916			604.660		153.350		10.845	949.771	
Projeção rentabilidade próximos 12 meses:										
Provável	9,00%	16.282	4,60%	3.88%	51.259	10,10%	15.494	12,52%	19.199	102.234
Queda 2,0 p.p.	7,00%	12.664		1,88%	39.166		15.494		19.199	86.523
Queda 3,0 p.p.	6,00%	10.855		0,88%	33.119		15.494		19.199	78.667
Elevação 2,0 p.p.	11,00%	19.901		5,88%	63.352		15.494		19.199	117.946
Elevação 3,0 p.p.	12,00%	21.710		6,88%	69.399		15.494		19.199	125.802

¹Baseada no relatório FOCUS divulgado pelo Banco Central do Brasil em 29 de dezembro de 2023.²Classificação nível hierárquico³A aplicação em questão não está exposta à flutuações de indexadores pois possui rendimentos pré-fixados.

Nível hierárquico ²	Consolidado									
	Indexados à					Rendimentos				
	SELIC/CDI	Indexados à	Indexados ao	IPCA + pré-fixado	Rendimentos	Pré-fixados	Total de aplicações financeiras			
SELIC/CDI (a.a) ¹	Fl renda fixa ²	BM (a.a) ³	CETES ²	Pré fixado ⁴	IPCA (a.a) ¹	NTN-B ²	Pré fixado ⁴	NTN-F ²	Pré fixado ⁴	LTN
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplicações	199.104	-	9.799	-	-	604.660	-	153.350	-	10.845
Projeção rentabilidade próximos 12 meses:										
Provável	9,00%	17.919	11,20%	1.097	4,60%	4,02%	52.105	10,10%	15.494	12,52%
Queda 2,0 p.p.	7,00%	13.937	9,20%	902		2,02%	40.012		15.494	
Queda 3,0 p.p.	6,00%	11.946	8,20%	804		1,02%	33.966		15.494	
Elevação 2,0 p.p.	11,00%	21.901	13,20%	1.293		6,02%	64.198		15.494	
Elevação 3,0 p.p.	12,00%	23.892	14,20%	1.391		7,02%	70.245		15.494	

¹Baseada no relatório FOCUS divulgado pelo Banco Central do Brasil em 29 de dezembro de 2023.²Classificação nível hierárquico (nota 2.4.3).³Taxas disponíveis no Banco Central do México.⁴A aplicação em questão não está exposta à flutuações de indexadores pois possui rendimentos pré-fixados.

A Companhia adotou em sua avaliação os percentuais 2,0 p.p e 3,0 p.p levando em conta a variação da taxa Selic nos últimos 12 meses e considera razoável a exposição de suas aplicações a esta variação. Em 31 de dezembro de 2023, o total das aplicações financeiras R\$949.771 (R\$748.416 em 31 de dezembro de 2022) referem-se à Companhia e R\$27.987 (R\$30.978 em 31 de dezembro de 2022) referem-se às demais empresas Controladas.

Banco Bradesco S.A.	31 de dezembro de 2023				31 de dezembro de 2022				Ratings das instituições financeiras			
	Rendimento médio		% do CDI		Rendimento médio		% do CDI		Fitch		Moody's	
	Companhia	Consolidado	% do CDI	Companhia	Consolidado	% do CDI	CP	LP	CP	LP	CP	LP
180.916	199.104	98,3%	104.614	127.381	94,9%	F1+	AAA	NP	Ba1	brA-1+	brAAA	
768.855	768.855	70,2%	643.802	643.802	72,6%	BB			Ba2		BB	
-	9.799	-	-	8.211	-	-	BBB-	-	Baa2	-	BBB	
949.771	977.758			748.416	779.394							

4.1.2. Risco de crédito

Advém da possibilidade da Companhia e de suas Controladas diretas e indiretas não receberem, total ou parcialmente, os valores decorrentes das aplicações financeiras (nota 7). A política de crédito considera as peculiaridades das operações de planos odontológicos e é orientada de forma a manter a flexibilidade exigida pelas condições de mercado (nota 2.5.4).

A Companhia não possui cliente que represente concentração de faturamento de 10% ou mais do total de sua

Odontoprev S.A.**Notas Explicativas****Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas****Em 31 de dezembro de 2023**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

respectiva classe de ativos financeiros.

4.1.3. Risco de liquidez

Advém da possibilidade da Companhia e de suas Controladas diretas e indiretas não serem capazes de cumprir eficientemente suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela impossibilidade de realizar tempestivamente seus ativos ou pelo fato de tal realização resultar em perdas significativas e/ou no descumprimento de requisitos regulatórios.

A gestão do risco de liquidez visa monitorar os prazos de liquidação dos direitos, obrigações e instrumentos financeiros, elaborando análises de fluxo de caixa projetado e revisando periodicamente as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados, sobretudo os relacionados aos ativos garantidores das provisões técnicas.

Os recebimentos que compõem o fluxo de caixa da Companhia e de suas Controladas são oriundos, basicamente dos contratos coletivos e individuais na modalidade pré-pagamento, o que ocorre em sua maioria, na primeira quinzena de cada mês. Em contrapartida, os pagamentos à rede credenciada, que são os principais fornecedores, transcorrem, na sua maioria, no início de cada mês. Trata-se de ativos e passivos de curto prazo.

4.2. Risco de subscrição

O risco de subscrição é a medida de incerteza relacionada a uma situação econômica adversa que contraria as expectativas da Companhia no momento da elaboração de sua política de subscrição quanto às incertezas existentes na estimação das provisões técnicas e relativas à precificação. O modelo de negócio da Odontoprev é baseado na cobrança de mensalidades ou anuidades aos clientes e está exposto a risco de seguro e de flutuação dos custos odontológicos, sendo que no setor de planos odontológicos o risco é limitado à frequência de utilização e pelo baixo custo dos tratamentos realizados.

No desenvolvimento e estruturação de planos odontológicos são levados em consideração os fatores:

Modelo de risco: pré-pagamento, taxa mensal *per capita*;**Modelo de atendimento:** define como o beneficiário receberá a assistência: rede credenciada, livre escolha, unidades de atendimento próprias e consultórios odontológicos exclusivos no estabelecimento do cliente;**Modelo de adesão:** integral (compulsória) ou parcial (livre adesão) ao plano;**Coberturas:** conjunto de tratamentos odontológicos cujo custeio está total ou parcialmente coberto pelo plano contratado, a ANS determina uma cobertura odontológica mínima;**Fatores moderadores de utilização:** co-participação e carências;**Honorários:** remunerações para os profissionais da rede credenciada, reembolso de livre escolha e clínicas próprias;**Material odontológico:** valor acrescido ao prêmio de risco e destinado às despesas com material odontológico do programa de fidelidade dos profissionais da rede credenciada.

A flutuação dos custos odontológicos também tem impacto direto nos contratos de planos odontológicos pois podem ser aumentados em decorrência do volume de utilização, legislação e elevação dos valores dos materiais odontológicos.

Para gerenciar o risco de subscrição, a Companhia possui um sistema próprio que permite a avaliação individual de todos os tratamentos realizados, bem como possui departamentos especializados que atuam na estimação dos passivos de seguros e na precificação dos planos odontológicos.

Odontoprev S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os contratos coletivos, possuem cláusulas de multa por descumprimento contratual e de reajuste anual do valor das taxas praticadas através do índice de sinistralidade (custo de serviços dos últimos 12 meses dividido pela receita de vendas) e/ou pela inflação, conforme índice oficial contratualmente previsto. São também comercializados contratos individuais ou familiares, renováveis automaticamente por tempo indeterminado, com cláusulas de multa por rescisão e de reajuste conforme índice oficial contratualmente previsto.

A Companhia efetua acompanhamento constante de seus contratos para minimizar os riscos e garantir seu equilíbrio financeiro.

Geralmente é admitido que um índice de sinistralidade entre 40% e até 60% permite uma margem de contribuição (resultado bruto deduzido das despesas de comercialização dividido pela receita de vendas) capaz de suportar as despesas administrativas da Companhia. Em 31 de dezembro de 2023 o índice de sinistralidade da Companhia e Consolidado foi de 37,5% e 37,8% respectivamente (38,6% e 38,4% em 31 de dezembro de 2022 respectivamente) e a margem de contribuição de 51,6% na Companhia e 51,5% no Consolidado (50,2% e 50,5% em 31 de dezembro de 2022 respectivamente).

							Acréscimo/redução margem de contribuição				
							Consolidado				
		Companhia					Consolidado				
Período findo em		Variações do índice de sinistralidade			Período findo em		Variações do índice de sinistralidade				
31 de dezembro de 2023		Igual a 60%		Igual a 40%		31 de dezembro de 2023		Igual a 60%		Igual a 40%	
Receita de vendas	2.009.698	100,0%	2.009.698	100,0%	2.009.698	100,0%	2.077.347	100,0%	2.077.347	100,0%	
Custo de serviços ¹	(754.539)	-37,5%	(1.205.819)	-60,0%	(803.879)	-40,0%	(786.011)	-37,8%	(1.246.408)	-60,0%	
Resultado bruto	1.255.159	62,5%	803.879	40,0%	1.205.819	60,0%	1.291.336	62,2%	830.939	40,0%	
Despesas de comercialização	(218.142)	-10,9%	(218.142)	-10,9%	(218.142)	-10,9%	(220.648)	-10,6%	(220.648)	-10,6%	
Margem de contribuição	1.037.017	51,6%	585.737	29,1%	987.677	49,1%	1.070.688	51,5%	610.291	29,4%	
(Redução)/acréscimo em margem			(451.280)	-22,5 p.p.	(49.340)	-2,5 p.p.			(460.397)	-22,2 p.p.	
										(44.928)	-2,2 p.p.

¹Exclui provisão de eventos/sinistros ocorridos e não avisados (PEONA) e reservas técnicas de sinistros.

							Acréscimo/redução margem de contribuição				
							Consolidado				
		Companhia					Consolidado				
Período findo em		Variações do índice de sinistralidade			Período findo em		Variações do índice de sinistralidade				
31 de dezembro de 2022		Igual a 60%		Igual a 40%		31 de dezembro de 2022		Igual a 60%		Igual a 40%	
Receita de vendas	1.876.738	100,0%	1.876.738	100,0%	1.876.738	100,0%	1.902.422	100,0%	1.902.422	100,0%	
Custo de serviços ¹	(724.069)	-38,6%	(1.126.043)	-60,0%	(750.695)	-40,0%	(730.101)	-38,4%	(1.141.453)	-60,0%	
Resultado bruto	1.152.669	61,4%	750.695	40,0%	1.126.043	60,0%	1.172.321	61,6%	760.969	40,0%	
Despesas de comercialização	(210.137)	-11,2%	(210.137)	-11,2%	(210.137)	-11,2%	(212.092)	-11,1%	(212.092)	-11,1%	
Margem de contribuição	942.532	50,2%	540.558	28,8%	915.906	48,8%	960.229	50,5%	548.877	28,9%	
(Redução)/acréscimo em margem			(401.974)	-21,4 p.p.	(26.626)	-1,4 p.p.			(411.352)	-21,6 p.p.	
										(30.868)	-1,6 p.p.

¹Exclui provisão de eventos/sinistros ocorridos e não avisados (PEONA) e reservas técnicas de sinistros.

4.3. Risco legal e regulatório – capital

A Companhia executa suas atividades de gestão de risco de capital por meio de um modelo centralizado, com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório para o segmento, segundo critérios determinados pela ANS, bem como otimizar o retorno sobre o capital para os acionistas. A estratégia e o modelo utilizados pela Administração consideram ambos "capital regulatório" e "capital econômico".

A Companhia mantém níveis de capital acima dos requerimentos regulatórios (nota 15).

4.4. Risco operacional

O risco operacional é a medida de incerteza que comprehende os riscos relacionados aos procedimentos internos (perda resultante de inadequações ou falhas em processos internos, pessoas e sistemas), bem como os eventos externos.

Odontoprev S.A.**Notas Explicativas****Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas****Em 31 de dezembro de 2023**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia possui um conjunto de normas, processos e estruturas organizacionais para gerenciar o risco operacional, incluindo Auditoria Interna; departamentos de segunda linha de defesa; segregação de funções em atividades e processos; limitações de autoridade por alçadas; segurança lógica nos sistemas computacionais; canais de comunicação para recepção de denúncias; plano de continuidade do negócio; seguros contratados para coberturas dos prédios, máquinas, móveis, utensílios e instalações, veículos, lucros cessantes, responsabilidade civil de administradores e diretores, responsabilidade cibernética por violação de segurança e privacidade; etc.

5. Combinação de negócios

Em 01 de fevereiro de 2023 a Odontoprev adquiriu 51% do capital social da Papaiz por meio da sua Controlada Clidec Participações.

A Papaiz, localizada em São Paulo, foi constituída em 1989 e é uma das empresas mais conceituadas no segmento de radiologia odontológica.

Para cálculo do ágio foram adotadas as premissas de acordo com o item 32 do CPC 15, totalizando R\$5.269.

A Administração espera que o ágio reconhecido seja dedutível para fins de imposto de renda, na sequência da reestruturação societária envolvendo controladora e controlada, nos termos da legislação tributária vigente.

Preço de aquisição, intangíveis e goodwill - Papaiz:

A tabela a seguir resume as transações, os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos e reconhecidos na data da aquisição, bem como o valor justo na data da aquisição da Papaiz:

Em 01 de fevereiro de 2023	Saldos
Contraprestação transferida	19.181
Total da contraprestação	19.181
Valor patrimonial	6.612
Ágio + valor justo de ativos adquiridos e passivos assumidos	12.569
Ativos intangíveis	5.666
Marcas	3.824
Non Compete	1.842
Ativos imobilizados	1.634
Mais valia	1.634
Ágio	5.269

O total da transação da Papaiz no valor de R\$19.181, foi pago à vista mediante transferência bancária.

6. Caixa e equivalente de caixa

	Companhia		Consolidado	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Caixa	7	10	63	86
Numerários em trânsito ¹	12.593	10.599	12.595	10.599
Bancos conta movimento	83	3.695	742	4.231
Aplicações financeiras (conta corrente remunerada)	932	511	991	921
	13.615	14.815	14.391	15.837

¹Recebimentos de clientes a serem transferidos por instituições financeiras, bem como valores monetários em confirmação.

Odontoprev S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Aplicações financeiras (ativos financeiros ao valor justo através do resultado e custo amortizado)

	Classificação	Companhia		Consolidado	
		31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
FI renda fixa	Ativo circulante	180.916	104.614	199.104	127.381
CETES	Ativo circulante	-	-	9.799	8.211
Valor justo através do resultado		180.916	104.614	208.903	135.592
NTN-B	Ativo circulante	137.885	41.074	137.885	41.074
LTN	Ativo circulante	10.845	38.435	10.845	38.435
NTN-B	Ativo não circulante	466.775	430.257	466.775	430.257
NTN-F	Ativo não circulante	153.350	124.384	153.350	124.384
LTN	Ativo não circulante	-	9.652	-	9.652
Custo amortizado		768.855	643.802	768.855	643.802
		949.771	748.416	977.758	779.394
	Ativo circulante	329.646	184.123	357.633	215.101
	Ativo não circulante	620.125	564.293	620.125	564.293
		949.771	748.416	977.758	779.394

Fundos de investimentos renda fixa (FI renda fixa): cotas dos fundos de investimentos Bradesco FI RF Bond e BRAM FI RF Referenciado DI Coral valorados com base nos valores divulgados pela Bradesco *Asset Management*.

Certificados de la Tesorería de la Federación (CETES): títulos públicos de renda fixa da Odontored emitidos pelo governo mexicano.

Notas do Tesouro Nacional – série B (NTN-B): títulos públicos federais, referem-se à parte da carteira administrada pelo Bradesco *Asset Management*. Em 31 de dezembro de 2023 o valor justo é de R\$596.507 (R\$448.616 em 31 de dezembro de 2022).

Notas do Tesouro Nacional – série F (NTN-F): títulos públicos federais, referem-se à parte da carteira administrada pelo Bradesco *Asset Management*. Em 31 de dezembro de 2023 o valor justo é de R\$152.851 (R\$110.356 em 31 de dezembro de 2022).

Letras do Tesouro Nacional (LTN): títulos públicos federais, referem-se à parte da carteira administrada pelo Bradesco *Asset Management*. Em 31 de dezembro de 2023 o valor justo é de R\$10.937 (R\$47.931 em 31 de dezembro de 2022).

	Classificação	Carteira de investimentos por prazos de vencimento originais - Companhia				
		Sem vencimento	01 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
FI renda fixa	Ativo circulante	180.916	-	-	-	180.916
Valor justo através do resultado		180.916	-	-	-	180.916
NTN-B	Ativo circulante	-	-	137.885	-	137.885
LTN	Ativo circulante	-	-	10.845	-	10.845
NTN-B	Ativo não circulante	-	-	-	466.775	466.775
NTN-F	Ativo não circulante	-	-	-	153.350	153.350
Custo amortizado		-	-	148.730	620.125	768.855
31 de dezembro de 2023		180.916	-	148.730	620.125	949.771
31 de dezembro de 2022		104.614	41.074	38.435	564.293	748.416

Odontoprev S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Carteira de investimentos por prazos de vencimento originais - Consolidado						
	Classificação	Sem vencimento	01 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
FI renda fixa	Ativo circulante	199.104	-	-	-	199.104
CETES	Ativo circulante	-	9.799	-	-	9.799
Valor justo através do resultado		199.104	9.799	-	-	208.903
NTN-B	Ativo circulante	-	-	137.885	-	137.885
LTN	Ativo circulante	-	-	10.845	-	10.845
NTN-B	Ativo não circulante	-	-	-	466.775	466.775
NTN-F	Ativo não circulante	-	-	-	153.350	153.350
Custo amortizado		-	-	148.730	620.125	768.855
31 de dezembro de 2023		199.104	9.799	148.730	620.125	977.758
31 de dezembro de 2022		127.381	49.285	38.435	564.293	779.394

Movimentação da carteira de investimentos - Companhia								
	Valor justo através do resultado			Custo amortizado				
	FI ANS	FI renda fixa	Total	NTN-B ¹	NTN-F ¹	LTN	Total	Total
31 de dezembro de 2021	-	289.303	289.303	286.694	109.757	3.036	399.487	688.790
Incorporação Mogidonto ²	883	-	883	-	-	-	-	883
Aplicações	-	976.885	976.885	170.954	26.770	40.995	238.719	1.215.604
(-) Resgates	(934)	(1.186.446)	(1.187.380)	(21.096)	(22.322)	-	(43.418)	(1.230.798)
Rendimentos	51	24.872	24.923	34.779	10.179	4.056	49.014	73.937
31 de dezembro de 2022	-	104.614	104.614	471.331	124.384	48.087	643.802	748.416
Aplicações	-	1.101.969	1.101.969	156.980	27.996	-	184.976	1.286.945
(-) Resgates	-	(1.045.431)	(1.045.431)	(72.325)	(12.365)	(40.863)	(125.553)	(1.170.984)
Rendimentos	-	19.764	19.764	48.674	13.335	3.621	65.630	85.394
31 de dezembro de 2023	-	180.916	180.916	604.660	153.350	10.845	768.855	949.771

¹Resgates correspondentes a recebimento de cupom de juros²Controlada incorporada em 03 de janeiro de 2022.

	Movimentação da carteira de investimentos - Consolidado								
	Valor justo através do resultado				Custo amortizado				
	FI ANS	FI renda fixa	CETES	Total	NTN-B ¹	NTN-F ¹	LTN	Total	Total
31 de dezembro de 2021	883	303.591	10.666	315.140	286.694	109.757	3.036	399.487	714.627
Aplicações	-	1.070.029	74.491	1.144.520	170.954	26.770	40.995	238.719	1.383.239
(-) Resgates	(934)	(1.273.775)	(77.614)	(1.352.323)	(21.096)	(22.322)	-	(43.418)	(1.395.741)
Rendimentos	51	27.536	668	28.255	34.779	10.179	4.056	49.014	77.269
31 de dezembro de 2022	-	127.381	8.211	135.592	471.331	124.384	48.087	643.802	779.394
Aplicações	-	1.199.648	92.585	1.292.233	156.980	27.996	-	184.976	1.477.209
(-) Resgates	-	(1.151.915)	(91.964)	(1.243.879)	(72.325)	(12.365)	(40.863)	(125.553)	(1.369.432)
Rendimentos	-	23.990	967	24.957	48.674	13.335	3.621	65.630	90.587
31 de dezembro de 2023	-	199.104	9.799	208.903	604.660	153.350	10.845	768.855	977.758

¹Resgates correspondentes a recebimento de cupom de juros.**8. Ativos de contratos de seguro e resseguro**

Destacamos abaixo, a movimentação dos ativos de contratos de seguros e resseguros:

	Companhia	Consolidado
Saldo em 01 de janeiro de 2022	18.478	18.605
Contraprestações não atribuídas	(1.482.122)	(1.499.429)
Contraprestações atribuídas ao período PAA	1.494.900	1.516.827
Saldo em 31 de dezembro de 2022	31.256	36.003
Contraprestações não atribuídas	(1.542.377)	(1.421.525)
Contraprestações atribuídas ao período PAA	1.573.502	1.454.437
Saldo em 31 de dezembro de 2023	31.125	32.912

Odontoprev S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Créditos tributários e previdenciários

	Companhia		Consolidado	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
INSS	143	143	143	143
IRPJ	22.499	14.574	25.311	16.363
CSLL	4.425	2.373	6.612	4.191
IRRF	55	114	1.112	1.058
PIS e COFINS	131	162	1.707	2.258
ISS	1.499	1.191	1.516	1.191
Outros	-	-	708	711
	28.752	18.557	37.109	25.915
Ativo Circulante	4.794	1.610	12.922	8.968
Ativo Não Circulante	23.958	16.947	24.187	16.947
	28.752	18.557	37.109	25.915

IRPJ e CSLL: saldo de IRPJ composto por antecipações do ano corrente e de anos anteriores, e saldo de CSLL composto por créditos de anos anteriores, ambos oriundos de inovação tecnológica, sujeitos à homologação pelo MCTI (Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações).

10. Outras contas a receber

	Companhia		Consolidado	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Adiantamentos a Fornecedores e outros adiantamentos	127	1.608	839	5.503
Adiantamentos a Funcionários	9.095	7.471	10.485	9.557
TSS a recuperar ¹	45.934	-	45.934	-
Demais créditos a receber	12.640	14.758	29.416	24.626
	67.796	23.837	86.674	39.686

¹Em agosto de 2023, houve reconhecimento da recuperação dos valores pagos da taxa de saúde suplementar - TSS com efeito nas linhas de: "Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde" (R\$27.091 - valor principal), "receita financeira" (R\$18.843 - atualização monetária). Tal reconhecimento ocorreu devido à inclusão na lista de precatórios, envolvendo casos da Companhia, enviada pelo Tribunal Regional Federal da 1^a Região ao Conselho da Justiça Federal.

11. Realizável a longo prazo

11.1. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Diferenças temporárias	Classificação	Expectativa de realização	Companhia						Consolidado		
			31 de dezembro de 2022	Constituição	Realização	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022	Constituição			
Provisões para ações judiciais (contingências)	Ativo	Acima de 12 meses	19.1	10.781	-	(59)	10.722	12.023	248	-	12.271
Provisões diversas	Ativo	Até 12 meses	18	7.778	-	(3.774)	4.004	7.570	-	(3.731)	3.839
Programa de incentivo de longo prazo (ILP)	Ativo	Até 12 meses	-	7.204	1.239	-	8.443	12.360	1.348	-	13.708
Efeito CPC50/ IFRS17	Ativo	Acima de 12 meses	-	37.303	-	(7.377)	29.926	36.339	76	(5.487)	30.928
Outras	Ativo	Até 12 meses	-	15.472	-	(4.525)	10.947	12.402	-	(2.676)	9.726
IRPJ/CSLL diferidos (Ativo)			78.538	1.239	(15.735)	64.042	80.694	1.672	(11.894)	70.472	
Amortização ágio	Passivo	-	-	(43.183)	(12.097)	-	(55.280)	(43.178)	(12.097)	-	(55.275)
Outras	Passivo	-	-	-	-	-	(5)	-	-	-	(5)
IRPJ/CSLL diferidos (Passivo)			(43.183)	(12.097)		(55.280)	(43.183)	(12.097)		(55.280)	
IRPJ/CSLL diferidos			35.355	(10.858)	(15.735)	8.762	37.511	(10.425)	(11.894)	15.192	
Imposto de renda diferido (IRPJ)			25.997	(7.984)	(11.570)	6.443	27.310	(7.666)	(8.250)	11.394	
Contribuição social diferida (CSLL)			9.358	(2.874)	(4.165)	2.319	10.201	(2.759)	(3.644)	3.798	
IRPJ/CSLL diferidos			35.355	(10.858)	(15.735)	8.762	37.511	(10.425)	(11.894)	15.192	

Odontoprev S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11.2. Depósitos judiciais

	Companhia		Consolidado	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Fiscais	27.405	19.631	28.597	21.520
ISS ¹	25.866	17.451	25.866	17.451
Outros	1.539	2.180	2.731	4.069
Previdenciárias e trabalhistas	265	1.088	351	1.521
Cíveis	1.533	3.518	1.533	3.518
	29.203	24.237	30.481	26.559

¹Proveniente da incorporada Odonto System, depositado judicialmente o valor integral do ISS sem a dedução dos eventos na base de cálculo (objeto da ação). Montante totalmente provisionado no passivo não circulante em "Tributos e encargos sociais a recolher".

11.3. Outros créditos a receber

Provisão para riscos potenciais apurados na revisão de procedimentos contábeis, fiscais e trabalhistas de empresas adquiridas (nota 14.2), que tem como contrapartida “outras exigibilidades” (nota 19.3). Mediante contrato com os antigos sócios das empresas adquiridas garantem o reembolso de eventuais pagamentos que a Companhia e suas Controladas sejam obrigadas a efetuar.

	Companhia		Consolidado	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Odonto System ¹	10.134	12.257	10.134	12.257
Mogidonto	4.751	6.166	4.751	6.166
Papaiz	-	-	607	-
Outros	-	-	259	284
	14.885	18.423	15.751	18.707

¹Valores garantidos por seguro garantia e carta de fiança.

12. Investimentos

	Companhia						
	Participações em Controladas			Controlada em Conjunto		Outros	Total de investimentos
	Odontored	Clidec	Serviços	Total	Brasidental		
31 de dezembro de 2022	9.162	31.697	31.484	72.343	5.498	-	77.841
Aquisição de participação societária	-	18.726	-	18.726	-	-	18.726
Opção de compra em controladas	-	987	-	987	-	-	987
Dividendos	-	-	(20.000)	(20.000)	(8.500)	-	(28.500)
Receita/(despesa) de equivalência patrimonial	(993)	(5.945)	9.504	2.566	6.735	-	9.301
Deságio em transacão de capital	-	382	-	382	-	-	382
Outros resultados abrangentes	898	(457)	8	449	-	-	449
Outros resultados abrangentes (CPC 50 / IFRS 17)	626	-	-	626	736	-	1.362
Outros investimentos	-	-	-	-	-	2	2
31 de dezembro de 2023	9.693	45.390	20.996	76.079	4.469	2	80.550
Capital social	6030	31.516	9.700	-	9.500	-	-
Cotas/ações	6.030	31.516	9.700	-	380.000	-	-
Participação (%)	100	100	100	-	25	-	-
Ativos totais	16.438	50.844	35.801	-	32.320	-	-
Passivos	17.430	56.789	26.297	-	5.380	-	-
Patrimônio líquido	9.693	45.390	20.996	-	17.875	-	-
Receita líquida	25.586	33.694	59.452	-	109.629	-	-
Custos e despesas	26.578	37.030	49.948	-	68.084	-	-
Impostos e participações	-	2.609	-	-	14.605	-	-
Lucro (prejuízo) do exercício	(992)	(5.945)	9.504	-	26.940	-	-

Odontoprev S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado							
	Participações em Coligadas			Controladas em conjunto			Outros	Total de investimentos
	Outras sociedades		(entidades reguladas)					
	Machiron	SF 210	Total	Papaiz ¹	Brasidental	Total	Investimentos	Total de investimentos
31 de dezembro de 2022	86	1.653	1.739	8.904	5.498	14.402	56	16.197
Aquisição de participação societária	-	-	-	6.612	-	6.612	-	6.612
Dividendos	-	-	-	-	(8.500)	(8.500)	-	(8.500)
Receita/(despesa) de equivalência patrimonial	62	24	86	(2.552)	6.735	4.183	-	4.269
Ágio/Deságio em transacão de capital	-	-	-	5.269	-	5.269	-	5.269
Mais valia dos ativos	-	-	-	1.634	-	1.634	-	1.634
Ativos intangíveis alocados	-	-	-	5.666	-	5.666	-	5.666
Investimento que passou a ser controlada	-	-	-	(25.533)	-	(25.533)	-	(25.533)
Outros resultados abrangentes (CPC 50 / IFRS 17)	-	-	-	-	736	736	-	736
Outros investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-
31 de Dezembro de 2023	148	1.677	1.825	-	4.469	4.469	56	6.350

¹Controlada adquirida pela Clidec Participações em 01 de fevereiro de 2023.**13. Imobilizado**

	Movimentação imobilizado - Companhia							
	31 de dezembro de 2022		Depreciações / Amortizações		31 de dezembro de 2023		Saldo contábil, líquido	
	Aquisições	Baixas			Custo de aquisição	Depreciações / Amortizações	Taxa anual de depreciação (%)	
Equipos. de computação	6.029	4.970	-	(2.695)	8.304	31.254	(22.950)	8.304
Veículos	1.248	190	(115)	(320)	1.003	1.719	(716)	1.003
Instalações	366	-	-	(40)	326	507	(181)	326
Máquinas e equipos.	424	118	-	(61)	481	1.821	(1.340)	481
Móveis e utensílios	753	4	(4)	(161)	592	3.305	(2.713)	592
Equipos. de comunicação	137	-	-	(17)	120	743	(623)	120
Equipos. odontológicos	88	-	-	(15)	73	519	(446)	73
Imobilizado de uso próprio	9.045	5.282	(119)	(3.309)	10.899	39.868	(28.969)	10.899
Outras imobilizações	5.743	265	-	(1.646)	4.362	15.625	(11.263)	4.362
Imobilizações	14.788	5.547	(119)	(4.955)	15.261	55.493	(40.232)	15.261
Direito de uso (CPC 06 (R2)/IFRS 16) ¹	12.766	1.554	(75)	(1.873)	12.372	16.822	(4.450)	12.372
Imobilizado	27.554	7.101	(194)	(6.828)	27.633	72.315	(44.682)	27.633

¹Depreciação calculada conforme duração do contrato de locação de imóveis e máquinas e equipamentos.

	Movimentação imobilizado - Consolidado							
	31 de dezembro de 2022		Aquisições		Depreciações / Amortizações		31 de dezembro de 2023	
	Aquisições	PapaiZ/Lúmax	Baixas	Transferências	Amortizações	Custo de aquisição	Depreciações / Amortizações	Saldo contábil, líquido
Equipos. de computação	6.613	5.172	1.717	(1.417)	-	(3.285)	8.800	33.518
Veículos	1.279	190	-	(115)	-	(368)	986	1.870
Instalações	428	145	-	-	-	(60)	513	844
Máquinas e equipos.	974	424	9.622	(2.265)	10	(1.636)	7.129	(7.042)
Móveis e utensílios	1.328	500	506	(365)	-	(367)	1.602	5.199
Equipos. de comunicação	157	-	-	-	(10)	(23)	124	765
Equipos. odontológicos	901	271	1.699	(965)	-	(261)	1.645	4.142
Edificações	6.210	-	-	-	(6.090)	(120)	-	-
Total de uso próprio	17.890	6.702	13.544	(5.127)	(6.090)	(6.120)	20.799	60.509
Outras imobilizações (benfeitorias)	7.112	893	3.415	(1.304)	-	(2.438)	7.678	26.660
Total outras imobilizações	25.002	7.595	16.959	(6.431)	(6.090)	(8.558)	28.477	87.169
Direito de uso (CPC 06 (R2)/IFRS 16) ¹	19.741	16.517	543	(401)	-	(9.817)	26.583	40.823
Total imobilizado	44.743	24.112	17.502	(6.832)	(6.090)	(18.375)	55.060	127.992
								(72.932)
								55.060

¹Depreciação calculada conforme duração do contrato de locação de imóveis e máquinas e equipamentos.**14. Intangível****14.1. Intangível**

	Companhia						Consolidado	
	Ágio na aquisição de investimentos		Desenvolvimento de sistemas e licenças de uso de softwares		Ativos intangíveis alocados		Total de Intangível	
	Desenvolvimento de sistemas e licenças de uso de softwares	Ativos intangíveis alocados	Total de Intangível	Ágio na aquisição de investimentos	Desenvolvimento de sistemas e licenças de uso de softwares	Ativos intangíveis alocados	Total de Intangível	
31 de dezembro de 2022	654.948	125.145	30.953	811.046	663.990	127.296	31.347	822.633
Adições	-	87.554	-	87.554	-	87.658	-	87.658
Aquisição Papaiz / Lúmax	-	-	-	-	5.479	1.071	5.887	12.437
Baixas	-	(4.176)	-	(4.176)	-	(4.247)	-	(4.247)
Amortizações	-	(30.456)	(7.225)	(37.681)	-	(31.231)	(7.598)	(38.829)
31 de dezembro de 2023	654.948	178.067	23.728	856.743	669.469	180.547	29.636	879.652
Custo	669.822	311.667	69.514	1.051.003	684.608	319.126	75.842	1.079.576
Amortizações acumuladas	(14.874)	(133.600)	(45.786)	(194.260)	(15.139)	(138.579)	(46.206)	(199.924)
Saldo contábil, líquido	654.948	178.067	23.728	856.743	669.469	180.547	29.636	879.652

Odontoprev S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14.2. Ágio (*goodwill*) na aquisição de investimentos

Unidade Geradora de Caixa (UGC)	31 de dezembro	31 de dezembro
	de 2023	de 2022
Odontoprev ¹	Ágio líquido	Ágio líquido
Bradesco Dental ²	99.515	99.515
Odonto System ³	409.640	409.640
Companhia	145.793	145.793
Unidades diversas, com ágio não significativo⁴	654.948	654.948
Consolidado	14.521	9.042
	669.469	663.990

¹Refere-se a um agrupamento de unidades geradoras de caixa oriundas de negócios adquiridos ao longo do tempo com objetivo de expansão regional, produtos e fortalecimento da marca.

²Integração das atividades desenvolvidas, complementando competências e criando uma operação diferenciada no mercado.

³Objetivo de expansão regional e produtos.

⁴Aquisições de negócios com objetivo de verticalização da operação (vide nota 5).

A Companhia avalia a recuperabilidade por meio da realização de testes de redução ao valor recuperável (nota 2.7 e (i)) para o ágio proveniente das aquisições de investimentos alocados às unidades geradoras de caixa (UGC's).

O último teste de *impairment*, foi empregada a abordagem de renda através da metodologia do fluxo de caixa descontado (valor em uso) baseada na natureza da Unidade Geradora de Caixa (UGC), existência de controle financeiro e operacional, histórico e disponibilidade de projeções financeiras.

A conclusão foi que o valor em uso obtido mediante aplicação destas premissas é superior ao valor contábil, portanto, não há indicativos de *impairment*.

Premissas em 30 de novembro de 2023

Período de apuração:	5 anos e 1 mês, sendo de 01 de dezembro de 2023 a 31 de dezembro de 2028 e perpetuidade																								
Taxa de crescimento na perpetuidade:	3,6 a.a. baseada na taxa de inflação (IPCA) de longo prazo																								
Moeda de projeção:	R\$ nominais, considerando o efeito inflacionário																								
Taxa de desconto:	13,5% de acordo com a metodologia CAPM ¹																								
Premissas específicas:	(i) demonstrativos contábeis e gerenciais da UGC e da Odontoprev e (ii) informações gerenciais que incluem orçamento do grupo																								
Premissas macroeconômicas:	<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th style="text-align: left;">Descrição</th> <th style="text-align: center;">2023P</th> <th style="text-align: center;">2024P</th> <th style="text-align: center;">2025P</th> <th style="text-align: center;">2026P</th> <th style="text-align: center;">2027P</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Variação do PIB</td> <td style="text-align: center;">2,90%</td> <td style="text-align: center;">1,50%</td> <td style="text-align: center;">1,90%</td> <td style="text-align: center;">2,00%</td> <td style="text-align: center;">1,90%</td> </tr> <tr> <td>IGP-M</td> <td style="text-align: center;">-3,40%</td> <td style="text-align: center;">4,20%</td> <td style="text-align: center;">4,00%</td> <td style="text-align: center;">4,00%</td> <td style="text-align: center;">4,00%</td> </tr> <tr> <td>Inflação - IPCA</td> <td style="text-align: center;">4,50%</td> <td style="text-align: center;">3,90%</td> <td style="text-align: center;">3,60%</td> <td style="text-align: center;">3,60%</td> <td style="text-align: center;">3,60%</td> </tr> </tbody> </table>	Descrição	2023P	2024P	2025P	2026P	2027P	Variação do PIB	2,90%	1,50%	1,90%	2,00%	1,90%	IGP-M	-3,40%	4,20%	4,00%	4,00%	4,00%	Inflação - IPCA	4,50%	3,90%	3,60%	3,60%	3,60%
Descrição	2023P	2024P	2025P	2026P	2027P																				
Variação do PIB	2,90%	1,50%	1,90%	2,00%	1,90%																				
IGP-M	-3,40%	4,20%	4,00%	4,00%	4,00%																				
Inflação - IPCA	4,50%	3,90%	3,60%	3,60%	3,60%																				

¹CAPM - Capital Asset Pricing Model = modelo de precificação do ativo

15. Recursos próprios mínimos

A Companhia é uma operadora do segmento odontológico regulada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), que lhe impõe limites regulatórios com a adoção obrigatória do modelo de capital baseado em riscos. Devido a isto, os montantes e nomenclaturas apresentados nessa nota explicativa, seguem as normas contábeis da ANS, ou seja, desconsiderando os efeitos do CPC 50 / IFRS 17, não aprovado por este regulador.

A ANS estabelece as regras para constituição de provisões técnicas e critérios de manutenção de patrimônio líquido mínimo de acordo com a RN 569/2022.

(a) O capital base (CB) representa o valor mínimo do patrimônio líquido, calculado a partir da multiplicação do fator K pelo capital de referência.

Odontoprev S.A.**Notas Explicativas****Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas****Em 31 de dezembro de 2023**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (b) O capital baseado em riscos (CBR) regra de capital que define montante variável a ser observado pela operadora em função de fatores pré-determinados por modelo padrão estabelecido pela ANS, compreendendo os principais riscos envolvidos nas atividades relacionadas à operação de planos privados de assistência à saúde, quais sejam: o risco de subscrição, o risco de crédito, o risco de mercado, o risco legal e o risco operacional.
- (c) Capital Regulatório (CR) limite mínimo de Patrimônio Líquido Ajustado que a operadora deve observar, a qualquer tempo, em função das regras de capital.
- (d) O risco de subscrição é a medida de incerteza relacionada a uma situação econômica adversa que contraria as expectativas da operadora no momento da elaboração de sua política de subscrição quanto às incertezas existentes na estimativa das provisões técnicas e relativas à precificação.
- (e) O risco de crédito é a medida de incerteza relacionada à probabilidade da contraparte de uma operação, ou de um emissor de dívida, não honrar, total ou parcialmente, seus compromissos financeiros, ou de ter alterada sua classificação de risco de crédito.
- (f) O risco operacional é a medida de incerteza que comprehende os riscos relacionados aos procedimentos internos (perda resultante de inadequações ou falhas em processos internos, pessoas e sistemas).
- (g) O risco legal é a medida de incerteza relacionada a falta de um completo embasamento legal; é o risco de não cumprimento de leis, regras, regulamentações, acordos, práticas vigentes ou padrões éticos aplicáveis, considerando, inclusive o risco de que a natureza do produto/serviço prestado possa tornar a operadora particularmente vulnerável a litígios.
- (h) O risco de mercado é a medida de incerteza relacionada à exposição a perdas decorrentes da volatilidade dos preços de ativos, tais como cotações de ações, taxas de juros, taxas cambiais preços de commodities e preços de imóveis.

	Companhia: cálculo de PMA, PLA, MS e CBR	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Capital de referência	11.227	10.883
(x) Fator K ¹	3,23%	3,23%
Patrimônio mínimo ajustado (PMA)	363	352
Patrimônio líquido contábil	1.431.211	1.184.159
Participações societárias em entidades reguladas	(4.388)	(7.161)
Despesas de comercialização diferidas	(34.627)	(34.418)
Despesas antecipadas	(4.239)	(4.158)
Intangível	(856.743)	(811.046)
Goodwill das participações indiretas	(14.532)	(6.662)
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	516.682	320.714
MS exigida (R\$)	n/a	292.544
Suficiência exigida (PLA ANS - MS exigida) - até 2022	n/a	28.170
Capital baseado em risco (CBR)²	303.470	232.286
Suficiência exigida (PLA ANS - CBR) - à partir de 2023	213.212	88.428

¹Fator K corresponde a classificação: odontologia de grupo, segmento terciário e região 1 conforme anexo RN 526/2022.²Em 31 de dezembro de 2023, o valor do CBR considera a utilização dos fatores reduzidos, nos termos do que fora definido no art. 6º da RN nº 569/2022. Em 31 de dezembro de 2022 os números seguem a RN 526 = risco de subscrição (CRS) + crédito (CRC) + operacional e legal (CRO).

Odontoprev S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Passivos de contratos de seguro e resseguro**(a) Passivo de contratos de seguro e resseguro**

	Companhia		Consolidado	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Passivo por Cobertura Remanescente (BBA)	111.822	148.980	111.822	148.980
Passivo eventos incorridos	164.102	167.810	165.739	169.219
	275.924	316.790	277.561	318.199

(b) Cobertura remanescente para modelo geral (BBA)

	Contratos Subscritos		Contratos Adquiridos		Companhia e Consolidado	
	Contratos Subscritos	Contratos Adquiridos	Total	Contratos Subscritos	Contratos Adquiridos	Total
	Contratos Não Onerosos		Contratos Não Onerosos		Contratos Não Onerosos	
Fluxos de caixa de aquisição	63.810	2.864.721	2.928.531	47.538	1.889.845	1.937.383
Eventos e outras despesas diretamente atribuíveis	212.273	12.976.170	13.188.443	123.913	8.091.118	8.215.031
Estimativa do valor presente dos fluxos de caixa de saída futuros	276.083	15.840.891	16.116.974	171.451	9.980.963	10.152.414
Estimativa do valor presente dos fluxos de caixa de entrada futura	(370.672)	(16.414.520)	(16.785.192)	(385.618)	(10.955.813)	(11.341.431)
Ajuste de risco para risco não financeiro	2.527	12.571	15.098	3.359	14.429	17.788
CSM	94.510	670.432	764.942	229.912	1.090.297	1.320.209
Montante incluído nas disposições dos contratos de seguro	2.448	109.374	111.822	19.104	129.876	148.980

(c) Realização da margem de cobertura de seguros

	Companhia e Consolidado						
	Período findo em 31 de dezembro de 2023						
	até 1 ano	de 1 a 2 anos	de 2 a 3 anos	de 3 a 4 anos	de 4 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Seguro Direto	167.507	150.522	111.377	86.264	67.830	181.442	764.942
Contratos de Seguro Emitidos	167.507	150.522	111.377	86.264	67.830	181.442	764.942

	Companhia e Consolidado						
	Período findo em 31 de dezembro de 2022						
	até 1 ano	de 1 a 2 anos	de 2 a 3 anos	de 3 a 4 anos	de 4 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Seguro Direto	94.884	116.515	117.725	117.558	116.905	756.622	1.320.209
Contratos de Seguro Emitidos	94.884	116.515	117.725	117.558	116.905	756.622	1.320.209

Odontoprev S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(d) Movimentação das reservas - cobertura remanescente e sinistros incorridos

Companhia

Passivo por Cobertura Remanescente	Passivo eventos incorridos - BBA		Passivo eventos incorridos - PAA		Total
	Melhor estimativa de saída (BEL)	Ajuste de risco (RA)	Melhor estimativa de saída (BEL)	Ajuste de risco (RA)	
Saldo em 01 de janeiro de 2022					
Contratos pelo método retrospectivo total	(29.009)	26.917	13	121.929	59
Contratos pelo método do valor justo	(86.824)	-	-	-	(86.824)
Receitas de seguros	(325.335)	-	-	-	(325.335)
Reclamações incorridas e outras despesas de serviços de seguro	(412.159)	-	-	-	(412.159)
Ajustes relacionados ao passado para passivos de eventos incorridos	21.324	357.498	8.829	1.434.628	35.533
Amortização de fluxos de caixa da aquisição de seguro	-	(275.705)	(8.009)	(827.515)	(31.834)
Despesas de serviços de seguros	112.939	-	-	-	112.939
Despesas de serviços de seguros	134.263	81.793	820	607.113	3.699
Contrato de serviço de seguro	(277.896)	81.793	820	607.113	3.699
Despesas financeiras líquidas para contratos de seguro	31.646	3.272	76	-	34.994
Despesas financeiras	31.646	3.272	76	-	34.994
Total de mudanças na demonstração do resultado abrangente (ORA)	41.780	(298)	(8)	-	41.474
Prêmios recebidos	470.580	-	-	-	470.580
Comissões pagas	(88.121)	(79.677)	-	(597.898)	-
Fluxos de caixa	382.459	(79.677)	-	(597.898)	-
Despesas de serviços de seguros	148.980	32.007	901	131.144	3.758
Despesas de serviços de seguros	(260.056)	-	-	-	(260.056)
Despesas de serviços de seguros	(224.550)	-	-	-	(224.550)
Receitas de seguros	(484.606)	-	-	-	(484.606)
Reclamações incorridas e outras despesas de serviços de seguro	(47.155)	292.883	8.790	1.475.327	47.024
Ajustes relacionados ao passado para passivos de eventos incorridos	-	(308.012)	(8.408)	(1.471.237)	(42.499)
Amortização de fluxos de caixa da aquisição de seguro	112.464	-	-	-	112.464
Despesas de serviços de seguros	65.309	(15.129)	382	4.090	4.525
Despesas de serviços de seguros	(419.297)	(15.129)	382	4.090	4.525
Despesas financeiras líquidas para contratos de seguro	31.529	2.070	101	-	33.700
Despesas financeiras	31.529	2.070	101	-	33.700
Total de mudanças na demonstração do resultado abrangente (ORA)	(54.954)	248	5	-	(54.701)
Prêmios recebidos	493.136	-	-	-	493.136
Comissões pagas	(87.572)	-	-	-	(87.572)
Fluxos de caixa	405.564	-	-	-	405.564
Saldo em 31 de dezembro de 2023	111.822	19.196	1.389	135.234	8.283
					275.924

Consolidado

Passivo por Cobertura Remanescente	Passivo eventos incorridos - BBA		Passivo eventos incorridos - PAA		Total
	Melhor estimativa de saída (BEL)	Ajuste de risco (RA)	Melhor estimativa de saída (BEL)	Ajuste de risco (RA)	
Saldo em 01 de janeiro de 2022					
Contratos pelo método retrospectivo total	(29.009)	26.917	13	123.757	67
Contratos pelo método do valor justo	(86.824)	-	-	-	(86.824)
Receitas de seguros	(325.335)	-	-	-	(325.335)
Reclamações incorridas e outras despesas de serviços de seguro	(412.159)	-	-	-	(412.159)
Ajustes relacionados ao passado para passivos de eventos incorridos	21.324	357.498	8.829	1.488.400	35.582
Amortização de fluxos de caixa da aquisição de seguro	-	(275.705)	(8.009)	(881.715)	(31.882)
Despesas de serviços de seguros	112.939	-	-	-	112.939
Despesas de serviços de seguros	134.263	81.793	820	606.685	3.700
Despesas de serviços de seguros	(277.896)	81.793	820	606.685	3.700
Despesas financeiras líquidas para contratos de seguro	31.646	3.272	76	-	34.994
Despesas financeiras	31.646	3.272	76	-	34.994
Total de mudanças na demonstração do resultado abrangente (ORA)	41.780	(298)	(8)	-	41.474
Prêmios recebidos	470.580	-	-	-	470.580
Comissões pagas	(88.121)	(79.677)	-	(597.898)	-
Fluxos de caixa	382.459	(79.677)	-	(597.898)	-
Despesas de serviços de seguros	148.980	32.007	901	132.544	3.767
Despesas de serviços de seguros	(260.056)	-	-	-	(260.056)
Despesas de serviços de seguros	(224.550)	-	-	-	(224.550)
Receitas de seguros	(484.606)	-	-	-	(484.606)
Reclamações incorridas e outras despesas de serviços de seguro	(47.155)	292.883	8.790	1.425.657	46.233
Ajustes relacionados ao passado para passivos de eventos incorridos	-	(308.012)	(8.408)	(1.421.352)	(41.695)
Despesas de serviços de seguros	65.309	(15.129)	382	4.305	4.538
Despesas de serviços de seguros	(419.297)	(15.129)	382	4.305	4.538
Despesas financeiras líquidas para contratos de seguro	31.529	2.070	101	-	33.700
Despesas financeiras	31.529	2.070	101	-	33.700
Total de mudanças na demonstração do resultado abrangente (ORA)	(54.954)	248	5	-	(54.701)
Prêmios recebidos	493.136	-	-	-	493.136
Comissões pagas	(87.572)	-	-	-	(87.572)
Fluxos de caixa	405.564	-	-	-	405.564
Saldo em 31 de dezembro de 2023	111.822	19.196	1.389	136.849	8.305
					277.561

Odontoprev S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(e) Componentes de medição de contratos - cobertura remanescente

	Companhia e Consolidado			
	Melhor estimativa de saída (BEL)	Ajuste de risco (RA)	Margem de cobertura de seguros (CSM)	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2022				
CSM reconhecido pelos serviços prestados	(659.170)	469	629.692	(29.009)
Mudanças no ajuste de risco reconhecidas para risco expirado	-	-	(123.414)	(123.414)
Ajuste de experiência	-	(2.188)	-	(2.188)
Mudanças relacionadas ao serviço atual	(173.618)	-	-	(173.618)
Mudanças nas estimativas que ajustam o CSM	(173.618)	(2.188)	(123.414)	(299.220)
Contratos inicialmente reconhecidos no período	3.504.048	(53.209)	(3.429.515)	21.324
Mudanças relacionadas ao serviço futuro	(4.162.968)	71.489	4.091.479	-
Resultado do serviço de seguro	(658.920)	18.280	661.964	21.324
Despesas financeiras para contratos de seguro	(832.538)	16.092	538.550	(277.896)
Despesas financeiras para contratos de seguro	(79.768)	1.227	151.967	73.426
Prêmios recebidos	(79.768)	1.227	151.967	73.426
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	470.580	-	-	470.580
Fluxos de caixa	(88.121)	-	-	(88.121)
	382.459	-	-	382.459
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(1.189.017)	17.788	1.320.209	148.980
CSM reconhecido pelos serviços prestados	-	-	(221.762)	(221.762)
Mudanças no ajuste de risco reconhecidas para risco expirado	-	(5.220)	-	(5.220)
Ajuste de experiência	(257.624)	-	-	(257.624)
Mudanças relacionadas ao serviço atual	(257.624)	(5.220)	(221.762)	(484.606)
Mudanças nas estimativas que ajustam o CSM	3.442.337	(49.606)	(3.439.885)	(47.154)
Mudanças nas estimativas que não se ajustam ao CSM	(90)	4	-	(86)
Contratos inicialmente reconhecidos no período	(3.007.970)	48.912	2.959.058	-
Mudanças relacionadas ao serviço futuro	434.277	(690)	(480.827)	(47.240)
Resultado do serviço de seguro	176.653	(5.910)	(702.589)	(531.846)
Despesas financeiras para contratos de seguro	(173.881)	3.220	147.322	(23.339)
Despesas financeiras para contratos de seguro	(173.881)	3.220	147.322	(23.339)
Prêmios recebidos	493.136	-	-	493.136
Eventos e outras despesas de seguro	112.463	-	-	112.463
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	(87.572)	-	-	(87.572)
Fluxos de caixa	518.027	-	-	518.027
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(668.218)	15.098	764.942	111.822

Odontoprev S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(f) Margem de cobertura de seguros

			Companhia e Consolidado
	Contratos avaliados por meio do valor justo em transição	Contratos avaliados pelo método retrospectivo total e novos contratos	
CSM em 01 de janeiro de 2022	629.692	-	629.692
CSM reconhecido pelos serviços prestados	(92.198)	(31.216)	(123.414)
Mudanças em relação ao serviço atual	(92.198)	(31.216)	(123.414)
Contratos inicialmente reconhecidos no período	-	4.091.480	4.091.480
Mudanças nas estimativas que ajustam o CSM	(67.335)	(3.362.181)	(3.429.516)
Mudanças em relação ao serviço futuro	(67.335)	729.299	661.964
Resultado do Serviço de Seguros	(159.533)	698.083	538.550
Despesas financeiras de contratos de seguro	78.601	73.366	151.967
CSM em 31 de dezembro de 2022	548.760	771.449	1.320.209
CSM reconhecido pelos serviços prestados	(88.775)	(132.987)	(221.762)
Mudanças em relação ao serviço atual	(88.775)	(132.987)	(221.762)
Contratos inicialmente reconhecidos no período	-	2.959.057	2.959.057
Mudanças nas estimativas que ajustam o CSM	(78.731)	(3.361.153)	(3.439.884)
Mudanças em relação ao serviço futuro	(78.731)	(402.096)	(480.827)
Resultado do Serviço de Seguros	(167.506)	(535.083)	(702.589)
Despesas financeiras de contratos de seguro	40.292	107.030	147.322
CSM em 31 de dezembro de 2023	421.546	343.396	764.942

17. Obrigações fiscais

	Companhia		Consolidado	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Imposto de renda e contribuição social a pagar	4.344	8.458	4.590	8.944
IRPJ	2.954	6.065	3.109	6.436
CSLL	1.390	2.393	1.481	2.508
Demais obrigações fiscais federais	13.480	14.403	17.129	16.925
COFINS	4.637	4.716	5.078	5.008
PIS	754	766	849	830
PIS, COFINS e CSLL (PCC)	1.752	1.309	1.818	1.339
IRRF	6.328	7.142	6.752	7.516
IVA ¹	-	-	2.560	1.735
Parcelamento de tributos	-	461	45	461
Outras	9	9	27	36
Obrigações fiscais estaduais	-	-	148	105
Obrigações fiscais municipais	3.133	9.628	3.703	9.818
	20.957	32.489	25.570	35.792

¹Imposto sobre Valor Agregado proveniente da Controlada Odontored.

Odontoprev S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Outras contas a pagar

	Companhia		Consolidado	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Provisões diversas	11.774	22.484	11.880	25.019
Comissões	5.508	4.975	5.508	4.975
Supporte TI e atendimento	4.147	1.280	4.147	1.280
Telecomunicações	245	326	245	326
Serviços	1.572	1.790	1.676	1.940
Livre escolha ¹	-	13.685	-	13.685
Ações de Marketing	302	371	304	2.756
Seguros	-	57	-	57
Devolução INSS²	-	19.036	-	19.036
Créditos a identificar³	9.505	15.541	9.776	15.623
Receita a apropriar (CPC 47/IFRS 15)	-	-	2.433	69
Outros⁴	10.651	5.268	11.527	6.095
	31.930	62.329	35.616	65.842

¹Provisões de planos individuais com livre escolha de profissionais junto ao canal bancário, revertidas em 2023.²Refere-se a valores a serem resarcidos aos clientes devido ao êxito obtido no processo judicial relativo ao INSS. Em março de 2023, houve a reversão da provisão dos valores prescritos.³Correspondem a valores recebidos de clientes ainda não identificados.⁴Refere-se principalmente a receitas de contratos de pós-pagamento e contraprestação pecuniária recebida antecipadamente.**19. Não circulante****19.1. Provisões para ações judiciais**

	Companhia		Consolidado	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Provisões para ações tributárias, trabalhistas e cíveis (nota 19.2)	33.884	34.037	36.966	35.404
Outras exigibilidades (nota 19.3)	9.512	11.807	10.132	11.807
Honorários a pagar	97	489	97	489
	43.493	46.333	47.195	47.700

19.2. Provisões para ações tributárias, trabalhistas e cíveis

	Companhia				
	31 de dezembro de 2023				
	Fiscal	ANS ²	Cíveis	Previdenciárias e trabalhistas	31 de dezembro de 2022
Movimentações	Outros	Outros	Outros	Total	2022
Saldo inicial	1.455	28.575	2.637	1.369	34.036
Incorporação Mogidonto ¹	-	-	-	-	1.509
Transferência	-	(3.905)	3.905	-	-
Constituição	-	9.322	16.451	946	26.719
Baixas (pagamentos/reversões)	(958)	(10.934)	(18.537)	(1.355)	(31.784)
Atualização monetária	101	4.364	178	270	4.913
Provisão	598	27.422	4.634	1.230	33.884
Quantidade de processos				830	903

¹Controlada incorporada em 03 de janeiro de 2022.²Trata-se de Auto de Infração lavrado pela ANS cujo objeto é o não pagamento de reembolso de tratamentos realizados em livre escolha por beneficiários vinculados a determinados produtos, mapeados e monitorados internamente.

Odontoprev S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentações	Consolidado					
				31 de dezembro de 2023		31 de dezembro de 2022
	Fiscal	Cíveis	Previdenciárias e trabalhistas	Total		
Outros	ANS ¹	Outros				
Saldo inicial	2.613	28.575	2.637	1.578	35.403	67.857
Transferência	-	(3.905)	3.905	-	-	-
Saldo Aquisição Papaiz / Lúmax	696	-	-	349	1.045	-
Constituição	455	9.322	16.451	2.782	29.010	31.419
Baixas (pagamentos/reversões)	(2.853)	(10.934)	(18.537)	(1.964)	(34.288)	(62.937)
Atualização monetária	1.006	4.364	178	248	5.796	(935)
Provisão	1.917	27.422	4.634	2.993	36.966	35.404
Quantidade de processos					852	916

¹Trata-se de Auto de Infração lavrado pela ANS cujo objeto é o não pagamento de reembolso de tratamentos realizados em livre escolha por beneficiários vinculados a determinados produtos, mapeados e monitorados internamente.

Em 31 de dezembro de 2023, os valores relativos as perdas possíveis não provisionadas na Companhia e suas Controladas totalizaram (i) R\$2.791 - 45 processos trabalhistas; (ii) R\$63.402 - 2.631 processos cíveis; e (iii) R\$71.978 - 48 processos tributários (em 31 de dezembro de 2022 os valores totalizaram (i) R\$10.348 - 50 processos trabalhistas; (ii) R\$83.469 - 1.737 processos cíveis e; (iii) R\$22.940 - 30 processos tributários).

(a) Previdenciárias e trabalhistas

A Companhia e suas Controladas são parte em ações trabalhistas, sendo a grande maioria pedidos de: (i) reconhecimento de vínculo empregatício; (ii) equiparação salarial; (iii) horas extras; (iv) enquadramento sindical; e (v) indenizações.

(b) Cíveis

A Companhia e suas Controladas são parte em processos judiciais cíveis, cujo objeto em sua maioria, é indenização por danos materiais e morais.

(c) Autos de infração – stock options

Em 31 de agosto de 2015, as Autoridades Fiscais lavraram autos de infração, a seguir resumidos, sob alegação de que a Companhia remunerou os Administradores e Empregados que estavam vinculados ao programa de outorga de opções de compra de ações exercidas nos anos-calendários de 2010, 2011 e 2012.

(i) Autos de Infração referentes a contribuições previdenciárias relativas aos anos-calendários de 2010, 2011 e 2012, acumuladas com juros de mora e multa de ofício, nos montantes atualizados em 31 de dezembro de 2023 de R\$36.429 (contribuição da empresa e GILRAT/SAT) e R\$5.880 (terceiros). Impugnação apresentada, sobreveio Acórdão da 9^a Turma da DRJ/Ribeirão Preto – São Paulo, dando parcial provimento à impugnação, no sentido de reconhecer o caráter remuneratório. Mantido o crédito tributário lançado, com a exclusão da parcela do benefício correspondente às ações sujeitas ao *lock-up* da base de cálculo. Ambas as partes recorreram ao CARF.

Em outubro de 2019 a Companhia foi intimada da decisão do recurso, a qual não foi favorável, com reforma, inclusive, para reincluir a parcela referente ao *lock-up* anteriormente ganha. Ainda em outubro de 2019 a Companhia opôs Embargos de Declaração, o qual não foi admitido pela turma recursal tendo a Companhia tomado ciência de tal decisão em 17 de janeiro de 2020. Atualmente, aguarda-se a inclusão em pauta do Recurso Especial para julgamento.

A probabilidade julgada pela Administração, baseada na representação de seus assessores jurídicos, é avaliada como de perda possível.

(ii) Multa isolada, em razão da suposta falta de retenção do Imposto de Renda Retido na Fonte (“IRRF”), relativo aos anos-calendários de 2010, 2011 e 2012, no valor total de R\$24.302 atualizados até 31 de dezembro de 2023. Impugnação apresentada, sobreveio Acórdão da 3^a Turma da DRJ/Ribeirão Preto – São Paulo, dando parcial

Odontoprev S.A.**Notas Explicativas****Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas****Em 31 de dezembro de 2023**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

provimento à impugnação, no sentido de reconhecer o caráter remuneratório. Mantido o crédito tributário lançado, com a exclusão da parcela do benefício correspondente às ações sujeitas ao *lock-up* da base de cálculo. Ambas as partes recorreram ao CARF.

Em outubro de 2019 a Companhia foi intimada da decisão do recurso, a qual não foi favorável, com reforma, inclusive, para reincluir a da parcela referente ao *lock-up* anteriormente ganha. Ainda em outubro de 2019 a Companhia opôs Embargos de Declaração, o qual não foi admitido de modo que a Odontoprev apresentou recurso especial junto ao CARF em janeiro de 2020. Em dezembro de 2021, a Câmara Superior de Recursos Fiscais (CSRF) conheceu parcialmente o Recurso Especial interposto e negou provimento na parte conhecida. Em fevereiro de 2022, foram opostos Embargos de Declaração, os quais foram rejeitados. Assim, o processo encontra-se encerrado desfavoravelmente e de forma definitiva na esfera administrativa.

Em 13 de fevereiro de 2023, a Companhia ajuizou a ação anulatória, em trâmite perante a 4ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal (SJDF), com apresentação de seguro garantia. A tutela de urgência foi inicialmente indeferida em primeira instância, tendo sido interposto o Agravo de Instrumento, no qual foi deferida a suspensão da exigibilidade dos créditos tributários em discussão. Foi apresentada contestação pela União. Sobreveio sentença de procedência dos pedidos para anular o crédito tributário, determinar que o débito não seja impeditivo à emissão de certidão de regularidade fiscal e condenar a União ao pagamento de honorários sucumbenciais de 10% sobre o valor da causa.

A União opôs embargos de declaração tão somente para apontar omissão quanto ao percentual da condenação em honorários. Aguarda-se julgamento dos embargos de declaração. Para esse caso, a probabilidade julgada pela Administração, baseada na representação de seus assessores jurídicos, é avaliada como de perda possível, em razão da jurisprudência judicial sobre o tema.

A Companhia, em atendimento à deliberação do Conselho de Administração na Reunião do Conselho da Administração, de 28 de março de 2017, contratou seguro de garantia judicial a fim de garantir e suportar obrigações em processos judiciais da Companhia e dos beneficiários do plano de opção de compra de ações aprovado em Assembleia Geral (que possuam ou venham a possuir bens arrolados ou que sejam necessários garantia para discussão judicial), em razão de procedimentos judiciais e administrativos iniciados por autoridades fiscais em virtude do exercício das opções pelos referidos beneficiários.

19.3. Outras exigibilidades

Trata-se de valores a pagar em decorrência de aquisição de controladas, algumas delas já incorporadas pela Companhia.

	Companhia		Consolidado	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Papaiz ¹	-	-	620	-
Odonto System ²	9.512	11.807	9.512	11.807
Mogidonto	6.551	7.150	6.551	7.150
	16.063	18.957	16.683	18.957

¹Refere-se a aquisição da Lúmax pela Papaiz.

²Provisão para riscos potenciais de empresas adquiridas, em contrapartida a outros créditos a receber (nota 11.3).

19.4. Investimentos a pagar

Conforme contratos de compra e venda, para garantir a obrigação de indenizar das vendedoras, a Companhia mantém parcela de investimento a pagar: (i) Odonto System - com liquidação em 5 anos mediante liberação de 20% a cada aniversário do contrato; (ii) Mogidonto – liquidação em 6 parcelas iguais na data de aniversário do contrato e (iii) Lúmax – liquidação em 5 parcelas corrigidas pela taxa CDI.

Odontoprev S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Companhia		Consolidado	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Saldo inicial	20.719	21.758	20.727	21.766
(+) Aquisição da Lúmax pela Papaiz ¹	-	-	493	-
(-) Pagamento - Odonto System	(10.159)	(227)	(10.159)	(227)
(+) Atualização monetária	1.395	1.725	1.528	1.725
(-) Combinação de negócio - Mogidonto e Boutique	(1.188)	(1.188)	(1.188)	(1.188)
(+) Contingências Materializadas	-	24	-	24
(-) Baixa de contingências	(2.122)	(1.373)	(2.130)	(1.373)
	8.645	20.719	9.271	20.727
Passivo circulante (nota 18)	5.082	15.968	5.208	15.968
Passivo não circulante (nota 19.5)	3.563	4.751	4.063	4.759
	8.645	20.719	9.271	20.727

¹Controlada indireta adquirida em 01 de fevereiro de 2023.**20. Direito de uso e passivo de arrendamento – CPC 06 (R2) IFRS 16**

A Companhia e suas Controladas reconheceram passivos de arrendamentos relacionados aos aluguéis de imóveis de acordo com as premissas do CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Arrendamentos. Estes passivos foram mensurados ao valor presente dos pagamentos futuros, descontados a taxa adotada pela Companhia em suas projeções, em média de 10,51%, e em contrapartida foram reconhecidos como direito de uso no ativo. Os impactos totais mensurados estão demonstrados a seguir:

	Classificação	Companhia		Consolidado	
		31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Direito de uso	Ativo não circulante	16.821	15.344	40.823	26.330
Amortização acumulada	Ativo não circulante	(4.449)	(2.578)	(14.240)	(6.589)
Ativo		12.372	12.766	26.583	19.741
Passivo de arrendamento	Passivo circulante	2.716	2.059	7.905	3.659
Ajuste a valor presente (AVP)	Passivo circulante	(959)	(979)	(2.259)	(1.333)
		1.757	1.080	5.646	2.326
Passivo de arrendamento	Passivo não circulante	16.304	17.753	28.481	22.679
Ajuste a valor presente (AVP)	Passivo não circulante	(2.954)	(3.743)	(4.832)	(4.584)
		13.350	14.010	23.649	18.095
Passivo		15.107	15.090	29.295	20.421

21. Patrimônio líquido**21.1. Capital social**

	Companhia	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Capital social subscrito e integralizado (R\$ mil)	851.017	851.017
Número de ações ordinárias, sem valor nominal (qtd. ações)	552.495.663	568.465.803
Artigo 7º Estatuto - autorização para emissão de ações, sem reforma Estatutária (qtd. ações)	80.000.000	80.000.000
Cotação de fechamento: ODPV3 - B3 SA Brasil Bolsa Balcão (R\$/ação)	11,62	9,03
Valor patrimonial (R\$/ação)	2,92	1,29

21.2. Reservas de capital**Outras reservas de capital:** ágio/deságio em transação de capital.

Odontoprev S.A.**Notas Explicativas****Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas****Em 31 de dezembro de 2023**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21.3. Reservas de lucros

	Companhia e Consolidado	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Reserva legal	100.749	73.921
Reserva estatutária de capital regulatório	100.000	174.568
Reserva estatutária de investimentos e expansão	60.373	174.011
Reserva de incentivos fiscais	129	129
Dividendo adicional proposto	242.492	24.087
Reserva de primeira aplicação	57.936	57.936
	561.679	504.652

Reserva legal: constituída obrigatoriamente pela Companhia, com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício, até que seu valor atinja 20% do capital social.

Reserva estatutária de capital regulatório: constituída pela Companhia, com a destinação de até 50% do lucro líquido do exercício, que tem por finalidade e objetivo atender a exigência de capital regulatório determinado pelo órgão regulador ANS, e que ficará limitada em conjunto com a “reserva de investimento e expansão” a 80% do capital social.

Reserva de investimentos e expansão: constituída pela Companhia, com a destinação de até 50% do lucro líquido do exercício, que tem por finalidade financiar o desenvolvimento, o crescimento e a expansão dos negócios da Companhia, permitindo a realização de novos investimentos, incluindo aquisições de *software* e *hardware*, investimentos em instalações e equipamentos, aquisição de participações societárias, unidades de negócio e estabelecimentos comerciais, e que ficará limitada em conjunto com a “reserva estatutária de capital regulatório” a 80% do capital social.

Dividendo adicional proposto: corresponde a dividendos complementares acima do mínimo obrigatório.

Reserva de primeira aplicação: refere-se aos valores determinados na transição do CPC 50 / IFRS 17.

21.4. Outros resultados abrangentes

	Companhia e Consolidado
Receitas e despesas reconhecidas no período em outros resultados abrangentes	(41.474)
Imposto diferido	14.101
Receitas e despesas reconhecidas no período em outros resultados abrangentes de empresas investidas reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial	(612)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(27.985)
Receitas e despesas reconhecidas no período em outros resultados abrangentes	54.470
Imposto diferido	(18.521)
Receitas e despesas reconhecidas no período em outros resultados abrangentes de empresas investidas reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial	735
Saldo em 31 de dezembro de 2023	8.699

21.5. Ações em tesouraria

Em 05 de abril de 2023 a Assembleia Anual deliberou o cancelamento do total de 15.970.140 ações mantidas em Tesouraria, passando o capital total de 568.465.803 para 552.495.663 ações.

Em 30 de outubro de 2023, foi encerrado o programa de recompra de ações iniciado em 29 de abril de 2022, no qual foram adquiridas, em 2022, 9.272.800 ações, com custo médio de R\$9,67.

Odontoprev S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21.6. Distribuição do resultado

	Companhia 31 de dezembro de	
	2023	2022
(A) Lucro líquido do exercício	511.394	365.860
(B) Lucro líquido do exercício (diferença de prática contábil)	25.160	86.311
Lucro líquido do exercício (desconsiderando CPC 50 / IFRS17) C = A + B	536.554	452.171
(D) (-) Reserva legal	(26.828)	(22.608)
Base de cálculo ajustada (desconsiderando CPC 50 / IFRS17) C + D	509.726	429.563
(%) Percentual dividendo mínimo conforme Estatuto	50	50
Dividendo mínimo obrigatório	254.863	214.782
 Dividendos intercalares	 -	 60.000
Juros sobre o capital próprio a serem considerados nos dividendos mínimos obrigatórios:	70.102	58.868
Valor bruto	82.473	69.257
Imposto de renda	(12.371)	(10.389)
Dividendo complementar para o mínimo obrigatório	184.761	95.913
Dividendo adicional proposto	242.492	24.087
Dividendos e juros sobre capital próprio deliberados	509.726	249.257
 Destinação:	 -	 180.306
Constituição de reserva de investimento e expansão		

A Companhia é uma operadora do segmento odontológico regulada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), que lhe impõe limites regulatórios com a adoção obrigatória do modelo de capital baseado em riscos (vide nota 15). Devido a isto, a base de cálculo para as destinações de lucros, incluindo dividendos mínimos obrigatórios e dividendo adicional proposto, segue as normas contábeis da ANS, ou seja, desconsiderando os efeitos do CPC 50 / IFRS 17, não aprovado por este regulador.

Odontoprev S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21.7. Deliberações

Aprovação	Tipo	Data	Deliberação		Companhia	
			Provento por ação (R\$)	Data do pagamento	2023	2022
RCA	Juros sobre capital próprio	21/03/2022	0,03192	06/07/2022	-	16.359
RCA	Juros sobre capital próprio	20/06/2022	0,03168	21/12/2022	-	17.633
RCA	Juros sobre capital próprio	15/09/2022	0,03169	27/12/2022	-	17.534
RCA	Juros sobre capital próprio	12/12/2022	0,03169	27/12/2022	-	17.731
RCA	Juros sobre capital próprio	14/03/2023	0,03844	19/12/2023	21.239	-
RCA	Juros sobre capital próprio	26/06/2023	0,03821	19/12/2023	21.110	-
RCA	Juros sobre capital próprio	19/09/2023	0,03718	19/12/2023	20.544	-
RCA	Juros sobre capital próprio	13/12/2023	0,03544	16/02/2024	19.580	-
Juros sobre capital próprio					82.473	69.257
RCA	Dividendos	27/04/2022	0,10720	05/10/2022	-	60.000
Dividendos intercalares					-	60.000
AGO	Dividendo complementar para o mínimo obrigatório	01/03/2023	0,17359	12/07/2023	-	95.913
AGO	Dividendo complementar para o mínimo obrigatório	28/02/2024	0,33441	21/08/2024 ¹	184.761	-
Dividendo complementar para o mínimo obrigatório					184.761	95.913
AGO	Dividendo adicional proposto	01/03/2023	0,04359	12/07/2023	-	24.087
AGO	Dividendo adicional proposto	28/02/2024	0,02758	21/08/2024 ¹	15.239	-
AGO	Dividendo adicional proposto	28/02/2024	0,41132	18/12/2024 ²	227.253	-
Dividendo adicional					242.492	24.087
Total de proventos deliberados					509.726	249.257

RCA = Reunião do Conselho de Administração.

AGO = Assembleia Geral Ordinária

¹Caso aprovado em AGO, será pago em 21/08/2024.²Caso aprovado em AGO, será pago em 18/12/2024.**22. Segmentos operacionais**

As atividades da Companhia e de suas Controladas são organizadas nos seguintes segmentos de negócios:

- (a) Corporativo: clientes acima de 200 beneficiários;
- (b) PME: clientes entre 3 e 199 beneficiários;
- (c) Individual: planos mensais e anuais comercializados às pessoas físicas; e
- (d) Outros: segmentos com menor representatividade no total das receitas da Companhia sendo: (i) atendimento odontológico em consultórios próprios (Clidec e Boutique Dental); (ii) serviços administrativos e consultivos prestados (Odontoprev Serviços e Oprev); (iii) aquisição e distribuição de materiais odontológicos para rede credenciada (Dental Partner); (iv) desenvolvimento de programas de computação (Easy) e (v) seguros saúde (Odontored); e (vi) diagnóstico por imagem (Papaiz e Lúmax).

Odontoprev S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Margem de contribuição - Consolidado								TOTAL	
	CORPORATIVO		PME		INDIVIDUAL		OUTROS		TOTAL	
	Período findo em 31 de dezembro de	2023	Período findo em 31 de dezembro de	2023	Período findo em 31 de dezembro de	2023	Período findo em 31 de dezembro de	2023	Período findo em 31 de dezembro de	2022
Receita de seguros (PAA)	1.109.288	1.051.566	464.214	402.871	-	-	25.586	21.927	1.599.088	1.476.364
Receita de seguros (BBA)	-	-	-	-	484.606	370.949	-	-	484.606	370.949
Receita de seguros e resseguros	1.109.288	1.051.566	464.214	402.871	484.606	370.949	25.586	21.927	2.083.694	1.847.313
Vendas de bens e serviços	-	-	-	-	-	-	51.555	21.892	51.555	21.892
Impostos sobre vendas de bens e serviços	-	-	-	-	-	-	(16.582)	(14.813)	(16.582)	(14.813)
Receita de vendas de bens e serviços	-	-	-	-	-	-	34.973	7.079	34.973	7.079
RECEITA DE VENDAS	1.109.288	1.051.566	464.214	402.871	484.606	370.949	60.559	29.006	2.118.667	1.854.392
Eventos ocorridos	(651.312)	(599.278)	(29.556)	(27.375)	(67.409)	(102.512)	(29.758)	(6.309)	(778.035)	(735.474)
Custos de aquisição	(80.581)	(75.533)	(51.611)	(48.949)	(110.856)	(120.274)	(1.049)	(503)	(244.097)	(245.259)
Despesas com tributos	(45.085)	(41.014)	(23.657)	(21.891)	(28.604)	(27.928)	-	-	(97.346)	(90.833)
RESULTADO OPERACIONAL	332.310	335.741	359.390	304.656	277.737	120.235	29.752	22.194	999.189	782.826
MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO	332.310	335.741	359.390	304.656	277.737	120.235	29.752	22.194	999.189	782.826
Receita de vendas (%)	53,2	56,9	22,3	21,8	23,3	20,1	2,9	1,6	100,0	100,0
Margem x receita de vendas (%)	30,0	31,9	77,4	75,6	57,3	32,4	49,1	76,5	47,2	42,2
Distribuição margem x total/segmento (%)	33,3	42,9	36,0	38,9	27,8	15,4	3,0	2,8	100,0	100,0

23. Receita de vendas

	Companhia		Consolidado	
	Período findo em 31 de dezembro de		Período findo em 31 de dezembro de	
	2023	2022	2023	2022
Contraprestações atribuídas ao período PAA	1.573.502	1.454.437	1.599.088	1.476.364
Receitas referentes a contratos BBA	150.129	132.408	150.129	132.408
Mudança no ajuste de risco para risco não financeiro	5.220	2.188	5.220	2.188
CSM reconhecido pelos serviços prestados	221.762	123.414	221.762	123.414
Recuperação de fluxo de caixa de aquisição	107.495	112.939	107.495	112.939
Receita de seguros e resseguros	2.058.108	1.825.386	2.083.694	1.847.313
Venda de bens e serviços	-	-	51.555	21.892
Impostos sobre vendas de bens e serviços	-	-	(16.582)	(14.813)
	2.058.108	1.825.386	2.118.667	1.854.392

24. Despesas de seguros

	Companhia		Consolidado	
	Período findo em 31 de dezembro de		Período findo em 31 de dezembro de	
	2023	2022	2023	2022
Eventos ocorridos	(747.300)	(730.483)	(778.035)	(735.474)
Custos de aquisição	(241.591)	(243.304)	(244.097)	(245.259)
Despesas com tributos	(97.346)	(90.833)	(97.346)	(90.833)
Despesas administrativas	(344.459)	(281.780)	(344.459)	(281.780)
	(1.430.696)	(1.346.400)	(1.463.937)	(1.353.346)

Odontoprev S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Resultado financeiro

	Companhia		Consolidado	
	Exercício findo em 31 de dezembro de		Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2023	2022	2023	2022
Rendimentos de aplicações financeiras	85.394	74.049	90.587	77.197
Atualização monetária sobre os depósitos judiciais	6.066	279	6.429	304
Atualização Monetária - TSS a recuperar ¹	18.843	-	18.843	-
Atualização monetária sobre créditos tributários	3.188	2.511	3.188	2.549
Juros por recebimento em atraso	3.434	2.914	3.441	2.929
Outras	2.835	5.363	3.704	5.864
Receitas financeiras	119.760	85.116	126.192	88.843
Tarifas bancárias	(4.305)	(4.389)	(4.421)	(4.432)
Ajuste a valor presente (AVP) - passivo de arrendamento (CPC 06 (R2)/IFRS 16)	(1.050)	(601)	(2.846)	(1.322)
Atualização monetária das provisões para contingências judiciais	(8.987)	945	(10.273)	935
Atualização monetária devolução INSS	9.465	(1.123)	9.465	(1.123)
Atualização monetária investimento a pagar	(1.395)	(1.725)	(1.528)	(1.725)
Atualização monetária - provisão ISS ²	1.133	(435)	1.133	(435)
Atualização monetária - garantias e parcelamento de tributos ³	(1.126)	(859)	(1.126)	(859)
Descontos concedidos	(958)	(1.136)	(962)	(1.137)
Acreditação de juros (CPC 50 / IFRS 17)	(33.553)	(34.993)	(33.553)	(34.993)
Outras despesas financeiras	(2.482)	(5.305)	(3.740)	(6.078)
Despesas financeiras	(43.258)	(49.621)	(47.851)	(51.169)
	76.502	35.495	78.341	37.674

¹Em agosto de 2023 houve reconhecimento da recuperação dos valores pagos da taxa de saúde suplementar - TSS. Vide nota 10.²No 3T23, tivemos reversão de provisões relativas ao ISS referente a valores arrecadados nos meses de jan e fev/18 incidentes pelo local do tomador, de acordo com a Lei Complementar 157 que foi suspensa logo depois pela ADI 5835, tendo sido esta julgada como constitucional, com efeito nas linhas de "Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde", em R\$5.897, e "Despesas Financeiras", em R\$1.367, e efeito no Lucro Líquido de R\$7.264³Refere-se a atualização da parcela do preço retido para garantir a obrigação de indenizar as antigas sócias da Odonto System e Mogidonto, e atualização sobre parcelamentos de tributos previdenciários e débitos federais (Refis) da Odonto System.

Odontoprev S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Cálculo do IRPJ/CSLL

Efeito (CPC 50 / IFRS 17) antes de IRPJ e CSLL
Base de cálculo IRPJ e CSLL

(x) Alíquota vigente (%)

Expectativa de despesas de IRPJ e CSLL de acordo com a alíquota vigente

Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes / temporárias:

	Companhia	Consolidado	
	Exercício findo em 31 de dezembro de	Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2023	2022	2023
Efeito (CPC 50 / IFRS 17) antes de IRPJ e CSLL	(36.317)	(131.454)	(38.247)
Base de cálculo IRPJ e CSLL	754.767	636.587	762.639
718.450	505.133	724.392	517.294
(x) Alíquota vigente (%)	34	34	34
Expectativa de despesas de IRPJ e CSLL de acordo com a alíquota vigente	(244.273)	(171.745)	(246.293)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes / temporárias:			
Equivalência patrimonial	4.353	7.598	1.068
Provisão para ações judiciais (nota 11.1)	59	10.510	(248)
Provissões diversas (nota 11.1)	3.774	769	3.731
Programa de incentivo de longo prazo (ILP) (nota 11.1)	(1.239)	(2.790)	(1.348)
Amortização do ágio (nota 11.1)	12.097	12.097	12.097
Juros sobre capital próprio	28.041	23.547	28.041
Ajustes lei 12.973/14	(139)	(262)	(119)
Outorga de opções de ações	-	-	(176)
Outras	1.582	(6.526)	(1.168)
Efeito (CPC 50 / IFRS 17)	(12.332)	(44.360)	(13.080)
Despesa de IRPJ e CSLL Corrente	(208.078)	(171.162)	(217.319)
Resultado de Exercícios Anteriores	9.098	5.477	9.098
PAT 2018 e 2019	1.402	1.619	1.402
Inovação Tecnológica 2022	7.695	3.858	7.695
Despesa de IRPJ e CSLL total	(198.980)	(165.685)	(208.221)
Receita (despesa) de IRPJ e CSLL diferidos	(19.233)	(18.731)	(17.668)
Receita de IRPJ e CSLL diferidos (CPC 50 / IFRS 17)	11.157	45.143	13.087
Despesa de IRPJ e CSLL total	(207.056)	(139.273)	(212.802)
Alíquota efetiva	-28,8%	-27,6%	-29,4%
	-29,2%	-29,2%	

27. Lucro por ação – básico e diluído

Lucro atribuível aos acionistas da Companhia (R\$ mil)

Ações ordinárias (em milhares)

Quantidade média ponderada de ações emitidas

Quantidade média ponderada de ações para o lucro básico e diluído por ação**Lucro básico e diluído por ação (R\$)**

	Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2023	2022
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia (R\$ mil)	511.394	365.860
Ações ordinárias (em milhares)	552.496	552.921
Quantidade média ponderada de ações para o lucro básico e diluído por ação	552.496	552.921
Lucro básico e diluído por ação (R\$)	0,92561	0,66169

Odontoprev S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias compatíveis às praticadas com terceiros, quando existentes, vigentes nas respectivas datas.

Operações da Companhia com suas Controladas e Coligadas (nota 1)	Natureza	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
		31 de dezembro de		31 de dezembro de		31 de dezembro de		31 de dezembro de	
		2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Odontoprev	Serviços administrativos	4.331	4.203	73	139	-	-	(67.881)	(65.232)
Odontoprev Serviços	Serviços administrativos	735	619	-	-	58.874	60.405	-	-
DentalPartner	Serviços administrativos	73	139	-	-	9.887	14.553	-	-
Brasidental	Serviços administrativos	-	-	5.066	4.822	-	-	(9.890)	(10.058)
Odontoprev	Planos odontológicos	-	-	-	-	90	74	-	-
Odontoprev	Corresponsabilidade assumida/cedida	-	-	-	-	53.502	49.481	-	-
Brasidental	Corresponsabilidade assumida/cedida	-	-	-	-	-	-	(53.502)	(49.481)
Clidec	Materiais e serviços odontológicos	-	-	-	-	-	-	(43)	(24)
Clidec	Serviços administrativos	-	-	-	-	26.452	25.308	-	-
Boutique Dental	Serviços administrativos	-	-	-	-	4.725	1.744	-	-
Papaiz	Serviços administrativos	-	-	-	-	4.917	-	-	-
Odontoprev	Serviços odontológicos	-	-	-	-	-	-	(17.197)	(12.168)
Odontoprev	Materiais odontológicos	-	-	-	-	-	-	(9.397)	(13.937)
Clidec	Materiais odontológicos	-	-	-	-	-	-	(464)	(574)
Boutique Dental	Materiais odontológicos	-	-	-	-	-	-	(26)	(41)
Easy	Serviços administrativos	-	-	-	-	-	-	(47)	(50)
Total		5.139	4.961	5.139	4.961	158.447	151.565	(158.447)	(151.565)

A Companhia e suas Controladas mantém operações com empresas da Organização Bradesco, da qual a Bradesco Saúde, acionista da Odontoprev faz parte:

Empresas relacionadas com Banco Bradesco	Natureza	31 de dezembro de 2023				Consolidado			
		Ativo	Passivo	Receita	Despesa	Ativo	Passivo	Receita	Despesa
Alélo S.A.	Benefícios a funcionários	-	10	-	(5.019)	-	1.263	-	(5.616)
Banco Bradescard S.A.	Comissões	-	-	-	(3.880)	-	-	-	(3.366)
Banco Bradesco S.A.	Conta corrente	1.069	-	-	-	834	-	-	-
Banco Bradesco S.A.	Aplicação financeira	967.959	-	82.730	-	771.940	-	76.921	-
Banco Bradesco S.A.	Contraprestações a receber	-	-	38.501	-	1	-	51.948	-
Banco Bradesco S.A.	Viagens e estadias - diretoria e funcionários	-	179	-	(2.163)	-	6	-	(2.463)
Banco Bradesco S.A.	Escrivaturação de ações	-	-	-	(278)	-	-	-	(317)
Banco Bradesco S.A.	Aluguéis sucurais	-	-	-	(288)	-	-	-	(282)
Banco Bradesco S.A.	Administração de aplicações	-	-	-	(363)	-	-	-	(323)
Banco Bradesco S.A.	Tarifa bancária	-	-	-	(3.229)	-	-	-	(2.822)
Bradesco Auto Re Cia de Seguros	Seguro de responsabilidade civil e seguro fiança	-	-	-	-	-	-	-	(32)
Bradesco Capitalização S.A.	Títulos de capitalização	4.353	-	-	-	1.047	-	-	-
Bradesco Saúde S.A.	Assistência médica - funcionários	-	-	-	(18.953)	-	-	-	(12.244)
Bradesco Saúde S.A.	Dividendos e JCP	-	108.076	-	-	-	49.299	-	-
Bradesco Vida e Previdência S.A.	Previdência privada - funcionários	-	119	-	(350)	-	-	-	-
Bradesco Vida e Previdência S.A.	Seguro de vida - funcionários	-	6	-	(489)	-	5	-	(345)
Bradesco Corretora De Seguros Ltda.	Comissões	-	6	-	(99)	-	1	-	(60)
Bradescor Promotora de Vendas S.A.	Comissões	-	-	-	(25.912)	-	-	-	(26.341)
Braspag - Tecnologia em Pagamento Ltda.	Serviços financeiros	-	-	-	(65)	-	-	-	-
Brészia Empreendimentos E Participações Ltda.	Aluguéis sucurais	-	-	-	(19)	-	-	-	(21)
Bsp Empreendimento Imobiliário D166 Ltda.	Aluguéis sucurais	-	-	-	(67)	-	-	-	(80)
Bsp Park Estacionamentos E Participações S.A.	Estacionamento	-	-	-	(6)	-	-	-	(7)
Mediservice	Taxa de administração	-	-	252	-	-	-	378	-
Reno Empreendimentos E Participações Ltda.	Aluguéis sucurais	-	-	-	-	-	-	-	(21)
Santecorp Holding Ltda	Serviços médicos/ambulatoriais	-	-	-	(457)	-	-	-	(279)
Stelo S.A.	Taxa de administração	-	-	-	(175)	-	-	-	(154)
Swiss Re Corporate Solutions Brasil Seguros S.A.	Seguro garantia judicial	-	-	-	(231)	-	-	-	(225)
		973.381	108.396	121.483	(62.043)	773.822	50.574	129.247	(54.998)

A Companhia contratou seguro de garantia judicial relacionado aos autos de infração de *stock options*, nos quais tais apólices foram contratadas junto à Swiss Re Corporate Solutions Brasil Seguros S.A. (Swiss Re Brasil) que mantém um investimento com a Bradesco Seguros S.A. (Bradesco Seguros).

A Companhia e suas Controladas concedem participações no resultado a seus colaboradores e Administradores, vinculados ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. Em 31 de dezembro de 2023, foram apropriados, à título de participações nos resultados, os montantes de

Odontoprev S.A.**Notas Explicativas****Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas****Em 31 de dezembro de 2023**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

R\$29.574 (R\$23.605 em 31 dezembro de 2022) e R\$34.294 (R\$26.106 em 31 de dezembro de 2022) na Companhia e no Consolidado.

A Companhia implementou em 2019 o Programa de Incentivo de Longo Prazo (Programa ILP), o qual estabelece os critérios para o pagamento de bônus em dinheiro, correspondente a múltiplos de salários, a ser feito pela Companhia e suas Controladas aos beneficiários elegíveis após o período de apuração, desde que cumpridas as metas e condições estabelecidas nos termos e para as finalidades. O programa de opção de compra de ações (*stock options*) segue vigente, na forma como aprovado em Assembleia de Acionistas, tendo a última outorga sido efetuada em 2016.

O período de apuração corresponde a 3 anos e o pagamento fica condicionado ao atingimento de metas de performance corporativa pré-estabelecidas pelo Conselho de Administração e à condição de serviço.

Em 31 de dezembro de 2023 foram apropriados no resultado do período, os montantes de R\$19.669 e R\$20.878 na Companhia e no Consolidado respectivamente (R\$20.081 e R\$21.077 em 31 de dezembro de 2022).

A remuneração anual fixa atribuída aos Conselhos de Administração e Fiscal e a fixa/variável atribuída à Diretoria Estatutária encontram-se no quadro a seguir:

	Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2023	2022
	26.219	21.369
Diretoria Estatutária		
Pró-labore	6.829	6.057
Benefícios	841	657
Bônus	11.189	7.295
ILP	7.360	7.360
Conselho de Administração	3.580	3.155
Pró-labore	3.580	3.155
Conselho Fiscal	522	503
Pró-labore	522	503
	30.321	25.027

Os Conselhos de Administração e Fiscal e os Comitês de Auditoria e de Gestão de Pessoas incluem membros da Diretoria da Bradesco Seguros.

A Companhia não é patrocinadora de benefício pós-emprego (com exceção de plano de previdência complementar) ou de rescisão de contrato de trabalho.

29. Eventos subsequentes

Conforme Fato Relevante, publicado em 25 de janeiro de 2024, a Companhia tomou conhecimento do depósito judicial realizado pela União Federal relativo ao crédito retroativo relacionado a não exigibilidade da Taxa de Saúde Suplementar (TSS) pela ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar, adotando as medidas necessárias para seu levantamento.

Em 2017, e em linha com outras operadoras e seguradoras do segmento de saúde suplementar, a Companhia ingressou com ação judicial visando afastar a obrigatoriedade de recolhimento da TSS, e devolução de valores pagos nos últimos cinco anos anteriores à entrada do processo.

O valor de R\$45.934, integralmente provisionado, foi revertido nessas demonstrações financeiras (nota 10).

Em 06 de fevereiro de 2024, o valor atualizado de R\$46.052 foi transferido para a conta bancária da Companhia.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DA COMPANHIA					
Acionista	Posição em 31/12/2023				Total
	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Quantidade	%	
Bradesco Saúde S.A.	292.213.236	52,89	-	-	292.213.236 52,89
1832 Asset Management L.P.	29.341.032	5,31	-	-	29.341.032 5,31
Ações em tesouraria	-	0,00	-	-	- 0,00
Ações em circulação	230.941.395	41,80	-	-	230.941.395 41,80
Total	552.495.663	100,00	-	-	552.495.663 100,00

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA) ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA					
Acionista	Posição em 31/12/2023				Total
	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Quantidade	%	
Bradesco Gestão de Saúde S.A.	20.870.945	100,00	-	-	20.870.945 100,00

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA) ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA					
Acionista	Posição em 31/12/2023				Total
	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Quantidade	%	
Bradseg Participações S.A.	12.251.025.598	100,00	-	-	12.251.025.598 100,00
Total	12.251.025.598	100,00	-	-	12.251.025.598 100,00

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA) ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA					
Acionista	Posição em 31/12/2023				Total
	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Quantidade	%	
Banco Bradesco S.A.	12.318	100,00	-	-	12.318 100,00
Total	12.318	100,00	-	-	12.318 100,00

*de acordo com o Formulário de Referência de 03/01/2024, disponível no site de RI do Banco Bradesco.

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA) ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA					
Acionista	Posição em 31/12/2023				Total
	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Quantidade	%	
Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações	2.445.219.983	45,87	1.292.135	0,02	2.446.512.118 22,99
Fundação Bradesco	914.471.633	17,16	-	-	914.471.633 8,59
NCF participações S.A.	451.890.822	8,48	119.774.968	2,25	571.665.790 5,37
Outros	1.518.722.243	28,49	5.190.798.444	97,73	6.709.520.687 63,05
Ações em tesouraria	-	-	-	-	-
Total	5.330.304.681	100,00	5.311.865.547	100,00	10.642.170.228 100,00

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA) ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA					
Acionista	Posição em 31/12/2023				Total
	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Quantidade	%	
Fundação Bradesco	2.779.096.922	35,44	-	-	2.779.096.922 35,44
Nova Cidade de Deus Participações S.A.	3.758.724.093	47,93	-	-	3.758.724.093 47,93
Outros	1.304.138.509	16,63	-	-	1.304.138.509 16,63
Total	7.841.959.524	100,00	-	-	7.841.959.524 100,00

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA) ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA					
Acionista	Posição em 31/12/2023				Total
	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Quantidade	%	
Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações	1.298.788.961	74,72	-	-	1.298.788.961 39,51
Fundação Bradesco	436.781.748	25,13	1.549.128.110	100,00	1.985.909.858 60,41
Nova Cidade de Deus Participações S.A.	2.600.385	0,15	-	-	2.600.385 0,08
Total	1.738.171.094	100,00	1.549.128.110	100,00	3.287.299.204 100,00

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA) ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA					
Acionista	Posição em 31/12/2023				Total
	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Quantidade	%	
BBD Participações S.A.	189.425.112	53,70	-	-	189.425.112 26,07
Fundação Bradesco	163.332.621	46,30	373.794.914	100,00	537.127.535 73,93
Total	352.757.733	100,00	373.794.914	100,00	726.552.647 100,00

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA) ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA					
Acionista	Posição em 31/12/2023				Total
	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Quantidade	%	
Ações em tesouraria	35.389.610	22,89	10.245.248	6,63	45.634.858 14,76
NCD Participações Ltda	-	-	74.784.306	48,42	74.784.306 24,20
Outros	119.241.167	77,11	69.416.579	44,95	188.657.746 61,04
Total	154.630.777	100,00	154.446.133	100,00	309.076.910 100,00

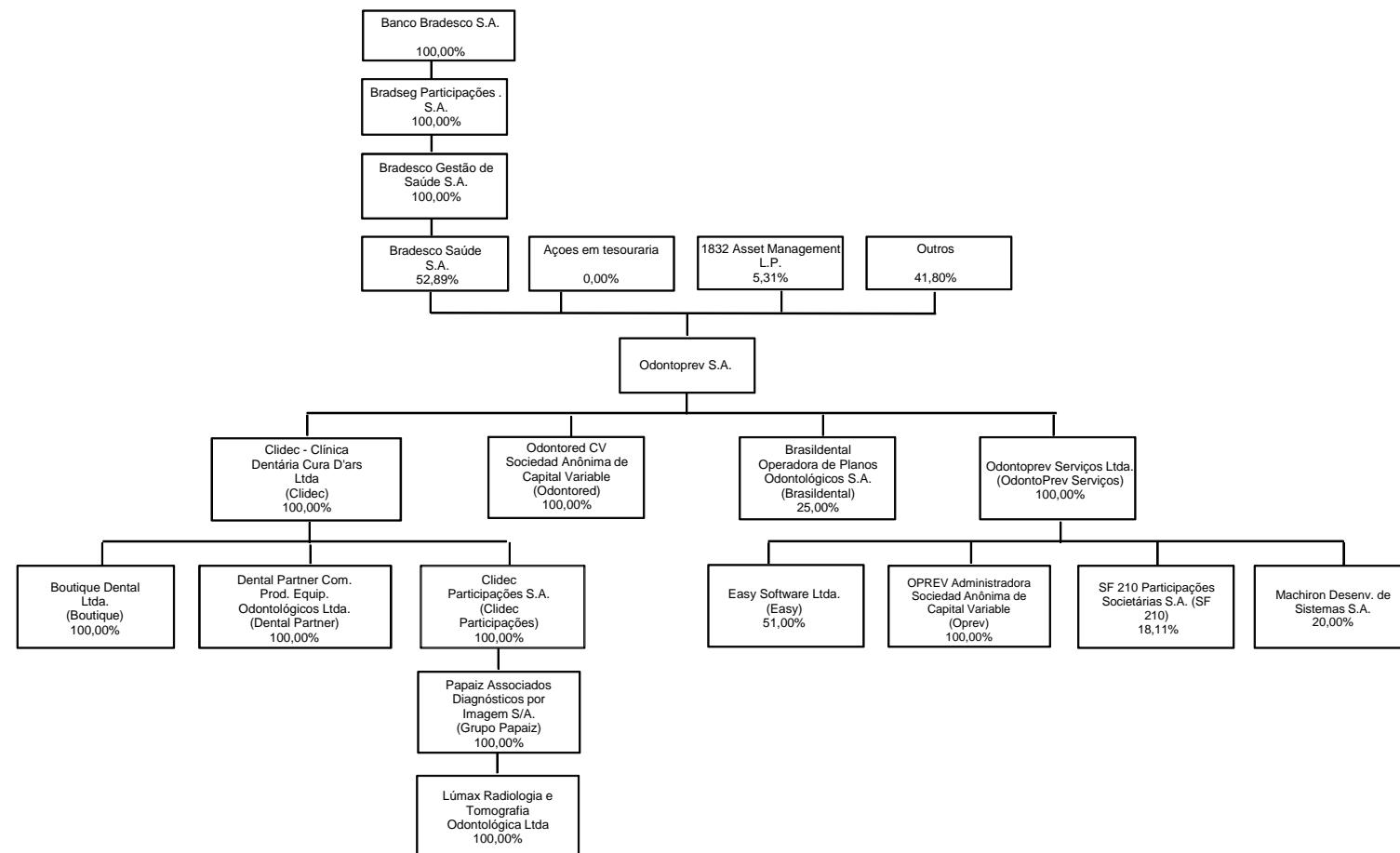
DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA) ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA					
Acionista	Posição em 31/12/2023				Total
	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Quantidade	%	
Fundação Bradesco	793.303.109	99,99	-	-	793.303.109 99,99
Outros	1	0,01	-	-	1 0,01
Total	793.303.110	100,00	-	-	793.303.110 100,00

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO						
Posição em 31/12/2023						
Acionista	Quantidade de Ações Ordinárias (em unidades)	%	Quantidade de Ações Preferenciais (em unidades)	%	Quantidade Total de Ações (em unidades)	%
Administradores Controladores	292.213.236	52,89	-	-	292.213.236	52,89
Administradores	1.422.360	0,26	-	-	1.422.360	0,26
Ações em Tesouraria	-	-	-	-	-	-
Outros	258.860.067	46,85	-	-	258.860.067	46,85
Total	552.495.663	100,00	-	-	552.495.663	100,00
Ações em Circulação	258.860.067	46,85	-	-	258.860.067	46,85

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO						
Posição em 31/12/2022						
Acionista	Quantidade de Ações Ordinárias (em unidades)	%	Quantidade de Ações Preferenciais (em unidades)	%	Quantidade Total de Ações (em unidades)	%
Administradores Controladores	292.213.236	51,40	-	-	292.213.236	51,40
Administradores	1.376.495	0,24	-	-	1.376.495	0,24
Ações em Tesouraria	15.970.140	2,81	-	-	15.970.140	2,81
Outros	258.905.932	45,54	-	-	258.905.932	45,54
Total	568.465.803	100,00	-	-	568.465.803	100,00
Ações em Circulação	258.905.932	45,54	-	-	258.905.932	45,53

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes



Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Ao Conselho de Administração e Acionistas da
Odontoprev S.A.
Barueri – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Odontoprev S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Odontoprev S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Odontoprev S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação da mensuração dos contratos de seguros

Conforme apresentado nas notas explicativas nº 2.2 e 16, a Companhia emite contratos de seguros.

Para mensurar os saldos contábeis dos contratos de seguros, a Companhia utiliza técnicas e métodos atuariais que requerem julgamento na seleção das metodologias e definição de premissas utilizadas na mensuração do fluxo de caixa de cumprimento, que incluem taxas de desconto, ajustes ao risco não financeiro, expectativa de sinistros e permanência dos beneficiários.

Consideramos a mensuração dos saldos contábeis dos contratos de seguros como um principal assunto de auditoria em razão do julgamento significativo envolvido na avaliação das metodologias e premissas atuariais utilizadas na mensuração dos fluxos de caixa de seguro que, se alteradas poderiam resultar em mudanças significativas na mensuração desses saldos contábeis nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Nossos principais procedimentos de auditoria incluíram:

i. Teste do desenho e da efetividade operacional dos controles internos relacionados à mensuração dos saldos contábeis de contratos de seguros. Isto incluiu controles relativos ao desenvolvimento e aprovação das metodologias e definição e aplicação das premissas utilizadas na mensuração dos fluxos de caixa de cumprimento, que incluem taxas de desconto, ajustes ao risco não financeiro, expectativa de sinistros e permanência dos beneficiários;

ii. Envolvemos profissionais com conhecimentos específicos atuariais que nos auxiliaram, com base em amostragem selecionada: (i) na avaliação das metodologias de mensuração dos fluxos de caixa de cumprimento, cálculo das taxas de desconto e dos ajustes ao risco não financeiro, em relação aos requisitos da prática contábil aplicável, bem como na avaliação das metodologias utilizadas pela Companhia em relação a modelos de mensuração conhecidos e aplicáveis; e (ii) na avaliação das premissas relacionadas à expectativa de sinistros, permanência dos beneficiários, taxas de desconto e ajuste ao risco não financeiro, por meio de comparação com dados externos, recálculos independentes e testes de sensibilidade e de revisão retrospectiva dessas premissas.

iii. Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras são consistentes com os requerimentos da prática contábil aplicável. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração dos saldos contábeis de contratos de seguros no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Avaliação do valor recuperável de ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill)

Conforme mencionado nas notas explicativas 2.6.1 (e) (i) e 14.2, a Companhia possui ágios decorrentes de aquisições de investimentos. A Companhia realiza testes de redução ao valor recuperável, no mínimo anualmente ou quando há eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. Como parte do teste de redução ao valor recuperável

desses ativos, a Companhia estimou valores recuperáveis das Unidades Geradoras de Caixa com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros, cuja mensuração está fundamentada em projeções futuras baseadas no plano de negócios e no orçamento, preparados pela Companhia baseado em dados históricos, premissas econômicas e de negócios, principalmente a expectativa de crescimento da base de beneficiários, taxa de desconto e período de projeção dos fluxos de caixa, para cada Unidade Geradora de Caixa.

Consideramos esse assunto como um principal assunto de auditoria devido ao grau de julgamento inerente à determinação das premissas de crescimento da base de beneficiários, taxa de desconto e período de projeção dos fluxos de caixa, e ao potencial impacto que eventuais mudanças nessas premissas poderiam causar nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como a auditoria endereçou esse assunto

Nossos principais procedimentos de auditoria incluíram:

- i. Teste do desenho e da efetividade operacional dos controles internos relacionados ao processo de desenvolvimento e aprovação das premissas de crescimento da base de beneficiários, taxa de desconto e período de projeção dos fluxos de caixa, utilizadas na avaliação dos estudos de recuperabilidade elaborados pela Companhia;
- ii. Envolvemos nossos profissionais de finanças corporativas com conhecimento e experiência no setor que auxiliaram na: (i) avaliação das premissas utilizadas, tais como crescimento da base de beneficiários e período de projeção dos fluxos de caixa, comparando-as com informações obtidas de fontes internas e externas; (ii) avaliação da taxa de desconto utilizadas no teste de redução ao valor recuperável, comparando-as com os intervalos de taxa de desconto que foram desenvolvidas independentemente, usando dados de mercado públicos disponíveis para entidades comparáveis; (iii) avaliação da precisão matemática dos cálculos do valor presente; e
- iii. Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras são consistentes com os requerimentos da prática contábil aplicável.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a avaliação do valor recuperável de ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill), no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Ênfase – Retificação dos valores correspondentes (CPC50 e IFRS17)

Chamamos atenção à nota explicativa nº 2.18 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em decorrência da adoção inicial do CPC 50 “Contratos de Seguros” e do IFRS 17 “Insurance Contracts”, onde os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo retificados como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e no IAS 8 - Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações, individual e consolidada, do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de

acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 F SP

Cláudio Rogério Sertório
Contador CRC 1SP212059/O-0

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

O Conselho Fiscal da Odontoprev S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, bem como a Proposta de Destinação do Resultado do Exercício. Com base nos exames efetuados e considerando o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, apresentado sem ressalvas, emitido pela KPMG Auditores Independentes Ltda. em 28 de fevereiro de 2024, opina que os referidos documentos, estão em condições de serem apreciados e votados pela Assembleia Geral.

Barueri/SP, 28 de fevereiro de 2024

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

Os membros do Comitê de Auditoria da Odontoprev S.A., no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no artigo 27 do Estatuto Social da Companhia e em seu Regimento Interno, procederam ao exame e análise das Demonstrações Financeiras, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e do relatório anual da Administração relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, bem como da proposta de destinação do resultado do exercício, e, considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pela KPMG Auditores Independentes Ltda., opinam, por unanimidade, que os mesmos refletem, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia, e recomendam a aprovação dos documentos pelo Conselho de Administração da Companhia e o seu encaminhamento à Assembleia Geral da Companhia, nos termos da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores.

Barueri/SP, 28 de fevereiro de 2024

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaramos, na qualidade de Diretores Estatutários da Odontoprev S.A., sociedade por ações com sede na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Araguaia, nº 2104, 21º andar, Alphaville, inscrita no CNPJ/MF sob nº 58.119.199/0001-51, nos termos do artigo 27, §1º, inciso VI, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, que revimos, discutimos e concordamos com as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Barueri/SP, 28 de fevereiro de 2024

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaramos, na qualidade de Diretores Estatutários da Odontoprev S.A., sociedade por ações com sede na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Araguaia, nº 2104, 21º andar, Alphaville, inscrita no CNPJ/MF sob nº 58.119.199/0001-51, nos termos do artigo 27, §1º, inciso V, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes Ltda., referentes às Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Barueri/SP, 28 de fevereiro de 2024

ODONTOPREV S.A.
CNPJ/MF nº 58.119.199/0001-51
NIRE 35.300.156.668
Companhia Aberta

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Odontoprev S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, bem como a Proposta de Destinação do Resultado do Exercício. Com base nos exames efetuados e considerando o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, apresentado sem ressalvas, emitido pela KPMG Auditores Independentes Ltda. em 28 de fevereiro de 2024, opina que os referidos documentos, estão em condições de serem apreciados e votados pela Assembleia Geral.

Barueri/SP, 28 de fevereiro de 2024

Ivan Maluf Junior

Vanderlei Dominguez da Rosa

Sérgio Moreno



ODONTOPREV S.A.
CNPJ/MF nº 58.119.199/0001-51
NIRE 35.300.156.668
Companhia Aberta

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA

Os membros do Comitê de Auditoria da Odontoprev S.A., no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no artigo 27 do Estatuto Social da Companhia e em seu Regimento Interno, procederam ao exame e análise das Demonstrações Financeiras, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e do relatório anual da Administração relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, bem como da proposta de destinação do resultado do exercício, e, considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pela KPMG Auditores Independentes Ltda., opinam, por unanimidade, que os mesmos refletem, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia, e recomendam a aprovação dos documentos pelo Conselho de Administração da Companhia e o seu encaminhamento à Assembleia Geral da Companhia, nos termos da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores.

Barueri/SP, 28 de fevereiro de 2024

Membros:

César Suaki dos Santos

Leonardo de Assis Portugal

Marcelo Santos Dall'Occo





KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 12º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Ao Conselho de Administração e Acionistas da
Odontoprev S.A.
Barueri – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Odontoprev S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Odontoprev S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Odontoprev S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa Inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.



Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação da mensuração dos contratos de seguros

Conforme apresentado nas notas explicativas nº 2.2 e 16, a Companhia emite contratos de seguros.

Para mensurar os saldos contábeis dos contratos de seguros, a Companhia utiliza técnicas e métodos atuariais que requerem julgamento na seleção das metodologias e definição de premissas utilizadas na mensuração do fluxo de caixa de cumprimento, que incluem taxas de desconto, ajustes ao risco não financeiro, expectativa de sinistros e permanência dos beneficiários.

Consideramos a mensuração dos saldos contábeis dos contratos de seguros como um principal assunto de auditoria em razão do julgamento significativo envolvido na avaliação das metodologias e premissas atuariais utilizadas na mensuração dos fluxos de caixa de seguro que, se alteradas poderiam resultar em mudanças significativas na mensuração desses saldos contábeis nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Nossos principais procedimentos de auditoria incluíram:

- i. Teste do desenho e da efetividade operacional dos controles internos relacionados à mensuração dos saldos contábeis de contratos de seguros. Isto incluiu controles relativos ao desenvolvimento e aprovação das metodologias e definição e aplicação das premissas utilizadas na mensuração dos fluxos de caixa de cumprimento, que incluem taxas de desconto, ajustes ao risco não financeiro, expectativa de sinistros e permanência dos beneficiários;
- ii. Envolvemos profissionais com conhecimentos específicos atuariais que nos auxiliaram, com base em amostragem selecionada: (i) na avaliação das metodologias de mensuração dos fluxos de caixa de cumprimento, cálculo das taxas de desconto e dos ajustes ao risco não financeiro, em relação aos requisitos da prática contábil aplicável, bem como na avaliação das metodologias utilizadas pela Companhia em relação a modelos de mensuração conhecidos e aplicáveis; e (ii) na avaliação das premissas relacionadas à expectativa de sinistros, permanência dos beneficiários, taxas de desconto e ajuste ao risco não financeiro, por meio de comparação com dados externos, recálculos independentes e testes de sensibilidade e de revisão retrospectiva dessas premissas.
- iii. Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras são consistentes com os requerimentos da prática contábil aplicável.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração dos saldos contábeis de contratos de seguros no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.



Avaliação do valor recuperável de ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill)

Conforme mencionado nas notas explicativas 2.6.1 (e) (i) e 14.2, a Companhia possui ágios decorrentes de aquisições de investimentos. A Companhia realiza testes de redução ao valor recuperável, no mínimo anualmente ou quando há eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. Como parte do teste de redução ao valor recuperável desses ativos, a Companhia estimou valores recuperáveis das Unidades Geradoras de Caixa com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros, cuja mensuração está fundamentada em projeções futuras baseadas no plano de negócios e no orçamento, preparados pela Companhia baseado em dados históricos, premissas econômicas e de negócios, principalmente a expectativa de crescimento da base de beneficiários, taxa de desconto e período de projeção dos fluxos de caixa, para cada Unidade Geradora de Caixa.

Consideramos esse assunto como um principal assunto de auditoria devido ao grau de julgamento inerente à determinação das premissas de crescimento da base de beneficiários, taxa de desconto e período de projeção dos fluxos de caixa, e ao potencial impacto que eventuais mudanças nessas premissas poderiam causar nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como a auditoria endereçou esse assunto

Nossos principais procedimentos de auditoria incluíram:

- i. Teste do desenho e da efetividade operacional dos controles internos relacionados ao processo de desenvolvimento e aprovação das premissas de crescimento da base de beneficiários, taxa de desconto e período de projeção dos fluxos de caixa, utilizadas na avaliação dos estudos de recuperabilidade elaborados pela Companhia;
- ii. Envolvermos nossos profissionais de finanças corporativas com conhecimento e experiência no setor que auxiliaram na: (i) avaliação das premissas utilizadas, tais como crescimento da base de beneficiários e período de projeção dos fluxos de caixa, comparando-as com informações obtidas de fontes internas e externas; (ii) avaliação da taxa de desconto utilizadas no teste de redução ao valor recuperável, comparando-as com os intervalos de taxa de desconto que foram desenvolvidas independentemente, usando dados de mercado públicos disponíveis para entidades comparáveis; (iii) avaliação da precisão matemática dos cálculos do valor presente; e
- iii. Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras são consistentes com os requerimentos da prática contábil aplicável.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a avaliação do valor recuperável de ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill), no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Ênfase – Retificação dos valores correspondentes (CPC50 e IFRS17)

Chamamos atenção à nota explicativa nº 2.18 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em decorrência da adoção inicial do CPC 50 “Contatos de Seguros” e do IFRS 17 “*Insurance Contracts*”, onde os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo retificados como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e no IAS 8 - *Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors*. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.



Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações, individual e consolidada, do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-027685/O-0 F SP

Claudio Rogélio Sertório

Contador CRC 1SP212059/O-0

ODONTOPREV S.A.
CNPJ/MF nº 58.119.199/0001-51
NIRE 35.300.156.668
Companhia Aberta

DECLARAÇÃO

Declaramos, na qualidade de Diretores Estatutários da Odontoprev S.A., sociedade por ações com sede na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Araguaia, nº 2104, 21º andar, Alphaville, inscrita no CNPJ/MF sob nº 58.119.199/0001-51, nos termos do artigo 27, §1º, inciso VI, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, que revimos, discutimos e concordamos com as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Barueri/SP, 28 de fevereiro de 2024

Diretores:

Rodrigo Bacellar Wuerkert

José Roberto Borges Pacheco

José Maria Benozatti

Rose Gabay

Renato Alves Costa

Elsen Christian de Carvalho Carmo

Marcos Pimentel de Viveiros



ODONTOPREV S.A.
CNPJ/MF nº 58.119.199/0001-51
NIRE 35.300.156.668
Companhia Aberta

DECLARAÇÃO

Declaramos, na qualidade de Diretores Estatutários da Odontoprev S.A., sociedade por ações com sede na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Araguaia, nº 2104, 21º andar, Alphaville, inscrita no CNPJ/MF sob nº 58.119.199/0001-51, nos termos do artigo 27, §1º, inciso V, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes Ltda., referentes às Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Barueri/SP, 28 de fevereiro de 2024

Diretores:

Rodrigo Bacellar Wuerkert

José Roberto Borges Pacheco

José Maria Benozatti

Rose Gabay

Renato Alves Costa

Elsen Christian de Carvalho Carmo

Marcos Pimentel de Viveiros



ODONTOPREV S.A.

Proposta de destinação do lucro líquido do exercício
Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em **03 de abril de 2024 ("AGO")**
(art. 10º, § único, II, da Resolução CVM 81, 29 de março de 2022)

Senhores Acionistas,

A Administração da Odontoprev S.A. (Companhia ou Odontoprev) vem submeter, para exame e deliberação na AGO da Companhia, a proposta de **destinação do lucro líquido do exercício e ratificação do montante de juros sobre o capital próprio e dividendos distribuídos conforme segue (detalhados no anexo I)**:

Considerando que a Companhia obteve no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, lucro líquido de R\$536.554.266,83 (quinhentos e trinta e seis milhões, quinhentos e cinquenta e quatro mil, duzentos e sessenta e seis reais e oitenta e três centavos), propomos que o lucro líquido do exercício seja destinado da seguinte forma:

- i) R\$26.827.713,34 (vinte e seis milhões, oitocentos e vinte e sete mil, setecentos e treze reais e trinta e quatro centavos) para a conta “reservas de lucros - reserva legal”;
- ii) R\$21.238.803,43 (vinte e um milhões, duzentos e trinta e oito mil, oitocentos e três reais e quarenta e três centavos) referentes a juros sobre capital próprio, que foram declarados em 14 de março de 2023 e pagos em 19 de dezembro de 2023;
- iii) R\$21.110.810,50 (vinte e um milhões, cento e dez mil, oitocentos e dez reais e cinquenta centavos) referentes a juros sobre capital próprio, que foram declarados em 26 de junho de 2023 e pagos em 19 de dezembro de 2023;
- iv) R\$20.543.789,49 (vinte milhões, quinhentos e quarenta e três mil, setecentos e oitenta e nove reais e quarenta e nove centavos) referentes a juros sobre capital próprio, que foram declarados em 19 de setembro de 2023 e pagos em 19 de dezembro de 2023;
- v) R\$19.579.643,52 (dezenove milhões, quinhentos e setenta e nove mil, seiscentos e quarenta e três reais e cinquenta e dois centavos) referentes a juros sobre capital próprio, que foram declarados em 13 de dezembro de 2023 e pagos em 16 de fevereiro de 2024;
- vi) R\$184.761.186,84 (cento e oitenta e quatro milhões, setecentos e sessenta e um mil, cento e oitenta e seis reais e oitenta e quatro centavos) referente a dividendos a pagar em 21 de agosto de 2024, de forma a atingir o percentual obrigatório de 50% sobre o lucro líquido do exercício, conforme artigos 28 e 29 do Estatuto;
- vii) R\$15.238.813,16 (quinze milhões, duzentos e trinta e oito mil, oitocentos e treze reais e dezesseis centavos) referente a dividendo complementar a ser submetido à aprovação na AGO e, caso aprovado, pago em 21 de agosto de 2024; e

- viii) R\$227.253.506,55 (duzentos e vinte e sete milhões, duzentos e cinquenta e três mil, quinhentos e seis reais e cinquenta e cinco centavos) referente a dividendo complementar a ser submetido à aprovação na AGO e, caso aprovado, pago em 18 de dezembro de 2024.

* * *

ANEXO I

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA DESTINAÇÃO DO RESULTADO RELATIVO AO EXERCÍCIO SOCIAL DE 2023

Senhores Acionistas,

Conforme capítulo IV, artigo 28, parágrafo 3º do Estatuto Social vigente, o lucro líquido do exercício terá obrigatoriamente a seguinte destinação:

- (a) 5% (cinco por cento) para formação da **reserva legal**, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social subscrito;
- (b) pagamento de **dividendo obrigatório**, observado o disposto no artigo 29 do Estatuto e a Lei nº 6.404/1976;

Artigo 29 - Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício, a título de dividendos, um percentual obrigatório de 50% (cinquenta por cento) sobre o lucro do exercício, com os seguintes ajustes:

- (i) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências; e*
- (ii) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas.*
- (c) até 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido, para a formação da “**reserva estatutária de capital regulatório**”, que tem por finalidade e objetivo atender a exigência de capital regulatório relacionado à margem de solvência à qual a Companhia está sujeita, e que ficará limitada, em conjunto com a reserva prevista no item “d” abaixo e observado o disposto no art. 199 da Lei 6.404/76, a 80% (oitenta por cento) do capital social;
- (d) até 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido, para a formação da “**reserva de investimentos e expansão**”, que tem por finalidade financeirar o desenvolvimento, o crescimento e a expansão dos negócios da Companhia, com vistas a permitir à Companhia a realização de novos investimentos, incluindo aquisições de software e hardware, investimentos em instalações e equipamentos e aquisição de participações societárias, unidades de negócio e estabelecimentos comerciais, e que ficará limitada, em conjunto com a reserva prevista no item “c” acima e observado o disposto no art. 199 da Lei 6.404/76, a 80% (oitenta por cento) do capital social; e
- (e) distribuição de dividendos além dos dividendos obrigatórios ou retenção, com base em orçamento de capital devidamente aprovado pela Assembleia Geral, observadas as condições da lei nº 6.404/1976.

Em cumprimento aos dispositivos legais que regem a matéria, a Administração da Companhia propõe a V. S^{as}. a destinação do lucro líquido do exercício de 2023, no valor de R\$536.554.266,83 (quinhentos e trinta e seis milhões, quinhentos e cinquenta e quatro mil, duzentos e sessenta e seis reais e oitenta e três centavos).

1 - RESERVA LEGAL

Conforme disposto no artigo 193 da Lei 6.404/1976, torna-se necessária a destinação de 5% (cinco por cento) do lucro líquido, limitado à 20% do capital, à constituição da reserva legal, no valor de R\$26.827.713,34 (vinte e seis milhões, oitocentos e vinte e sete mil, setecentos e treze reais e trinta e quatro centavos).

2 – JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO E DIVIDENDOS

Juros sobre capital próprio

Em Reunião do Conselho de Administração (RCA) realizada em 14 de março de 2023, conforme proposto pela Diretoria, os Conselheiros aprovaram o pagamento de juros sobre o capital próprio, calculados com base na taxa de juros de longo prazo (TJLP) aplicada mensalmente sobre o patrimônio líquido, aos detentores de ações de emissão da Companhia em 17 de março de 2023, no montante de R\$21.238.803,43 (vinte e um milhões, duzentos e trinta e oito mil, oitocentos e três reais e quarenta e três centavos), correspondentes a R\$ 0,0384415750 por ação, os quais foram declarados em 14 de março de 2023 e pagos em 19 de dezembro de 2023. O montante líquido de imposto de renda na fonte equivale a R\$18.052.982,92 (dezoito milhões, cinquenta e dois mil, novecentos e oitenta e dois reais e noventa e dois centavos), correspondentes a R\$ 0,0326753390 por ação.

Em Reunião do Conselho de Administração (RCA) realizada em 26 de junho de 2023, conforme proposto pela Diretoria, os Conselheiros aprovaram o pagamento de juros sobre o capital próprio, calculados com base na TJLP aplicada mensalmente sobre o patrimônio líquido, aos detentores de ações de emissão da Companhia em 29 de junho de 2023, no montante de R\$21.110.810,50 (vinte e um milhões, cento e dez mil, oitocentos e dez reais e cinquenta centavos), correspondentes a R\$ 0,0382099120 por ação, os quais foram declarados em 26 de junho de 2023 e pagos em 19 de dezembro de 2023. O montante líquido equivale a R\$17.944.188,93 (dezessete milhões, novecentos e quarenta e quatro mil, cento e oitenta e oito reais e noventa e três centavos), correspondentes a R\$ 0,0324784250 por ação.

Em Reunião do Conselho de Administração (RCA) realizada em 19 de setembro de 2023, conforme proposto pela Diretoria, os Conselheiros aprovaram o pagamento de juros sobre o capital próprio, calculados com base na TJLP aplicada mensalmente sobre o patrimônio líquido, aos detentores de ações de emissão da Companhia em 22 de setembro de 2023, no montante de R\$20.543.789,49 (vinte milhões, quinhentos e quarenta e três mil, setecentos e oitenta e nove reais e quarenta e nove centavos), correspondentes a R\$ 0,0371836210 por ação, os quais foram declarados em 19 de setembro de 2023 e pagos em 19 de dezembro de 2023. O montante líquido de imposto de renda na fonte equivale a R\$17.462.221,07 (dezessete milhões, quatrocentos e sessenta e dois mil, duzentos e vinte e um reais e sete centavos), correspondentes a R\$ 0,0316060780 por ação.

Em Reunião do Conselho de Administração (RCA) realizada em 13 de dezembro de 2023, conforme proposto pela Diretoria, os Conselheiros aprovaram o pagamento de juros sobre o capital próprio, calculados com base na TJLP aplicada mensalmente sobre o patrimônio líquido, aos detentores de ações de emissão da Companhia em 18 de dezembro de 2023, no montante de R\$19.579.643,52 (dezenove milhões, quinhentos e setenta e nove mil, seiscentos e quarenta e três reais e cinquenta e dois centavos), correspondentes a R\$ 0,0354385470 por ação, os quais foram declarados em 13 de

dezembro de 2023 e pagos em 16 de fevereiro de 2024. O montante líquido de imposto de renda na fonte equivale a R\$16.642.696,99 (dezesseis milhões, seiscentos e quarenta e dois mil, seiscentos e noventa e seis reais e noventa e nove centavos), correspondentes a R\$ 0,0301227650 por ação.

Dividendos

Em RCA realizada em 28 de fevereiro de 2024, conforme proposto pela Diretoria, os Conselheiros aprovaram a proposta a ser submetida à AGO de pagamento de dividendos de R\$184.761.186,84 (cento e oitenta e quatro milhões, setecentos e sessenta e um mil, cento e oitenta e seis reais e oitenta e quatro centavos), correspondentes a R\$0,334412013 por ação (o valor por ação considera saldo de tesouraria de 28/02/2024), de forma a atingir o percentual obrigatório de 50% sobre o lucro líquido do exercício, conforme artigos 28 e 29 do Estatuto, os quais, se aprovados, serão pagos em 21 de agosto de 2024.

Na mesma RCA, conforme proposto pela Diretoria, os Conselheiros também aprovaram a proposta a ser submetida à AGO de pagamento de dividendos complementares de (i) R\$15.238.813,16 (quinze milhões, duzentos e trinta e oito mil, oitocentos e treze reais e dezesseis centavos), correspondentes a R\$0,027581779 por ação (o valor por ação considera saldo de tesouraria de 28/02/2024), os quais, se aprovados, serão pagos em 21 de agosto de 2024; e (ii) R\$227.253.506,55 (duzentos e vinte e sete milhões, duzentos e cinquenta e três mil, quinhentos e seis reais e cinquenta e cinco centavos), correspondentes a R\$0,411321793 por ação (o valor por ação considera saldo de tesouraria de 28/02/2024), os quais, se aprovados, serão pagos em 21 de agosto de 2024.

3 – RETENÇÃO DE LUCROS

Não havendo saldo de lucros a destinar, propomos a manutenção do saldo remanescente da reserva de lucros da Companhia (Reserva Estatutária de Investimentos e Expansão e Reserva Estatutária de Capital Regulatório), o qual correspondia, em 31 de dezembro de 2023, a R\$271.845.232,33 (duzentos e setenta e um milhões, oitocentos e quarente e cinco mil, duzentos e trinta e dois reais e trinta e três centavos), conforme artigo 28, parágrafo 3º (d) do Estatuto.

4 – QUADRO RESUMO DOS ITENS 1 A 3

						Data		R\$		
	Aprovação por	% ou R\$ por ação bruta	Deliberação	Detentores	Constituição (C) /Pagamento (P)	Lucros acumulados	Reserva legal	Dividendo adicional proposto	Reserva estatutária de capital regulatório	Reserva de investimentos e expansão
31 de dezembro de 2022						-	73.921.079,39	24.086.889,27	174.569.438,82	260.321.929,51
CANCELAMENTO DE AÇÕES EM TESOURARIA						-	-	-	(74.569.438,82)	(88.476.697,18)
DIVIDENDO ADICIONAL PROPOSTO 2022						-	-	(24.086.889,27)	-	-
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO (LL) 2023						536.554.266,83	-	-	-	-
PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO:						(536.554.266,83)	26.827.713,34	242.492.319,71	-	-
RESERVA LEGAL	ESTATUTO SOCIAL	5% (limitado a 20% CAPITAL SOCIAL)	31/12/2023	-	31/12/2023 (C)	(26.827.713,34)	26.827.713,34	-	-	-
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO	RCA	0,038441575	14/03/2023	17/03/2023	19/12/2023 (P)	(21.238.803,43)	-	-	-	-
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO	RCA	0,038209912	26/06/2023	29/06/2023	19/12/2023 (P)	(21.110.810,50)	-	-	-	-
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO	RCA	0,037183621	19/09/2023	22/09/2023	19/12/2023 (P)	(20.543.789,49)	-	-	-	-
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO	RCA	0,035438547	13/12/2023	18/12/2023	16/02/2024 (P)	(19.579.643,52)	-	-	-	-
DIVIDENDO COMPLEMENTAR PARA O MÍNIMO OBRIGATÓRIO ¹	AGO	0,334412013	28/02/2024	12/04/2024	21/08/2024 (P) ²	(184.761.186,84)	-	-	-	-
DIVIDENDO ADICIONAL PROPOSTO ³	AGO	0,027581779	28/02/2024	12/04/2024	21/08/2024 (P) ²	(15.238.813,16)	-	15.238.813,16	-	-
DIVIDENDO ADICIONAL PROPOSTO ³	AGO	0,411321793	28/02/2024	12/04/2024	18/12/2024 (P) ³	(227.253.506,55)	-	227.253.506,55	-	-
31 de dezembro de 2023						-	100.748.792,74	242.492.319,71	100.000.000,00	171.845.232,33

¹O valor por ação considera saldo de tesouraria de 28/02/2024.

²Caso aprovado em AGO, será pago em 21/08/2024.

³Caso aprovado em AGO, será pago em 18/12/2024.

CÁLCULO DO DIVIDENDO MÍNIMO OBRIGATÓRIO	
Lucro líquido do exercício 2023	536.554.266,83
(-) Constituição de reserva legal (5%, limitada a 20% do capital social)	(26.827.713,34)
(-) Lucro do exercício 2023 passível de distribuição	509.726.553,49
(x) %conforme Estatuto Social	50
(=) DIVIDENDO MÍNIMO OBRIGATÓRIO	254.863.276,75

Juros sobre o capital próprio ¹	70.102.089,91
Dividendo complementar para o mínimo obrigatório	184.761.186,84
Dividendo adicional proposto	242.492.319,71
Dividendos e juros sobre capital próprio deliberados	497.355.596,46
Excedente ao dividendo mínimo obrigatório	(242.492.319,72)
(=) DIVIDENDO MÍNIMO OBRIGATÓRIO	254.863.276,75

¹Líquido de imposto de renda retido na fonte (IRRF) de 15%.

Em síntese a Administração propõe que o lucro do exercício de R\$536.554.266,83 (quinhentos e trinta e seis milhões, quinhentos e cinquenta e quatro mil, duzentos e sessenta e seis reais e oitenta e três centavos), após a constituição da reserva legal de R\$26.827.713,34 (vinte e seis milhões, oitocentos e vinte e sete mil, setecentos e treze reais e trinta e quatro centavos), seja totalmente distribuído, no montante líquido deliberado de R\$497.355.596,46 (quatrocentos e noventa e sete milhões, trezentos e cinquenta e cinco mil, trezentos e quinhentos e noventa e seis reais e quarenta e seis centavos), já descontado o imposto de renda retido na fonte (IRRF) de 15% aplicado sobre os juros sobre o capital próprio.

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo remanescente da reserva de lucros da Companhia (Reserva Estatutária de Investimentos e Expansão e Reserva Estatutária de Capital Regulatório) era de R\$271.845.232,33 (duzentos e setenta e um milhões, oitocentos e quarenta e cinco mil, duzentos e trinta e dois reais e trinta e três centavos), composto de (i) R\$434.891.368,33 (quatrocentos e trinta e quatro milhões, oitocentos e noventa e um mil, trezentos e sessenta e oito reais e trinta e três centavos) referentes à retenções de lucros de exercícios anteriores, e (ii) R\$163.046.136,00 (cento e sessenta e três milhões, quarenta e seis mil, cento e trinta e seis reais) referente ao cancelamento de 15.970.140 ações em tesouraria, aprovado na assembleia de 05 de abril de 2023.

Barueri, 28 de fevereiro de 2024.

ODONTOPREV S.A.

Informações adicionais à Proposta da Administração para destinação do lucro líquido do exercício de 2023 e ratificação da distribuição antecipada de juros sobre o capital próprio e dividendos pagos e a pagar

(Nos termos do Anexo A à Resolução CVM 81, de 29 de março de 2022)

1. Informar o lucro líquido do exercício:

A Companhia obteve no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, lucro líquido de R\$536.554.266,83 (quinhentos e trinta e seis milhões, quinhentos e cinquenta e quatro mil, duzentos e sessenta e seis reais e oitenta e três centavos).

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

Aprovação	Distribuições relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023						Montante global (R\$)		
	Bruto	Líquido	Declarados	Detentores	Ex-direito	Pagamento			
Juros sobre capital próprio	RCA	0,038441575	0,027130620	14/03/2023	17/03/2023	20/03/2023	19/12/2023	21.238.803,43	18.052.982,92
Juros sobre capital próprio	RCA	0,038209912	0,026932988	26/06/2023	29/06/2023	30/06/2023	19/12/2023	21.110.810,50	17.944.188,93
Juros sobre capital próprio	RCA	0,037183621	0,026933866	19/09/2023	22/09/2023	25/09/2023	19/12/2023	20.543.789,49	17.462.221,07
Juros sobre capital próprio	RCA	0,035438547	0,027279708	13/12/2023	18/12/2023	19/12/2023	16/02/2024	19.579.643,52	16.642.696,99
Dividendo complementar para o mínimo obrigatório ¹	AGO	0,334412013	0,334412013	28/02/2024	12/04/2024	15/04/2024	21/08/2024 ²	184.761.186,84	184.761.186,84
Dividendo adicional proposto ¹	AGO	0,027581779	0,027581779	28/02/2024	12/04/2024	15/04/2024	21/08/2024 ²	15.238.813,16	15.238.813,16
Dividendo adicional proposto ¹	AGO	0,411321793	0,411321793	28/02/2024	12/04/2024	15/04/2024	18/12/2024 ³	227.253.506,55	227.253.506,55
								509.726.553,49	497.355.596,46

¹O valor por ação considera saldo de tesouraria de 28/02/2024.

²Caso aprovado em AGO, será pago em 21/08/2024.

³Caso aprovado em AGO, será pago em 18/12/2024.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído:

O lucro do exercício de R\$536.554.266,83 (quinhentos e trinta e seis milhões, quinhentos e cinquenta e quatro mil, duzentos e sessenta e seis reais e oitenta e três centavos), foi totalmente distribuído, no montante líquido (vide item 2) de R\$497.355.596,46 (quatrocentos e noventa e sete milhões, trezentos e cinquenta e cinco mil, trezentos e quinhentos e noventa e seis reais e quarenta e seis centavos), já descontado o imposto de renda retido na fonte (IRRF) de 15% aplicado sobre os juros sobre o capital próprio equivalente a 50% do lucro do exercício passível de distribuição.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não foi utilizado saldo de lucros de exercícios anteriores para a distribuição dos dividendos.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

- O valor bruto de dividendos e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Vide tabela abaixo.

- A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Vide tabela abaixo.

- c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não haverá incidência de atualização e juros sobre dividendos e juros sobre capital próprio.

- d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Vide tabela abaixo.

	Aprovação	Ação ordinária - ON (R\$/ação)	Dividendos complementar ao mínimo obrigatório					Data	Montante global (R\$)
			Proposta	Detentores	Ex-direito	Pagamento			
Dividendo complementar para o mínimo obrigatório ¹	AGO	0,334412013	28/02/2024	12/04/2024	15/04/2024	21/08/2024 ²	184.761.186,84		
Dividendo adicional proposto ¹	AGO	0,027581779	28/02/2024	12/04/2024	15/04/2024	21/08/2024 ²	15.238.813,16		
Dividendo adicional proposto ¹	AGO	0,411321793	28/02/2024	12/04/2024	15/04/2024	18/12/2024 ³	227.253.506,55		

¹O valor por ação considera saldo de tesouraria de 28/02/2024.

²Caso aprovado em AGO, será pago em 21/08/2024.

³Caso aprovado em AGO, será pago em 18/12/2024.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

- a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

Vide tabela abaixo.

- b. Informar a data dos respectivos pagamentos

Vide tabela abaixo.

Aprovação	Ação ordinária - ON (R\$/ação)			Declarados	Detentores	Ex-direito	Pagamento	Data		Montante global (R\$)
	Bruto	Líquido	Declarados					Bruto	Líquido	
Juros sobre capital próprio	RCA	0,038441575	0,027130620	14/03/2023	17/03/2023	20/03/2023	19/12/2023	21.238.803,43	18.052.982,92	
Juros sobre capital próprio	RCA	0,038209912	0,026932988	26/06/2023	29/06/2023	30/06/2023	19/12/2023	21.110.810,50	17.944.188,93	
Juros sobre capital próprio	RCA	0,037183621	0,026933866	19/09/2023	22/09/2023	25/09/2023	19/12/2023	20.543.789,49	17.462.221,07	
Juros sobre capital próprio	RCA	0,035438547	0,027279708	13/12/2023	18/12/2023	19/12/2023	16/02/2024	19.579.643,52	16.642.696,99	
Dividendo complementar para o mínimo obrigatório ¹	AGO	0,334412013	0,334412013	28/02/2024	12/04/2024	15/04/2024	21/08/2024 ²	184.761.186,84	184.761.186,84	
Dividendo adicional proposto ¹	AGO	0,027581779	0,027581779	28/02/2024	12/04/2024	15/04/2024	21/08/2024 ²	15.238.813,16	15.238.813,16	
Dividendo adicional proposto ¹	AGO	0,411321793	0,411321793	28/02/2024	12/04/2024	15/04/2024	18/12/2024 ³	227.253.506,55	227.253.506,55	
Total de juros sobre capital próprio e dividendos declarados em 2023								509.726.553,49	497.355.596,46	

¹O valor por ação considera saldo de tesouraria de 28/02/2024.

²Caso aprovado em AGO, será pago em 21/08/2024.

³Caso aprovado em AGO, será pago em 18/12/2024.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

- a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

Descrição	Referência	Exercícios findos em 31 de dezembro de			
		2023	2022	2021	2020
Lucro líquido do exercício (R\$)	A	536.554.266,83	452.171.494,48	380.358.614,00	361.128.111,88
Ações ordinárias total (unidade) ¹	B	552.495.663	568.465.803	531.294.792	531.294.792
Ações em tesouraria (unidade)	C	-	15.970.140	14.507.698	893.541
Ações ordinárias - média ponderada (unidade)	D	552.495.663	552.920.663	526.687.156	530.261.460
Opções de compras por ações (unidade)	E	-	-	651.851	884.965
Lucro básico por ação (R\$)	F = A / D	0,971146568	0,817787297	0,722171805	0,681037826
Lucro diluído por ação (R\$)	G = A / (D + E)	0,971146568	0,817787297	0,721279119	0,679903121

¹O capital total da Companhia é composto apenas por ações ordinárias.

b. Dividendos e juros sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Aprovação	Distribuições relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022							Data	Montante global (R\$)
	Bruto	Líquido	Declarados	Detentores	Ex-direito	Pagamento	Bruto		
Juros sobre capital próprio	RCA	0,031918376	0,027130620	21/03/2022	24/03/2022	25/03/2022	06/07/2022	16.358.796,35	13.904.976,90
Juros sobre capital próprio	RCA	0,031685869	0,026932988	20/06/2022	23/06/2022	24/06/2022	21/12/2022	17.632.604,82	14.987.714,10
Juros sobre capital próprio	RCA	0,031686901	0,026933866	15/09/2022	20/09/2022	21/09/2022	27/12/2022	17.533.809,47	14.903.738,05
Juros sobre capital próprio	RCA	0,032093774	0,027279708	12/12/2022	15/12/2022	16/12/2022	27/12/2022	17.731.670,71	15.071.920,10
Dividendos intercalares	RCA	0,107203568	0,107203568	27/04/2022	06/05/2022	09/05/2022	05/10/2022	60.000.000,00	60.000.000,00
Dividendo complementar para o mínimo obrigatório	AGO	0,173599753	0,173599753	01/03/2023	20/04/2023	24/04/2023	12/07/2023	95.913.110,73	95.913.110,73
Total de juros sobre capital próprio e dividendos declarados em 2022							225.169.992,08	214.781.459,88	
Aprovação	Distribuições relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021							Data	Montante global (R\$)
	Bruto	Líquido	Declarados	Detentores	Ex-direito	Pagamento	Bruto		
Juros sobre capital próprio	RCA	0,024472511	0,020801634	11/03/2021	16/03/2021	17/03/2021	06/04/2021	12.980.323,72	11.033.275,16
Juros sobre capital próprio	RCA	0,025707338	0,021851237	11/06/2021	16/06/2021	17/06/2021	06/07/2021	13.500.382,08	11.475.324,77
Juros sobre capital próprio	RCA	0,025898858	0,020214029	13/09/2021	22/09/2021	23/09/2021	06/10/2021	13.480.893,09	11.458.759,13
Juros sobre capital próprio	RCA	0,023678950	0,020127107	14/12/2021	17/12/2021	20/12/2021	30/12/2021	12.270.538,21	10.429.957,48
Dividendos intercalares	RCA	0,181665407	0,181665407	28/04/2021	19/05/2021	20/05/2021	06/07/2021	95.753.521,42	95.753.521,42
Dividendo complementar para o mínimo obrigatório	AGO	0,078717626	0,078717626	23/02/2022	04/04/2022	05/04/2022	05/10/2022	40.519.503,69	40.519.503,69
Total de juros sobre capital próprio e dividendos declarados em 2021							188.505.162,21	180.670.341,65	
Aprovação	Distribuições relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020							Data	Montante global (R\$)
	Bruto	Líquido	Declarados	Detentores	Ex-direito	Pagamento	Bruto		
Juros sobre capital próprio	RCA	0,026139961	0,022218967	12/03/2020	17/03/2020	18/03/2020	02/04/2020	13.863.792,97	11.784.224,02
Juros sobre capital próprio	RCA	0,025245928	0,021459038	10/06/2020	16/06/2020	17/06/2020	03/07/2020	13.389.626,64	11.381.182,65
Juros sobre capital próprio	RCA	0,025083200	0,021320720	11/09/2020	16/09/2020	17/09/2020	07/10/2020	13.304.160,73	11.308.536,62
Juros sobre capital próprio	RCA	0,023491854	0,019968076	10/12/2020	15/12/2020	16/12/2020	04/01/2020	12.460.108,61	10.591.092,32
Dividendos intercalares	RCA	0,044775227	0,044775227	29/04/2020	05/05/2020	06/05/2020	07/10/2020	23.747.337,58	23.747.337,58
Dividendos intercalares	RCA	0,156811461	0,156811461	29/07/2020	11/08/2020	12/08/2020	07/10/2020	83.172.994,96	83.172.994,96
Dividendos intercalares	RCA	0,136805908	0,136805908	28/10/2020	03/11/2020	04/11/2020	09/12/2020	72.562.024,85	72.562.024,85
Total de juros sobre capital próprio e dividendos declarados em 2020							232.500.046,34	224.547.393,00	

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado a reserva legal:

Conforme disposto no artigo 193 da Lei 6.404/1976, torna-se necessária a aplicação de 5% (cinco por cento) do lucro líquido à constituição da reserva legal, até que seu valor atinja 20% do capital social, o valor da constituição foi de R\$26.827.713,34 (vinte e seis milhões, oitocentos e vinte e sete mil, setecentos e treze reais e trinta e quatro centavos).

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal:

CÁLCULO RESERVA LEGAL	
Lucro líquido do exercício 2023	536.554.266,83
(%) Constituição	5,00
(=) Reserva legal	26.827.713,34

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

- a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos
- b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos
- c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa
- d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais
- e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

A Odontoprev não possui ações preferenciais.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

- a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto:

CÁLCULO DO DIVIDENDO MÍNIMO OBRIGATÓRIO	
Lucro líquido do exercício 2023	536.554.266,83
(-) Constituição de reserva legal (5%, limitada a 20% do capital social)	(26.827.713,34)
(=) Lucro do exercício 2023 passível de distribuição	509.726.553,49
(x) %conforme Estatuto Social	50
(=) DIVIDENDO MÍNIMO OBRIGATÓRIO	254.863.276,75
Juros sobre o capital próprio ¹	70.102.089,91
Dividendo complementar para o mínimo obrigatório	184.761.186,84
Dividendo adicional proposto	242.492.319,71
Dividendos e juros sobre capital próprio deliberados	497.355.596,46
Excedente ao dividendo mínimo obrigatório	(242.492.319,72)
(=) DIVIDENDO MÍNIMO OBRIGATÓRIO	254.863.276,75

¹Líquido de imposto de renda retido na fonte (IRRF) de 15%

- b. Informar se ele está sendo pago integralmente:

Apurado conforme item 10.a. e será pago integralmente.

- c. Informar o montante eventualmente retido:

A Odontoprev não efetuou qualquer retenção de dividendo obrigatório.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

- Informar o montante da retenção
- Descrever, pormenoradamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos
- Justificar a retenção dos dividendos

A Odontoprev não efetuou qualquer retenção de dividendo obrigatório.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

- Identificar o montante destinado à reserva
- Identificar a perda considerada provável e sua causa
- Explicar por que a perda foi considerada provável

- d. Justificar a constituição da reserva

A Odontoprev não efetuou nenhuma destinação de resultado para reserva de contingências.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

- a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar
- b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

A Odontoprev não efetuou nenhuma destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

- a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva:
- b. Identificar o montante destinado à reserva:

A Odontoprev não destinou resultado para reservas estatutárias.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

- a. Identificar o montante da retenção
- b. Fornecer cópia do orçamento de capital

A Odontoprev não efetuou retenção com base em orçamento de capital.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

- a. Informar o montante destinado à reserva
- b. Explicar a natureza da destinação

A Odontoprev não efetuou nenhuma destinação de resultado para reserva de incentivos fiscais.

**ELEIÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
ITENS 7.3 A 7.6 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA**
(artigo 11, inciso I, da Resolução CVM 81/2022)

7.3. (a) a (k) Membros indicados para Composição do Conselho de Administração

Membros Efetivos:

Membros Suplentes:

Nome	Maurício Machado de Minas	Américo Pinto Gomes	José Mauro Depes Lorga
Nascimento	01/07/1959	30/01/1963	05/11/1960
Profissão	Bancário	Seguritário	Economista
CPF	044.470.098-62	749.510.847-91	711.509.277-04
Cargo Eletivo a ser Ocupado	Conselho de Administração (Suplente)	Conselho de Administração (Suplente)	Conselho de Administração (Suplente) - Membro Independente
Data de Eleição	03/04/2024	03/04/2024	03/04/2024
Data da Posse	03/04/2024	03/04/2024	03/04/2024
Prazo do Mandato	A.G.O. 2026	A.G.O. 2026	A.G.O. 2026
Data de início do primeiro mandato	04/04/2022	28/04/2020	09/08/2023
Outros cargos ou funções exercidos na Companhia	N/A	N/A	N/A
Eleito pelo controlador	Sim	Sim	Sim

(I) e (m) Experiência Profissional dos membros indicados para o Conselho de Administração

Conselho de Administração - Membros Efetivos

Luiz Carlos Trabuco Cappi

Graduado em Filosofia com Pós-Graduação em Sócio-Psicologia pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Iniciou sua carreira no Banco Bradesco S.A. em 1969, dedicando toda sua vida profissional à Organização Bradesco. Foi Diretor de Relações com Investidores e, como Diretor Vice-Presidente Executivo do Banco Bradesco, de 1999 a 2009, acumulou, durante 6 (seis) anos, a Presidência do Grupo Bradesco Seguros. Presidiu a Diretoria do Banco Bradesco de março de 2009 a março de 2018, acumulando o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração até outubro de 2017, ocasião em que foi alçado a Presidente do Conselho de Administração. É Presidente do Conselho de Administração da Odontoprev S.A., Bradespar S.A., Next Tecnologia e Serviços Digitais S.A. e Companhia Brasileira de Gestão de Serviços (Orizon), e Membro Efetivo do Fleury S.A. Foi Membro do Conselho de Administração da ArcelorMittal Brasil, Membro do Comitê Estratégico da Vale S.A., Presidente da Comissão Nacional de Captação e Marketing da Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança - ABECIP, Presidente da Associação Nacional da Previdência Privada - ANAPP, Presidente da Federação Nacional de Saúde Suplementar - FENASAÚDE, Presidente do Conselho de Representantes e da Diretoria Executiva da Confederação Nacional das Instituições Financeiras - CNF, Membro do Conselho Superior e Diretor Vice-Presidente da

Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização - CNSeg, Membro dos Conselhos Diretor e Consultivo da FEBRABAN - Federação Brasileira de Bancos e Membro Titular da Association Internationale pour l'Etude de l'Economie de l'Assurance - Association de Genève, Genebra, Suíça.

As sociedades Bradespar S.A., Next Tecnologia e Serviços Digitais S.A., Companhia Brasileira de Gestão de Serviços (Orizon) e Fleury S.A., integram o grupo econômico do qual o Banco Bradesco S.A. faz parte.

O Sr. Luiz Carlos Trabuco Cappi informa que, durante os últimos 5 (cinco) anos, não sofreu (i) qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgada; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, mesmo que não transitada em julgado; ou (iii) outra condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Luiz Carlos Trabuco Cappi declarou não ser pessoa politicamente exposta, na forma da regulamentação aplicável.

Manoel Antônio Peres

Graduado em Biologia pela Faculdade de Santo Amaro e Medicina pela Faculdade de Medicina de Valença, com Especialização em Administração de Serviços de Saúde – Administração Hospitalar pela Universidade de São Paulo (USP), MBA Executivo em Finanças pelo IBMEC, Conselheiro de Administração Experiente certificado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) e qualificado Especialista em Administração em Saúde pelo Conselho Federal e Regional de Medicina. Há 25 anos atua no mercado segurador, tendo ingressado no Grupo Bradesco Seguros em 2007. Atualmente ocupa o cargo de Diretor-Presidente Bradesco Saúde S.A., Mediservice Operadora de Planos de Saúde S.A., Bradesco Saúde Operadora de Planos S.A., Bradesco Diagnóstico em Saúde S.A., Bradesco Gestão de Saúde S.A. e Novamed Gestão de Clínicas Ltda., atua como Diretor Geral da Bradesco Seguros S.A., Bradseg Promotora de Vendas S.A., BSP Affinity Ltda., Ipê Holdings S.A. e Nova Marília Administração de Bens Móveis e Imóveis Ltda. É Vice-Presidente do Conselho de Administração da Odontoprev S.A. e Brasidental Operadora de Planos Odontológicos S.A., membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia Brasileira de Gestão de Serviços (Orizon) e membro suplente do Conselho de Administração do Fleury S.A. Presidente do Conselho Diretor da Fenasaúde e Presidente do Conselho Diretor do Instituto de Estudos de Saúde Complementar – IESS.

As sociedades Mediservice Operadora de Planos de Saúde S.A., Bradesco Saúde Operadora de Planos S.A., Bradesco Diagnóstico em Saúde S.A., Bradesco Gestão de Saúde S.A., Novamed Gestão de Clínicas Ltda., Bradesco Seguros S.A., Bradseg Promotora de Vendas S.A., BSP Affinity Ltda., integram o grupo econômico do qual o Banco Bradesco S.A. faz parte.

O Sr. Manoel Antônio Peres informa que, durante os últimos 5 (cinco) anos, não sofreu (i) qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgada; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados,

mesmo que não transitada em julgado; ou (iii) outra condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Manoel Antônio Peres declarou não ser pessoa politicamente exposta, na forma da regulamentação aplicável.

Ivan Luiz Gontijo Junior

Graduado em Direito pela Universidade Católica de Petrópolis, foi professor de Direito Comercial da Universidade Católica de Petrópolis e de Direito do Seguro da Faculdade de Direito Cândido Mendes. Há 35 anos atua no mercado segurador, tendo ingressado no Grupo Bradesco Seguros em 1985. Em 1998 foi eleito Diretor Jurídico do Grupo Segurador. Atualmente ocupa o cargo de Diretor-Presidente da Bradseg Participações S.A., Bradesco Seguros S.A., BSP Affinity Ltda., Bradseg Promotora de Vendas S.A., Bradesco SegPrev Investimentos Ltda., Marília Reflorestamento e Agropecuária Ltda., Nova Marília Administração de Bens Móveis e Imóveis Ltda. e Ipê Holdings Ltda., atua como Diretor Geral da Neon Holdings Ltda. e é membro do Comitê Estratégico da BSP Empreendimentos Imobiliários S.A. É membro efetivo do Conselho de Administração da Bradesco Saúde S.A., Odontoprev S.A., Companhia Brasileira de Gestão de Serviços (Orizon) e Fleury S.A, membro suplente da Brasidental Operadora de Planos Odontológicos S.A., Vice-Presidente do Conselho Diretor e membro do Conselho de Gestão da Confederação Nacional das Seguradoras – CNSEG e membro do Conselho Diretor da Federação Nacional das Empresas de Seguros – FENASEG.

As sociedades Bradseg Participações S.A., Bradesco Seguros S.A., BSP Affinity Ltda., Bradseg Promotora de Vendas S.A., Bradesco SegPrev Investimentos Ltda., BSP Empreendimentos Imobiliários S.A, Bradesco Saúde S.A., Companhia Brasileira de Gestão de Serviços (Orizon) e Fleury S.A., integram o grupo econômico do qual o Banco Bradesco S.A. faz parte.

O Sr. Ivan Luiz Gontijo Junior informa que, durante os últimos 5 (cinco) anos, não sofreu (i) qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgada; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, mesmo que não transitada em julgado; ou (iii) outra condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Ivan Luiz Gontijo Junior declarou não ser pessoa politicamente exposta, na forma da regulamentação aplicável.

Samuel Monteiro dos Santos Junior

Graduado em Ciências Contábeis e Administração pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ e Direito pela Universidade Cândido Mendes – UCAM. Com vasta experiência no mercado segurador, iniciou sua carreira em 1969 na SulAmérica Seguros. Em dezembro de 1999, ingressou como Diretor Vice-Presidente na Bradesco Seguros S.A., onde permaneceu até março de 2011. De novembro de 2011 a abril de 2014, passou a atuar como Diretor Presidente na BSP Empreendimentos Imobiliários S.A., onde atualmente é Membro do Conselho de Administração. Paralelamente, foi eleito,

em 2007, Diretor na Bradesco Dental S.A., hoje Odontoprev S.A., na qual foi eleito, em 2014, Membro do Conselho de Administração. Em março de 2020, foi eleito Membro do Conselho de Administração do Banco Bradesco S.A. Atualmente, também é membro do Conselho de Administração do Bradesco Saúde S.A., Bradseg Participações S.A., BSP Park Estacionamentos e Participações S.A. e Fleury S.A. Anteriormente foi membro do Conselho de Administração da Swiss RE Solutions Brasil Seguros S.A, EABS Serviços de Assistência e Participações S.A., Europ Assistance Brasil Serviços de Assistência S.A., Integritas Participações S.A., IRB Brasil Resseguros S.A. e Brasildental Operadora de Planos Odontológicos, e Diretor Vice-Presidente do Bradesco Argentina de Seguros S.A., Bradesco Capitalização S.A., Bradesco SegPrev Investimentos Ltda., Bradesco Seguros S.A., Bradseg Participações Ltda., Bradesco Vida e Previdência S.A., Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros e Atlântica Companhia de Seguros.

As sociedades Bradesco Seguros S.A, BSP Empreendimentos Imobiliários S.A, Bradesco Saúde S.A., Bradseg Participações S.A., Fleury S.A, Bradesco Argentina de Seguros S.A., Bradesco Capitalização S.A., Bradesco SegPrev Investimentos Ltda., Bradesco Seguros S.A., Bradseg Participações Ltda., Bradesco Vida e Previdência S.A., Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros e Atlântica Companhia de Seguros, integram o grupo econômico do qual o Banco Bradesco S.A. faz parte.

O Sr. Samuel Monteiro dos Santos Junior informa que, durante os últimos 5 (cinco) anos, não sofreu (i) qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgada; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, mesmo que não transitada em julgado; ou (iii) outra condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Samuel Monteiro dos Santos Junior declarou não ser pessoa politicamente exposta, na forma da regulamentação aplicável.

Thais Jorge de Oliveira e Silva

Graduada em Medicina pela Faculdade de Medicina de Campos, com residência médica em Otorrinolaringologia e MBA Executivo em Gestão de Negócios com Ênfase em Saúde pelo IBMEC. Atualmente ocupa o cargo de Diretora na Bradesco Saúde S.A., Mediservice Operadora de Planos de Saúde S.A., Bradesco Saúde Operadora de Planos S.A., Bradesco Gestão de Saúde S.A., Bradesco Diagnóstico em Saúde S.A., Atlântica Hospitais e Participações S.A. e Novamed Gestão de Clínicas Ltda. Atua como membro do Conselho de Administração da Beep Cayman Limited, além de ser Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Assistenciais e 2^a Suplente da Comissão de Avaliação de Tecnologia em Saúde da Fenasaúde e Membro do Comitê de Saúde da AMCHAM/RJ.

As sociedades Bradesco Saúde S.A, Mediservice Operadora de Planos de Saúde S.A., Bradesco Saúde Operadora de Planos S.A., Bradesco Gestão de Saúde S.A., Bradesco Diagnóstico em Saúde S.A., Atlântica Hospitais e Participações S.A. e Novamed Gestão de Clínicas Ltda, integram o grupo econômico do qual o Banco Bradesco S.A. faz parte.

A Sra. Thais Jorge de Oliveira e Silva informa que, durante os últimos 5 (cinco) anos, não sofreu (i) qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgada; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, mesmo que não transitada em julgado; ou (iii) outra condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

A Sra. Thais Jorge de Oliveira e Silva declarou não ser pessoa politicamente exposta, na forma da regulamentação aplicável.

Octavio de Lazari Junior

Graduado pela Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas de Osasco, SP - Ciências Econômicas, com especializações em: Estratégias Financeiras e Marketing pela Fundação Instituto de Administração - FEA/USP, Gestão Financeira pela Fundação Getulio Vargas - FGV e Estratégias em Finanças pela Fundação Dom Cabral e, Programa de Gestão Avançada Bradesco pela Fundação Dom Cabral e AMP - Advanced Management Program ministrado pelo IESE Business School - University of Navarra, São Paulo. Iniciou a carreira no Banco Bradesco S.A. em setembro de 1978. Foi eleito Diretor Executivo Adjunto em janeiro de 2012, Diretor Executivo Gerente em fevereiro de 2015 e Diretor Vice-Presidente Executivo em maio de 2017. Em março de 2018, foi eleito Diretor-Presidente, cargo que ocupa atualmente. É ainda Membro da Mesa Regedora e Diretor Gerente da Fundação Bradesco, Membro do Conselho de Administração BBD Participações S.A, Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações, Membro do Conselho de Administração e Membro do Comitê Estratégico da BSP Empreendimentos Imobiliários S.A., Membro Suplente do Conselho de Administração Fleury S.A., Membro do NAT - Núcleo de Altos Temas., Membro do Conselho Diretor e do Conselho Consultivo da FEBRABAN - Federação Brasileira de Bancos., Membro Titular do Conselho de Administração da Odontoprev S.A., Diretor-Presidente da Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil e Diretor Presidente NCF Participações S.A. Merece destaque também, o cargo de Diretor Presidente da Bradesco Seguros S.A., que ocupou entre junho de 2017 a junho de 2018.

As sociedades Fundação Bradesco, BBD Participações S.A, Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações, BSP Empreendimentos Imobiliários S.A., Fleury S.A., Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil, integram o grupo econômico do qual o Banco Bradesco S.A. faz parte.

O Sr. Octavio de Lazari Junior informa que, durante os últimos 5 (cinco) anos, não sofreu (i) qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgada; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, mesmo que não transitada em julgado; ou (iii) outra condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Octavio de Lazari Junior declarou não ser pessoa politicamente exposta, na forma da regulamentação aplicável.

César Suaki dos Santos

Graduado em Engenharia de Produção pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, com Mestrado em Administração de Empresas pela Universidade de São Paulo. Foi Diretor de Mercado da Ultragaz (Grupo Ultra), atuou como Diretor Geral de Logística da Holding ALL (América Latina Logística) e foi responsável pelas Diretorias de Compras e Planejamento do Grupo Martins. Foi Diretor Executivo Comercial & de Supply Chain da Companhia Brasileira de Distribuição (Grupo Pão de Açúcar), atuou como Diretor Presidente (CEO) do Martins Comércio e Serviços de Distribuição e participou do Conselho Consultivo de Administração da DPaschoal, do Lopes Supermercados e da Wickbold Alimentos. Atualmente, é Sócio-fundador da Maestà Gestão Patrimonial e participa dos Conselhos de Administração da OdontoPrev S.A., Hubprepaid S.A. (Vale Presente) e da Elekeiroz S.A., bem como dos Conselhos Consultivos de Administração da Mundo Verde Franquias, da Ocrim Alimentos, do Grupo Hindiana e da Scanntech.

O Sr. César Suaki dos Santos informa que nenhuma das empresas mencionadas acima integra o mesmo grupo econômico da Companhia. Ainda, nenhuma das empresas mencionadas são controladas por acionista da Companhia que detém participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% da mesma classe ou espécie de valor mobiliário de emissão da Companhia.

O Sr. César Suaki dos Santos informa que, durante os últimos 5 (cinco) anos, não sofreu (i) qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgada; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, mesmo que não transitada em julgado; ou (iii) outra condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. César Suaki dos Santos declarou não ser pessoa politicamente exposta, na forma da regulamentação aplicável.

O Sr. César Suaki dos Santos é considerado membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria, bem como com base no critério de independência definido pelo Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

Murilo César Lemos dos Santos Passos

Graduado em Engenharia Química pela UFRJ/RJ em 1971. Entre 1970 e 1977, atuou no Ministério da Indústria e Comércio – Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI). Entre 1977 e 1992, atuou como empregado e posteriormente Diretor da Área de Produtos Florestais, Meio Ambiente e Metalurgia da Companhia Vale do Rio Doce e como Diretor Presidente da Celulose Nipo-Brasileira S.A. (Cenibra) e Florestas Rio Doce S.A. Entre 1993 e 2006, foi Diretor Superintendente da Bahia Sul Celulose S.A. e da Suzano Papel e Celulose S.A. Foi membro do Conselho de Administração da Brasil Agro Cia. Brasileira de Propriedades Agrícolas entre 2007 e 2010. Atualmente ocupa o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da CCR – Grupo Camargo Correa, membro do Comitê de Gestão do Conselho de Administração da Suzano Papel e Celulose S.A., do Conselho de Notáveis da Fundação Nacional da Qualidade (FNPQ), do Conselho Superior do Instituto Ecofuturo e do Conselho Consultivo da Associação dos Produtores de Papel e Celulose – BRACELPA, do Conselho de Administração e do Comitê Financeiro da São Martinho S.A., membro do Conselho de Administração da Odontoprev S.A. e Presidente do Conselho da Tegma Gestão Logística S.A.

O Sr. Murilo César Lemos dos Santos Passos informa que nenhuma das empresas mencionadas acima integra o mesmo grupo econômico da Companhia. Ainda, nenhuma das empresas mencionadas são controladas por acionista da Companhia que detém participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% da mesma classe ou espécie de valor mobiliário de emissão da Companhia.

O Sr. Murilo César Lemos dos Santos Passos informa que, durante os últimos 5 (cinco) anos, não sofreu (i) qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgada; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, mesmo que não transitada em julgado; ou (iii) outra condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Murilo César Lemos dos Santos Passos declarou não ser pessoa politicamente exposta, na forma da regulamentação aplicável.

O Sr. Murilo César Lemos dos Santos Passos é considerado membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria, bem como com base no critério de independência definido pelo Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

Conselho de Administração - Membros Suplentes

Maurício Machado de Minas

Graduado em Engenharia Elétrica pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo - Poli/USP, com Especialização em Comunicação de Dados e Desenvolvimento de Software pela NCR EUA, Curso de extensão universitária em Finanças pela Wharton Business School, nos EUA e programa de Desenvolvimento Executivo pela Columbia University - Nova Iorque, EUA e Programa para Diretores Corporativos de Conselhos de Administração, pela Harvard Business School, Boston, EUA. Ingressou no Banco Bradesco S.A. em julho de 2009, como Diretor Executivo Gerente. Em janeiro de 2014 foi eleito Diretor Vice-Presidente Executivo. De março de 2018 a janeiro de 2019, acumulou o cargo de Membro do Conselho de Administração e Diretor Vice-Presidente Executivo. A partir de janeiro de 2019, passou a ocupar somente o cargo de Conselheiro de Administração. Já atuou como Diretor-Presidente da Scopus Tecnologia Ltda, Presidente do Conselho de Administração da BBC Processadora S.A., membro do Conselho de Administração da NCR Brasil - Indústria de Equipamentos para Automação S.A., membro do Conselho de Administração da Fidelity Processamento e Serviços S.A., Aquarius Participações S.A., Chain Serviços e Contact Center S.A. e MPO - Processadora de Pagamentos Móveis S.A.. Atualmente, também é membro da Mesa Regedora e Diretor Gerente da Fundação Bradesco, membro Conselho Consultivo da IBM Corporation, membro do Conselho de Administração da B3 S.A. - BRASIL, BOLSA, BALCÃO, Bradespar, Bradseg Participações S.A., Bradesco Saúde S.A., Next Tecnologia e Serviços Digitais S.A. e EFMA, além de ser Strategic Partner do WEF (World Economic Forum).

As sociedades Fundação Bradesco, Bradespar, Bradseg Participações S.A., Bradesco Saúde S.A., Next Tecnologia e Serviços Digitais S.A., integram o grupo econômico do qual o Banco Bradesco S.A. faz parte.

O Sr. Maurício Machado de Minas informa que, durante os últimos 5 (cinco) anos, não sofreu (i) qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgada; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, mesmo que não transitada em julgado; ou (iii) outra condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Maurício Machado de Minas declarou não ser pessoa politicamente exposta, na forma da regulamentação aplicável.

Américo Pinto Gomes

Graduado em Gestão Empreendedora na Universidade Paulista (UNIP), com Pós-Graduação em Marketing pela Universidade Paulista e Lato Sensu MBA com Especialização em Finanças na Faculdade FIA de Administração de Negócios – FIA. Possui Program for Management Development (PMD), realizado junto ao IESE Business School. Há 35 anos atua no mercado segurador, tendo ingressado no Grupo Segurador em 1987. Atualmente ocupa o cargo de Diretor Gerente da Bradesco Seguros S.A., Bradesco Auto/Re Companhia de Seguros, Bradesco Capitalização S.A., Bradesco Vida e Previdência S.A., Bradesco Saúde S.A., Mediservice Operadora de Planos de Saúde S.A., Atlântica Companhia de Seguros, Bradesco Saúde – Operadora de Planos S.A., Bradseg Promotora de Vendas S.A., Bradesco SegPrev Investimentos Ltda., Ipê Holdings Ltda., Marília Reflorestamento e Agropecuária Ltda., Nova Marília Administração de Bens Móveis e Imóveis Ltda., Novamed Gestão de Clínicas Ltda., Neon Holdings Ltda. e BSP Affinity Ltda. assim como é membro suplente do Conselho de Administração da Odontoprev S.A. e Vice-Presidente do Conselho Diretor da FenaCap.

As sociedades Bradesco Seguros S.A., Bradesco Auto/Re Companhia de Seguros, Bradesco Capitalização S.A., Bradesco Vida e Previdência S.A., Bradesco Saúde S.A., Mediservice Operadora de Planos de Saúde S.A., Atlântica Companhia de Seguros, Bradesco Saúde – Operadora de Planos S.A., Bradseg Promotora de Vendas S.A., Bradesco SegPrev Investimentos Ltda., Novamed Gestão de Clínicas Ltda., BSP Affinity Ltda, integram o grupo econômico do qual o Banco Bradesco S.A. faz parte.

O Sr. Américo Pinto Gomes informa que, durante os últimos 5 (cinco) anos, não sofreu (i) qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgada; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, mesmo que não transitada em julgado; ou (iii) outra condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Américo Pinto Gomes declarou não ser pessoa politicamente exposta, na forma da regulamentação aplicável.

José Mauro Depes Lorga

Formado em Economia pelo Instituto Bennett, Rio de Janeiro, e MBA Executivo em Finanças pelo IBMEC-RJ. Atualmente é membro independente do Conselho de Administração e Coordenador do Comitê de Auditoria do Grupo Vamos S.A., e membro do Comitê de Auditoria da Marfrig S.A., Movida S.A., e professor convidado da Fundação Dom Cabral – FDC.

O Sr. José Mauro Depes Lorga informa que nenhuma das empresas mencionadas acima integra o mesmo grupo econômico da Companhia. Ainda, nenhuma das empresas mencionadas são controladas por acionista da Companhia que detém participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% da mesma classe ou espécie de valor mobiliário de emissão da Companhia.

O Sr. José Mauro Depes Lorga informa que, durante os últimos 5 (cinco) anos, não sofreu (i) qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgada; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, mesmo que não transitada em julgado; ou (iii) outra condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. José Mauro Depes Lorga declarou não ser pessoa politicamente exposta, na forma da regulamentação aplicável.

O Sr. José Mauro Depes Lorga é considerado membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria, bem como com base no critério de independência definido pelo Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

7.4 Fornecer as informações mencionadas no item 7.3 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.

Nome	César Suaki dos Santos	Murilo César Lemos dos Santos Passos
Nascimento	11/09/1962	06/07/1947
Profissão	Engenheiro de Produção	Engenheiro
CPF	076.350.928-04	269.050.007-87
Tipo de Comitê	Comitê de Auditoria Estatutário aderente à Resolução CVM nº 23/21	Comitê de Gestão de Pessoas
Cargo Eletivo a ser Ocupado	Presidente do Comitê	Membro do Comitê (Efetivo)
Data de Eleição	30/05/2023	30/05/2023
Data da Posse	30/05/2023	30/05/2023
Prazo do Mandato	30/05/2024	30/05/2024
Outros cargos ou funções exercidos na Companhia	Conselho de Administração (Efetivo) – Membro Independente	Conselho de Administração (Efetivo) – Membro Independente
Eleito pelo controlador	Sim	Sim

7.5. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

Não aplicável, uma vez que não há relações conjugais, uniões estáveis ou parentesco até segundo grau entre os membros indicados para compor o Conselho de Administração da Companhia e (i) demais administradores da Companhia; (ii) administradores de suas controladas, diretas ou indiretas; (iii) controladores diretos ou indiretos da Companhia; ou (iv) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia.

7.6. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e: (a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 99% (noventa e nove por cento) do capital social; (b) controlador direto ou indireto do emissor; e (c) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.

São apresentadas abaixo as relações existentes com os membros indicados para o novo mandato do Conselho de Administração. Todas tais relações são relações de subordinação.

(i) Luiz Carlos Trabuco Cappi, Presidente do Conselho de Administração

Pessoa relacionada	CNPJ	Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada	Exercício Social
Banco Bradesco S.A.	60.746.948/0001-12	Presidente do Conselho de Administração	Controlador indireto	2021, 2022 e 2023
Bradesco Saúde S.A.	92.693.118/0001-60	Presidente do Conselho de Administração	Controlador direto	2021, 2022 e 2023
Bradseg Participações S.A.	60.746.948/0001-12	Presidente do Conselho de Administração	Controlador indireto	2021, 2022 e 2023

(ii) Manoel Antonio Peres, Vice-Presidente do Conselho de Administração

Pessoa relacionada	CNPJ	Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada	Exercício Social
--------------------	------	--	----------------------------	------------------

Bradesco Seguros S.A.	33.055.146/0001-93	Diretor Geral	Controlador indireto	2021
Bradesco Saúde S.A.	92.693.118/0001-60	Diretor Presidente	Controlador direto	2021, 2022 e 2023
Bradesco Gestão de Saúde S.A.	41.774.199/0001-92	Diretor Presidente	Controlador indireto	2021, 2022 e 2023

(iii) Octavio de Lazari Junior, Membro Efetivo do Conselho de Administração

Pessoa relacionada	CNPJ	Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada	Exercício Social
Banco Bradesco S.A.	60.746.948/0001-12	Diretor Presidente	Controlador indireto	2021 e 2022
Banco Bradesco S.A.	60.746.948/0001-12	Membro do Conselho de Administração	Controlador indireto	2023
Bradesco Saúde S.A.	92.693.118/0001-60	Membro do Conselho de Administração	Controlador direto	2021, 2022 e 2023
Bradseg Participações S.A.	60.746.948/0001-12	Membro do Conselho de Administração	Controlador indireto	2021, 2022 e 2023

(iv) Ivan Luiz Gontijo Junior, Membro Efetivo do Conselho de Administração

Pessoa relacionada	CNPJ	Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada	Exercício Social
Bradseg Participações S.A.	60.746.948/0001-12	Diretor Presidente	Controlador indireto	2021, 2022 e 2023
Bradesco Saúde S.A.	92.693.118/0001-60	Membro do Conselho de Administração	Controlador direto	2021, 2022 e 2023

(v) Samuel Monteiro dos Santos Junior, Membro Efetivo do Conselho de Administração

Pessoa relacionada	CNPJ	Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada	Exercício Social

Bradesco Saúde S.A.	92.693.118/0001-60	Membro do Conselho de Administração	Controlador direto	2021
Bradesco Saúde S.A.	92.693.118/0001-60	Vice-Presidente do Conselho de Administração	Controlador direto	2022 e 2023
Banco Bradesco S.A.	60.746.948/0001-12	Membro do Conselho de Administração	Controlador indireto	2021, 2022 e 2023
Bradseg Participações S.A.	60.746.948/0001-12	Membro do Conselho de Administração	Controlador indireto	2021 e 2022
Bradseg Participações S.A.	60.746.948/0001-12	Vice-Presidente do Conselho de Administração	Controlador indireto	2023

(vi) Thais Jorge de Oliveira e Silva, Membro Efetivo do Conselho de Administração

Pessoa relacionada	CNPJ	Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada	Exercício Social
Bradesco Saúde S.A.	92.693.118/0001-60	Diretora	Controlador direto	2021, 2022 e 2023

(vii) Américo Pinto Gomes, Membro Suplente do Conselho de Administração

Pessoa relacionada	CNPJ	Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada	Exercício Social
Bradesco Saúde S.A.	92.693.118/0001-60	Diretor Gerente	Controlador Direto	2021, 2022 e 2023
Bradesco Seguros S.A.	33.055.146/0001-93	Diretor Gerente	Controlador indireto	2021

(viii) Maurício Machado de Minas, Membro Suplente do Conselho de Administração

Pessoa relacionada	CNPJ	Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada	Exercício Social

Banco Bradesco S.A.	60.746.948/0001-12	Membro do Conselho de Administração	Controlador indireto	2021, 2022 e 2023
Bradesco Saúde S.A.	92.693.118/0001-60	Membro do Conselho de Administração	Controlador Direto	2021, 2022 e 2023
Bradseg Participações S.A.	60.746.948/0001-12	Membro do Conselho de Administração	Controlador indireto	2021, 2022 e 2023

ELEIÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO FISCAL
ITENS DO CAPÍTULO 7 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
(artigo 11, inciso I, da Resolução CVM 81/2022)

7.3. (a) a (k) Membros indicados para Composição do Conselho Fiscal

Membros Efetivos:

Nome	Ivan Maluf Junior	Vanderlei Dominguez da Rosa	Sergio Moreno
Nascimento	29/09/1964	09/09/1963	15/03/1952
Profissão	Engenheiro Civil	Contador	Economista
CPF	022.154.758-46	422.881.180-91	639.382.788-20
Cargo Eletivo a ser Ocupado	Membro Efetivo do Conselho Fiscal	Membro Efetivo do Conselho Fiscal	Membro Efetivo do Conselho Fiscal
Data de Eleição	03/04/2024	03/04/2024	03/04/2024
Data da Posse	03/04/2024	03/04/2024	03/04/2024
Prazo do Mandato	A.G.O. 2025	A.G.O. 2025	A.G.O. 2025
Outros cargos ou funções exercidos na Companhia	N/A	N/A	N/A
Eleito pelo controlador	Sim	Sim	Sim
Data de início do primeiro mandato	19/04/2007	19/04/2007	28/04/2020

Membros Suplentes:

Nome	Eduardo da Gama Godoy	Paulo Roberto Franceshi	Sibelli de Jesus Santana Facchin
Nascimento	15/06/1963	12/06/1951	23/02/1983
Profissão	Contador	Contador e Economista	Contador
CPF	395.416.650-04	171.891.289-72	322.202.018-30
Cargo Eletivo a ser Ocupado	Membro Suplente do Conselho Fiscal	Membro Suplente do Conselho Fiscal	Membro Suplente do Conselho Fiscal
Data de Eleição	03/04/2024	03/04/2024	03/04/2024
Data da Posse	03/04/2024	03/04/2024	03/04/2024
Prazo do Mandato	A.G.O. 2025	A.G.O. 2025	A.G.O. 2025
Outros cargos ou funções exercidos na Companhia	N/A	N/A	N/A
Eleito pelo controlador	Sim	Sim	Sim
Data de início do primeiro mandato	29/04/2008	06/04/2015	05/04/2021

(I) e (m) Experiência Profissional dos membros indicados para o Conselho Fiscal durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor e descrição de quaisquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos

Conselho Fiscal - Membros Efetivos

Ivan Maluf Junior

Formado em Engenharia Civil pela Escola Politécnica da USP, com pós-graduação pela FGV - CEAG e MBA Executivo Internacional pela FEA - USP. Atuou na Sobral Invicta, Philips Consumer Electronics, GE Capital IT Solutions em funções relacionadas a Controladoria, Tesouraria, Planejamento Financeiro e Fiscal e participação em negociações de fusões, aquisições e vendas de empresas. De junho de 2001 a março de 2007, atuou como Diretor Financeiro do Grupo Semco, holding de investimentos cujo portfólio é formado por joint

ventures com empresas internacionais (Cushman & Wakefield, RGIS, Pitney Bowes, ERM) e sua principal função era a gestão financeira das empresas do grupo, incluídas a tesouraria e controladoria das joint ventures. De maio de 2007 até a presente data, atuou e atua como Diretor Administrativo Financeiro da Day Brasil S.A., empresa industrial fabricante de produtos para indústria gráfica e distribuidora de plásticos e fitas industriais e para construção civil, e sua principal função é a gestão das áreas de tesouraria, controladoria (incluindo contabilidade e fiscal), recursos humanos, tecnologia da informação, jurídico, suprimentos e logística.

Nenhuma das empresas mencionadas acima integra o mesmo grupo econômico da Companhia. Ainda, nenhuma das empresas mencionadas são controladas por acionista da Companhia que detém participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% da mesma classe ou espécie de valor mobiliário de emissão da Companhia.

O Sr. Ivan Maluf Junior informa que, durante os últimos 5 (cinco) anos, não sofreu (i) qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgada; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, mesmo que não transitada em julgado; ou (iii) outra condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Ivan Maluf Junior declara não ser pessoa politicamente exposta, na forma da regulamentação aplicável.

Vanderlei Dominguez da Rosa

Formado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e com Pós-Graduação em Mercado de Capitais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Contabilidade de Custos pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Atua como membro de Conselhos Fiscais desde 2000, e atualmente é membro titular do Conselho Fiscal da Odontoprev S.A, Weg S.A., Equatorial Energia S.A., Companhia Energética do Maranhão, Centrais Elétricas do Pará S.A. e Valid Soluções e Serviços de Segurança em Meios de Pagamento e Identificação S.A., e membro Suplente do Conselho Fiscal da Marcopolo S.A., Ideiasnet S.A., e Padtec S.A. Membro do ACI – Audit Committee Institute desde 2015.

Nenhuma das empresas mencionadas acima integra o mesmo grupo econômico da Companhia. Ainda, nenhuma das empresas mencionadas são controladas por acionista da Companhia que detém participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% da mesma classe ou espécie de valor mobiliário de emissão da Companhia.

O Sr. Vanderlei Dominguez da Rosa informa que, durante os últimos 5 (cinco) anos, não sofreu (i) qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgada; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, mesmo que não transitada em julgado; ou (iii) outra condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Vanderlei Dominguez da Rosa declara não ser pessoa politicamente exposta, na forma da regulamentação aplicável.

Sergio Moreno

Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Mackenzie e pós-graduado em Administração com ênfase em Finanças e Contabilidade – CEAG, pela FGV/SP. Ex-Sócio Diretor Líder da área de Management Consulting da KPMG Brasil, onde atuou por 39 anos, responsável pelos segmentos de Seguros, Resseguros, Previdência e Saúde. Atualmente é Presidente do Conselho Fiscal da Bradesco Saúde S.A., controladora da Companhia, membro do Comitê de Auditoria da Prudential do Brasil Seguros de Vida S.A., Tókio Marine Seguradora S.A. e Marisa Lojas S.A e Membro do Conselho Fiscal da Academia Nacional de Seguros e Previdência. É professor no IBGC, membro da Comissão de Governança em saúde do IBGC, professor do MBA da FIA para cursos de Seguros e Previdência.

O Sr. Sergio Moreno informa que, durante os últimos 5 (cinco) anos, não sofreu (i) qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgada; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, mesmo que não transitada em julgado; ou (iii) outra condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Sergio Moreno declara não ser pessoa politicamente exposta, na forma da regulamentação aplicável.

Conselho Fiscal - Membros Suplentes

Eduardo da Gama Godoy

Formado em Ciências Contábeis e Administração de Empresas pela Faculdade Porto Alegrense e extensão universitária em Legislação Societária pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. É sócio executivo da empresa HB Audit - Auditores Independentes S/S. É sócio fundador da Godoy Empresarial Serviços Contábeis. Atua como membro titular do Conselho Fiscal da empresa Padtec S.A., cujo objeto social é a industrialização, a

comercialização, a importação e a exportação de materiais, componentes e produtos eletrônicos de comunicações e de informática e a prestação de serviços de consultoria e Membro Suplente do Conselho Fiscal da Odontoprev S.A. Atuou como titular do Conselho Fiscal de Ideiasnet S.A., cujo objeto social é a participação em outras sociedades, negócios e empreendimentos do setor de Tecnologia, Mídia e Telecomunicações. Atuou como titular do Conselho Fiscal e membro do Comitê de Auditoria da Officer Distribuidora S.A., cujo objeto social é distribuição de softwares e hardwares no mercado nacional, além de prestação de serviços de consultoria em Tecnologia da Informação. Também atuou como membro titular do Conselho Fiscal das empresas Tupy S.A., Marisol S.A. e Trafo Componentes Elétrico S.A.

Nenhuma das empresas mencionadas acima integra o mesmo grupo econômico da Companhia. Ainda, nenhuma das empresas mencionadas são controladas por acionista da Companhia que detém participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% da mesma classe ou espécie de valor mobiliário de emissão da Companhia.

O Sr. Eduardo da Gama Godoy informa que, durante os últimos 5 (cinco) anos, não sofreu (i) qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgada; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, mesmo que não transitada em julgado; ou (iii) outra condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Eduardo da Gama Godoy declara não ser pessoa politicamente exposta, na forma da regulamentação aplicável.

Paulo Roberto Franceshi

Formado em ciências contábeis pela Fundação de Estudos Sociais do Paraná e em Ciências Econômicas pela FAE Business School. Sócio da AUDICONTROL Auditoria e Controle, tendo como responsabilidade a condução estratégica do negócio, responsabilidade técnica dos trabalhos em conjunto com os demais sócios e a administração geral da empresa. Com passagem anterior pelo Citibank, onde trabalhou por quatro anos. Atuou em empresa de Auditoria Internacional, PriceWaterhouseCoopers, onde permaneceu por 18 anos. Atua no como membro titular no Conselho Fiscal de companhias como a Equatorial Energia S.A., Triunfo Participações e Investimentos S.A., Centrais Elétricas do Pará S.A. CELPA, CEMAR Companhia Elétrica do Maranhão, bem como como membro Suplente de companhias como Odontoprev S.A., Banco do Brasil S.A., BB Seguridade Participações S.A., Cia. Energética de Pernambuco - CELPE, TECNISA S.A. WEG S.A., e SCHULZ S.A.

Nenhuma das empresas mencionadas acima integra o mesmo grupo econômico da Companhia. Ainda, nenhuma das empresas mencionadas são controladas por acionista da

Companhia que detém participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% da mesma classe ou espécie de valor mobiliário de emissão da Companhia.

O Sr. Paulo Roberto Franceshi informa que, durante os últimos 5 (cinco) anos, não sofreu (i) qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgada; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, mesmo que não transitada em julgado; ou (iii) outra condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Paulo Roberto Franceshi declara não ser pessoa politicamente exposta, na forma da regulamentação aplicável.

Sibelli de Jesus Santana Facchin

Formada em Ciências Contábeis pela Fundação Escola de Comércio Alvares Penteado, Pós-Graduada pela Universidade Presbiteriana Mackenzie em Seguros e Previdência e Especialização ISE Business em Gestão Gerencial. Iniciou a carreira no Bradesco Seguros, sociedade integrante do grupo econômico do qual o Banco Bradesco S.A. faz parte, em 2005 como estagiária de Controladoria e atualmente está como Superintendente da área de Controladoria. Membro Titular do Conselho Fiscal da Companhia Brasileira de Gestão de Serviços (Orizon), Membro do Comitê de Auditoria da Europ Assistance Brasil Serviços de Assistência S.A., Membro Suplente do Conselho Fiscal da Odontoprev S.A., Membro Suplente do Conselho Fiscal da Brasildental Operadora de Planos Odontológicos S.A., Membro Suplente do Conselho Fiscal do Instituto de Estudos de Saúde Suplementar-IESS.

A Sra. Sibelli de Jesus Santana Facchin informa que, durante os últimos 5 (cinco) anos, não sofreu (i) qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgada; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, mesmo que não transitada em julgado; ou (iii) outra condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

A Sra. Sibelli de Jesus Santana Facchin declara não ser pessoa politicamente exposta, na forma da regulamentação aplicável.

7.4 Fornecer as informações mencionadas no item 7.3 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.

Não aplicável, uma vez que nenhum dos membros do Conselho Fiscal é atualmente membro

de qualquer comitê da Companhia.

7.5. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

Não aplicável, uma vez que não há relações conjugais, uniões estáveis ou parentesco até segundo grau entre os membros indicados para compor o Conselho Fiscal da Companhia e (i) administradores da Companhia; (ii) administradores de suas controladas, diretas ou indiretas; (iii) controladores diretos ou indiretos da Companhia; ou (iv) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia.

7.6. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

Não aplicável, uma vez que não há relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos últimos 3 exercício sociais, entre os membros indicados para compor o Conselho Fiscal da Companhia e (i) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia, com exceção daquelas em que a Companhia detenha, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 99% do capital social; (ii) controlador direto ou indireto da Companhia; e (iii) fornecedor, cliente, devedor ou credor relevante da Companhia, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.

**Proposta de Remuneração Anual dos Administradores
Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 03/04/2024
(art. 13, I, da Resolução CVM 81/22)**

Senhores Acionistas,

O Conselho de Administração da Odontoprev S.A. vem submeter, para exame e deliberação na Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada no dia 03/04/2024, a proposta de remuneração máxima global anual dos administradores e do Conselho Fiscal da Companhia no valor total de até R\$ 35.900.000 (trinta e cinco milhões e novecentos mil reais), contemplando neste montante o pró-labore, benefícios, bônus para o atingimento das metas anuais, o programa de Incentivo de Longo Prazo da Companhia, dentro dos critérios contábeis utilizados na seção 8 do formulário de referência.

APROVADO 2023	EFETIVO 2023	PROPOSTO 2024
R\$ 32.600.000	R\$ 30.321.081	R\$ 35.900.000

Desta forma propomos a deliberação da proposta de remuneração acima.

Barueri, 29 de fevereiro de 2024.

Odontoprev S.A.

8.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado:

A Companhia aprovou, em Reunião do Comitê de Gestão de Pessoas, realizada em 27/07/2021, e em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 31/08/2021, a Política de Remuneração dos Administradores (“[Política de Remuneração](#)”), disponível no site de RI da Companhia (www.odontoprev.com.br/ri), bem como no site da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 (www.b3.com.br), com os seguintes objetivos:

- (i) estabelecer estratégia de remuneração aos dos administradores, do Conselho Fiscal, e dos membros dos comitês de assessoramento do Conselho de Administração (Comitês de Auditoria e Gestão de Pessoas);
- (ii) incentivar atingimento de resultados de cada profissional em suas funções, reter e atrair profissionais qualificados talentos, garantindo o alinhamento com os valores e estratégias organizacionais;
- (iii) recompensar o desempenho profissional de acordo com suas atribuições e responsabilidades e em linha com as práticas de mercado, de modo a garantir a competitividade da Companhia no que diz respeito aos seus recursos humanos; e
- (iv) assegurar o alinhamento entre os interesses da organização, dos administradores e demais pessoas englobas pela Política de Remuneração, considerando a perenidade da Companhia.

b) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando a

(i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam:

O Comitê de Gestão de Pessoas, como órgão independente, de caráter consultivo e de assessoramento ao Conselho de Administração, é responsável pela revisão e supervisão das políticas e práticas de remuneração dos administradores da Companhia, incluindo os componentes fixos (remuneração fixa mensal e benefícios) e variáveis (incentivos de curto e longo prazo).

Nesse sentido, o Comitê de Gestão de Pessoas é responsável por (i) aferir periodicamente a competitividade das políticas de remuneração dos administradores em relação às práticas do mercado; (ii) propor ao Conselho de Administração a remuneração anual dos administradores a ser submetida à Assembleia Geral dos acionistas; (iii) indicar, nos termos de programa de incentivo de longo prazo aprovado pelo Conselho de Administração, os Diretores que deverão receber o bônus relacionado a um determinado período de apuração; e (iv) propor e monitorar os indicadores corporativos utilizados para pagamento de bônus aos Diretores.

A remuneração global dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal é fixada em Assembleia Geral de Acionistas, cabendo ao Conselho de Administração deliberar sobre os valores individuais, conforme previsto no estatuto social da Companhia.

Qualquer alteração em valores ou critérios do pacote de remuneração dos administradores deve ser analisado pelo Comitê de Gestão de Pessoas e submetido à aprovação do Conselho de Administração, observando-se o montante de remuneração global aprovado em Assembleia Geral de acionistas.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

Anualmente, é aplicado percentual de reajuste sobre o pró-labore base dos administradores, conforme as melhores práticas de mercado, baseadas em pesquisas de remuneração (estudos de comparação com critérios de porte, faturamento e segmento). Ainda, compete ao Comitê de Gestão de Pessoas aferir periodicamente a competitividade das políticas de remuneração dos administradores em relação às práticas do mercado.

A remuneração dos Conselheiros Fiscais é fixa, e calculada de acordo com o artigo 162, parágrafo 3º da Lei das S/A, o qual prevê que a remuneração destes seja calculada com base em 10% da remuneração média da Diretoria, excluídos benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

Os Diretores são contemplados por plano de benefícios incluindo benefícios pós-emprego, cujos valores são revisados anualmente conforme inflação, reajustes de fornecedores e a partir das práticas de mercado demonstradas em pesquisas externas.

Os membros dos Comitês de Auditoria e de Gestão de Pessoas são remunerados por participação efetiva em reuniões, definido pelo Conselho de Administração.

(iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

Anualmente, o Comitê de Gestão de Pessoas envia a proposta da remuneração global dos administradores para o Conselho de Administração, que irá então avaliar sua adequação e submetê-la a aprovação dos acionistas em Assembleia Geral Ordinária. Durante esse processo, o Conselho de Administração também irá avaliar a adequação da Política de Remuneração frente aos padrões de mercado, de acordo com as pesquisas mencionadas no item acima, reservando-se, ainda, ao direito de, a qualquer momento, revisar, modificar, alterar ou revogar a Política de Remuneração, especialmente no caso de qualquer alteração essencial ou relevante às leis ou aos regulamentos aplicáveis à Companhia, respeitando as regras de governança corporativa.

c) composição da remuneração, indicando os requisitos de conteúdo dos itens i. a iii.:

Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitês ¹
<p>1. Pró-labore: remuneração fixa mensal relacionada ao escopo da função</p> <p>A remuneração anual fixa atribuída ao Conselho de Administração é a mesma para todos os membros</p>	<p>1. Pró-labore: remuneração fixa mensal relacionada ao escopo da função</p> <p>2. Incentivo de Curto prazo: parcela variável atrelada ao atingimento de metas anuais pré-estabelecidas.</p> <p>3. Incentivo de Longo prazo: parcela variável atrelada ao atingimento de metas trianuais, com período de vesting pré-estabelecido.</p> <p>4. Benefícios: de acordo com a prática de mercado e políticas da Companhia assistência médica e odontológica, seguro de vida, alimentação e veículo.</p> <p>5. Benefícios pós emprego: de acordo com a prática de mercado e políticas da Companhia. Previdência privada</p>	<p>1. Pró-labore: remuneração fixa mensal relacionada ao escopo da função</p>	<p>Os membros dos Comitês de Auditoria e de Gestão de Pessoas são remunerados por participação efetiva em reuniões, definido pelo Conselho de Administração.</p>

¹Comitês: Comitê de Auditoria (estatutário) e Comitê de Gestão de Pessoas

(i) descrição dos diversos elementos da remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

- seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor

A composição da remuneração visa equilibrar os interesses de curto, médio e longo prazo, promovendo o alinhamento dos interesses dos administradores com os objetivos da Companhia e de seus acionistas. Nesse sentido, a remuneração variável pode ser dividida em duas parcelas: (i) um programa de bonificação anual, atrelado a metas pré-estabelecidas de atingimento de resultados, que visa atingir tal alinhamento no curto e médio prazo; e (ii) um programa de incentivo a longo prazo trianual, que promove o alinhamento de interesses no longo prazo, inclusive mediante o estabelecimento de períodos aquisitivos de direito (*vesting*).

- sua proporção na remuneração total nos últimos 3 anos

	2021	2022	2023
Conselho de Administração	Em 2021, os elementos da remuneração total representaram: (vide item 8.2) 1. Pró-labore: 100%	Em 2022, os elementos da remuneração total representaram: (vide item 8.2) 1. Pró-labore: 100%	Em 2023, os elementos da remuneração total representaram: (vide item 8.2) 1. Pró-labore: 100%
Diretoria Estatutária	Em 2021, os elementos da remuneração total representaram: (vide item 8.2) 1. Pró-labore: 29,3% 2. Bônus: 35,4% 3. Benefícios: 3,1% 4. ILP: 32,2%	Em 2022, os elementos da remuneração total representaram: (vide item 8.2) 1. Pró-labore: 28,35% 2. Bônus: 34,14% 3. Benefícios: 3,07% 4. ILP: 34,44%	Em 2023, os elementos da remuneração total representaram: (vide item 8.2) Pró-labore : 26,05% Bônus : 42,68% Benefícios : 3,21% ILP : 28,07%
Conselho Fiscal	Em 2021, os elementos da remuneração total representaram: (vide item 8.2) 1. Pró-labore: 100%	Em 2022, os elementos da remuneração total representaram: (vide item 8.2) 1. Pró-labore: 100%	Em 2023, os elementos da remuneração total representaram: (vide item 8.2) 1. Pró-labore: 100%
Comitês¹	Os comitês de Auditoria e de Gestão de Pessoas são remunerados por participação em reuniões.	Os comitês de Auditoria e de Gestão de Pessoas são remunerados por participação em reuniões.	Os comitês de Auditoria e de Gestão de Pessoas são remunerados por participação em reuniões.

¹Comitês: Comitê de Auditoria (estatutário) e Comitê de Gestão de Pessoas

- sua metodologia de cálculo e de reajuste

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitês¹
Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração	1. Pró-labore: recomendação do Comitê de Gestão de Pessoas e aprovação do Conselho de Administração.	1. Pró-labore: pesquisa de mercado, recomendação do Comitê de Gestão de Pessoas e aprovação do Conselho de Administração. 2.Incentivo de Curto Prazo: tem como foco os resultados, sua base de avaliação inclui resultados da empresa, individuais e das células de atendimento ao cliente. A definição do valor será proporcional à indicadores de crescimento, eficiência e satisfação 3.Incentivo de Longo Prazo: deliberação do Conselho de Administração e Comitê de Gestão de Pessoas. (vide item 13.1 c). 4. Benefícios: pesquisa de mercado.	1. Pró-labore: pesquisa de mercado, recomendação do Comitê de Gestão de Pessoas e aprovação do Conselho de Administração.	1. Participação por reunião: pesquisa de mercado, recomendação do Comitê de Gestão de Pessoas e aprovação do Conselho de Administração.

¹Comitês: Comitê de Auditoria (estatutário) e Comitê de Gestão de Pessoas

- principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG

A definição da remuneração fixa dos Diretores, membros do Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria e do Conselho Fiscal, baseia-se em estudos das práticas de mercado, não estando atrelada diretamente a indicadores de desempenho.

No que se refere às parcelas variáveis atribuíveis aos Diretores, os critérios utilizados para avaliar seu desempenho baseiam-se em indicadores financeiros e de qualidade. Entre estes indicadores financeiros, destacam-se o crescimento do número de beneficiários, evolução da receita operacional líquida, margem EBITDA ajustado e lucro líquido.

Além disso, com relação à parcela de remuneração voltada à atenção aos stakeholders da Odontoprev, são consideradas pesquisas de satisfação realizadas junto às empresas clientes, beneficiários e à rede credenciada de cirurgiões-dentistas.

Além dos indicadores financeiros e de qualidade, os administradores possuem metas individuais atreladas aos objetivos estratégicos da companhia.

Abaixo, a descrição de cada um dos itens de remuneração:

Pró-labore: grau de responsabilidade da função, impacto no resultado.

Incentivo de curto prazo (bônus): indicadores financeiros e de qualidade para as metas anuais estabelecidas, trata-se de remuneração variável e tem como foco os resultados. Sua base de avaliação compreende:

- (a) *Resultados da empresa:* crescimento do número de beneficiários, evolução da receita operacional líquida e da margem EBITDA ajustado (vide composição no formulário de referência – item 2), e pesquisas de satisfação de empresas clientes, beneficiários e rede credenciada de cirurgiões-dentistas.
- (b) *Resultados da diretoria:* atrelados às metas de desempenho operacional junto às áreas, mensurados por ganhos de performance, otimização de processos, economia de escala.
- (c) Resultados individuais e das equipes de atendimento.

Não haverá pagamento do incentivo de curto prazo quando qualquer um dos resultados acima for inferior a 80% da meta anual. O ciclo de pagamento do incentivo de curto prazo é anual com adiantamento semestral.

Incentivos de longo prazo: A Companhia implementou em 2019 Programa de Incentivo de Longo Prazo (Programa ILP ou ILP), o qual estabelece critérios para pagamento em bônus em dinheiro para a Diretoria. O Programa de Incentivo de Longo Prazo compreende o alcance de metas corporativas relacionadas à métricas de resultado da empresa, com período de apuração de 3 anos.

Benefícios diretos e indiretos: O plano de benefícios que contempla os Diretores consiste em Assistência Médica, Assistência Dental, Vale Refeição, Seguro de Vida, Vale Combustível, veículo designado e estacionamento.

Benefícios pós-emprego: Previdência privada.

(ii) razões que justificam a composição da remuneração e (iii) existência de membros não remunerados e a razão para esse fato

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitês¹
ii) Razões que justificam a composição da remuneração	A remuneração de membros do Conselho de Administração Odontoprev é 100% fixa.	Garantir o equilíbrio entre curto, médio e longo prazo, alinhando os interesses de executivos e acionistas.	A remuneração dos membros do Conselho Fiscal da Odontoprev é 100% fixa.	A remuneração dos membros dos comitês de Auditoria e Gestão de Pessoas possui valor fixo por reunião.
iii) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato	Não aplicável.	Não aplicável.	Não aplicável.	Não aplicável.

¹Comitês: Comitê de Auditoria (estatário) e Comitê de Gestão de Pessoas

d) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:

Não se aplica, uma vez que não há remuneração de administradores, membros do Conselho Fiscal ou de Comitês da Companhia suportada por suas subsidiárias, controladas ou por seus controladores diretos ou indiretos.

e) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia:

Não se aplica, tendo em vista que não há previsão de remuneração/benefício vinculado à ocorrência de evento societário.

8.2 Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela atendendo aos requisitos de conteúdo dos itens a. a f.

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2024 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria estatutária	Conselho fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	7,00	3,00	18,00
Nº de membros remunerados	8,00	7,00	3,00	18,00
Remuneração fixa anual				-
Salário pró labore	3.630.000	8.720.083	540.000	12.890.083
Benefícios direto e indireto		987.166		987.166
Participação em comitês	220.000			220.000
Outros				-
Descrição de outras remunerações fixas				-
Remuneração variável				-
Bônus		13.103.179		13.103.179
Participação nos resultados				-
Participação em reuniões				-
Comissões				-
Outros		8.327.608		8.327.608
Descrição de outras remunerações variáveis		Incentivo de Longo prazo: parcela variável atrelada ao atingimento de metas trianuais, com período de vesting pré-estabelecido.		-
Outros benefícios de remuneração				-
Pós emprego		371.964		371.964
Cessação do cargo				-
Remuneração baseada em ações, incluindo opções				-
Observação	O número de membros do Conselho de Administração (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	O número de membros da Diretoria (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	O número de membros do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	-
Total da remuneração	3.850.000	31.510.000	540.000	35.900.000

Remuneração total para o Exercício Social corrente 31/12/2023 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria estatutária	Conselho fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	7,00	3,00	18,00
Nº de membros remunerados	8,00	7,00	3,00	18,00
Remuneração fixa anual				-
Salário pró labore	3.360.000	6.829.420	522.000	10.711.420
Benefícios direto e indireto		730.209		730.209
Participação em comitês	220.000			220.000
Outros				-
Descrição de outras remunerações fixas				-
Remuneração variável				-
Bônus		11.189.514		11.189.514
Participação nos resultados				-
Participação em reuniões				-
Comissões				-
Outros		7.359.627		7.359.627
Descrição de outras remunerações variáveis		Incentivo de Longo prazo: parcela variável atrelada ao atingimento de metas trianuais, com período de vesting pré-estabelecido.		-
Outros benefícios de remuneração				-
Pós emprego		110.311		110.311
Cessação do cargo				-
Remuneração baseada em ações, incluindo opções				-
Observação	O número de membros do Conselho de Administração (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	O número de membros da Diretoria (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	O número de membros do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	-
Total da remuneração	3.580.000	26.219.081	522.000	30.321.081

Remuneração total para o Exercício Social corrente 31/12/2022 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria estatutária	Conselho fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	7,00	3,00	18,00
Nº de membros remunerados	8,00	7,00	3,00	18,00
Remuneração fixa anual				-
Salário pró labore	2.966.592	6.057.472	503.316	9.527.380
Benefícios direto e indireto		656.980		656.980
Participação em comitês	188.000			188.000
Outros				-
Descrição de outras remunerações fixas				-
Remuneração variável				-
Bônus		7.294.966		7.294.966
Participação nos resultados				-
Participação em reuniões				-
Comissões				-
Outros		7.359.627		7.359.627
Descrição de outras remunerações variáveis		Incentivo de Longo prazo: parcela variável atrelada ao atingimento de metas trianuais, com período de vesting pré-estabelecido.		-
Outros benefícios de remuneração				-
Pós emprego				-
Cessação do cargo				-
Remuneração baseada em ações, incluindo opções				-
Observação	O número de membros do Conselho de Administração (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	O número de membros da Diretoria (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	O número de membros do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	-
Total da remuneração	3.154.592	21.369.044	503.316	25.026.952

Remuneração total para o Exercício Social corrente 31/12/2021 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria estatutária	Conselho fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	7,00	3,00	18,00
Nº de membros remunerados	8,00	7,00	3,00	18,00
Remuneração fixa anual	-	-	-	-
Salário pró labore	2.599.167	5.571.971	469.473	8.640.611
Benefícios direto e indireto	-	595.956	-	595.956
Participação em comitês	168.000			168.000
Outros				-
Descrição de outras remunerações fixas				-
Remuneração variável				-
Bônus		6.735.621		6.735.621
Participação nos resultados				-
Participação em reuniões				-
Comissões				-
Outros		6.119.261		6.119.261
Descrição de outras remunerações variáveis		Incentivo de Longo prazo: parcela variável atrelada ao atingimento de metas trianuais, com período de vesting pré-estabelecido.		-
Outros benefícios de remuneração				-
Pós emprego				-
Cessação do cargo				-
Remuneração baseada em ações, incluindo opções				-
Observação	O número de membros do Conselho de Administração (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	O número de membros da Diretoria (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	O número de membros do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	-
Total da remuneração	2.767.167	19.022.809	469.473	22.259.449

8.3 Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela atendendo aos requisitos de conteúdo dos itens a. a f.

Remuneração variável prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria estatutária	Conselho fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	7,00	3,00	18,00
Nº de membros remunerados	-	7,00	-	7,00
Bônus				
(i) valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	7.641.000	-	7.641.000
(ii) valor máximo previsto no plano de remuneração	-	14.327.000	-	14.327.000
(iii) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	9.551.000	-	9.551.000
Participação nos Resultados				
(i) valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
(ii) valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
(iii) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-

Remuneração variável para o Exercício Social encerrado 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria estatutária	Conselho fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	7,00	3,00	18,00
Nº de membros remunerados	-	7,00	-	7,00
Bônus				
(i) valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	6.953.000	-	6.953.000
(ii) valor máximo previsto no plano de remuneração	-	13.036.000	-	13.036.000
(iii) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	8.691.000	-	8.691.000
(iv) valor efetivamente reconhecido no exercício social	-	11.189.154	-	11.189.154
Participação nos Resultados				
(i) valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
(ii) valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
(iii) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
(iv) valor efetivamente reconhecido no exercício social	-	-	-	-

Remuneração variável para o Exercício Social encerrado 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria estatutária	Conselho fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	7,00	3,00	18,00
Nº de membros remunerados	-	7,00	-	7,00
Bônus				
(i) valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	5.408.000	-	5.408.000
(ii) valor máximo previsto no plano de remuneração	-	10.140.000	-	10.140.000
(iii) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	6.760.000	-	6.760.000
(iv) valor efetivamente reconhecido no exercício social	-	7.295.000	-	7.295.000
Participação nos Resultados				
(i) valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
(ii) valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
(iii) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
(iv) valor efetivamente reconhecido no exercício social	-	-	-	-

Remuneração variável para o Exercício Social encerrado 31/12/2021

	Conselho de Administração	Diretoria estatutária	Conselho fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	7,00	3,00	18,00
Nº de membros remunerados	0,00	7,00	0,00	7,00
Bônus				
(i) valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	4.895.000	-	4.895.000
(ii) valor máximo previsto no plano de remuneração	-	9.179.000	-	9.179.000
(iii) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	6.119.000	-	6.119.000
(iv) valor efetivamente reconhecido no exercício social	-	6.736.000	-	6.736.000
Participação nos Resultados				
(i) valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
(ii) valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
(iii) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
(iv) valor efetivamente reconhecido no exercício social	-	-	-	-

8.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de maio de 2015, foi aprovado plano de outorga de opção de compra de ações de emissão da Companhia. Tendo em vista que, no âmbito do plano referido, (a) a última outorga de opções ocorreu em 2016; e (b) a totalidade das opções em aberto foi exercida, expirou e/ou foi cancelada em 2022, consideramos que, no último exercício social, não estava vigente nenhum plano de remuneração baseado em ações, bem como não está vigente no exercício social corrente. Ainda, não há previsão de estabelecer novo plano e/ou programa neste exercício.

8.5. Em relação à remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela atendendo aos requisitos de conteúdo dos itens a. a e.

Remuneração variável prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2024		
	Conselho de Administração	Diretoria estatutária
Nº total de membros	8,00	7,00
Nº de membros remunerados	-	-
Preço médio ponderado do exercício		
(i) Das opções em aberto no início do exercício social	-	-
(ii) Das opções perdidas e expiradas durante o exercício social	-	-
(iii) Das opções exercidas durante o exercício social	-	-
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	-	-

Remuneração variável para o Exercício Social encerrado 31/12/2023		
	Conselho de Administração	Diretoria estatutária
Nº total de membros	8,00	7,00
Nº de membros remunerados	-	-
Preço médio ponderado do exercício		
(i) Das opções em aberto no início do exercício social	-	-
(ii) Das opções perdidas e expiradas durante o exercício social	-	-
(iii) Das opções exercidas durante o exercício social	-	0
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	-	0

Remuneração variável para o Exercício Social encerrado 31/12/2022		
	Conselho de Administração	Diretoria estatutária
Nº total de membros	8,00	7,00
Nº de membros remunerados	-	-
Preço médio ponderado do exercício		
(i) Das opções em aberto no início do exercício social	-	13,03
(ii) Das opções perdidas e expiradas durante o exercício social	-	13,03
(iii) Das opções exercidas durante o exercício social	-	0
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	-	0

Remuneração variável para o Exercício Social encerrado 31/12/2021		
	Conselho de Administração	Diretoria estatutária
Nº total de membros	8,00	7,00
Nº de membros remunerados	0,00	7,00
Preço médio ponderado do exercício		
(i) Das opções em aberto no início do exercício social	-	13,03
(ii) Das opções perdidas e expiradas durante o exercício social	-	13,03
(iii) Das opções exercidas durante o exercício social	-	-
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	-	-

8.6. Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela atendendo aos requisitos de conteúdo dos itens a. a j.

Não aplicável. Não houve novas outorgas de opção de compra de ações de emissão da Companhia concedidas nos três últimos exercícios sociais e não há previsão de outorgas para o exercício social corrente.

8.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável. Não havia opções de compra de ações de emissão da Companhia em aberto ao final do último exercício social.

8.8. Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo [...]

Não aplicável. Não houve exercício de opções de compra de ações de emissão da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

8.9. Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo [...]

Não aplicável. Nos três últimos exercícios sociais, não houve entrega de ações de emissão da Companhia diretamente aos membros da Diretoria e do Conselho de Administração a título de remuneração. De mesmo modo, não há previsão deste tipo de remuneração para o exercício social corrente.

8.10. Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável. Nos três últimos exercícios sociais, não houve entrega de ações de emissão da Companhia diretamente aos membros da Diretoria e do Conselho de Administração a título de remuneração. De mesmo modo, não há previsão deste tipo de remuneração para o exercício social corrente.

8.11. Em relação às ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável. Nos três últimos exercícios sociais, não houve entrega de ações de emissão da Companhia diretamente aos membros da Diretoria e do Conselho de Administração a título de remuneração.

8.12. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

Informamos que as informações dispostas abaixo referem-se apenas ao item 8.5, tendo em vista que os itens 8.6 a 8.11 não são aplicáveis, conforme justificativas informadas nos respectivos itens. Ressalta-se, ainda, que (i) não houve outorgas concedidas no âmbito do plano de outorga de opções de preferido no item 8.4 desde 2016; (ii) a totalidade das opções em aberto foi exercida, expirada e/ou cancelada em 2022; e (iii) não há, para este exercício, previsão para novas outorgas no âmbito do plano.

a) modelo de precificação:

As opções outorgadas foram precificadas utilizando-se o modelo Black & Scholes.

b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco:

As definições do plano mencionado na assim como suas premissas de cálculo do modelo de precificação das opções, encontram-se nas tabelas abaixo.

Definições do Plano	1º a 8º (2007 a 2014)		Outorgas concedidas 9º a 12º (2015 em diante)	
	Preço de exercício:	Comprado por IGP145 da Fundação Getúlio Vargas, deduzidas as remunerações aos acionistas. Sua liquidação será efetuada com recursos próprios do beneficiário.	Compras e deságios devem-se ser aplicados. Sua liquidação será efetuada com recursos próprios do beneficiário.	Período de vesting: (permanência do beneficiário na Companhia)
Preço máximo para exercício:	6 anos, com exercício total ou parcial com comunicação - por escrito 1 mês de antecedência da data RCA, ou prazo estabelecido	5 anos, com exercício total ou parcial com comunicação - por escrito 1 mês de antecedência da data RCA, ou prazo estabelecido		
Lock-up: (período de vestidação de negociação):	3 anos a partir da data do exercício da opção	2 anos a partir da data do exercício da opção		

Nº	Ano	Data da aprovação	Recomendação ¹	Aprovação	Quantidade	Preço de exercício	Preço de mercado	Outorgas			Taxa livre de risco (%)	Volatilidade anualizada esperada (%)	Valor justo unitário do benefício na outorga (R\$) ²
								Original	Após desdobramentos (split) ³	Preço de mercado			
1º	2007	02/08/2007	DP	CA	221.859	44,85	53,79	2.662.308	3,74	4,48	11,30	33,90	20,18 1,68
2º	2008	28/02/2008	DP	CA	353.494	32,42	45,85	4.241.928	2,70	3,82	11,40	24,30	19,72 1,64
3º	2009	25/03/2009	DP	CA	255.002	17,60	24,30	3.060.024	1,47	2,03	9,30	40,60	14,17 1,18
4º	2010	11/08/2010	CGP	CA	698.707	12,93	16,88	2.096.121	4,31	5,63	4,00	26,60	7,00 2,33
5º	2011	20/09/2011	CGP	CA	583.815	20,87	28,20	1.751.445	6,96	9,40	5,30	30,10	13,23 4,41
6º	2012	20/09/2012	CGP	CA	1.609.097	8,22	11,60	1.609.097	8,22	11,60	0,40	36,10	5,01 5,01
7º	2013	20/08/2013	CGP	CA	3.000.000	7,44	9,25	3.000.000	7,44	9,25	5,10	36,20	3,66 3,66
8º	2014	25/02/2014	DP	CA	228.497	7,30	8,70	228.497	7,30	8,70	5,70	33,40	3,25 3,25
9º	2015	26/05/2015	CGP	CA	2.679.397	10,79	11,31	2.679.397	10,79	11,31	12,90	28,20	4,43 4,43
10º	2015	19/11/2015	CGP	CA	2.572.186	9,81	10,18	2.572.186	9,81	10,18	15,40	27,30	4,29 4,29
11º	2016	01/07/2016	CGP	CA	392.680	11,41	13,55	392.680	11,41	13,55	12,20	29,50	6,03 6,03
12º	2016	26/10/2016	DP/CGP	CA	2.889.498	13,03	12,35	2.889.498	13,03	12,35	11,40	29,20	4,04 4,04
											<u>27.183.181</u>		

DP = Diretor Presidente / CGP = Comitê de Gestão de Pessoas / CA = Conselho de Administração.

¹*Na sete primeiras outorgas Randal Luiz Zanetti (ex DP desde 01 de abril de 2014 e Presidente CA até 02 de abril de 2019) foi voluntariamente não beneficiário.

²Desdobramentos (split) de 01 de julho de 2010 e 02 de abril de 2012.

³Estimativa com base no modelo de valorização de opções Black & Scholes.

c) Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado:

O prazo de carência para exercício das opções é de 3 anos, sendo que as opções outorgadas terão vigência de 6 anos após a data da outorga, para as outorgas realizadas em 2015, e vigência de 5 anos para outorgas a partir de 2016. Tal característica foi incorporada no modelo de precificação de forma que utilizamos, para ambas as outorgas, o prazo de 4,5 anos como o tempo no qual a opção seria exercida.

d) Forma de determinação da volatilidade esperada:

Usada a volatilidade histórica referente a pregões anteriores à data de cada uma das outorgas.

e) Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo:

A totalidade das características da opção tomadas em conta para a precificação foram mencionadas anteriormente.

8.13- Informação, por órgão, sobre as participações detidas por membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal

POSIÇÃO ACIONÁRIA DA ODONTOPREV EM 31/12/2023	Quantidade de ações ordinárias	(%)
Total	552.495.663	100,000%
Administradores	1.422.360	0,257%
Conselho de Administração	23.896	0,004%
Diretoria Estatutária	1.398.464	0,253%
Conselho Fiscal	-	-

8.14- Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do Conselho de Administração e aos Diretores Estatutários

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	8,00	7,00
Nº de membros remunerados	-	6,00
Nome do plano	n/a	Previdência Privada Bradesco
Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	n/a	0
Condições para se aposentar antecipadamente	n/a	- Ter, no mínimo, 60 anos de idade; - Ter, no mínimo, 5 anos de inscrição no plano; - Destituição do cargo
Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	n/a	110.311,00
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	n/a	110.311,00
Possibilidade de resgate antecipado e condições	n/a	Vide texto abaixo

i) Se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições

Enquanto **ativo**, o administrador poderá resgatar, de forma total ou parcial, o valor investido por ele na conta da previdência - observados os seguintes critérios:

- Após 60 (sessenta dias) da adesão, conforme resolução CNSP nº 349/17;
- Obedecer à carência de 60 (sessenta) dias entre os resgates, conforme resolução CNSP nº 349/17;
- Haverá tributação conforme Regime Tributário escolhido;
- Uma vez que o resgate da conta básica seja feito antes do término do mandato, implicará na transferência do mesmo valor resgatado do saldo da conta da empresa e ele não será retornado para a conta do administrador;
- O resgate ou a portabilidade do saldo total da conta do administrador, implicará o imediato cancelamento da inscrição na previdência privada;
- O resgate da conta voluntária poderá ocorrer a qualquer momento, obedecendo o prazo de 60 dias, e não implicará em nenhuma ação por parte da empresa.

Em caso de **destituição do cargo**, ficará disponível para resgate ao administrador em sua conta de previdência o percentual da provisão do participante conforme critérios abaixo:

- Resgate de 100% do saldo da parte do administrador;
- Resgate parcial ou total do saldo da parte empresa, desde que atenda os critérios pré-estabelecidos, conforme tabelas internas de *vesting*.

8.15. Valor da maior, da menor e valor médio da remuneração individual do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal

REMUNERAÇÃO INDIVIDUAL	Conselho de Administração		
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
b.Nº de membros	8,00	8,00	8,00
c.Nº de membros remunerados	8,00	8,00	8,00
d.Valor da maior remuneração	540.000	456.824	412.896
e.Valor da menor remuneração	420.000	370.824	324.896
f.Valor médio da remuneração	447.500	394.324	345.896

REMUNERAÇÃO INDIVIDUAL	Diretoria Estatutária		
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
b.Nº de membros	7,00	7,00	7,00
c.Nº de membros remunerados	7,00	7,00	7,00
d.Valor da maior remuneração	10.291.949	7.899.319	6.728.409
e.Valor da menor remuneração	2.463.093	1.994.936	1.826.572
f.Valor médio da remuneração	3.745.583	3.052.722	2.717.544

REMUNERAÇÃO INDIVIDUAL	Conselho Fiscal		
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
No de membros	3,00	3,00	3,00
No de membros remunerados	3,00	3,00	3,00
Valor da maior remuneração	174.000	167.772	156.491
Valor da menor remuneração	174.000	167.772	156.491
Valor médio da remuneração	174.000	167.772	156.491

Observação

Exercício encerrado em 2023

Para o cômputo da maior remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal, o membro do respectivo órgão com maior remuneração exerceu suas funções na entidade por 12 meses

8.16. Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Sem prejuízo da cobertura do seguro D&O descrito no item 7.7 deste Formulário de Referência, pelo período e nas hipóteses aplicáveis, a Odontoprev não mantém arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

8.17. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

ÓRGÃO (%)	2021	2022	2023	2024
Conselho de Administração	75,0	75,0	75,0	75,0
Diretoria Estatutária	0,0	0,0	0,0	0,0
Conselho Fiscal	0,0	0,0	0,0	0,0

8.18. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Item não aplicável, haja vista que nos três últimos exercícios sociais nenhum membro do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal da Companhia recebeu remuneração por qualquer razão que não a função ocupada. Do mesmo modo, não há previsão para este tipo de prática no exercício corrente.

8.19. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Não aplicável. Nos três últimos exercícios sociais, não houve pagamento de remuneração para membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia. Do mesmo modo, não há previsão para este tipo de prática no exercício corrente.

8.20. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações foram descritas nos itens anteriores.

ANEXO XIV
(conforme art. 12, incisos I e II, da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022)

Relatório detalhando a origem e justificativa das alterações propostas ao Estatuto Social da Companhia

REDAÇÃO ATUAL	ALTERAÇÕES PROPOSTAS (EM DESTAQUE)	JUSTIFICATIVA/OBSERVAÇÕES
Artigo 3º - A Companhia tem sede e foro na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, podendo instalar e encerrar filiais, agências, depósitos, escritórios, representações e quaisquer outros estabelecimentos no País ou no exterior, por deliberação da Diretoria.	Artigo 3º - A Companhia tem sede e foro na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, podendo instalar e encerrar filiais, agências, depósitos, escritórios, representações e quaisquer outros estabelecimentos no País ou no exterior, por deliberação da Diretoria Executiva.	[Ajuste proposto a fim de refletir a alteração da denominação da Diretoria para "Diretoria Executiva".]
Artigo 11 - Compete à Assembleia Geral, além das atribuições previstas na Lei nº 6.404/76 e neste Estatuto.	Artigo 11 - Compete à Assembleia Geral, além das atribuições previstas na Lei nº 6.404/76 e neste Estatuto.	N/A
II. fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado;	II. fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado;	[Ajuste proposto a fim de refletir a alteração da denominação da Diretoria para "Diretoria Executiva".]
Artigo 12 - A Companhia será administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria.	Artigo 12 - A Companhia será administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva.	[Ajuste proposto a fim de refletir a alteração da denominação da Diretoria para "Diretoria Executiva".]

Artigo 15 - O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 08 (oito) e, no máximo, 11 (onze) membros efetivos e até o mesmo número de suplentes, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 02 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.	Artigo 15 - O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 08 (oito) e, no máximo, 11 (onze) membros efetivos e até o mesmo número de suplentes, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 02 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.	N/A
Parágrafo 5º - O membro do Conselho de Administração deve também atender aos requisitos estabelecidos na Resolução Normativa – RN 11, de 22 de julho de 2002, da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), para o exercício de suas funções.	Parágrafo 5º - O membro do Conselho de Administração deve também atender aos requisitos estabelecidos na Resolução Normativa – RN 11, de 22 de julho de 2002 RN nº 520, de 29 de abril de 2022, da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e posteriores atualizações, para o exercício de suas funções.	[Ajuste proposto a fim de refletir a revogação da RN nº 11, de 22 de julho de 2002, da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), cujo objeto é atualmente regulado pela RN nº 520, de 29 de abril de 2022, bem como considerar futuras atualizações normativas.]
Artigo 18 - Compete ao Conselho de Administração, além de outras atribuições que lhe sejam atribuídas pela Lei nº 6.404/76 ou pelo Estatuto:	Artigo 18 - Compete ao Conselho de Administração, além de outras atribuições que lhe sejam atribuídas pela Lei nº 6.404/76 ou pelo Estatuto:	N/A
I. exercer as funções normativas das atividades da Companhia, podendo avocar para seu exame e deliberação qualquer assunto que não se compreenda na competência privativa da Assembleia Geral ou da Diretoria;	I. exercer as funções normativas das atividades da Companhia, podendo avocar para seu exame e deliberação qualquer assunto que não se compreenda na competência privativa da	[Ajuste proposto a fim de refletir a alteração da denominação da Diretoria para "Diretoria Executiva".]

	Assembleia Geral ou da Diretoria Executiva;	
III. eleger e destituir os Diretores da Companhia;	III. eleger e destituir os Diretores Executivos da Companhia;	[Ajuste proposto a fim de refletir a alteração da denominação da Diretoria para "Diretoria Executiva".]
IV. atribuir aos Diretores suas respectivas funções, atribuições e limites de alçada não especificados neste Estatuto, inclusive designando o Diretor de Relações com Investidores, observado o disposto neste Estatuto;	IV. atribuir aos Diretores Executivos suas respectivas funções, atribuições e limites de alçada não especificados neste Estatuto, inclusive designando o Diretor de Relações com Investidores, observado o disposto neste Estatuto;	[Ajuste proposto a fim de refletir a alteração da denominação da Diretoria para "Diretoria Executiva".]
VI. fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, os livros e papeis da Companhia e solicitando informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros atos;	VI. fiscalizar a gestão dos Diretores Executivos, examinando, a qualquer tempo, os livros e papeis da Companhia e solicitando informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros atos;	[Ajuste proposto a fim de refletir a alteração da denominação da Diretoria para "Diretoria Executiva".]
X. apreciar o Relatório da Administração e as contas da Diretoria e deliberar sobre sua submissão à Assembleia Geral;	X. apreciar o Relatório da Administração e as contas da Diretoria Executiva e deliberar sobre sua submissão à Assembleia Geral;	[Ajuste proposto a fim de refletir a alteração da denominação da Diretoria para "Diretoria Executiva".]
XXIV. aprovar qualquer transação ou conjunto de transações cujo valor seja igual ou superior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais) anuais envolvendo a Companhia e qualquer Parte Relacionada,	XXIV. aprovar qualquer transação ou conjunto de transações cujo valor seja igual ou superior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais) R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) anuais envolvendo a Companhia e	[Ajuste proposto a fim de atender a atual realidade da Companhia já que o valor anterior foi proposto em 2006 (IPO) e com base em um outro cenário econômico. O novo valor proposto foi baseado na atualização do CDI - Certificado

<p>direta ou indiretamente. Para fins desta disposição, entende-se como parte relacionada qualquer administrador da Companhia, empregado ou acionista que detenha, direta ou indiretamente, mais de 5% do capital social da Companhia; e</p>	<p>qualquer Parte Relacionada parte relacionada, direta ou indiretamente. Para fins desta disposição, entende-se como parte relacionada qualquer administrador da Companhia, empregado ou acionista que detenha, direta ou indiretamente, mais de 5% do capital social da Companhia; e</p>	<p>de Depósito Interbancário.]</p>
<p>Parágrafo Único - O Conselho de Administração poderá autorizar a Diretoria a praticar quaisquer dos atos referidos nos itens XVIII, XIX, XX e XXI, observados limites de valor por ato ou série de atos.</p>	<p>Parágrafo Único - O Conselho de Administração poderá autorizar a Diretoria Executiva a praticar quaisquer dos atos referidos nos itens XVIII, XIX, XX e XXI, observados limites de valor por ato ou série de atos.</p>	<p>[Ajuste proposto a fim de refletir a alteração da denominação da Diretoria para "Diretoria Executiva".]</p>
<p>Subseção III Da Diretoria</p>	<p>Subseção III Da Diretoria Executiva</p>	<p>[Ajuste proposto a fim de refletir a alteração da denominação da Diretoria para "Diretoria Executiva".]</p>
<p>Artigo 19 - A Diretoria será composta de no mínimo 4 (quatro) e no máximo 10 (dez) Diretores, sendo necessariamente um Diretor Presidente, um Diretor Administrativo-Financeiro, um Diretor de Relações com Investidores e um Diretor Clínico-Operacional, cabendo aos demais membros, se eleitos, a denominação de Diretores Corporativos. O cargo de Diretor de Relações com Investidores</p>	<p>Artigo 19 - A Diretoria Executiva será composta de no mínimo 4 (quatro) e no máximo 10 (dez) Diretores Executivos, sendo necessariamente um Diretor Presidente, um Diretor Administrativo-Financeiro, e um Diretor de Relações com Investidores e um Diretor Clínico-Operacional, cabendo aos demais membros, se eleitos, a denominação de</p>	<p>[Ajuste proposto para adequação da composição da Diretoria Estatutária da Companhia, de modo que os Diretores passarão a ser denominados de "Diretores Executivos" e o cargo de Diretor Clínico-Operacional deixará de ser um cargo estatutário fixo, sem prejuízo de indicação pelo Conselho de Administração de um dos Diretores Executivos para o exercício de função similar àquela hoje desempenhada pelo Diretor Clínico-Operacional, bem como sem prejuízo do</p>

<p>poderá ser exercido cumulativamente com o cargo de qualquer outro Diretor, conforme determinação do Conselho de Administração.</p>	<p>cargo de Diretor de Relações com Investidores poderá ser exercido cumulativamente com o cargo de qualquer outro Diretor Executivo, conforme determinação do Conselho de Administração.</p>	<p>cumprimento, pela Companhia, das obrigações regulatórias aplicáveis perante a Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.]</p>
<p>Parágrafo 1º - Os Diretores serão eleitos para mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reeleitos. Os Diretores devem atender aos requisitos estabelecidos na Lei nº 6.404/76 e neste Estatuto para o desempenho de suas funções, incluindo os requisitos estabelecidos na Resolução Normativa – RN 11, de 22 de julho de 2002, da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).</p>	<p>Parágrafo 1º - Os Diretores Executivos serão eleitos para mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reeleitos. Os Diretores Executivos devem atender aos requisitos estabelecidos na Lei nº 6.404/76 e neste Estatuto para o desempenho de suas funções, incluindo os requisitos estabelecidos na Resolução Normativa – RN 11, de 22 de julho de 2002 RN nº 520, de 29 de abril de 2022, da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e posteriores atualizações.</p>	<p>[Ajuste proposto a fim de (i) refletir a alteração da denominação da Diretoria para "Diretoria Executiva"; e (ii) refletir a revogação da RN nº 11, de 22 de julho de 2002, da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), cujo objeto é atualmente regulado pela RN nº 520, de 29 de abril de 2022, bem como considerar futuras atualizações normativas.]</p>
<p>Parágrafo 2º - Os membros da Diretoria não reeleitos permanecerão no exercício dos respectivos cargos até a posse dos novos Diretores.</p>	<p>Parágrafo 2º - Os membros da Diretoria Executiva não reeleitos permanecerão no exercício dos respectivos cargos até a posse dos novos Diretores Executivos.</p>	<p>[Ajuste proposto a fim de refletir a alteração da denominação da Diretoria para "Diretoria Executiva".]</p>
<p>Parágrafo 4º - A ausência ou impedimento de qualquer Diretor por período contínuo superior a 30 (trinta) dias, exceto se autorizada pelo Conselho de Administração, determinará o término</p>	<p>Parágrafo 4º - A ausência ou impedimento de qualquer Diretor Executivo por período contínuo superior a 30 (trinta) dias, exceto se autorizada pelo Conselho de Administração,</p>	<p>[Ajuste proposto a fim de refletir a alteração da denominação da Diretoria para "Diretoria Executiva".]</p>

do respectivo mandato, aplicando-se o disposto no parágrafo 3º deste artigo.	determinará o término do respectivo mandato, aplicando-se o disposto no parágrafo 3º deste artigo.	
Parágrafo 5º - Um Diretor não poderá substituir, simultaneamente, mais do que 1 (um) outro Diretor.	Parágrafo 5º - Um Diretor Executivo não poderá substituir, simultaneamente, mais do que 1 (um) outro Diretor Executivo .	[Ajuste proposto a fim de refletir a alteração da denominação da Diretoria para "Diretoria Executiva".]
Parágrafo 6º - A Diretoria reunir-se-á por convocação de seu Diretor Presidente ou por quaisquer 2 (dois) membros em conjunto, sempre que os interesses sociais o exigirem. As reuniões, que se realizarão na sede social, serão instaladas com a presença da maioria de seus membros, dentre eles necessariamente o Diretor Presidente ou a maioria absoluta dos membros da Diretoria, sendo as respectivas deliberações tomadas pelo voto da maioria dos membros presentes, ressalvado que no caso de empate, será atribuído ao Diretor Presidente o voto qualificado para aprovar ou rejeitar a matéria em discussão. Serão lavradas no livro competente atas com as correspondentes deliberações.	Parágrafo 6º - A Diretoria Executiva reunir-se-á por convocação de seu Diretor Presidente ou por quaisquer 2 (dois) membros em conjunto, sempre que os interesses sociais o exigirem. As reuniões, que se realizarão na sede social, serão instaladas com a presença da maioria de seus membros, dentre eles necessariamente o Diretor Presidente ou a maioria absoluta dos membros da Diretoria Executiva , sendo as respectivas deliberações tomadas pelo voto da maioria dos membros presentes, ressalvado que no caso de empate, será atribuído ao Diretor Presidente o voto qualificado para aprovar ou rejeitar a matéria em discussão. Serão lavradas no livro competente atas com as correspondentes deliberações.	[Ajuste proposto a fim de refletir a alteração da denominação da Diretoria para "Diretoria Executiva".]

Artigo 20 – Compete aos Diretores administrar e gerir os negócios da Companhia, especialmente:	Artigo 20 – Compete aos Diretores Executivos administrar e gerir os negócios da Companhia, especialmente:	[Ajuste proposto a fim de refletir a alteração da denominação da Diretoria para "Diretoria Executiva".]
II. submeter, anualmente, à apreciação do Conselho de Administração, o Relatório da Administração e as contas da Diretoria, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de aplicação dos lucros apurados no exercício anterior;	II. submeter, anualmente, à apreciação do Conselho de Administração, o Relatório da Administração e as contas da Diretoria Executiva , acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de aplicação dos lucros apurados no exercício anterior;	[Ajuste proposto a fim de refletir a alteração da denominação da Diretoria para "Diretoria Executiva".]
Artigo 21 - Compete ao Diretor Presidente coordenar a ação dos Diretores e dirigir a execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia, além das funções, atribuições e poderes a ele cometidos pelo Conselho de Administração, e observadas a política e orientação previamente traçadas pelo Conselho de Administração:	Artigo 21 - Compete ao Diretor Presidente coordenar a ação dos Diretores Executivos e dirigir a execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia, além das funções, atribuições e poderes a ele cometidos pelo Conselho de Administração, e observadas a política e orientação previamente traçadas pelo Conselho de Administração:	[Ajuste proposto a fim de refletir a alteração da denominação da Diretoria para "Diretoria Executiva".]
I. convocar e presidir as reuniões da Diretoria;	I. convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva ;	[Ajuste proposto a fim de refletir a alteração da denominação da Diretoria para "Diretoria Executiva".]
II. superintender as atividades de administração da Companhia,	II. superintender as atividades de administração da Companhia, coordenando e supervisionando as	[Ajuste proposto a fim de refletir a alteração da denominação da Diretoria para "Diretoria Executiva".]

coordenando e supervisionando as atividades dos membros da Diretoria;	atividades dos membros da Diretoria Executiva;	
III. propor sem exclusividade de iniciativa ao Conselho de Administração a atribuição de funções a cada Diretor no momento de sua respectiva eleição;	III. propor sem exclusividade de iniciativa ao Conselho de Administração a atribuição de funções a cada Diretor Executivo no momento de sua respectiva eleição;	[Ajuste proposto a fim de refletir a alteração da denominação da Diretoria para "Diretoria Executiva".]
Artigo 24 - Compete ao Diretor Clínico-Operacional, além das funções, atribuições e poderes a ele cometidos pelo Conselho de Administração, e observadas a política e orientação previamente traçadas pelo Conselho de Administração: I. Dirigir todos os aspectos relacionados com a rede credenciada da Companhia, assim como a operação de clínicas próprias; II. Administrar o relacionamento com as entidades de classe profissionais e entidades de ensino e pesquisa; III. Gerenciar os programas de pesquisa e educação continuada em que a Companhia participa, bem como as políticas de promoção de saúde;	Artigo 24 Compete ao Diretor Clínico-Operacional, além das funções, atribuições e poderes a ele cometidos pelo Conselho de Administração, e observadas a política e orientação previamente traçadas pelo Conselho de Administração: I. Dirigir todos os aspectos relacionados com a rede credenciada da Companhia, assim como a operação de clínicas próprias; II. Administrar o relacionamento com as entidades de classe profissionais e entidades de ensino e pesquisa; III. Gerenciar os programas de pesquisa e educação continuada em que a Companhia participa, bem como as políticas de promoção de saúde;	[Redação ajustada em razão (i) da exclusão da previsão do cargo de Diretor Clínico-Operacional no Estatuto Social; e (ii) da alteração da denominação da Diretoria, para "Diretoria Executiva".]

<p>IV. Garantir a adequação do atendimento odontológico da Companhia a todas as normas legais vigentes;</p> <p>V. Coordenar e integrar o Comitê de Remuneração de Rede Credenciada;</p> <p>VI. Assinar os contratos de credenciamento em conjunto com outro Diretor ou procurador;</p> <p>VII. Dirigir as atividades do Departamento Clínico da Companhia, visando o controle de qualidade clínica de atenção à saúde dos associados;</p> <p>VIII. Administrar o segmento assistencial de reembolsos a associados usuários de profissionais não pertencentes à rede credenciada;</p> <p>IX. Propor políticas e protocolos clínicos, bem como sugerir a introdução de novas práticas e tecnologias; e</p> <p>X. Verificar e propor todos os pagamentos à Rede Credenciada bem como os reembolsos a associados.</p> <p>Parágrafo Único - A competência dos demais Diretores Corporativos, se eleitos, além das funções, atribuições e poderes a eles cometidos pelo Conselho de Administração, e observadas a política e</p>	<p>IV. Garantir a adequação do atendimento odontológico da Companhia a todas as normas legais vigentes;</p> <p>V. Coordenar e integrar o Comitê de Remuneração de Rede Credenciada;</p> <p>VI. Assinar os contratos de credenciamento em conjunto com outro Diretor ou procurador;</p> <p>VII. Dirigir as atividades do Departamento Clínico da Companhia, visando o controle de qualidade clínica de atenção à saúde dos associados;</p> <p>VIII. Administrar o segmento assistencial de reembolsos a associados usuários de profissionais não pertencentes à rede credenciada;</p> <p>IX. Propor políticas e protocolos clínicos, bem como sugerir a introdução de novas práticas e tecnologias; e</p> <p>X. Verificar e propor todos os pagamentos à Rede Credenciada bem como os reembolsos a associados.</p>	
---	--	--

<p>orientação previamente traçadas pelo Conselho de Administração, consistirá:</p> <ul style="list-style-type: none"> I. Praticar atos e tomar providências adequadas à boa condução e solução de assuntos de ordem executiva da Companhia; II. Levar ao conhecimento da Diretoria qualquer assunto interno ou fator externo que possa ser do interesse da Companhia; III. Cumprir as determinações do Diretor Presidente; IV. Assinar contratos comerciais em conjunto com 1 (um) outro Diretor ou procurador; e V. Auxiliar os demais Diretores no desempenho das funções pertinentes aos respectivos cargos. 	<p>Parágrafo Único Artigo 24 - A competência dos demais Diretores Corporativos Executivos, se eleitos, além das funções, atribuições e poderes a eles cometidos pelo Conselho de Administração, e observadas a política e orientação previamente traçadas pelo Conselho de Administração, consistirá:</p> <ul style="list-style-type: none"> I. Praticar atos e tomar providências adequadas à boa condução e solução de assuntos de ordem executiva da Companhia; II. Levar ao conhecimento da Diretoria Executiva qualquer assunto interno ou fator externo que possa ser do interesse da Companhia; III. Cumprir as determinações do Diretor Presidente; IV. Assinar contratos comerciais em conjunto com 1 (um) outro Diretor Executivo ou procurador; e V. Auxiliar os demais Diretores Executivos no desempenho das funções pertinentes aos respectivos cargos. 	
<p>Artigo 25 - A Companhia será representada da seguinte forma:</p>	<p>Artigo 25 - A Companhia será representada da seguinte forma:</p>	<p>N/A</p>

<p>(a) por 2 (dois) Diretores, sendo 1 (um) deles necessariamente o Diretor Presidente;</p>	<p>(a) por 2 (dois) Diretores Executivos, sendo 1 (um) deles necessariamente o Diretor Presidente;</p>	<p>[Ajuste proposto a fim de refletir a alteração da denominação da Diretoria para "Diretoria Executiva".]</p>
<p>(b) por quaisquer 2 (dois) Diretores, para a prática de atos que envolvam exclusivamente a representação da Companhia em processos judiciais e/ou administrativos, inclusive para a outorga de procurações para fins de representação da Companhia em citados processos;</p>	<p>(b) por quaisquer 2 (dois) Diretores Executivos, para a prática de atos que envolvam exclusivamente a representação da Companhia em processos judiciais e/ou administrativos, inclusive para a outorga de procurações para fins de representação da Companhia em citados processos;</p>	<p>[Ajuste proposto a fim de refletir a alteração da denominação da Diretoria para "Diretoria Executiva".]</p>
<p>Parágrafo Único - As procurações serão sempre outorgadas em nome da Companhia pelo Diretor Presidente em conjunto com qualquer outro Diretor, e terão prazo de validade limitado ao máximo de um ano. As procurações para fins de representação judicial ou para fins de representação perante repartições aduaneiras, Receita Federal, Secretarias Estaduais da Fazenda, Prefeituras, INSS, FGTS, Delegacias Regionais do Trabalho, Delegacias de Polícia, órgãos de proteção e defesa do consumidor, dentre outros órgãos públicos, excepcionalmente, poderão ser outorgadas por quaisquer dois Diretores, em conjunto. Apenas as</p>	<p>Parágrafo Único - As procurações serão sempre outorgadas em nome da Companhia pelo Diretor Presidente em conjunto com qualquer outro Diretor Executivo, e terão prazo de validade limitado ao máximo de um ano. As procurações para fins de representação judicial ou para fins de representação perante repartições aduaneiras, Receita Federal, Secretarias Estaduais da Fazenda, Prefeituras, INSS, FGTS, Delegacias Regionais do Trabalho, Delegacias de Polícia, órgãos de proteção e defesa do consumidor, dentre outros órgãos públicos, excepcionalmente, poderão ser outorgadas por quaisquer dois</p>	<p>[Ajuste proposto a fim de refletir a alteração da denominação da Diretoria para "Diretoria Executiva".]</p>

procurações para fins de representação judicial serão outorgadas sem limitação do prazo de validade.	Diretores Executivos, em conjunto. Apenas as procurações para fins de representação judicial serão outorgadas sem limitação do prazo de validade.	
Artigo 28 - O exercício social se inicia em 1º de janeiro e se encerra em 31 de dezembro de cada ano.	Artigo 28 - O exercício social se inicia em 1º de janeiro e se encerra em 31 de dezembro de cada ano.	N/A
Parágrafo 1º - Ao fim de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar, com observância dos preceitos legais pertinentes, as seguintes demonstrações financeiras, sem prejuízo de outras demonstrações exigidas por regulamento de listagem das ações da Companhia: I. balanço patrimonial; II. demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados; III. demonstração do resultado do exercício; IV. demonstração dos fluxos de caixa; e V. demonstração do valor adicionado.	Parágrafo 1º - Ao fim de cada exercício social, a Diretoria Executiva fará elaborar, com observância dos preceitos legais pertinentes, as seguintes demonstrações financeiras, sem prejuízo de outras demonstrações exigidas por regulamento de listagem das ações da Companhia e pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS): I. balanço patrimonial; II. demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados; III. demonstração do resultado do exercício; IV. demonstração dos fluxos de caixa; e V. demonstração do valor adicionado.	[Ajuste proposto de forma a refletir (i) a obrigação já existente da Companhia de elaborar demonstrações financeiras em conformidade com as regras expedidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, órgão regulador; e (ii) a alteração da denominação da Diretoria, para "Diretoria Executiva".]
Parágrafo 2º - Fará parte das demonstrações financeiras do exercício,	Parágrafo 2º - Fará parte das demonstrações financeiras do exercício,	[Ajuste proposto de forma a refletir a obrigação já existente da Companhia de elaborar

<p>proposta da administração sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido, com observância do disposto neste Estatuto e na Lei nº 6.404/76.</p>	<p>proposta da administração sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido, com observância do disposto neste Estatuto, e na Lei nº 6.404/76 e na regulamentação da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).</p>	<p>demonstrações financeiras em conformidade com as regras expedidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, órgão regulador.]</p>
<p>Artigo 29 - Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício, a título de dividendos, um percentual obrigatório de 50% (cinquenta por cento) sobre o lucro líquido do exercício, com os seguintes ajustes:</p>	<p>Artigo 29 - Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício, a título de dividendos, um percentual obrigatório de 50% (cinquenta por cento) sobre o lucro líquido do exercício, com os seguintes ajustes:</p>	<p>N/A</p>
<p>Parágrafo 5º - O Conselho de Administração deliberará sobre proposta da Diretoria de pagamento ou crédito de juros sobre o capital próprio, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária que apreciar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social em que tais juros foram pagos ou creditados, sendo que os valores correspondentes aos juros sobre capital próprio deverão ser imputados ao dividendo obrigatório.</p>	<p>Parágrafo 5º - O Conselho de Administração deliberará sobre proposta da Diretoria Executiva de pagamento ou crédito de juros sobre o capital próprio, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária que apreciar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social em que tais juros foram pagos ou creditados, sendo que os valores correspondentes aos juros sobre capital próprio deverão ser imputados ao dividendo obrigatório.</p>	<p>[Ajuste proposto a fim de refletir a alteração da denominação da Diretoria para “Diretoria Executiva”.]</p>

ANEXO XV
(conforme art. 12, incisos I e II, da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022)

Estatuto Social da Companhia Consolidado

ESTATUTO SOCIAL DA ODONTOPREV S.A.

CAPÍTULO I
DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º - ODONTOPREV S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações que se rege pelo presente estatuto social ("Estatuto") e pela legislação aplicável.

Artigo 2º - Com o ingresso da Companhia no Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, administradores e membros do conselho fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento do Novo Mercado ("Regulamento do Novo Mercado").

Artigo 3º - A Companhia tem sede e foro na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, podendo instalar e encerrar filiais, agências, depósitos, escritórios, representações e quaisquer outros estabelecimentos no País ou no exterior, por deliberação da Diretoria Executiva.

Artigo 4º - A Companhia tem por objeto social a atividade de operação de planos privados de assistência odontológica, e nesse sentido, a administração, comercialização ou disponibilização dos referidos planos destinados a pessoas jurídicas e/ou físicas, bem como a participação, como sócia, acionista ou quotista, em outras sociedades civis ou comerciais e em empreendimentos comerciais de qualquer natureza, no Brasil e/ou no exterior, e a administração de bens próprios e/ou de terceiros.

Artigo 5º - O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

CAPÍTULO II
DO CAPITAL SOCIAL E DAS AÇÕES

Artigo 6º - O capital social da Companhia é de R\$ 851.016.554,14 (oitocentos e cinquenta e um milhões, dezesseis mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais e quatorze centavos), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 552.495.663 (quinhetas e cinquenta e duas milhões, quatrocentas e noventa e cinco mil, seiscentas e sessenta e três) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Parágrafo 1º - O capital social será representado exclusivamente por ações ordinárias e a cada ação ordinária corresponderá o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Parágrafo 2º - É vedado à Companhia emitir Partes Beneficiárias.

Parágrafo 3º - As ações da Companhia serão mantidas em conta de depósito, em nome de seus respectivos titulares, junto a instituição financeira autorizada a funcionar pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

Artigo 7º - A Companhia fica autorizada, mediante deliberação do Conselho de Administração, a aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária, com emissão de até 80.000.000 (oitenta milhões) de ações ordinárias.

Parágrafo 1º - O Conselho de Administração fixará as condições da emissão, inclusive preço e prazo de integralização, podendo, dentro do limite do capital autorizado, deliberar a emissão de bônus de subscrição.

Parágrafo 2º - Dentro do limite do capital autorizado e de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, o Conselho de Administração poderá autorizar a Companhia a outorgar opção de compra de ações a seus administradores e empregados, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia, sem direito de preferência para os acionistas.

Parágrafo 3º - Na hipótese de retirada de acionistas, o montante a ser pago pela Companhia a título de reembolso pelas ações detidas pelos acionistas que tenham exercido direito de retirada, nos casos autorizados pela Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei 6.404/76"), deverá corresponder ao valor econômico de tais ações, a ser apurado em avaliação de acordo com os procedimentos previstos nos parágrafos 3º e 4º do artigo 45 da Lei 6.404/76.

Artigo 8º - A critério do Conselho de Administração, poderá ser realizada emissão, sem direito de preferência ou com redução do prazo de que trata o §4º do artigo 171 da Lei nº 6.404/76, de ações e debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei, dentro do limite do capital autorizado.

CAPÍTULO III DOS ÓRGÃOS DA COMPANHIA

SEÇÃO I DA ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 9º - A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano e, extraordinariamente, quando convocada nos termos da Lei nº 6.404/76 ou deste Estatuto.

Artigo 10 - A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência, pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência, por acionista escolhido pela maioria de votos dos presentes, cabendo ao Presidente da Assembleia Geral indicar o secretário que poderá ser acionista ou não da Companhia.

Artigo 11 - Compete à Assembleia Geral, além das atribuições previstas na Lei nº 6.404/76 e neste Estatuto.

- I. eleger e destituir os membros do Conselho de Administração, bem como indicar o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração;
- II. fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado;
- III. tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas;
- IV. deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro do exercício e a distribuição de dividendos;
- V. reformar o Estatuto Social;
- VI. deliberar sobre a dissolução, liquidação, fusão, cisão, incorporação da Companhia, ou de qualquer sociedade na Companhia;
- VII. atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações;
- VIII. aprovar planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos seus administradores e empregados, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia;
- IX. autorizar os administradores a requerer falência, recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia;
- X. eleger o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação;
- XI. deliberar sobre o pedido de cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia; e
- XII. deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração.

SEÇÃO II DA ADMINISTRAÇÃO

Subseção I Disposições Gerais

Artigo 12 - A Companhia será administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva.

Parágrafo 1º - A investidura nos cargos far-se-á por termo lavrado em livro próprio, assinado pelo administrador empossado, dispensada qualquer garantia de gestão.

Parágrafo 2º - Os administradores, quando da investidura em seus cargos, deverão prestar as declarações exigidas pela regulamentação pertinente expedida pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Parágrafo 3º - Os administradores permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos.

Artigo 13 - A Assembleia fixará um limite de remuneração global anual para distribuição entre os administradores e caberá ao Conselho de Administração deliberar sobre a remuneração individual de administradores, observado o disposto neste Estatuto.

Artigo 14 - Observada convocação regular na forma deste Estatuto, qualquer dos órgãos de administração se reúne validamente com a presença da maioria de seus membros e delibera pelo voto da maioria dos presentes.

Parágrafo Único - Somente será dispensada a convocação prévia de todos os administradores para reunião, como condição de sua validade, se estiverem presentes todos os membros do órgão a se reunir, admitida, para este fim, verificação de presença mediante apresentação de votos por escrito entregues por outro membro ou enviados à Companhia previamente à reunião.

Subseção II **Conselho de Administração**

Artigo 15 - O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 08 (oito) e, no máximo, 11 (onze) membros efetivos e até o mesmo número de suplentes, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 02 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

Parágrafo 1º - Na Assembleia Geral que deliberar sobre a eleição do Conselho de Administração, os acionistas deverão definir qual o número efetivo de membros do Conselho de Administração para o respectivo mandato.

Parágrafo 2º - Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser Conselheiros Independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como conselheiros independentes ser deliberada na Assembleia Geral que os eleger.

Parágrafo 3º - Quando, em decorrência da observância do percentual referido no parágrafo acima, o resultado gerar número fracionário de conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior.

Parágrafo 4º - Os membros do Conselho de Administração serão investidos nos seus cargos mediante a assinatura de termo lavrado em livro próprio.

Parágrafo 5º - O membro do Conselho de Administração deve também atender aos requisitos estabelecidos na Resolução Normativa – RN nº 520, de 29 de abril de 2022, da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e posteriores atualizações, para o exercício de suas funções.

Parágrafo 6º - O membro do Conselho de Administração deve ter reputação ilibada, não podendo ser eleito, salvo dispensa da Assembleia Geral, aquele que (i) ocupar cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes da Companhia; ou (ii) tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia; não poderá ser exercido o direito de voto pelo membro do Conselho de Administração caso se configurem, supervenientemente, os mesmos fatores de impedimento.

Parágrafo 7º - Os membros do Conselho de Administração deverão permanecer em seus cargos e no exercício de suas funções até que sejam eleitos seus substitutos, exceto se de outra forma for deliberado pela Assembleia Geral.

Parágrafo 8º - Na eleição dos membros do Conselho de Administração, se não tiver sido solicitado o processo de voto múltiplo na forma da Lei nº 6.404/76, a Assembleia Geral deverá votar através de chapas, previamente apresentadas por escrito à Companhia até 5 (cinco) dias antes da data para a qual estiver convocada a Assembleia, sendo vedada a apresentação de mais de 1 (uma) chapa pelo mesmo acionista ou conjunto de acionistas. A mesa não aceitará o registro de qualquer chapa, nem o exercício do direito de voto na eleição dos membros do Conselho de Administração, em circunstâncias que configurem violação às disposições da Lei nº 6.404/76 e deste Estatuto.

Parágrafo 9º - Ocorrendo vacância no Conselho de Administração que não resulte em composição inferior à maioria dos cargos do órgão, de acordo com o número de conselheiros efetivos deliberado pela Assembleia Geral, os demais membros do Conselho de Administração poderão (i) nomear substituto(s), que deverão permanecer no cargo até o final do mandato do(s) membro(s) substituído(s); ou (ii) optar por deixar vago(s) o(s) cargo(s) do(s) membro(s) vacante(s), desde que seja respeitado o número de membros previsto no caput deste Artigo 15.

Parágrafo 10 - Ocorrendo vacância no Conselho de Administração que resulte em composição inferior à maioria dos cargos do órgão, de acordo com o número de conselheiros efetivos deliberado pela Assembleia Geral, o Conselho de Administração deverá convocar Assembleia Geral para eleger substituto(s) que deverão permanecer no cargo até o final do mandato do(s) membro(s) substituído(s).

Parágrafo 11 - O membro do Conselho de Administração não poderá ter acesso a informações ou participar de reuniões de Conselho de Administração relacionadas a assuntos sobre os quais tenha ou represente interesse conflitante com a Companhia, ficando expressamente vedado o exercício do seu direito de voto.

Parágrafo 12 - O Conselho de Administração, para melhor desempenho de suas funções, poderá criar comitês ou grupos de trabalho com objetivos definidos, sendo integrados por pessoas por ele designadas dentre os membros da administração e/ou outras pessoas que não façam parte da administração da Companhia.

Artigo 16 - O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração serão indicados pela Assembleia Geral.

Parágrafo 1º - Os cargos de presidente do Conselho de Administração e de diretor presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

Parágrafo 2º - Caberá ao Presidente do Conselho de Administração presidir as Assembleias Gerais e as reuniões do Conselho de Administração e em caso de ausência ou impedimento temporário, essas funções deverão ser exercidas pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração.

Artigo 17 - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, trimestralmente, e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente do Conselho de Administração ou pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração. As reuniões do Conselho poderão ser realizadas, excepcionalmente, por conferência telefônica, vídeo conferência ou por qualquer outro meio de comunicação no qual haja prova inequívoca da manifestação de voto.

Parágrafo 1º - As convocações para as reuniões serão feitas por escrito com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, por meio de carta, telegrama, fax, e-mail ou qualquer forma que permita a comprovação do recebimento da convocação pelo destinatário, devendo conter a ordem do dia e serem acompanhadas de documentação relativa à ordem do dia.

Parágrafo 2º - As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria de votos, sendo que em caso de empate em deliberação do Conselho de Administração, o Presidente do Conselho de Administração terá o voto de qualidade. Todas as deliberações do Conselho de Administração constarão de atas lavradas no respectivo livro do Conselho de Administração e assinadas pelos conselheiros presentes.

Parágrafo 3º - Nas reuniões do Conselho de Administração são admitidos o voto escrito antecipado e o voto proferido por fax, correio eletrônico ou por qualquer outro meio de comunicação, computando-se como presentes os membros que assim votarem.

Artigo 18 - Compete ao Conselho de Administração, além de outras atribuições que lhe sejam atribuídas pela Lei nº 6.404/76 ou pelo Estatuto:

- I. exercer as funções normativas das atividades da Companhia, podendo avocar para seu exame e deliberação qualquer assunto que não se compreenda na competência privativa da Assembleia Geral ou da Diretoria Executiva;
- II. fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- III. eleger e destituir os Diretores Executivos da Companhia;
- IV. atribuir aos Diretores Executivos suas respectivas funções, atribuições e limites de alçada não especificados neste Estatuto, inclusive designando o Diretor de Relações com Investidores, observado o disposto neste Estatuto;
- V. deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral, quando julgar conveniente, ou no caso do artigo 132 da Lei nº 6.404/76;
- VI. fiscalizar a gestão dos Diretores Executivos, examinando, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitando informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros atos;
- VII. apreciar os resultados trimestrais das operações da Companhia;
- VIII. escolher e destituir os auditores independentes e o executivo responsável pela auditoria interna, observando-se, nessa escolha, o disposto na legislação aplicável. A empresa de auditoria externa e a auditoria interna reportar-se-ão ao Conselho de Administração;
- IX. convocar os auditores independentes para prestar os esclarecimentos que entender necessários;
- X. apreciar o Relatório da Administração e as contas da Diretoria Executiva e deliberar sobre sua submissão à Assembleia Geral;
- XI. aprovar os orçamentos anuais, a política comercial e o planejamento estratégico da Companhia e suas respectivas alterações;

XII. manifestar-se previamente sobre qualquer proposta a ser submetida à deliberação da Assembleia Geral;

XIII. autorizar a emissão de ações da Companhia, nos limites autorizados no Artigo 7º deste Estatuto, fixando as condições de emissão, inclusive preço e prazo de integralização, podendo, ainda, excluir o direito de preferência ou reduzir o prazo para seu exercício nas emissões de ações, bônus de subscrição e debêntures conversíveis, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública ou mediante permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei;

XIV. deliberar sobre a aquisição pela Companhia de ações de sua própria emissão, ou sobre o lançamento de opções de venda e compra, referenciadas em ações de emissão da Companhia, para manutenção em tesouraria e/ou posterior cancelamento ou alienação;

XV. deliberar sobre a emissão de bônus de subscrição;

XVI. outorgar opção de compra de ações a seus administradores e empregados, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia, sem direito de preferência para os acionistas nos termos dos programas aprovados em Assembleia Geral;

XVII. deliberar sobre a emissão (a) de debêntures conversíveis ou não em ações ordinárias da Companhia, sendo que, no caso de emissão de debêntures conversíveis em ações ordinárias da Companhia, o Conselho de Administração está obrigado a observar o limite do capital autorizado previsto no Artigo 7º deste Estatuto, e (b) de *commercial papers*;

XVIII. autorizar a Companhia a prestar garantias a obrigações de suas controladas e/ou subsidiárias integrais, sendo expressamente vedada a outorga de garantias a obrigações de terceiros;

XIX. aprovar qualquer alienação de bens ou direitos do ativo cujo valor individual ou considerado em relação a uma série de bens ou direitos relacionados entre si num determinado período de 12 (doze) meses seja superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);

XX. aprovar a criação de ônus reais sobre os bens ou direitos da Companhia;

XXI. aprovar a obtenção de qualquer financiamento ou empréstimo, incluindo operações de leasing, em nome da Companhia, não prevista no orçamento anual, cujo valor seja superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais);

XXII. manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto da Companhia e dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; (ii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iii) a respeito de alternativas à aceitação da oferta disponíveis no mercado;

XXIII. definir a empresa especializada em avaliação econômica de empresas, para a elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, nos casos do Artigo 32 deste Estatuto;

XXIV. aprovar qualquer transação ou conjunto de transações cujo valor seja igual ou superior a R\$ 500.000,000 (quinquinhos mil reais) anuais envolvendo a Companhia e qualquer parte relacionada, direta ou indiretamente. Para fins desta disposição, entende-se como parte relacionada qualquer administrador da Companhia, empregado ou acionista que detenha, direta ou indiretamente, mais de 5% do capital social da Companhia; e

XXV. deliberar sobre a participação da Companhia em novos negócios, incluindo a aquisição de participação em qualquer sociedade, consórcio ou empreendimento, inclusive constituição de subsidiária.

Parágrafo Único - O Conselho de Administração poderá autorizar a Diretoria Executiva a praticar quaisquer dos atos referidos nos itens XVIII, XIX, XX e XXI, observados limites de valor por ato ou série de atos.

Subseção III Da Diretoria Executiva

Artigo 19 - A Diretoria Executiva será composta de no mínimo 4 (quatro) e no máximo 10 (dez) Diretores Executivos, sendo necessariamente um Diretor Presidente, um Diretor Administrativo-Financeiro e um Diretor de Relações com Investidores, cabendo aos demais membros, se eleitos, a denominação de Diretores Executivos. O cargo de Diretor de Relações com Investidores poderá ser exercido cumulativamente com o cargo de qualquer outro Diretor Executivo, conforme determinação do Conselho de Administração.

Parágrafo 1º - Os Diretores Executivos serão eleitos para mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reeleitos. Os Diretores Executivos devem atender aos requisitos estabelecidos na Lei nº 6.404/76 e neste Estatuto para o desempenho de suas funções, incluindo os requisitos estabelecidos na Resolução Normativa – RN nº 520, de 29 de abril de 2022, da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e posteriores atualizações.

Parágrafo 2º - Os membros da Diretoria Executiva não reeleitos permanecerão no exercício dos respectivos cargos até a posse dos novos Diretores Executivos.

Parágrafo 3º - Na hipótese de impedimento definitivo ou vacância do cargo, o Conselho de Administração deverá ser imediatamente convocado para eleição de substituto.

Parágrafo 4º - A ausência ou impedimento de qualquer Diretor Executivo por período contínuo superior a 30 (trinta) dias, exceto se autorizada pelo Conselho de Administração, determinará o término do respectivo mandato, aplicando-se o disposto no parágrafo 3º deste artigo.

Parágrafo 5º - Um Diretor Executivo não poderá substituir, simultaneamente, mais do que 1 (um) outro Diretor Executivo.

Parágrafo 6º - A Diretoria Executiva reunir-se-á por convocação de seu Diretor Presidente ou por quaisquer 2 (dois) membros em conjunto, sempre que os interesses sociais o exigirem. As reuniões, que se realizarão na sede social, serão instaladas com a presença da maioria de seus membros, dentre eles necessariamente o Diretor Presidente ou a maioria absoluta dos membros da Diretoria Executiva, sendo as respectivas deliberações tomadas pelo voto da maioria dos membros presentes, ressalvado que no caso de empate, será atribuído ao Diretor Presidente o voto qualificado para aprovar ou rejeitar a matéria em discussão. Serão lavradas no livro competente atas com as correspondentes deliberações.

Artigo 20 – Compete aos Diretores Executivos administrar e gerir os negócios da Companhia, especialmente:

- I. cumprir e fazer cumprir este Estatuto e as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- II. submeter, anualmente, à apreciação do Conselho de Administração, o Relatório da Administração e as contas da Diretoria Executiva, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de aplicação dos lucros apurados no exercício anterior;
- III. submeter ao Conselho de Administração orçamento anual; e
- IV. apresentar trimestralmente ao Conselho de Administração o balancete econômico-financeiro e patrimonial detalhado da Companhia e suas controladas.

Artigo 21 - Compete ao Diretor Presidente coordenar a ação dos Diretores Executivos e dirigir a execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia, além das funções, atribuições e poderes a ele cometidos pelo Conselho de Administração, e observadas a política e orientação previamente traçadas pelo Conselho de Administração:

- I. convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- II. superintender as atividades de administração da Companhia, coordenando e supervisionando as atividades dos membros da Diretoria Executiva;
- III. propor sem exclusividade de iniciativa ao Conselho de Administração a atribuição de funções a cada Diretor Executivo no momento de sua respectiva eleição;
- IV. representar a Companhia ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, observado o previsto no artigo 25 deste Estatuto;
- V. coordenar a política de pessoal, organizacional, gerencial, operacional e de marketing da Companhia;
- VI. anualmente, elaborar e apresentar ao Conselho de Administração o plano anual de negócios e o orçamento anual da Companhia; e
- VII. administrar os assuntos de caráter societário em geral.

Artigo 22 - Compete ao Diretor Administrativo-Financeiro, além das funções, atribuições e poderes a ele cometidos pelo Conselho de Administração, e observadas a política e orientação previamente traçadas pelo Conselho de Administração:

- I. propor alternativas de financiamento e aprovar condições financeiras dos negócios da Companhia;

- II. administrar o caixa e as contas a pagar e a receber da Companhia;
- III. dirigir as áreas contábil, de planejamento financeiro e fiscal/ tributária; e
- IV. representar a Companhia ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, observado o previsto no artigo 25.

Artigo 23 - Compete ao Diretor de Relações com Investidores prestar informações ao público investidor, à CVM e às bolsas de valores e mercados de balcão organizado em que a Companhia estiver registrada, e manter atualizado o registro de companhia aberta da Companhia, cumprindo toda a legislação e regulamentação aplicável às companhias abertas.

Artigo 24 - A competência dos demais Diretores Executivos, se eleitos, além das funções, atribuições e poderes a eles cometidos pelo Conselho de Administração, e observadas a política e orientação previamente traçadas pelo Conselho de Administração, consistirá:

- I. Praticar atos e tomar providências adequadas à boa condução e solução de assuntos de ordem executiva da Companhia;
- II. Levar ao conhecimento da Diretoria Executiva qualquer assunto interno ou fator externo que possa ser do interesse da Companhia;
- III. Cumprir as determinações do Diretor Presidente;
- IV. Assinar contratos comerciais em conjunto com 1 (um) outro Diretor Executivo ou procurador; e
- V. Auxiliar os demais Diretores Executivos no desempenho das funções pertinentes aos respectivos cargos.

Artigo 25 - A Companhia será representada da seguinte forma:

- (a) por 2 (dois) Diretores Executivos, sendo 1 (um) deles necessariamente o Diretor Presidente;
- (b) por quaisquer 2 (dois) Diretores Executivos, para a prática de atos que envolvam exclusivamente a representação da Companhia em processos judiciais e/ou administrativos, inclusive para a outorga de procurações para fins de representação da Companhia em citados processos;
- (c) pelo Diretor Presidente em conjunto com 1 (um) procurador com poderes específicos; e
- (d) por 1 (um) ou mais procuradores com poderes específicos, nos termos do Parágrafo Único.

Parágrafo Único - As procurações serão sempre outorgadas em nome da Companhia pelo Diretor Presidente em conjunto com qualquer outro Diretor Executivo, e terão prazo de validade limitado ao máximo de um ano. As procurações para fins de representação judicial ou para fins de representação perante repartições aduaneiras, Receita Federal, Secretarias Estaduais da Fazenda, Prefeituras, INSS, FGTS, Delegacias Regionais do Trabalho, Delegacias de Polícia, órgãos de proteção e defesa do consumidor, dentre outros órgãos públicos, excepcionalmente, poderão ser outorgadas por quaisquer dois Diretores Executivos, em conjunto. Apenas as

procurações para fins de representação judicial serão outorgadas sem limitação do prazo de validade.

SEÇÃO III DO CONSELHO FISCAL

Artigo 26 - O Conselho Fiscal da Companhia com as atribuições estabelecidas na Lei nº 6.404/76 será composto de 03 (três) a 05 (cinco) membros e igual número de suplentes.

Parágrafo Único - O Conselho Fiscal funcionará em caráter permanente devendo a Assembleia Geral Ordinária de cada exercício deliberar sobre sua composição, eleger seus membros e fixar a respectiva remuneração, na forma da lei.

SEÇÃO IV DO COMITÊ DE AUDITORIA

Artigo 27 - O Comitê de Auditoria, órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração, é composto por, no mínimo, 3 (três) membros, sendo que ao menos 1 (um) é Conselheiro Independente, e ao menos 1 (um) deve ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária.

Parágrafo 1º - O mesmo membro do Comitê de Auditoria pode acumular ambas as características referidas no caput.

Parágrafo 2º - Os membros do Comitê de Auditoria devem atender aos requisitos previstos no art. 147 da Lei nº 6.404/76 e devem, preferencialmente, ter conhecimentos de contabilidade, auditoria e gestão financeira.

Parágrafo 3º - As atividades do coordenador do Comitê de Auditoria estão definidas em seu regimento interno, aprovado pelo Conselho de Administração.

Parágrafo 4º - Compete ao Comitê de Auditoria, entre outras matérias:

- I. Opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente;
- II. Avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;
- III. Acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia, bem como monitorar a gestão de riscos da Companhia;
- IV. Avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia;
- V. Avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações entre partes relacionadas; e
- VI. Possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação.

CAPÍTULO IV

DO EXERCÍCIO SOCIAL E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Artigo 28 - O exercício social se inicia em 1º de janeiro e se encerra em 31 de dezembro de cada ano.

Parágrafo 1º - Ao fim de cada exercício social, a Diretoria Executiva fará elaborar, com observância dos preceitos legais pertinentes, as seguintes demonstrações financeiras, sem prejuízo de outras demonstrações exigidas por regulamento de listagem das ações da Companhia e pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS):

- I. balanço patrimonial;
- II. demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados;
- III. demonstração do resultado do exercício;
- IV. demonstração dos fluxos de caixa; e
- V. demonstração do valor adicionado.

Parágrafo 2º - Fará parte das demonstrações financeiras do exercício, proposta da administração sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido, com observância do disposto neste Estatuto, na Lei nº 6.404/76 e na regulamentação da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Parágrafo 3º - O lucro líquido do exercício terá obrigatoriamente a seguinte destinação:

- (a) 5% (cinco por cento) para a formação da reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social subscrito;
- (b) pagamento de dividendo obrigatório, observado o disposto no artigo 29 deste Estatuto e a Lei nº 6.404/76;
- (c) até 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido para a formação da "Reserva Estatutária de Capital Regulatório", que tem por finalidade e objetivo atender à exigência de capital regulatório à qual a Companhia está sujeita, e que ficará limitada, em conjunto com a reserva prevista no item "d" abaixo e observado o disposto no art. 199 da Lei 6.404/76, a 80% (oitenta por cento) do capital social;
- (d) até 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido para a formação da "Reserva de Investimentos e Expansão" que tem por finalidade financiar o desenvolvimento, o crescimento e a expansão dos negócios da Companhia, com vistas a permitir à Companhia a realização de novos investimentos, incluindo aquisições de software e hardware, investimentos em instalações e equipamentos e aquisição de participações societárias, unidades de negócio e estabelecimentos comerciais, e que ficará limitada, em conjunto com a reserva prevista no item "c" acima e observado o disposto no art. 199 da Lei 6.404/76, a 80% (oitenta por cento) do capital social; e
- (e) distribuição de dividendos além dos dividendos obrigatórios ou retenção, com base em orçamento de capital devidamente aprovado pela Assembleia Geral, observadas as condições da Lei nº 6.404/76.

Artigo 29 - Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício, a título de dividendos, um percentual obrigatório de 50% (cinquenta por cento) sobre o lucro líquido do exercício, com os seguintes ajustes:

- I. o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências; e

II. o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas.

Parágrafo 1º - Sempre que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a administração poderá propor, e a Assembleia Geral aprovar, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (artigo 197 da Lei nº 6.404/76).

Parágrafo 2º - A Assembleia Geral poderá atribuir aos administradores uma participação nos lucros, observados os limites legais pertinentes. É condição para pagamento de tal participação a atribuição aos acionistas do dividendo obrigatório a que se refere este artigo.

Parágrafo 3º - A Companhia poderá levantar balanços trimestrais e/ou semestrais ou em períodos menores. Observadas as condições impostas por lei, o Conselho de Administração poderá: (a) deliberar a distribuição de dividendos a débito da conta de lucro apurado em balanço trimestral, semestral ou em períodos menores; e (b) declarar dividendos intermediários a débito da conta de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

Parágrafo 4º - Os dividendos não reclamados em 3 (três) anos prescrevem em favor da Companhia.

Parágrafo 5º - O Conselho de Administração deliberará sobre proposta da Diretoria Executiva de pagamento ou crédito de juros sobre o capital próprio, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária que apreciar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social em que tais juros foram pagos ou creditados, sendo que os valores correspondentes aos juros sobre capital próprio deverão ser imputados ao dividendo obrigatório.

CAPÍTULO V **DA ALIENAÇÃO DO CONTROLE ACIONÁRIO E DA PROTEÇÃO DA DISPERSÃO ACIONÁRIA**

Artigo 30 - A alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição de ações tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

Artigo 31 - A saída da Companhia do Novo Mercado pode ocorrer em decorrência (i) de decisão do acionista controlador ou da Companhia; (ii) de descumprimento de obrigações contidas no Regulamento do Novo Mercado; e (iii) do cancelamento de registro de companhia aberta da Companhia ou da conversão de categoria do registro da CVM, hipótese na qual deve ser observado o disposto na legislação e na regulamentação em vigor.

Parágrafo Único - A saída da Companhia do Novo Mercado deverá ser precedida de oferta pública das ações da Companhia, respeitados os termos e condições do Regulamento do Novo Mercado e as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Artigo 32 - Caso o Acionista Adquirente venha a adquirir ou se torne titular, por qualquer motivo, de ações de emissão da Companhia; ou de outros direitos, inclusive usufruto ou fideicomisso, sobre ações de emissão da Companhia em quantidade igual ou superior a 15% (quinze por cento) do seu capital social, deverá efetivar uma oferta pública de aquisição de ações específica para a hipótese prevista neste Artigo 32 ("OPA"), para aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia, observando-se o disposto na regulamentação aplicável da CVM, os regulamentos da B3 e os termos deste artigo. O Acionista Adquirente deverá realizar a referida OPA ou solicitar o registro da referida OPA, conforme o caso, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data de aquisição ou do evento que resultou na titularidade de ações ou direitos em quantidade igual ou superior a 15% (quinze por cento) do capital social da Companhia.

Parágrafo 1º - A OPA deverá ser (i) dirigida indistintamente a todos os acionistas da Companhia, (ii) efetivada em leilão a ser realizado na B3, (iii) lançada pelo preço determinado de acordo com o previsto no Parágrafo 2º deste Artigo, e (iv) paga à vista, em moeda corrente nacional, contra a aquisição na OPA de ações de emissão da Companhia.

Parágrafo 2º - O preço de aquisição na OPA de cada ação de emissão da Companhia não poderá ser inferior a 1,5 (uma vez e meia) o maior valor entre (i) o valor econômico apurado em laudo de avaliação; (ii) 100% (cem por cento) do preço de emissão das ações em qualquer aumento de capital realizado mediante distribuição pública ocorrido no período de 12 (doze) meses que anteceder a data em que se tornar obrigatória a realização da OPA nos termos deste Artigo 32, devidamente atualizado pelo IPCA até o momento do pagamento; (iii) 100% (cem por cento) da cotação unitária média das ações de emissão da Companhia, durante o período de 90 (noventa) dias anterior à realização da OPA, ponderada pelo volume de negociação, na bolsa de valores em que houver o maior volume de negociações das ações de emissão da Companhia; (iv) 100% (cem por cento) do maior valor pago pelo Acionista Adquirente por ações da Companhia em qualquer tipo de negociação, no período de 12 (doze) meses que anteceder a data em que se tornar obrigatória a realização da OPA nos termos deste Artigo 32; e (v) o montante equivalente a 12 (doze) vezes o EBITDA da Companhia relativamente aos últimos 12 (doze) meses anteriores à data do último balanço trimestral divulgado pela Companhia. Para o fim disposto neste parágrafo, entende-se por EBITDA o lucro líquido adicionado do imposto de renda e contribuição social, da reclassificação da CPMF e dos tributos incidentes sobre receitas financeiras, da depreciação e amortização e da variação das provisões técnicas, deduzidas do resultado financeiro líquido e do resultado não operacional da Companhia. Caso a regulamentação da CVM aplicável à OPA prevista neste caso determine a adoção de um critério de cálculo para a fixação do preço de aquisição de cada ação da Companhia na OPA que resulte em preço de aquisição superior, deverá prevalecer na efetivação da OPA prevista aquele preço de aquisição calculado nos termos da regulamentação da CVM.

Parágrafo 3º - A realização da OPA mencionada no caput deste artigo não excluirá a possibilidade de outro acionista da Companhia, ou, se for o caso, a própria Companhia, formular uma Oferta Pública de Aquisição de Ações concorrente, nos termos da regulamentação aplicável.

Parágrafo 4º - O Acionista Adquirente deverá atender eventuais solicitações ou exigências da CVM e da B3 dentro dos prazos prescritos na regulamentação aplicável.

Parágrafo 5º - Na hipótese do Acionista Adquirente não cumprir com as obrigações impostas por este Artigo, inclusive no que concerne ao atendimento dos prazos máximos (i) para a realização ou solicitação do registro da OPA; ou (ii) para atendimento das eventuais solicitações ou exigências da CVM e da B3, o Conselho de Administração da Companhia convocará Assembleia Geral, na qual o Acionista Adquirente não poderá votar, para deliberar sobre a suspensão do exercício dos direitos do Acionista Adquirente que não cumpriu com qualquer obrigação imposta por este Artigo, conforme disposto no Artigo 120 da Lei nº 6.404/76, sem prejuízo da responsabilidade do Acionista Adquirente por perdas e danos causados aos demais acionistas em decorrência do descumprimento das obrigações impostas por este Artigo.

Parágrafo 6º - O disposto neste Artigo não se aplica na hipótese de uma pessoa se tornar titular de ações de emissão da Companhia em quantidade superior a 15% (quinze por cento) do total das ações de sua emissão em decorrência (i) de sucessão legal, sob a condição de que o acionista aliene o excesso de ações em até 30 (trinta) dias contados do evento relevante; (ii) da incorporação de uma outra sociedade pela Companhia, (iii) da incorporação de ações de uma outra sociedade pela Companhia e, ou (iv) da subscrição de ações da Companhia, realizada em uma única emissão primária, que tenha sido aprovada em Assembleia Geral, convocada pelo seu Conselho de Administração, e cuja proposta de aumento de capital tenha determinado a fixação do preço de emissão das ações com base em valor econômico obtido a partir de um laudo de avaliação econômico-financeiro da Companhia realizada por empresa especializada com experiência comprovada em avaliação de companhias abertas.

Parágrafo 7º - Para fins do cálculo do percentual de 15% (quinze por cento) do capital total descrito no caput deste Artigo, não serão computados os acréscimos involuntários de participação acionária resultantes de cancelamento de ações em tesouraria ou de redução do capital social da Companhia com o cancelamento de ações.

Parágrafo 8º - A alteração que limite o direito dos acionistas à realização da OPA prevista neste Artigo ou a exclusão deste Artigo obrigará o(s) acionista(s) que tiver(em) votado a favor de tal alteração ou exclusão na deliberação em Assembleia Geral a realizar a OPA prevista neste Artigo.

Parágrafo 9º - O laudo de avaliação de que trata o Parágrafo 2º acima deverá ser elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independente quanto ao poder de decisão da Companhia, seus administradores e acionista controlador, devendo o laudo também satisfazer os requisitos do parágrafo 1º do artigo 8º da Lei nº 6.404/76 e conter a responsabilidade prevista no parágrafo 6º do mesmo artigo da Lei. A escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do valor econômico da Companhia é de competência privativa do Conselho de Administração. Os custos de elaboração do laudo de avaliação deverão ser assumidos integralmente pelo Acionista Adquirente.

Parágrafo 10 - Para fins deste Artigo, os termos abaixo iniciados em letras maiúsculas terão os seguintes significados:

“Acionista Adquirente” significa qualquer pessoa, incluindo, sem limitação, qualquer pessoa natural ou jurídica, fundo de investimento, condomínio, carteira de títulos, universalidade de direitos, ou outra forma de organização, residente, com domicílio ou com sede no Brasil ou no exterior, ou Grupo de Acionistas.

"Grupo de Acionistas" significa o conjunto de 2 (dois) ou mais acionistas da Companhia: (i) que sejam partes de acordo de voto; (ii) se um for, direta ou indiretamente, acionista controlador ou sociedade controladora do outro, ou dos demais; (iii) que sejam sociedades direta ou indiretamente controladas pela mesma pessoa, ou conjunto de pessoas, acionistas ou não; ou (iv) que sejam sociedades, associações, fundações, cooperativas e trusts, fundos ou carteiras de investimentos, universalidades de direitos ou quaisquer outras formas de organização ou empreendimento com os mesmos administradores ou gestores, ou, ainda, cujos administradores ou gestores sejam sociedades direta ou indiretamente controladas pela mesma pessoa, ou conjunto de pessoas, acionistas ou não. No caso de fundos de investimentos com administrador comum, somente serão considerados como um Grupo de Acionistas aqueles cuja política de investimentos e de exercício de votos em Assembleias Gerais, nos termos dos respectivos regulamentos, for de responsabilidade do administrador, em caráter discricionário.

Artigo 33 - É facultada a formulação de uma única oferta pública de aquisição de ações, visando a mais de uma das finalidades previstas neste Capítulo V, no Regulamento do Novo Mercado ou na regulamentação emitida pela CVM, desde que seja possível compatibilizar os procedimentos de todas as modalidades de oferta pública de aquisição de ações e não haja prejuízo para os destinatários da oferta e seja obtida a autorização da CVM quando exigida pela legislação aplicável.

Artigo 34 - A Companhia ou os acionistas responsáveis pela efetivação da oferta pública de aquisição de ações prevista neste Capítulo V, no Regulamento do Novo Mercado ou na regulamentação emitida pela CVM poderão assegurar sua realização por intermédio de qualquer acionista, terceiro e, conforme o caso, pela própria Companhia, observada, neste último caso, a regulamentação aplicável. A Companhia ou o acionista, conforme o caso, não se eximem da obrigação de efetivar a oferta pública de aquisição de ações até que a mesma seja concluída com observância das regras aplicáveis.

Artigo 35 - Os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei nº 6.404/76 observadas as normas legais e regulamentares relativas e aplicáveis ao Novo Mercado.

CAPÍTULO VI DA ARBITRAGEM

Artigo 36 - A Companhia, seus acionistas, administradores, membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigar-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do conselho fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei nº 6.404, no Estatuto da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

Parágrafo Único - A posse dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, fica condicionada à assinatura de termo de posse que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória estatutária referida no Artigo 36 acima.

CAPÍTULO VII DA LIQUIDAÇÃO DA COMPANHIA

Artigo 37 - A Companhia entrará em liquidação nos casos determinados em lei, cabendo à Assembleia Geral eleger o liquidante ou liquidantes, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar nesse período, obedecidas as formalidades legais.

CAPÍTULO VIII DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 38 - A Companhia observará os acordos de acionistas arquivados em sua sede, sendo expressamente vedado aos integrantes da mesa diretora da Assembleia Geral ou das reuniões do Conselho de Administração acatar declaração de voto de qualquer acionista, signatário de acordo de acionistas devidamente arquivado na sede social, que for proferida em desacordo com o que tiver sido ajustado no referido acordo, sendo também expressamente vedado à Companhia aceitar e proceder à transferência de ações e/ou direitos de subscrição de ações ou outros valores mobiliários em descumprimento ao previsto em acordos de acionistas devidamente arquivados na sede social da Companhia.

Artigo 39 - É vedado à Companhia conceder financiamento ou garantias de qualquer espécie a terceiros, sob qualquer modalidade, para negócios estranhos aos interesses sociais.

Artigo 40 - O disposto no Artigo 32 deste Estatuto não se aplica aos atuais acionistas que já sejam titulares de 15% (quinze por cento) ou mais do total de ações de emissão da Companhia e seus sucessores na data da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 24 de abril de 2006, bem como às suas respectivas controladas e coligadas, aplicando-se exclusivamente àqueles investidores que adquirirem ações e se tornarem acionistas da Companhia após tal Assembleia Geral.

Artigo 41 - Os termos definidos neste Estatuto que não tiverem seu significado expressamente definido neste documento ou na Lei nº 6.404/76 terão o significado que lhes é atribuído no Regulamento do Novo Mercado.
